



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE**  
**COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL – EICOS**

**MODOS DE PRODUÇÃO ENQUANTO FERRAMENTA PARA A**  
**CONSERVAÇÃO: UMA ANÁLISE NA RESERVA EXTRATIVISTA**  
**TERRA GRANDE-PRACUÚBA**

**Alex de Castro Fiuza**

**Orientadora: Samira Lima da Costa**

**Rio de Janeiro**

**2017**

**ALEX DE CASTO FIUZA**

**MODOS DE PRODUÇÃO ENQUANTO FERRAMENTA PARA A  
CONSERVAÇÃO: UMA ANÁLISE NA RESERVA EXTRATIVISTA  
TERRA GRANDE-PRACUÚBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, como cumprimento de etapa para obtenção do grau de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Prof. Dra. **Samira Lima da Costa**

Rio de Janeiro  
2017

### CIP - Catalogação na Publicação

F565m Fiuza, Alex de Castro  
Modos de produção enquanto ferramenta para a  
conservação: uma análise na Reserva Extrativista  
Terra Grande-Pracuúba / Alex de Castro Fiuza. --  
Rio de Janeiro, 2017.  
192 f.

Orientadora: Samira Lima da Costa.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa  
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e  
Ecologia Social, 2017.

1. conflito socioambiental. 2. psicossociologia.  
3. povos e comunidades tradicionais. 4. sentidos de  
comunidade. 5. emancipação. I. Costa, Samira Lima  
da, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Ata da Reunião da Banca Examinadora do aluno Alex de Castro Fiúza, candidato ao grau de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reuniram-se os membros da Banca Examinadora aprovada pelo conselho de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para examinar a Dissertação de Mestrado do aluno Alex de Castro Fiúza, registro n.º. 115005202. Fizeram parte da Banca os(as) Professores(as) Doutores(as) Samira Lima da Costa (orientadora), CPF n.º. 017.646.317-81, Carlos Frederico Bernardo Loureiro, CPF n.º. 971.485.477-68, Luciana Alvarenga, CPF n.º. 035.020.487-03; sendo a primeira sua orientadora. A professora Samira Lima da Costa, na qualidade de Presidente da Banca, abriu os trabalhos concedendo ao aluno tempo para exposição oral de sua dissertação intitulada "Modos de Produção enquanto ferramenta para a conservação: Uma análise na Reserva Extrativista Terra Grande-Pracuúba". Dando prosseguimento, o aluno foi argüido pelos(as) professores(as) examinadores(as). Ato contínuo passou a Banca a proceder à avaliação e julgamento da dissertação, concluindo pela Aprovação. O aluno, portanto, foi declarado Alto a receber o grau de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Nada mais a declarar, eu, Ricardo Antonio Xavier de Barros Fernandes, lavrei e assinei a presente ata, sendo seguida da assinatura dos membros da banca e da aluna. Rio de Janeiro, trinta e um de março de dois mil e dezessete.**

Secretário: Ricardo Fernandes  
Banca: [assinatura]  
[assinatura]  
Luciana Alvarenga  
Aluno: Alex de Castro Fiúza

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## RESUMO

Além de estar vinculado a um “desenvolvimento” baseado na constituição de desigualdades, o sistema capitalista, atual modelo hegemônico de desenvolvimento, lançou a sociedade numa forte crise ambiental. Essa crise pode ser abordada de diferentes maneiras. Uma dessas abordagens parte da premissa de que os atuais problemas ambientais não estão localizados na natureza e fora da sociedade; não são problemas “ambientais”, mas sim sociais com desdobramentos ambientais; e que o modelo de produção capitalista está no cerne dessa atual crise. Assumo esta perspectiva a partir de autores vinculados à ecologia política e que versam principalmente sobre os conflitos socioambientais brasileiros. O materialismo histórico-dialético foi o referencial teórico basilar para esta pesquisa que objetivou descrever e analisar a organização socioeconômica de comunidades tradicionais inseridas na Reserva Extrativista Terra Grande-Pracuúba - localizada na Ilha do Marajó/PA – e sua relação com a dimensão ambiental. Nessa trajetória, partindo-se de uma abordagem psicossocial e qualitativa, foram adotadas as técnicas ‘observação participante’ e ‘entrevistas centradas’(focused interview). Para a análise dos dados utilizou-se a técnica ‘análise de conteúdo’, tendo como ferramenta de suporte o Atlas Ti. Foi possível constatar que os grupos sociais analisados exercem suas práticas econômicas, seu trabalho, de maneira espacialmente integrada às demais práticas materiais e imateriais necessárias à sua reprodução social. Tal integração favorece a manutenção ecossistêmica de seus territórios, especialmente diante do atual modelo hegemônico de desenvolvimento, que se caracteriza pela alta mobilidade do capital. Frente às possibilidades de avanço deste modelo ambientalmente predatório sobre seus territórios conservados, constatou-se que o fomento às suas práticas produtivas tradicionais, especialmente às voltadas para a produção de bens com significativo ‘valor de uso’, para além de favorecer a autonomia socioeconômica e política desses povos; tende a potencializar a conservação ecossistêmica local frente ao avanço de injustiças socioambientais.

Palavras-chave: conflito socioambiental; psicossociologia; povos e comunidades tradicionais; sentidos de comunidade; emancipação.

## ABSTRACT

In addition to being linked to a "development" based on the constitution of inequalities, the capitalist system, today's hegemonic model of development, launched society in a strong environmental crisis. This crisis can be approached in different ways. One of these approaches starts from the premise that the current environmental problems are not located in nature and outside of society; are not "environmental" problems, but social problems with environmental consequences; and that the model of capitalist production is at the heart of this current crisis. I assume this perspective from authors related to political ecology and who deal mainly with the Brazilian socio-environmental conflicts. The historical-dialectical materialism was the basic theoretical reference for this research that aimed to describe and analyze the socioeconomic organization of traditional communities included in the Terra Grande-Pracuúba Extractive Reserve - located on the Island of Marajó / PA - and its relation with the dimension environmental. In this trajectory, starting from a psychosocial and qualitative approach, the techniques 'participant observation' and 'focused interview' were adopted. For the data analysis the 'content analysis' technique was used, with Atlas Ti as a support tool. It was possible to verify that the analyzed social groups exercise their economic practices, their work, in a spatially integrated way to the other material and immaterial practices necessary for their social reproduction. Such integration favors the ecosystem maintenance of their territories, especially in the face of the current hegemonic model of development characterized by the high mobility of capital. Faced with the possibilities of advancing this environmentally predatory model over its conserved territories, it was found that the promotion of its traditional productive practices, especially those directed to the production of goods with significant 'value in use', besides favoring socioeconomic and policies autonomy of these peoples; tends to potentiate local ecosystem conservation in the face of the advancement of social and environmental injustices.

Keywords: Socio-environmental conflict; Psychosociology; Peoples and traditional communities; Senses of community; Emancipation.

À Bába, meu querido e eterno guru;  
e em memória de Raimunda Santana da Costa (Dona Raimunda).

## AGRADECIMENTOS

Buscarei aqui elencar aqueles que de forma mais direta participaram da realização deste trabalho. Não obstante, tenho certeza que além destes, reflexos de muitas outras pessoas queridas também estão presentes neste estudo, pelo simples fato de fazerem parte da minha história de vida e da minha formação.

Ao apoio familiar, base da segurança afetiva necessária à busca cotidiana em sermos felizes. Esta busca foi o que me levou ao mestrado e seus resultados, entre os quais esta dissertação. Minha enorme gratidão aos meus pais, pelas amorosas intenções e esforços a mim dedicados; pelo cuidado sempre presente, mesmo na distância física, de minha mãe; e pela convivência construtiva e ressignificadora que tive ao lado de meu pai. À minha irmã e ao meu irmão, por me provarem que as diferenças não são empecilhos ao amor e especialmente pelas três ‘fofuras’ que trouxeram ao mundo e que tanto alegram nossas vidas: Manuela, Marcela e Matheus.

À minha amorosa companheira, pela paciência, cumplicidade e apoio; sonharmos e nos lançarmos juntos pela vida me conforta o coração! Aos meus sogros, pela convivência harmoniosa, e a minha cunhada, que desbravou este Rio de Janeiro e que tanto nos acolheu carinhosamente.

À minha querida professora e orientadora, Samira Lima da Costa, ou somente Bia, pela rica orientação acadêmica: comprometida, precisa, sensível e humana; alguém que preza pela autonomia e liberdade do outro e que inspira com a humildade de quem flutua através do tênue equilíbrio entre o conhecimento, a sabedoria e o sentimento.

Ao professor Frederico Loureiro, por semear minha mente com riquíssimas contribuições; e por cultivá-las através de um comprometimento e seriedade exemplares, dignificando a função de educador. Grato por se fazer presente do início ao fim nesta jornada. E à Dra. Luciana Alvarenga, grato pelos assertivos conselhos e pela determinação e paciência em me fazer compreendê-los.

Aos professores do programa EICOS, especialmente à Marie Beyssac, pelo aprendizado sobre uma ferramenta que foi importantíssima para a pesquisa: o Atlas Ti; e à Michel Thiollent, pelas sutis, mas claras orientações quando cursei sua disciplina.

Aos membros do grupo de pesquisa LabMEMS, pelas valiosas contribuições, exemplos e encontros; e aos colegas do Programa EICOS, com quem dividi momentos de aprendizado e de amparo mútuo. Um agradecimento especial ao Fernando Castro, que contribuiu com afinco, competência e dedicação na formatação desta dissertação.

Aos parceiros na gestão da RESEX Terra Grande-Pracuúba, quando nesta estive atuando diretamente enquanto gestor, por dividirem comigo tantas das experiências fundamentais para a concepção desta pesquisa, em nome de Sebastião Tavares/AMORETEGRAP; Paulino Corrêa/STTR; Édel Moraes e Ivanildo Brilhante/CNS; Sandro Pinheiro/EMATER; Andrei Cardoso, Walcieléa Cruz e Eduardo Barros. A estes três últimos amigos do ICMBio, uma gratidão especial à Wal, por me apresentar o EICOS e pelo apoio durante a pesquisa; e ao Edu, pela acolhida junto ao seu lar quando de minha estadia por Belém durante a viagem de campo.

Ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio e a todos os amigos da Coordenação Regional - CR8 do instituto, em nome do ex-coordenador, Luís Felipe de Souza, da atual coordenadora, Andréa Ribeiro, e do ex-substituto, Paulo Motta, pelos apoios fundamentais à concretização deste trabalho. À CGGP-ACADEBio, em nome de Gabriela Araújo, assim como aos colegas de instituto: Flávia Oliveira, Daniel de Castro, Leonardo Messias, Gilceli Menezes e Paulo Russo pela força durante o pleito do tão importante apoio institucional. Faço menção também ao amigo Olivar Bendelak, por inspirar o título do capítulo 4.1.7; e aos demais colegas de profissão que foram fundamentais na realização do campo: Simone Albarado e Patrick Jacob, chefes das RESEXs Terra Grande-Pracuúba e Arioca-Pruanã respectivamente, agradeço por todo o amparo logístico disponibilizado; Elias Baía, pela participação segura e efetiva de sempre; Teobaldo, Bruno, Rony, Charles e demais membros da equipe NGI Breves, pelo acolhimento, assim como aos colegas da CR4/ICMBio, agradeço o apoio para a realização desta pesquisa.

Aos amigos e parceiros; mestres, sábios e professores da RESEX Terra Grande-Pracuúba, a minha gratidão pelo passado, presente e futuro de inspirações e convivências edificantes. Aos moradores das comunidades Timbotuba e Serafina, por de braços abertos me acolherem durante a pesquisa. Ao apoio da AMORETEGRAP, em nome de Sílvio Tavares. À Azamor Gomes e Júlia Corrêa, Ananias Tavares e Carmita Machado, por me abrirem a porta de seus lares, acolhedores abrigos. A todos aqueles que contribuíram com entrevistas e conversas, o meu sincero agradecimento!

Sem a participação dessas personalidades, e de tantas outras com as quais tive a oportunidade do encontro, este trabalho não teria sido concebido. Poderia ser outro, caso fossem outros os encontros, mas nunca igual. Gratidão ao universo por esses e pelos que estão por vir!

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**AMORETEGRAP** - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Terra Grande-Pracuúba

**CAEE** - Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da **UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

**CUT** – Central Única dos Trabalhadores

**EICOS** - Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**FETAGRI**- Federação dos Trabalhadores na Agricultura

**IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**ICMBio** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**IPCC** - Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática

**MEB** – Movimentos Eclesiais de Base

**MMA** – Ministério do Meio Ambiente

**MPEG** - Museu Paraense Emílio Goeldi

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**QU** – Quotation (seção do áudio da entrevista que foi transcrita)

**RESEX** - Reserva Extrativista

**SISBIO** - Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

**SNUC** - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

**STTR** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

**TCLE** - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UFRJ** - Universidade Federal do Rio de Janeiro

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Mapa político do Brasil (FONTE: [http://www.espacoeducar.net/2008/02/atlas\\_08.html](http://www.espacoeducar.net/2008/02/atlas_08.html). Acesso em 24/02/2017).....p.18
- Figura 2.** Mapa político da Ilha do Marajó (FONTE: Paulo de Carvalho, 2009. <http://marajoando.blogspot.com.br/2009/12/o-mapa-da-ilha.html>. Acesso em 24/02/2017),p.18
- Figura 3.** Mapa da RESEX com a identificação das comunidades, rios, centros urbanos dos municípios de Curalinho e São Sebastião da Boa Vista e outros pontos de referência, inclusive a fábrica de extração e beneficiamento de palmito desativada (FONTE: BRASIL/ ICMBio, 2011 – Acervo da RESEX Terra Grande-Pracuúba).....p.19

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Resumo logístico da pesquisa de campo.....	p.44
---	------

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	13
1.1. Apresentação da dissertação	13
1.2. Apresentação do campo	15
1.3. Apresentação do problema e dos objetivos	21
<b>2. REVISÃO TEÓRICA</b>	26
2.1. Modos de produção, conflitos socioambientais e as hipóteses da pesquisa	26
2.2. A abordagem psicossocial	32
2.3. Convergências teóricas	35
<b>3. METODOLOGIA</b>	40
3.1. A trajetória no campo para a construção dos dados de pesquisa	43
3.2. O processo de sistematização e análise dos dados	46
3.3. Aspectos éticos	49
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	50
4.1. Memórias ancoradas no Alto Canaticú: lembranças reproduzidas na luta pela reprodução social	50
4.1.1. Os tempos remotos da antiga olaria, dos cabanos e das lavouras	50
4.1.2. A vida e a produção nos antigos seringais da Terra Grande	65
4.1.3. Da Terra Grande para a grande ‘Terra’	78
4.1.4. Do conflito social ao socioambiental	90
4.1.5. A empresa capitalista e sua fábrica (e as distintas representações)	97
4.1.6. Novos cabanos	120
4.1.7. Para manter-se local, agir global	132
4.2. O tempo presente no Alto Canaticú: ocupações e trabalho	139
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	182
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	188

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Apresentação da dissertação

A presente dissertação é fruto de uma pesquisa que teve como objetivo principal a descrição e a análise da organização socioeconômica em comunidades tradicionais na Reserva Extrativista Terra Grande-Pracuúba e suas relações com a dimensão ambiental. Assim centro minhas questões, pois acredito que eventuais concepções de mundo distintas e modos de produção diferenciados podem contribuir no campo das discussões e soluções para os problemas ambientais decorrentes do modo de produção e de desenvolvimento capitalistas.

Nesse sentido, trago alguns argumentos e contribuições teóricas que embasam a pertinência de se abordar a problemática da atual crise ambiental considerando toda a sua complexidade e as dimensões espaciais e temporais que nela se interconectam, entre elas a social, econômica, cultural, política, psicológica e ambiental. Assim me aproximo da perspectiva adotada pela ecologia política e da ecologia social, especialmente em decorrência do modo como definem as causas da crise ambiental atual e, a partir da leitura de autores contemporâneos que discutem os conflitos socioambientais brasileiros à luz do materialismo histórico-dialético, mais daquela no tocante as estratégias de luta social em direção a projetos societários mais justos, diversos e ambientalmente viáveis.

Baseado nesta perspectiva teórica, me aproximo do caso concreto a partir de uma abordagem psicossocial. Nesta assumo o trabalho como categoria intermediária de diálogo tanto entre o indivíduo e o macrossocial<sup>1</sup> quanto entre os fundamentos teóricos da presente pesquisa: a ecologia política e a psicologia social.

A presente dissertação está estruturada em seis capítulos. Neste primeiro, apresento o local que baseou tanto as questões motivadoras para esta pesquisa quanto as investigações de campo empreendidas: a Reserva Extrativista (RESEX) Terra Grande-Pracuúba. Num segundo momento, abordo o problema: a situação concreta que suscita reflexões sobre possíveis caminhos alternativos para a transformação do quadro problemático; e os objetivos da pesquisa.

No segundo capítulo, apresento referenciais teóricos que utilizo para fazer a discussão proposta. Na primeira parte, trago argumentos que defendem a indissociabilidade entre as atuais crises ambientais e sociais e, por conseguinte, a importância de se trazer ao cerne do

---

<sup>1</sup> Entre o indivíduo e o socioambiental ou as subjetividades e o mundo objetivo.

movimento ambientalista, as questões econômicas e sociais de nosso tempo. Enquanto campo representativo da intersecção entre essas dimensões, abordo os conflitos socioambientais entre povos com formas distintas de apreensão material e imaterial do mundo. Na primeira parte desse capítulo também abordo as principais hipóteses da pesquisa. Na segunda parte, discorro sobre a psicossociologia e a abordagem oriunda desta perspectiva teórico-prática para, na sequência, apresentar numa terceira parte, as convergências teóricas entre os referenciais acima mencionados, diálogos teóricos importantes para as análises empreendidas.

No terceiro capítulo apresento a metodologia utilizada. Começo este terceiro capítulo abordando os métodos e as técnicas adotadas. Após, num primeiro subcapítulo, apresento como foi a trajetória de reaproximação junto à RESEX Terra Grande-Pracuúba e aos atores locais, descrevendo o caminho operacional da pesquisa de campo. Num segundo subcapítulo, relato a etapa seguinte, que foi a de sistematização e análise dos dados construídos durante o período em campo. No terceiro e último subcapítulo, trato das questões éticas relacionadas à realização da presente pesquisa, inclusive das autorizações necessárias para a sua realização.

O quarto capítulo é onde relato resultados e desenvolvo as discussões. Este capítulo foi estruturado a partir da construção de um eixo temporal linear, definindo-se assim diferentes unidades epocais que se comunicam enquanto estrutura horizontal:

Se esta intercomunicação, não obstante, só existisse dentro de uma mesma unidade “epocal”, não haveria continuidade histórica. Esta, que é indubitável, se explica na medida em que a intersubjetividade, a intercomunicação, sobrepõem a interioridade de uma unidade “epocal” e se estendem até à seguinte. Esta solidariedade intercomunicativa entre unidades “epocais” distintas constitui o domínio da “estrutura horizontal (FREIRE, 1983, p. 40).

Desta forma, o quarto capítulo se constitui de dois subcapítulos. O primeiro trata de relatos de memórias presentes no Alto Canaticú e que estão relacionadas à ocupação e aos trabalhos desenvolvidos na região, assim como as relações desses e dos trabalhadores em questão com o meio tanto ambiental quanto social. Este primeiro subcapítulo dos ‘resultados e discussões’, que se refere ao passado presente no Alto Canaticú, possui sete partes.

A primeira delas aborda as memórias mais longínquas relativas ao processo de ocupação da região. Em sequência cronológica, na segunda consta discussão sobre os tempos em que a estrutura socioeconômica local passou a ser fortemente influenciada pela demanda e produção da borracha. A terceira é uma descrição do período em que se intensificou o intercâmbio entre seringueiros da antiga fazenda Terra Grande e movimentos sociais ligados à igreja católica e à luta sindical rural; assim como uma discussão das relações desse

intercâmbio com as reivindicações dos seringueiros por melhores condições de vida e mais justiça social. Na quarta parte é abordado um conflito socioambiental deflagrado na região após a venda da fazenda para uma empresa de extração e beneficiamento de palmito. Seguindo no aprofundamento da discussão sobre esse conflito, a quinta parte é dedicada à caracterização do processo de trabalho na empresa, a partir especialmente do olhar daqueles que nela trabalhavam; e uma análise sobre as distintas representações desses em relação aos que contra a empresa lutavam. A luta destes últimos é o centro da discussão empreendida na sexta parte, onde constam diversos relatos sobre o conflito e as estratégias de luta adotadas. Na última parte, a sétima, a atenção é lançada sobre uma das estratégias de luta que lideranças da Terra Grande adotaram: a busca por apoio e alianças políticas.

No segundo subcapítulo dos ‘resultados e discussões’, os esforços se dão no sentido de caracterizar as ocupações e trabalhos atualmente desenvolvidos nas comunidades Timbotuba e Serafina, assim como as relações que aqueles mediatizam entre essas comunidades e os ecossistemas presentes no Alto Canaticú. Neste esforço, são discutidas as formas de organização social e econômica dos povos e comunidades tradicionais locais; e as identidades, interesses e sentidos de comunidade envolvidos.

Essa construção cronologicamente linear dos ‘resultados e discussões’ foi natural e através da qual me senti mais a vontade para redigir o respectivo capítulo. Dessa forma, me pareceu ser também a forma mais adequada na tentativa de comunicação com os leitores do trabalho. Para concluir, o quinto e último capítulo traz as considerações finais relativas à pesquisa. É onde busco sintetizar e explicitar o que considero os principais resultados da investigação realizada.

Abaixo dou sequência nas apresentações iniciais, que são o foco deste primeiro capítulo, detalhando o campo onde se deram as investigações da pesquisa.

## **1.2. Apresentação do campo**

A RESEX Terra Grande-Paracuúba está localizada nos Municípios de Curralinho e São Sebastião da Boa Vista, na Ilha do Marajó, estado do Pará, com área de 194.695,1808 ha (cento e noventa e quatro mil, seiscentos e noventa e cinco hectares, dezoito ares e oito centiares). Ela foi instituída pelo estado brasileiro através do Decreto Federal S/N de 05 de junho de 2006, tendo como objetivo básico proteger os meios de vida e a cultura das

populações extrativistas residentes na área de sua abrangência, assim como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados por estas populações.

Segundo o Art. 18, da Lei Federal nº 9985/2000<sup>2</sup>, as reservas extrativistas são assim definidas:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo<sup>3</sup> e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (Regulamento)

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo<sup>4</sup> da área.

§ 4º A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

§ 5º O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 6º São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

§ 7º A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade (BRASIL, 2000).

A primeira concepção das RESEXs se deu no âmbito da luta dos seringueiros. Estes tornaram pública em 1985, durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, e inicialmente foram concebidas no âmbito da política agrária, na forma de Projetos de Assentamento Extrativistas. Posteriormente foram designadas enquanto unidades de conservação da

---

<sup>2</sup> É a lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

<sup>3</sup> O conceito de extrativismo assumido no presente trabalho é o mesmo adotado pelo SNUC, que em seu art.2º, inciso XII, o define como um “sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis.”

<sup>4</sup> Segundo o SNUC, em seu Art. 2º, inciso XII, plano de manejo é o “ documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. ”

natureza, através do Decreto nº 98.897/1990. Nesse momento, a ‘reforma agrária dos seringueiros’, como era conhecida tendo em vista a intenção de assegurar-lhes a posse da terra e as suas formas de utilização tradicional, foi vinculada à política ambiental brasileira. Assim se deu em função da conjuntura política favorável que, a partir das aproximações entre os movimentos dos seringueiros e o ambientalista, se configurou nesse campo. Na década de 90, essa articulação política se expandiu e, além da Amazônia, outros biomas brasileiros passaram a contar com a presença de RESEXs (CUNHA e LOUREIRO, 2012).

Segundo Porto-Gonçalves (2000, apud CUNHA e LOUREIRO, 2012, p. 2):

As RESEX surgem como uma proposta de mudança na estrutura territorial e socioeconômica da região, em que o “direito de ficar” se sobrepõe ao “direito de ir e vir” dominante na sociedade capitalista e explicitado pelo direito de compra e venda de propriedades.

Minha experiência prévia de trabalho junto à RESEX Terra Grande-Pracuúba, experiência decisiva para elaboração tanto do problema quanto das demais questões norteadoras da presente pesquisa, me influenciaram na decisão de adotar este como o campo a ser investigado.

Compreendo esta minha prévia experiência profissional enquanto as tão importantes fases de aproximação e reconhecimento do campo de pesquisa à que Becker (2007) faz referência. Segundo o autor, essas fases são de fundamental importância para que o pesquisador possa observar a dinâmica social e reverter estas observações empíricas em questões conceituais que passarão a entrar na problematização da pesquisa, influenciando inclusive as escolhas metodológicas.

Minha experiência de trabalho junto à RESEX se iniciou quando assumi o cargo de analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade<sup>5</sup> – ICMBio - em julho de 2009, exercendo a função de gestor da referida unidade de conservação até fevereiro de 2012. Nesse período pude me aproximar das pessoas, comunidades e instituições locais, participando de trabalhos vinculados a diagnósticos participativos; organização e integração social - entre eles a Construção do Conselho Deliberativo da RESEX; e manejo e ordenamento de recursos naturais - entre eles oficinas de manejo de várzea e construção de

---

<sup>5</sup> O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei Federal nº 11.516/2007, o ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais (fonte: <http://www.icmbio.gov.br/portal/o-instituto-destaque>).

acordos de gestão. Desta forma, entendo que esta experiência prévia junto ao campo me antecipou e forneceu uma base prévia tanto de relações quanto de conhecimentos junto às pessoas das comunidades estudadas, aspecto importante de ser considerado tendo em vista a importância desse fator numa pesquisa junto a pessoas e comunidades.

Acredito que essa experiência prévia junto ao campo; os mais de quatro anos transcorridos desde que me desliguei e me distanciei dele; e o momento de reaproximação possibilitada pelo presente projeto de pesquisa contribuíram na tensão entre participação e distanciamento, entre identificação e estranhamento, tão importante e inerente à condição de pesquisador de grupos sociais (ECKERT & ROCHA, 2008; MELLO E SOUZA, 2003).

Desta forma, e salientando Flick (2009), para quem uma pesquisa de campo deve ser considerada a partir dos lugares prováveis para a observação do fenômeno social em relevo, entendo que a escolha da RESEX Terra Grande-Pracuúba foi pertinente e contribuiu com a concretização da pesquisa, com reflexos inclusive nos resultados alcançados.

Essa RESEX foi objeto de diferentes disputas e contestações. Quando surgiu a reivindicação pela sua criação, no ano de 1997, o local estava sendo palco de um conflito socioambiental específico no qual estavam diretamente implicadas as comunidades do Alto Rio Canaticú e uma empresa de extração e beneficiamento de palmito que se instalou no local (BRASIL/ICMBio, 1997). As estruturas desativadas desta ainda se encontram na região.

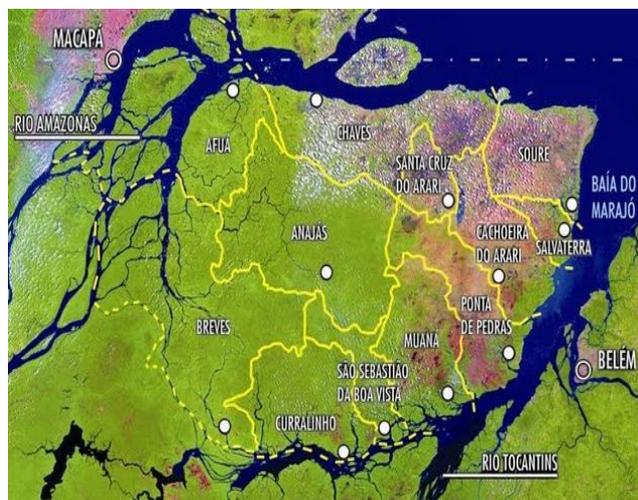
Abaixo segue a localização da RESEX e um mapa onde estão destacados o campo de pesquisa, as comunidades e demais pontos de referência:

**Figura 1. Mapa político do Brasil** (FONTE: [http://www.espacoeducar.net/2008/02/atlas\\_08.html](http://www.espacoeducar.net/2008/02/atlas_08.html)).



**Figura 2. Mapa político da Ilha do Marajó.** (FONTE: PAULO DE CARVALHO, 2009.

<http://marajoando.blogspot.com.br/2009/12/o-mapa-da-ilha.html>).



**Figura 3. Mapa da RESEX com a identificação das comunidades, rios, centros urbanos dos municípios de Curralinho e São Sebastião da Boa Vista e outros pontos de referência, inclusive a fábrica de extração e beneficiamento de palmito desativada (FONTE: BRASIL/ ICMBio, 2011 – Acervo da RESEX Terra Grande-Pracuúba)**



Diante da extensa área da RESEX e da quantidade de comunidades tradicionais nela inserida, fiz um recorte territorial para a realização da pesquisa. Delimitei o Alto Rio Canaticú<sup>6</sup> para a realização das investigações em campo. Para esta escolha, contribuiu o fato de ter sido nessa região que se iniciou o movimento para a criação da reserva, inclusive devido aos conflitos socioambientais ali ocorridos.

As comunidades que participaram do estudo foram duas comunidades tradicionais presentes na região: Timbotuba e Serafina. O Decreto Federal nº 6040/2007, em seu Art. 3o, define os povos e comunidades tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Essa categoria, “populações tradicionais”, mais recentemente denominados povos e comunidades tradicionais,

<sup>6</sup> A região ora denominada de Alto Canaticú está destacada em vermelho no mapa logo acima.

tem conhecido deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo afastada do quadro natural e do domínio dos ‘sujeitos biologizados’ e sendo cada vez mais acionada para designar agentes sociais, que assim se auto definem, isto é, que manifestam consciência de sua própria condição. Ela designa, deste modo, sujeitos sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério político-organizativo uma diversidade de situações correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que têm se estruturado em movimentos sociais (ALMEIDA, 2006, p. 11 apud CRUZ, 2014, p.66).

O uso do conceito de povos tradicionais, enquanto denominação aos grupos sociais destacados acima, procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis (LITTLE, 2002 apud CRUZ, 2014).

Esses povos passam a se proclamarem enquanto populações tradicionais no bojo das lutas dos seringueiros do Estado do Acre, movimento de luta pelo território que ocupam e, ao mesmo tempo, historicamente associado à defesa da natureza frente ao desmatamento dos seringais para a expansão da monocultura da soja e da pecuária (CRUZ, 2014).

Esta autora, inspirada por Little (2002)<sup>7</sup>, afirma que essa discussão envolve a necessidade de se discutir principalmente a questão da territorialidade. A denominação de “povos tradicionais” possibilita uma estratégia nas lutas desses povos em prol de seus direitos, favorecendo as suas reivindicações territoriais frente ao Estado brasileiro. Com isso se observa que as diferenças não são somente de nomenclatura, mas têm no bojo da discussão questões políticas que interferem na forma como essas populações são vistas e tratadas pelo Estado brasileiro.

Nessa linha, a Reserva Extrativista Terra Grande-Pracuúba pode ser entendida como uma conquista das comunidades que tradicionalmente ocupam essas terras; e estas compreendidas enquanto território tradicional, nos termos do Decreto Federal nº 6040/2007: “espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007).

O reconhecimento, a garantia e proteção deste território<sup>8</sup> enquanto tradicional, em virtude das comunidades localmente presentes; assim como o reconhecimento de sua

---

<sup>7</sup> Little, P. E. (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade (No. 322). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

<sup>8</sup> “O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar

importância ambiental e ecológica, se deu pelo Estado brasileiro a partir das lutas e da reivindicação dessas comunidades. No dia cinco de junho de 2006 a área foi decretada como unidade de conservação federal, nos termos do Artigo nº 18 da Lei Federal nº 9985/2002, que institui as Reservas Extrativistas no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação–SNUC.

### **1.3. Apresentação do problema e dos objetivos**

Diversos estudos e autores descrevem as contradições inerentes ao sistema capitalista e suas diversas consequências negativas. Desse modelo socioeconômico que se constitui mediante o estabelecimento de desigualdades e se baseia na primazia da propriedade privada dos meios de produção, da livre iniciativa, da competição e do lucro sobre outros valores e dimensões da vida humana; decorrem graves consequências não só sociais, mas também ambientais.

Segundo Marx (1971, p.72 apud DUARTE, 1999, p. 76), o modo de produção capitalista se caracteriza pela presença de duas características básicas: o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence a sua força de trabalho; e a segunda é que “o produto é propriedade do capitalista e não do produtor imediato, o trabalhador”.

A produção capitalista se caracteriza pela dissociação plena entre os ‘trabalhadores’ e os ‘meios de produção’, pela presença de um ‘não-trabalhador’ que, pela propriedade daqueles meios pode impor as condições de produção, garantindo a extração de uma mais-valia<sup>9</sup> que servirá para uma reprodução do processo, ampliada em escala historicamente inédita (DUARTE, 1999, p.59).

Não obstante essas características, não exclusivas do capitalismo, outro elemento o distingue de outros modos de produção. As relações de produção, anteriormente focadas para o usufruto direto (subsistência) daqueles que localmente eram trabalhadores e proprietários dos meios de produção (época do feudalismo), começaram a ser direcionadas para a produção generalizada de mercadorias.

No caso do escravismo e do feudalismo, ambos modos de produção baseados na exploração de classe, a massa da produção está voltada

---

da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2006, p. 140 apud SILVA et al, 2010).

<sup>9</sup> A ‘mais-valia’ é o ‘valor excedente’ gerado pelo ‘tempo de trabalho excedente’ de um trabalhador que não é proprietário de seus meios de produção. Esse excedente é em relação ao ‘tempo de trabalho necessário’ para que o trabalhador produza o valor que lhe é pago pelo capitalista, sendo ‘valor excedente’ o gerador do lucro que o capitalista tem a partir do trabalho alheio.

inteiramente para satisfazer as necessidades dos produtores e da classe exploradora. A questão principal não é o que é produzido, mas sim a divisão do produto social entre exploradores e explorados. No capitalismo as coisas são muito diferentes. O desenvolvimento da divisão de trabalho significa que a produção em cada local de trabalho é agora altamente especializada e separada dos outros locais de trabalho: cada produtor não pode satisfazer suas necessidades a partir de sua própria produção. Um trabalhador numa fábrica de abridores de latas não pode comer abridores de latas. Para viver ele deve vendê-los a outros. Os produtores são, portanto, interdependentes em dois sentidos: eles precisam cada um dos produtos dos outros, mas eles também precisam uns dos outros como compradores de seus produtos para que eles possam obter o dinheiro com o qual compram aquilo que precisam. Este sistema Marx chama de produção generalizada de mercadoria (CALLINICOS, 2004, p.3).

Segundo esses autores, nesses modos de produção distintos do capitalismo, o trabalho social concreto é, e considero ao menos em parte, diretamente trabalho social, ou seja, a produção é para o uso, para satisfazer algumas necessidades específicas de seus produtores. Onde a produção é destinada exclusivamente para a troca, contudo, não há uma conexão necessária entre o trabalho útil realizado por um produtor particular e as suas necessidades materiais imediatas.

Marx assinalou que as mercadorias podem existir sem capitalismo. Dinheiro e comércio são encontrados em sociedades não capitalistas.

Todavia, a troca de mercadorias em tais sociedades é principalmente um meio de obter valores de uso, as coisas das quais as pessoas necessitam. A circulação de mercadorias em tais circunstâncias toma a forma de M-D-M, onde M é mercadoria e D dinheiro. Cada produtor toma sua mercadoria e a vende por dinheiro para comprar uma outra mercadoria de outro produtor. O dinheiro é apenas o intermediário na transação (CALLINICOS, 2004, p.4).

O dinheiro é o meio ao invés do fim do processo. Já onde as relações capitalistas prevalecem, essa relação se inverte e o dinheiro (agora capital) deixa de ser meio para ser a própria finalidade da relação mercantil. O ‘valor de uso’ das mercadorias passa a ser ‘valor de troca’, posto que deixam de ter como finalidade principal o consumo e atendimento de necessidades dos envolvidos na produção para tornarem-se meios para obtenção de capital.

A circulação de mercadorias toma uma outra forma, mais complexa: D-M-D1. Dinheiro é investido para produzir mercadorias que são, então, trocadas por mais dinheiro. E mais, o D1, o dinheiro que o capitalista ou investidor consegue após a transação, é maior do que D, o dinheiro investido inicialmente (CALLINICOS, 2004, p.4).

Dessa margem extra, apenas uma pequena parte é utilizada para a manutenção dos padrões de vida e consumo dos proprietários dos meios de produção. A outra parte, de valores

ainda mais expressivos, é prioritariamente reinvestida na própria produção. De maneira diferente, em outras sociedades, à exemplo do feudalismo, onde a produção era orientada pelo valor de uso - ou seja, onde se produzia prioritariamente para atender às necessidades de subsistência e/ou consumo dos envolvidos na produção - os proprietários dos meios de produção consumiam a parte excedente gerada pelo trabalho dos produtores diretos, não havendo reinvestimentos.

No capitalismo, reinvestir na própria produção é uma necessidade imposta aos capitalistas pelo próprio regime. Ao estar voltada exclusivamente para a produção de mercadorias, fabricantes de um mesmo produto irão competir pelo mesmo mercado. Seu relativo sucesso dependerá em como possam vender seus produtos por um menor preço. Isso implica em aumentar a produtividade do trabalho (CALLINICOS ,2004, p.3).

É este processo, através do qual a mais-valia é reinvestida constantemente na produção, que Marx chama de ‘acumulação de capital’. Para fazer frente a essa competição, é necessário reinvestir parte importante dos lucros em meios de produção, aperfeiçoando tecnologias e maquinários e, desta maneira, aumentar a produtividade. Este desenvolvimento, inclusive de tecnologias, está voltado não necessariamente para o atendimento das necessidades básicas da sociedade, mas sim para a geração e a acumulação do capital necessário para a manutenção da empresa capitalista dentro de um mercado competitivo e cada vez mais globalizado. Caso contrário, quem não gerar e reinvestir a mais-valia,

logo se verá superado pelos rivais que investem em métodos aperfeiçoados de produção e que são, portanto, capazes de produzir mais barato e podem obrigar ao rebaixamento dos preços de bens do primeiro capital. Um capital que falha em acumular logo se verá em direção à bancarrota. O processo de acumulação, justamente porque é inseparável da concorrência entre capitais, não é nada tranquilo ou uniforme. Marx argumenta que o processo de acumulação é também a reprodução das relações capitalistas de produção. O que ele quer dizer é que a sociedade não pode seguir existindo a menos que a produção seja constantemente inflada, e isso depende de os capitalistas reinvestirem o valor realizado no mercado na produção (CALLINICOS, 2004, p.13).

Em síntese, e de maneira bem simples, o autor afirma que:

O capital é uma acumulação de valor que atua para criar e acumular mais valor. Bem antes do capitalismo, homens ricos acumularam riqueza pela expropriação de trabalho excedente de pessoas escravizadas ou em situações de servidão. Mas essa riqueza era usada para consumo, sendo que eles podiam ter uma maior porção das necessidades e luxúrias da vida. Essa riqueza não era capital, embora venha de uma fonte comum - trabalho excedente[...] Ele (o capital) atua para assegurar acumulação posterior (CALLINICOS ,2004, p.6).

Nesse processo, segundo Ioris (2010), o modo de produção capitalista imprime sobre a natureza uma lógica reducionista, posto que baseada essencialmente nessa acumulação ilimitada de capital. Essa faculdade inerentemente expansionista do capitalismo o conduz a uma outra contradição, além da existente entre os trabalhadores e as relações de trabalho, que é uma discordância entre as forças de produção e as próprias condições de produção (O'CONNOR, 1998 apud IORIS, 2010).

Assim sendo, com o avanço das relações de produção capitalista, o metabolismo entre sociedade e natureza passa por uma ruptura em função da crescente mercantilização dos recursos e processos da natureza (FOSTER, 2000). Isto significa dizer que os desequilíbrios socioambientais gerados pela ilimitada e crescente demanda por finitos recursos naturais estão inscritos no próprio modo de funcionamento da organização socioeconômica capitalista, sendo indissociável de sua existência, pois ao precisar expandir-se ilimitadamente para não perecer, ele dilacera a fonte material necessária a sua reprodução: a inescapável contradição entre o capitalismo e sua base natural/material, contradição que nos lançou no seio de uma forte crise ambiental. Dessa forma,

a análise da crise ambiental contemporânea deve partir das próprias contradições no interior da sociedade humana, contradições que não são biológicas, mas sociais; que não se baseiam na evolução genética, mas na história econômica; que não têm raízes nas contradições ecológicas em geral, mas naquelas que se estabelecem entre classes e setores sociais em particular (FOLADORI, 2001, p. 45).

A história econômica é fundamental para a discussão dessa crise. A ocorrência da revolução industrial intensificou o processo de ruptura entre natureza e sociedade, ainda que se verifique a inerente indissociabilidade entre ambas, conforme evidenciado pelas correntes da Ecologia tanto Social quanto Política.

Para Moscovici (2007), a quem muitos dos autores ligados à Ecologia Social recorrem, o lugar do ser humano na natureza está em crise. De maneira convergente, Loureiro e Layargues (2013), autores vinculados à Ecologia Política, reforçam esse entendimento ao afirmarem que a causa dos problemas ambientais tem origem nas relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevalecentes; a crise ambiental não expressa problemas da natureza, mas problemas que se manifestam na natureza.

Entre esses problemas estão as atuais mudanças climáticas e seus impactos. Para o IPCC<sup>10</sup> - Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima da ONU - esse é um fenômeno

---

<sup>10</sup> Organização intergovernamental criada para dar subsídios científicos para as decisões políticas referentes às mudanças do clima (NETO, 2010).

de aumento da temperatura do planeta advindo principalmente do aumento das emissões antrópicas de gases de efeito estufa<sup>11</sup> na atmosfera. A intensidade e o atual modelo de desenvolvimento contribuem decisivamente nesse processo, tanto por meio da intensificação da atividade industrial quanto da degradação de ecossistemas que, mantidos e conservados, favorecem a regulação do clima planetário. Na América Latina, entre os impactos dessas mudanças está a redução da produtividade agrícola e da criação de animais, com possíveis impactos sobre a segurança alimentar de diferentes povos (NETO, 2010).

O presente projeto de pesquisa se insere nesse contexto, trazendo alguns argumentos e contribuições teóricas que embasam a pertinência de se abordar a problemática da atual crise ambiental considerando a sua complexidade, que abrange dimensões espaciais e temporais de aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos, psicológicos e ambientais.

Desta forma, a presente pesquisa teve como objetivo principal analisar e discutir a organização socioeconômica de comunidades tradicionais na Reserva Extrativista Terra Grande-Pracuúba e sua relação com a dimensão ambiental. Para tanto, traçaram-se como objetivos específicos: (a) descrever memórias de membros comunitários relativas ao trabalho e aos seus modos de produção, especialmente nas relações desses com a dimensão socioambiental; (b) identificar e descrever os modos de produção e a organização socioeconômica nessas comunidades; (c) analisar a relação entre as dimensões socioeconômica e ambiental na vida comunitária.

---

<sup>11</sup> O carbono (CO<sub>2</sub>), o gás metano (CH<sub>4</sub>) e o óxido nitroso (N<sub>2</sub>O).

## 2. REVISÃO TEÓRICA

### 2.1. Modos de produção, conflitos socioambientais e as hipóteses da pesquisa

Modos de produção, comercialização e condições econômicas semelhantes entre si podem ser compreendidos enquanto um plano de identificação onde se articulam eventuais interesses comuns entre indivíduos então mutuamente identificados. O próprio interesse comum em serem reconhecidos enquanto agentes atuantes e detentores de direitos é um potencial aglutinador social. Nesse sentido,

[...] de acordo com a sociologia de Bourdieu, devemos nos atentar para o fato de que o funcionamento do espaço social baseia-se na vontade dos grupos sociais em existir socialmente. Para isso, a lógica da distinção é a que se aplica na produção de identidades, conferindo aos grupos sociais visibilidade e reconhecimento pela sociedade. E isso não se faz sozinho, mas por meio da legitimação de uma identidade comum, mobilizada pela adesão de agentes com posições vizinhas no espaço social. (LOUREIRO *et al.*, 2012, p.113).

Assim sendo, modos de produção e comercialização distintos do modelo capitalista podem ser aspectos de legitimação e de fundação de identidades entre indivíduos e/ou grupos sociais, contribuindo inclusive com a mobilização social necessária ao enfrentamento de ameaças oriundas do modelo de produção atualmente hegemônico.

Segundo Valencio *et al.* (2014, p.196), o reconhecimento mútuo entre atores ameaçados e/ou mutilados em sua cidadania “será aquilo que, eventualmente, ampliará sua vocalização que, de fundo, reporta à mesma questão: reivindica a justiça social e a torna retumbante e luminosa”.

Um caso concreto da estratégia acima exposta é o movimento contra o racismo ambiental nascido nos Estados Unidos e que posteriormente deu origem ao movimento por justiça ambiental. O preâmbulo do documento ‘Princípios da Justiça ambiental’, abaixo transcrito e elaborado durante a primeira Conferência Nacional das Lideranças Ambientalistas de Cor, em Washington (Pacheco e Faustino, 2013), evidencia essa estratégia ao conclamar todos os povos de cor do planeta para um só movimento, utilizando a etnia desses povos como fator identitário comum para o mútuo reconhecimento entre as ‘pessoas de cor’:

NÓS, PESSOAS DE COR, reunidas nesta Primeira Cúpula Nacional de Lideranças Ambientalistas de Cor para iniciar a construção de um movimento nacional e internacional de todos os povos de cor para combater a degradação e proteger nossas terras e comunidades, [...] para promover alternativas econômicas que possam contribuir para o desenvolvimento de meios ambientalmente seguros de subsistência; e

para garantir a liberdade política, econômica e cultural que nos foi negada ao longo de mais de 500 anos de colonização e opressão, resultando no envenenamento de nossas comunidades e da terra e no genocídio de nossos povos, afirma e adota estes princípios: (seguem os 17 princípios).<sup>12</sup>

Semelhante à reunião de reivindicações sociais e ambientais efetivada pelos ‘ativistas de base’ no movimento contra o racismo ambiental (PACHECO E FAUSTINO, 2013), até que ponto lançar nosso olhar para modos de produção alternativos ao capitalismo pode unir ativistas ambientais e sociais num mesmo movimento em direção a modelos mais justos, diversos e viáveis do ponto de vista socioambiental? Em outras palavras, até que ponto olharmos para distintos modos de produção enquanto oportunidades na direção de tais modelos societários pode contribuir com a indissociabilidade entre o ativismo social e ambiental, ficando o potencial aglutinador de modos diferenciados de produção para além das lutas contra as desigualdades socioeconômicas?

A categoria ‘conflito ambiental’, de caráter socioambiental e por isto definida no presente trabalho também como ‘conflito socioambiental’, ganha destaque nessa estratégia política, segundo Foster (2002). Essa categoria qualifica e integra a ação organizada em defesa de justiça social e do direito à vida emancipada, saudável e sustentável, uma vez que trata das relações estabelecidas nos processos conformados a partir de interesses antagônicos entre agentes que disputam recursos naturais e buscam legitimar seus modos de vida (LOUREIRO E LAYARGUES, 2013).

O mencionado direito à vida emancipada, além de saudável e sustentável, é compreendido no presente trabalho conforme definição de Thiollent (2002). Segundo o autor, emancipação é o contrário de dependência, submissão, alienação, opressão, dominação e falta de perspectiva. Desta forma, o termo caracteriza situações em que se encontram sujeitos que conseguem atuar com autonomia, liberdade e auto-realização. Pode representar lutas e conquistas, de caráter coletivo e compartilhável entre membros de classes populares, capazes de mobilizar coletividades a alcançar resultados mais abrangentes. Em síntese, o autor assume o conceito de emancipação como sendo diferente de uma “simples” ascensão social, ou promoção, por estar ligada a uma trajetória com dimensões participativa, crítica e reflexiva visando transformações sociais.

Qualificando e integrando a ação organizada em defesa do direito a uma vida emancipada e, ao mesmo tempo, promotora de justiça socioambiental; os conflitos ambientais

---

<sup>12</sup> Trecho retirado de Pacheco & Faustino (2013, p. 86).

- ou socioambientais - se dão, segundo Acselrad (2004), quando num determinado contexto envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território; pelo menos um desses grupos tem a continuidade das suas formas de apropriação do meio ameaçada por impactos indesejáveis decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

Segundo este autor, no processo de sua reprodução, diferentes sociedades se confrontam com diferentes projetos de uso e significação dos recursos ambientais. Em face de interesses distintos de uso, podem eclodir conflitos entre os diferentes projetos, sentidos e finalidades de apropriação de um determinado território e seus recursos naturais em disputa. “Vista de tal perspectiva, a questão ambiental é intrinsecamente conflitiva, embora este caráter nem sempre seja reconhecido no debate público” (ACSELRAD, 2004, p. 14).

Os modos sociais de apropriação do mundo material, ora compreendidas como modos de produção ou formações socioeconômicas, além de potencialmente conflitivos, caracterizam-se também pela possibilidade de determinados ‘acordos simbióticos’ que, quando não se fazem possíveis, abrem campo para a eclosão de conflitos socioambientais. Aqueles acordos se dão quando num determinado espaço territorial compartilhado, ou em vias de ser, pela incidência de interesses de distintos atores e grupos sociais, esses interesses se convergem em simbiose.

Acordos de tal ordem não resultam, portanto, de uma harmonização dos interesses particulares na submissão a um bem superior, mas de um processo imanente do que Stengers<sup>13</sup> chama de ‘entre-captura’, onde atores que se ‘co-inventam’ integram, cada um por sua própria conta, e eventualmente de forma conflitiva, uma referência ao outro. E cada um dos atores co-inventados nesta relação tem, para se manter, interesse em que o outro, dada a inevitabilidade da interação de suas práticas, também mantenha a sua existência, ainda que no interior de inescapáveis relações de poder (ACSELRAD, 2004, p.17)

Entre essas inescapáveis relações de poder, estão as que condicionam a aceitação, por determinados grupos sociais que estão despossuídos de meios de produção, de relações de trabalho precárias. Além de limitar a atuação desses grupos enquanto vendedores de sua força de trabalho, o poder de negociação deles frente aos detentores do capital encontra-se comprometido em proporção semelhante ao desbalanceamento de poder existente sobre meios de produção.

Para o estabelecimento de ‘acordos simbióticos’ onde o desbalanceamento de poder entre os atores dispostos no campo favorece o estabelecimento de relações baseadas na

---

<sup>13</sup> Stengers, L. (1996). *Cosmopolites*, tome 1, *La Guerre des Sciences, La Découvert/Les Empecheurs de Penser em Rond*, Paris, cap. 3, *Écologies*, p. 64-66.

exploração exaustiva tanto de corpos quanto de ecossistemas, a atual mobilidade dos capitais tem um papel decisivo.

Essa grande mobilidade, aliada ao não controle das populações locais sobre meios de produção e, conseqüentemente, sobre sua própria força produtiva enquanto sujeitos econômicos; permite aos concentradores de capital, entre os quais as grandes empresas, procederem a um tipo de ‘chantagem locacional’ por intermédio de seus investimentos. Assim sendo, o capital pode aprisionar parte importante das populações locais à ‘alternativa’ de aceitar a promessa de emprego e renda a qualquer custo, incluindo os custos ambientais representados pela eventual degradação de seus territórios (ACSELRAD e BEZERRA, 2010).

Segundo estes autores (2010, p.181), “as pressões dos portadores do poder de investir são feitas sob a forma de dois tipos de ameaça: (a) retirar o investimento para outro local ou (b) não implantar nenhuma outra atividade naquela área, caso não seja aceito o empreendimento tal como a empresa o deseja”. Dessa forma, ao não terem os meios para produzir sua própria subsistência e o suficiente aos seus legítimos anseios, os indivíduos de determinado local são pressionados a aceitar as alternativas e condições muitas vezes precárias de trabalho oferecidas pelos concentradores de capital.

Acredito que atores locais organizados e articulados politicamente, ao somarem forças para a manutenção e posse dos meios de produção necessários a sua adequada subsistência, entre os quais o próprio território ocupado, ganham poder de ‘barganha’ e negociação em eventuais ‘ofertas’ de empregos e investimentos nos locais onde vivem. Dessa forma, podem inclusive recusar tais propostas caso avaliem que o bônus seja menor que o ônus socioambiental. E é nessa recusa que os conflitos se dão.

Os conflitos ambientais surgidos [...] são emblemáticos das contradições que permeiam os modelos de desenvolvimento no interior do qual respectivamente eclodem. E, ao contrário da visão funcionalista para a qual os conflitos são um simples sinal de que algo não vai bem, trazendo benefícios ao sistema e permitindo-lhe uma auto-regulação permanente, há que considerar que na recusa dos atores há também uma positividade<sup>14</sup>. E que essa positividade não é apenas constitutiva de sujeitos, que se definem com frequência em um movimento de recusa, mas ela tem efeitos também, no caso que nos ocupa, sobre o modo como se organizam as relações espaciais e as formas de apropriação do território e seus recursos (ACSELRAD, 2004, p. 17)

---

<sup>14</sup> (MOULIER E BOUTANG, 1999 apud ACSELRAD, 2004, p. 17)

Alguns grupos sociais aparecem recorrentemente no Mapa dos Conflitos Ambientais<sup>15</sup>, entre os quais estão os diversos povos e comunidades tradicionais devido às suas concepções e formas de uso do espaço diferentes das concepções e formas capitalistas. Desta forma, está em jogo a continuidade da ocupação do território por esses grupos (LEROY E MEIRELES, 2013).

Segundo estes autores (2013, p. 117), além de uma busca permanente por um crescimento baseado no uso intensivo dos recursos naturais que tende ao esgotamento desses recursos ou à sua degradação, nas concepções e formas de desenvolvimento capitalistas “o espaço se torna algo indefinido, mero suporte para as atividades econômicas e infraestruturais[...] A única estratégia para o capital parece ser a corrida tecnológica e uma crescente artificialização do planeta e da vida humana”.

Em aproximação aos entendimentos desses autores, acredito que as comunidades e povos tradicionais possuem diferenças em relação a esse modelo de desenvolvimento, ora compreendido também como modelo de reprodução social baseado na acumulação irrestrita de capital. Segundo aqueles autores, as relações de ocupação, produção, significação e usufruto do território por esses povos ocorrem de maneira distinta do modelo capitalista. Leroy e Meireles (2013) afirmam ainda que tais relações fundamentam ancestralidades e vínculos interdependentes dos povos e comunidades tradicionais com a conservação dos biomas e ecossistemas de seus territórios.

Nesse sentido, não obstante a vitalidade dos ecossistemas ser necessária aos seres humanos de um modo geral, acredito, conforme Porto e Pacheco (2009, apud PACHECO e FAUSTINO, 2013), que a proteção e a recuperação ambiental aparecem como imprescindíveis especialmente para a garantia dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais. Ao resguardarem e conservarem seus territórios e os ecossistemas nos quais se inserem, esses povos tradicionais potencializariam sua qualidade de vida; suas práticas sociais, culturais, e econômicas; e a própria biodiversidade (LEROY E MEIRELES, 2013).

Assim sendo, da mesma forma que a proteção e recuperação ambiental parecem ser fundamentais na garantia das concepções e formas de uso desses povos, até que ponto o caminho inverso poderia ser verdadeiro? Ou seja, até que ponto suas concepções de mundo, seu modo de vida e especialmente, tendo em vista o enfoque da presente pesquisa, seus modos

---

<sup>15</sup> Iniciativa que visa - através da sistematização de informações e a listagem de territórios onde riscos e impactos ambientais afetam diferentes populações brasileiras - tornar públicas as vozes que lutam por justiça ambiental e que frequentemente são discriminadas e invisibilizadas pelas instituições e pela mídia: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>

de produção e de reprodução social favorecem o uso equilibrado e sustentável dos recursos naturais? Em outras palavras, até que ponto é viável pensarmos em modos de produção enquanto ferramentas para a conservação?

Essas são minhas hipóteses, que incluem avaliar tanto os pressupostos ora expostos, assim como contribuir com a busca de respostas para as perguntas que delas ainda carecem. Essas perguntas foram mobilizadoras de inquietações e, estas, de ações que se concretizaram na realização da presente pesquisa.

Para a discussão dessas questões, julgo importante a contribuição do economicista heterodoxo Georgescu-Roegen que, conforme explanação de Acsehrad (2004), chamou a atenção para duas formas de se conceber a questão ecológica. A primeira, onde prevalece a problemática das quantidades de matéria e energia, postula que sendo finitos os recursos do planeta, temos de economizá-los. Tal concepção, de perfil tendencialmente economicista, resulta em que se busque postergar, por medidas de combate ao desperdício, o momento em que os recursos se esgotarão. A segunda compreende e ultrapassa a questão das quantidades, colocando pergunta distinta: se o mundo e seus recursos são finitos, quais são os fins para os quais nós deles nos apropriamos? Nesta ótica, não está em causa apenas a escassez futura de meios que se anuncia, mas a natureza dos fins que norteiam a própria vida social.

Loureiro e Layargues (2013) reforçam esse entendimento ao afirmarem que a causa dos problemas ambientais tem origem nas relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevaletentes; a crise ambiental não expressa problemas da natureza, mas problemas que se manifestam na natureza; e que a categoria “trabalho” é central para a reflexão sobre os conflitos socioambientais – não problemas ambientais.

Inspirado pelos autores acima e outros mais (COSTA e MACEDO, 2016; DUARTE, 1999; COSTA, 2012; VIEIRA, 2012; IORIS, 2010; VALENCIO et al 2014), no presente trabalho pretendi explorar as possibilidades de um olhar sobre a questão ambiental que fosse sensível tanto ao papel da diversidade sociocultural quanto ao papel do conflito entre distintos projetos de apropriação e significação do mundo material.

Tal perspectiva é a que parece ser cada vez mais essencial ao delineamento de um quadro analítico capaz de orientar políticas ambientais que apresentem, ao mesmo tempo, atributos de efetividade e de legitimidade democrática<sup>16</sup> (ACSELRAD, 2004, p.14).

---

<sup>16</sup> “A percepção da pertinência da consideração dos conflitos ambientais para qualquer esforço político de ordenamento territorial que remeta a critérios ecológicos atingiu em período recente até instâncias usualmente pouco propensas a incorporar analiticamente o dissenso. Diz um documento de um técnico do Banco Mundial tornado público no ano 2000: ‘ A sociedade é caracterizada por conflitos, muitas vezes sobre o uso da terra e seus recursos. A resolução de conflitos sociais se dá através do processo político. O processo técnico de planejamento tem certa tendência de esperar que ele, por si só, possa levar a um consenso, a uma harmonia

Segundo este autor, tendo em vista a complexidade inerente aos diferentes conflitos socioambientais, é um desafio encontrar instrumentos de análise apropriados à sua compreensão.

Vista a complexidade do quadro que se afigura na reordenação contemporânea dos mecanismos de regulação dos recursos ambientais a nível mundial, coloca-se, tanto para pesquisadores como para formuladores de políticas, o desafio de encontrar os instrumentos de análise apropriados ao entendimento desta rede intrincada de processos sócio-ecológicos e políticos que põem, inelutavelmente, ‘a natureza no interior do campo dos conflitos sociais’. O método requererá o esforço [...] de articular a caracterização das dimensões físico-materiais com a explicitação das dimensões simbólicas associadas aos modos de representar o ‘meio’, ambos elementos indissociáveis na explicação das estratégias dos diferentes atores envolvidos nos processos conflituos em causa (ACSELRAD, 2004, p.9).

Nesse ‘meio’ que é representado de maneira distinta pelos diferentes sujeitos e grupos socioculturais, e inclusive entre os próprios membros contidos nestes, estão incluídos os demais atores e sujeitos com os quais cada um daqueles diferentes grupos se relacionam. Os outros são por nós representados a partir dos constructos simbólicos que dinamicamente herdamos, transformamos, construímos e/ou aceitamos, e não raro conforme nossos interesses.

Investigar o espaço simbólico onde desenvolvem-se os conflitos ambientais significa assim esclarecer as condições de instauração de princípios de referência evocados para legitimar acordos e regular conflitos que envolvem a noção de natureza e de meio ambiente (ACSELRAD, 2004, p.20).

A seguir irei discutir sobre os motivos que me levam a esta posição e a pertinência de assumi-la enquanto lugar dentro do campo psicossocial.

## **2.2. A abordagem psicossocial**

A psicossociologia ganhou espaço e se desenvolveu tendo em vista as limitações da sociologia, ou da psicologia, sozinhas, se aproximarem da integralidade das condutas

---

social sobre o assunto. Certamente pode contribuir para tal. Mas o zoneamento não deve ignorar a existência de conflitos de interesses como um fato básico social, e terá mais chances de sucesso se for conduzido como um processo de negociação, de resolução de conflitos entre os que possuem interesses envolvidos. Parece, inclusive, que deveria começar logo com o diálogo entre os interessados sobre os problemas e opções por eles percebidos, e não com as pesquisas e os mapas. O processo em quase todos os casos (exceção:Acre) parece ter começado com os trabalhos técnicos.’ Cf.C. Diewald, ‘ZEE-como continuar?’ in Seminário sobre Zoneamento Ecológico Econômico, Anais...Ministério do Meio Ambiente, Manaus -2000.” (ACSELRAD, 2004, p.30).

humanas. A diferença da sociologia e psicologia não decorre essencialmente de que uma se ocupa das coletividades e a outra do indivíduo, mas de que as duas se mantêm em certo nível de abstração e ignoram os processos interacionais que lhes são irredutíveis (MAISONNEUVE, 1977).

Para o autor, o domínio próprio da psicossociologia aparece, pois, essencialmente, como o da interação: interação dos processos sociais e psíquicos ao nível das condutas humanas; das pessoas e dos grupos no quadro da vida cotidiana. Desta forma, tem como principal característica, nem tanto seu objeto de estudo, mas o modo como lida com seu objeto (MOSCOVICI e HEWSTONE, 1985 apud COSTA e MACIEL, 2009).

Segundo estes autores, ao contrário da leitura dicotômica entre psicologia e sociologia, que propõe uma relação binária entre sujeito (individual ou social, respectivamente) e objeto, a psicossociologia integra esses elementos através de um olhar distintivo e ao mesmo tempo integrativo ao buscar a compreensão dos fenômenos em um nível intermediário de diálogo entre o individual e o macrossocial.

Maisonneuve (1977) prefere o termo psicossociologia em relação à psicologia social, pois este pode aparecer enquanto seção particular da psicologia, sendo também abusivo considerar a psicossociologia enquanto parte da sociologia. Nesse sentido, o autor prefere utilizar o termo enquanto ciência autônoma em relação às outras duas. Assim busca-se evitar limitar sua localização teórico-prático ao campo tanto da sociologia quanto da psicologia. A pretensão é afastar-se tanto de uma perspectiva “socializante”, que realça a primazia do coletivo em relação ao individual, quanto “psicologista”, cujas bases se alicerçam na primazia do indivíduo sobre a sociedade, ou da natureza sobre a cultura.

Segundo Nasciutti (1996), a psicossociologia se debruça sobre as relações que o indivíduo mantém com o social: os aspectos sociais e psíquicos que atuam nessas relações, o modo como estas se estruturam e os efeitos da interação sobre o indivíduo. Este visto como ator social relativamente autônomo, dotado de liberdade de ação frente a um contexto social que o precede e que lhe designa um lugar; indivíduo membro de uma cultura, mas também sujeito psíquico, dotado de pulsões, de afetos, defesas, projeções, identificações e desejos, constituindo o social que o constitui.

O campo da Psicossociologia é o dos grupos, das instituições, dos “conjuntos concretos” nos quais o indivíduo se encontra e que mediatiza sua vida pessoal e a coletividade. Trata-se do estudo do desejo do sujeito e da vontade dos atores sociais modificando (agindo sobre) um mundo que os modifica e sobre eles age; trata-se ainda da reconstrução de uma realidade psíquica e histórica, cuja consciência, questionamento e interpretação podem produzir um sentido novo.

Perceber as dimensões essenciais dos problemas, dos conflitos, dos processos de idealização e de alienação, dos investimentos pessoais, pode ser um caminho para a transformação da ação individual e coletiva, da vontade de inovar e de buscar um prazer mais legítimo para cada um (NASCIUTTI, 1996, p.54).

Esse compromisso pode orientar a avaliação e inclusão das diferentes abordagens existentes, trazendo para a sistematização teórica e interventiva o máximo possível de forças e atores sociais progressistas e engajados que lutam num determinado campo. Assim podem ser construídas alianças ou, em termos gramscianos, um bloco histórico de atores sociais que contribuem para as várias formas de práxis emancipatórias. Em parte, a própria participação no trabalho profissional concreto, em seus debates e lutas, nos coloca permanentemente este desafio (VASCONCELOS, 2008).

Segundo este autor, no mundo acadêmico e científico, assim como na formação e prática profissional, é possível fragmentar a realidade a ser investigada com base nas competências, saberes, teorias e ciências muito específicas. Ultrapassar essa postura convencional é buscar a não redução da riqueza multidimensional da realidade.

Este desafio implica fazer do processo de construção do conhecimento uma atividade com riscos muito maiores em relação ao pensamento herdado; maior probabilidade de errar criando. Nesse sentido, tendo como fim de pesquisa a aproximação a uma realidade reconhecidamente complexa, e explicitar que a própria pesquisa está contida neste real sobre o qual não temos controle; é reconhecer que também não temos controle sobre a própria pesquisa, e a falta deste pressupõe riscos, seja na vida cotidiana ou acadêmica.

Segundo Vasconcelos (2008), uma particularização específica do olhar e que negligencie o contexto não é desejável para quem assume um compromisso junto às lutas populares ou à produção de políticas sociais públicas. Esse engajamento nos implica pensar o objeto de estudo do ponto de vista da complexidade com que ela se apresenta na realidade, de forma que subsidie a práxis dos atores sociais e dos gestores que nela atuam em prol das necessidades, interesses, projetos históricos, lutas e ações dos movimentos populares e da maioria da população. Nesse caso, continua o autor, a delimitação do objeto nos exige um foco empírico bastante preciso, pois é a partir da sua complexidade que as definições teóricas e contribuições metodológico-operativas mais concretas poderão ser definidas com maior precisão. É também com esse fim que busco acolher a categoria trabalho na presente pesquisa.

A integração entre os campos socioambiental e psicossocial pode ampliar a compreensão sobre fenômenos que envolvam práticas sociais em suas diferentes relações com

a questão ambiental e, no presente estudo em particular, nos processos sempre relacionais que envolvem o trabalho.

Segundo Veronese e Guareschi (2005), é possível afirmar que o trabalho é espaço privilegiado de constituição do sujeito, seja sob o ponto de vista de uma sociologia das práticas sociais ou de um ponto de vista psicológico. O exercício do trabalho, ao contribuir com a configuração da saúde mental, autoestima, vida familiar, realização e satisfação pessoal de quem o exerce, gera reflexos também no engajamento social dos trabalhadores em questão.

O trabalho propicia o estabelecimento de relações onde as competências cognitivas e afetivas do sujeito são postas a prova, desenvolvidas, intensamente vivenciadas através das múltiplas experiências que o contexto laboral proporciona. É impossível dissociar, nessa perspectiva, psicogênese e sociogênese das emoções, cognições e ações de um sujeito; são processos concomitantes, e os tomamos, articulados, como processos de subjetivação (VERONESE E GUARESCHI, 2005, p.62).

A autora e o autor acima adotam a subjetividade como sendo “um processo complexo de construção simbólica de sentidos, sobre si e o mundo, simultaneamente um fenômeno da pessoa ou sujeito singular e de seu lugar sócio-histórico” e continuam ao afirmar que, por ser plural e polifônica, as origens e a produção desta subjetividade “não podem ser analisadas nem no indivíduo, nem somente em termos infra ou supra-estruturais” (VERONESE E GUARESCHI, 2005, p.62).

Assim, ao reconhecer essa complexidade e este lugar intermediário de diálogo entre o indivíduo e o macrossocial; e ao adotar o trabalho enquanto categoria analítica para investigar esse lugar de diálogo; considero e adoto a abordagem psicossocial na análise dos contextos e conflitos socioambientais a serem investigados, assim como nas relações estabelecidas nos diferentes modos de apropriação material, conforme exposição a seguir.

### **2.3. Convergências teóricas**

Segundo Loureiro (2015, p. 170), autor que reforça a importância da categoria trabalho no tocante às discussões socioambientais de nosso tempo,

os problemas e questões postos na contemporaneidade se configuram de determinadas formas no capitalismo que não equivalem ao que foi socialmente estabelecido em nenhuma outra sociedade e tais formas precisam ser enfrentadas concretamente – e não como fatores descolados das mediações sociais complexas que as constituem (LOUREIRO, 2015, p. 170).

Além do universo material, dessas mediações sociais complexas também fazem parte universos subjetivos onde construções simbólicas de sentidos se dão em mútua e estreita relação com aquele universo objetivo. Ao reconhecer a integração entre essas diferentes dimensões, que compõem a totalidade manifesta enquanto um fenômeno social concreto, considero no campo das observações desta pesquisa tanto a dimensão objetiva, material, quanto as dimensões psicológicas, ou seja, as subjetividades envolvidas.

No que se refere à psicologia social<sup>17</sup>, pesquisas tem comprovado que as diversas produções subjetivas - singulares e pessoais - estão de uma forma ou outra implicadas no trabalho (VERONESE E GUARESCHI, 2005). Essa mesma categoria é também, e mais do que nunca, fundamental para o debate sobre projetos societários alternativos e a problematização das relações capitalistas, inclusive as que se dão através dos conflitos socioambientais – não problemas ambientais (LOUREIRO e LAYARGUES, 2013).

Nesse sentido, a utilização de abordagens que reconhecem a integração da esfera socioambiental com a psicológica pode significar a ampliação da compreensão de fenômenos que envolvam práticas sociais em suas diferentes relações com a questão ambiental. No presente estudo, são nos processos sempre relacionais que envolvem o trabalho que busco fundamentar tal integração. O trabalho aqui é compreendido como “o metabolismo entre o ser humano e a natureza, entre o indivíduo e os outros, objetivando o humanamente subjetivo e subjetivando o humanamente produzido” (LOUREIRO e LAYARGUES, 2013, p.57 e 58). Assim, ao reconhecer essa complexidade e este lugar intermediário de diálogo entre o indivíduo e o socioambiental, passo a situar a presente pesquisa dentro do campo psicossocial.

Esse campo tem como principal característica nem tanto seu objeto de estudo, mas o modo como lida com seu objeto. O olhar distintivo e ao mesmo tempo integrativo que busca a compreensão dos fenômenos em um nível intermediário de diálogo entre o individual e o macrossocial é o que define a atividade do pesquisador em psicossociologia (MOSCOVICI e HEWSTONE, 1985 apud COSTA e MACIEL, 2009). Esse olhar mais integrativo se aproxima do que Loureiro afirma em relação a alguns autores marxistas, entre os quais Postone. Estes, segundo o autor, recuperam

o sentido praxiológico e dialético da obra de Marx, evidenciando que o processo de transformação social não se dá pelo agir no mundo do trabalho (dimensão estrutural-sistêmica) ou no da linguagem (cotidiano, universo simbólico), formalmente separadas, mas pela superação das formas de mediação social de uma sociedade

---

<sup>17</sup> “Muitos autores na área da Psicologia e da Sociologia, ainda que não usem o nome de Psicossociologia, demonstram uma preocupação com a evidência da complexidade do sujeito psicossocial” (COSTA e MACIEL, 2009, p. 6).

determinada historicamente (mediações estas que exigem o entendimento mutuamente constitutivo entre estas ‘dimensões’ (LOUREIRO, 2015, p. 161).

Nesse processo de transformação, além do trabalho, as classes também se apresentam como categorias importantes, inclusive nos debates que visam mudanças nas relações socioambientais do modo de produção capitalista. Segundo Thompson (2002, apud LOUREIRO E LAYARGUES, 2013), classe é estrutura e processo, conjunto de práticas culturais e políticas dotadas de historicidade e vinculadas a relações e modos de produção.

Investigar esses modos de produção e as relações a eles vinculados pode contribuir com o debate sobre a atual crise socioambiental. Esse caminho converge com a perspectiva e o objeto de estudo da ecologia política. Segundo Loureiro e Layargues (2013), a ecologia política busca, a partir de determinado contexto, compreender o modo de funcionamento societário para propor intervenções políticas que visem transformar condições estruturais de produção e relações de propriedade geradoras de injustiças socioambientais.

Além disso, estes autores apontam que a ecologia política, ao explicitar as contradições do atual modelo de desenvolvimento - que se sustenta na geração de desigualdades socioeconômicas e no uso abusivo e predatório da natureza - intenta compreender e explicitar a necessidade de transformação dessa realidade que é “além de materialmente insuportável, também eticamente abominável” (GORZ, 1976 apud LOUREIRO E LAYARGUES, 2013, p.56).

Tendo como base esses pressupostos e as adversidades sociais e ambientais advindas da constituição de desigualdades de nossa sociedade capitalista, na presente pesquisa considero que este modo de produção está na raiz das atuais crises sociais e ambientais e, portanto, a discussão sobre modos de produção alternativos são de suma importância, inclusive na articulação entre movimentos sociais e ambientais.

Nesta articulação a categoria ‘conflito ambiental’ ganha destaque (FOSTER, 2010 apud LOUREIRO E LAYARGUES, 2013). Para os autores, essa categoria qualifica e integra a ação organizada em defesa de justiça social e do direito à vida emancipada, saudável e sustentável, uma vez que trata das relações estabelecidas nos processos conformados a partir de interesses antagônicos entre agentes que disputam recursos naturais e buscam legitimar seus modos de vida.

Para a análise desses conflitos, Acselrad (2004) afirma a importância de se considerar não só as dimensões ambientais envolvidas, mas também os constructos simbólicos dos sujeitos envolvidos. Afinal a contestação e disputa pela apropriação dos territórios e seus

recursos estão associadas tanto ao universo material (objetivo) quanto ao simbólico (subjetivo).

Assim sendo, partindo de referenciais teóricos que se baseiam no materialismo histórico-dialético e de uma abordagem psicossocial, aventou-se na presente pesquisa a possibilidade de modos de produção alternativos ao capitalismo serem considerados não só no campo das soluções para as problemáticas socioeconômicas dele decorrentes, mas também no campo das soluções para a crise ambiental instalada no seio de sua hegemonia.

Tal perspectiva se alinha ao modo de se operar a construção do conhecimento nas abordagens críticas. Segundo Loureiro (2015, p. 171-172), “para uma epistemologia crítica, o que pode ser definido como destrutivo é histórico, relativo a um modo específico de organização social”. Dessa forma, segundo o autor, se os processos de degradação das naturezas, inclusive humana, são históricos; é plausível supor, investigar, explicitar e/ou produzir conhecimentos orientados para a transformação das relações sociais que geram ou agravam tais processos.

Nesse sentido, o autor afirma que “por mais que a complexidade e o entrelaçamento de aspectos diferenciados da totalidade pareçam tornar impossível a transformação social, [...] para um crítico esta é sempre possível e necessária.” Nesse mesmo sentido, como bem coloca Harvey:

É precisamente porque uma ruptura num ponto de um ciclo tem impactos imediatos em todos os outros que a mudança se torna possível. E o que Marx mostra é que, de qualquer maneira, inevitavelmente ocorrerão rupturas, havendo assim muitas oportunidades para intervenções políticas (HARVEY 2014, p.88, apud LOUREIRO 2015, p. 172).

Para os críticos as possibilidades de transformação social também se dão a partir do reconhecimento de que não há: respostas prontas, neutralidade científica, soluções prévias e formalistas; mas sim ação intencional na práxis, no movimento teórico-prático de busca de outros caminhos possíveis (LOUREIRO, 2015).

Busco esses outros caminhos junto às comunidades e povos tradicionais que, segundo Leroy e Meireles (2013), aparecem recorrentemente no Mapa dos Conflitos Ambientais<sup>18</sup> devido as suas formas diferenciadas de produção e concepção de mundo. Para os envolvidos na busca de processos mais descentralizados e democráticos de ordenamento territorial,

---

<sup>18</sup> Iniciativa que visa - através da sistematização de informações e a listagem de territórios onde riscos e impactos ambientais afetam diferentes populações brasileiras - tornar públicas as vozes que lutam por justiça ambiental e que frequentemente são discriminadas e invisibilizadas pelas instituições e pela mídia: <http://www.conflitoambiental.iciet.fiocruz.br/>

estudar os conflitos socioambientais é também uma oportunidade de contribuir com a visibilidade necessária ao reconhecimento político e cultural dos distintos atores sociais que resistem aos processos de monopolização dos recursos ambientais e de concentração de capital (ACSELRAD, 2004).

Para além, tal reconhecimento também pode contribuir na configuração da saúde mental, autoestima e satisfação pessoal dos atores que resistem. Tais configurações subjetivas se relacionam ao próprio engajamento social dos sujeitos implicados, conforme afirmam Veronese e Guareschi (2005).

Foi a partir dessa abordagem de cunho psicossocial e inspirada por referências baseadas no materialismo-histórico dialético que foram investidos esforços na busca dos objetivos da presente pesquisa.

### 3. METODOLOGIA

Adotei a abordagem qualitativa frente o campo de estudo por reconhecer este como um complexo onde estão inseridas, em uma dialética constante, várias dimensões da realidade, entre as quais a social, econômica, histórica, política, psicológica e ambiental; e cujas implicações mútuas e espaços de interfaces se fazem importantes de serem considerados para uma compreensão mais integrada e aproximativa do “real”.

Nesse sentido, entendo que as abordagens qualitativas, ao não se restringirem a uma percepção ‘encapsulada’, unidimensional, reducionista e linear<sup>19</sup> da realidade; permitem o aprofundamento e a problematização necessárias à investigação. Portanto, o caso é abordado não como uma fatia representativa de um todo, como tradicionalmente se observa nos métodos quantitativos, mas sim como uma realidade particular a partir da qual é possível realizar generalizações teóricas consistentes (CRUZ, 2014).

E neste sentido, o próprio Marx nos situa em relação ao que lhe convém chamar de concreto, considerando que esse concreto é a “síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida” (MARX, 2008, p. 258-259 apud CRUZ, 2014).

O reconhecimento da complexidade e das diferentes dimensões constituintes da totalidade que se manifesta enquanto um fenômeno social me levaram a considerar, no campo das observações, as dimensões subjetivas envolvidas, inserindo a pesquisa no campo psicossocial.

Partindo de referenciais teóricos baseados no materialismo histórico-dialético e de uma abordagem psicossocial; e considerando que aquele tem no ambiente natural sua fonte de pesquisa primordial através do qual os dados são construídos: descrições de pessoas, situações e acontecimentos que aparecem na forma de extratos da vida social riquíssimos em símbolos (LÜDKE & ANDRÉ, 1986. p. 11-13); e que a psicossociologia envolve o levantamento, a descrição e interpretação de produções coletivas, buscando registrar fenômenos da vida cotidiana (COSTA, 2008); busquei a aproximação necessária junto ao objeto de estudo.

Não podemos tomar a distância que, de certo modo, conforta o historiador clássico — para quem a objetividade do fato estaria garantida pela distância no tempo; e nem tampouco desejamos nos valer da neutralidade científica — delimitando um recorte capaz de

---

<sup>19</sup> Linear no sentido de uma sequência: começo, meio e fim.

garantir a distância entre nós e nosso “objeto”. Muito ao contrário, nossos esforços de pesquisa se conduzem na atualidade e se dirigem à compreensão do tecido social que nos envolve, do sujeito que somos e do modo como produzimos conhecimento (PEDRO, 2003. p. 29 apud COSTA, 2008).

Nessa linha de entendimento, Angrosino (2009) afirma que os pesquisadores qualitativos estão interessados em ter acesso a experiências, interações e documentos em seu contexto natural, visando entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais a partir da forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, suas experiências coletivas cotidianas, interações e comunicações.

Quanto à necessária aproximação junto ao fenômeno a ser estudado, realizei uma pesquisa de campo, estando esta detalhada no subcapítulo 3.1. Para a realização desta adotei as técnicas de “observação participante” e “entrevistas centradas com informantes chaves”. Notas sobre as observações participantes foram registradas através de diário de campo e as áudios das entrevistas foram registrados através de um gravador digital. De maneira complementar, foram realizados alguns registros de vídeo. Posteriormente, com o apoio de um programa de computador denominado ‘Atlas Ti’, os dados foram sistematizados e analisados, conforme detalhado no subcapítulo 3.2.

A observação, como técnica de coleta de dados empíricos na pesquisa qualitativa, é discutida por vários autores. Segundo análise bibliográfica de Conceição Correia (2009), constata-se que há uma diversidade de termos, formas ou modos de classificação da Observação Participante. Em síntese, ela é uma técnica para o investigador que visa compreender as pessoas e as suas atividades no contexto da ação, permitindo uma análise indutiva e compreensiva, constituindo-se numa técnica de investigação que usualmente se complementa com entrevistas.

Goode e Hatt (1979) consideram a observação participante como a mais antiga e ao mesmo tempo a mais moderna das técnicas de pesquisa. Utilizei essa técnica metodológica devido à possibilidade de observação de uma variedade de situações às quais eu não teria acesso somente por meio de entrevistas.

Além disso, tendo em vista o foco desta pesquisa ser modos de produção de comunidades, a observação direta do processo de trabalho desses grupos viabilizou esclarecimentos sob suas lógicas internas. Segundo Gonçalves (1994), isso é possível através de técnicas que possibilitem acompanhar e registrar os movimentos, os discursos e as ações dos trabalhadores; suas relações recíprocas, as relações mantidas com o objeto de trabalho e

como este se processa. A observação participante, para este propósito, também demonstrou ser técnica adequada.

Em entendimento convergente, Lüdke e André (1986) afirmam que uma das vantagens da utilização dessa técnica é a possibilidade de um contato pessoal do pesquisador com o ‘objeto’ de investigação, permitindo acompanhar as experiências diárias dos sujeitos e apreender o significado que atribuem à realidade e às suas ações. Além disso, ela vai além da observação pontual e específica, estendendo-se a cada momento/tempo de presença e até que o investigador abandone o campo (LAPASSADE, 2001).

Juntamente com a observação participante, foram realizadas entrevistas. Essa técnica, diferente da primeira, “privilegia a obtenção de informações através da fala individual, a qual revela condições estruturais, sistemas de valores, normas, símbolos e transmite, através de um porta-voz, representações de determinados grupos” (MINAYO, 1994, p. 65).

Thiollent (1980) distingue vários tipos de entrevista, entre as quais se encontra a ‘entrevista centrada (*focused interview*)’. Nesta, dentro de hipóteses e de certos temas, o entrevistador deixa o entrevistado descrever livremente a sua experiência pessoal a respeito do assunto investigado. Optei por este tipo de entrevista ao invés de outras mais diretivas, como é o caso da “entrevista dirigida ou padronizada” e da “semi-estruturada”. Haguette (2007) prefere chamar estes dois tipos de entrevista de questionários, ao invés de entrevista, já que possuem especificidades que facilmente os distinguem dessa, como a inatividade do entrevistador.

Para as análises dos dados foi utilizado o método ‘análise de conteúdo’. Este designa qualquer forma de se fazer inferências por meio da identificação objetiva e sistemática de características específicas de mensagens (HOLSTI, 1969). Essas inferências são baseadas nas interpretações que o pesquisador realiza a partir dos dados de pesquisa.

No presente estudo, a análise de conteúdo foi utilizada não como propõem os teóricos que quantificam frequências, mas como sugerem os adeptos das técnicas qualitativas que: “(a) colocam em cheque a minúcia da análise da frequência como critério de objetividade e cientificidade; (b) tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo do conteúdo manifesto da mensagem, para atingir, mediante a inferência, uma interpretação mais profunda” (MINAYO, 2004, p. 203).

A seguir descrevo, em termos operacionais, o percurso metodológico da pesquisa de campo, incluindo o seu cronograma; o processo e ferramentas utilizadas para análise dos dados; e os aspectos éticos relacionados à pesquisa.

### 3.1. A trajetória no campo para a construção dos dados de pesquisa

Antes da pesquisa de campo, realizei reaproximações e aproximações com atores locais, entre os quais a atual chefe gestora da RESEX, Simone Albarado Rabelo, e o Presidente da Associação de Moradores da unidade de conservação, Sílvio Tavares de Souza. Os contatos foram realizados via telefone e correio eletrônico. Essa reaproximação objetivou, além de apresentar minha intenção de realizar a presente pesquisa e verificar o interesse e apoio quanto à sua realização, realizar algumas conversas de cunho exploratório. Através destas busquei me atualizar sobre o contexto local atual para realizar eventuais adequações e ajustes no projeto de pesquisa.

O Cronograma inicialmente proposto para a realização da pesquisa de campo teve que ser ajustado. O campo não foi realizado no final de maio/2016, e sim em junho/2016. Essa mudança foi necessária, pois a viagem foi realizada com o apoio logístico da equipe local do ICMBio, que além de contribuírem com informações para o planejamento da logística, também disponibilizaram ‘voadeira’<sup>20</sup> e piloto para a realização da viagem. Dessa forma, em virtude de ajustes na programação de atividades do ICMBio, a viagem de campo teve que ser adiada para início de junho/2016. Abaixo segue um quadro síntese da pesquisa de campo:

---

<sup>20</sup> Embarcações geralmente de alumínio ou metal similar, de médio porte (em geral com capacidade entre 4 e 8 pessoas) e com motor de popa. A utilizada na pesquisa estava equipada com um motor de 90 HP (cavalos).

**Tabela 1. Resumo logístico da pesquisa de campo.**

CRONOGRAMA PESQUISA DE CAMPO				
DIA	DATA	DIA	ONDE?	O QUE?
1º	2/6	QUI	DESLOCAMENTO: 22:05 BRASÍLIA/DF- 00:42 BELÉM/PA	DESLOCAMENTO
2º	3/6	SEX	DESLOCAMENTO: 18:00 BELÉM/PA - BREVES/PA	DESLOCAMENTO
3º	4/6	SÁB	MUNICÍPIO DE BREVES/PA (CASA DE APOIO MUSEU EMÍLIO GOELDI-ICMBIO)	COMPRAR ALIMENTOS E GELO; PREPARAR VOADEIRA
4º	5/6	DOM	DESLOCAMENTO: 09:00 BREVES -> 12:30 COMUNIDADE TIMBOTUBA (MUNICÍPIO DE CURRALINHO/PA)	DESLOCAMENTO, ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES PARTICIPANTES.
5º	6/6	SEG	COMUNIDADE TIMBOTUBA	ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES PARTICIPANTES.
6º	7/6	TER	COMUNIDADE TIMBOTUBA	ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES PARTICIPANTES.
7º	8/6	QUA	DESLOCAMENTO: 15:00 COMUNIDADE TIMBOTUBA -> 17:00 COMUNIDADE SERAFINA	ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES PARTICIPANTES.
8º	9/6	QUI	COMUNIDADE SERAFINA	OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E/OU ENTREVISTAS;
9º	10/6	SEX	COMUNIDADE SERAFINA	OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E/OU ENTREVISTAS;
10º	11/6	SÁB	DESLOCAMENTO: 14:00 COMUNIDADE SERAFINA -> COMUNIDADE TIMBOTUBA; E 15:30 TIMBOTUBA -> 19:00 BREVES	DESLOCAMENTO, ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES PARTICIPANTES.
11º	12/6	DOM	DESLOCAMENTO: 18:00 BREVES -> 06:00 BELÉM	BACKUP' DOS DADOS DE CAMPO E DESLOCAMENTO
12º	13/6	SEG	BELÉM: IDA À COORDENAÇÃO REGIONAL 4 DO ICMBIO	BACKUP' DOS DADOS DE CAMPO E VISITA À CR4/ICMBIO PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES E DADOS SECUNDÁRIOS.
13º	14/6	TER	BELÉM: DESCANSO	DESCANSO
14º	15/6	QUA	BELÉM: DESCANSO	DESCANSO
15º	16/6	QUI	DESLOCAMENTO: 10:25 BELÉM/PA -> 12:55 BRASÍLIA/DF; E 19:05 BRASÍLIA/DF -> 21:00 RIO DE JANEIRO/RJ	DESLOCAMENTO

No dia seguinte à chegada em Belém (03/06), viajei para Breves/PA, município onde existe uma base de apoio à gestão das unidades de conservação federais do arquipélago do Marajó, em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG. Este foi o local de pernoite no município de Breves/PA. O deslocamento entre Belém e Breves, com duração de seis horas, foi realizada num catamarã pertencente a uma empresa privada de transportes

fluviais. No primeiro dia em Breves, foram realizadas algumas conversas informais e pontuais com membros da equipe ICMBio local e demais funcionários prestadores de serviços da base; e também a listagem dos insumos a serem adquiridos para a viagem.

No dia seguinte (04/06), efetuou-se a compra dos itens alimentares e demais insumos necessários para o período na RESEX. No dia seguinte (05/06) viajamos, eu e o condutor da ‘voadeira’, até a comunidade Timbotuba, numa viagem que durou aproximadamente três horas e meia. As pernoites nessa comunidade se deram na residência de uma família local. Após quatro dias e três noites (05/06 a 08/06), período em que foram realizadas entrevistas e observações participantes, um morador local me levou até a comunidade Serafina. Esta viagem, que durou aproximadamente duas horas, foi realizada em uma ‘rabeta’<sup>21</sup>. A partir dos meses de maio e junho, as águas do trecho a montante da comunidade Timbotuba começam a baixar, dificultando e até mesmo inviabilizando a entrada de outros tipos de embarcações.

Na Serafina também permaneci quatro dias e três noites (08/06 a 11/06) e realizei entrevistas e observações participantes durante a estadia no local. No dia onze de junho, um morador da Serafina me conduziu até a comunidade Timbotuba. A viagem, realizada em uma ‘rabeta’, durou cerca de uma hora e meia (menos tempo do que a ida, pois estávamos descendo o rio, o que favorece o deslocamento). Ao chegar no Timbotuba, me reencontrei com o condutor da ‘voadeira’ e, após rápida despedida de nossos anfitriões, seguimos viagem de volta ao município de Breves/PA. Pernoitei na base compartilhada pelo ICMBio e o Museu Paraense Emílio Goeldi, que fica às margens do principal rio local, fator que favorece a guarda das embarcações e a logística para os deslocamentos às unidades de conservação da região marajoara.

Durante a pesquisa de campo junto às comunidades Timbotuba e Serafina foram realizadas observações participantes, quando acompanhei o cotidiano das comunidades e especialmente as suas atividades de produção e comercialização. Os registros foram feitos no decorrer das observações através de anotações em diário de campo.

Foram realizadas dezoito entrevistas, sendo algumas individuais e outras em duplas ou trios. As entrevistas foram registradas em gravador digital MP3. Eventuais observações e demais considerações minhas sobre as conversas foram realizadas pós-entrevista, sendo registradas no diário de campo.

Para as entrevistas, os participantes foram escolhidos conforme sua posição no grupo; o significado de sua experiência em função do tema estudado; e conforme seu papel

---

<sup>21</sup> Canoa que possui em sua popa – parte traseira- um pequeno motor com um longo eixo com hélice que vai à água. O condutor fica sentado na popa da canoa, direcionando o barco através do manuseio do eixo.

estratégico e sua posição no grupo social, se aproximando, desta forma, de preceitos teóricos de Alberti (2005). Segundo este autor, em geral as escolhas partem da observação realizada durante o período prévio de aproximação com a comunidade, podendo ainda ser realizadas entrevistas curtas de cunho exploratório, além de consulta a fontes primárias. Não obstante, muitos dos encontros, entrevistas e observações realizadas na presente pesquisa partiram de diferentes situações ocasionais, não planejadas e inesperadas. Estas também demonstraram ser ricas possibilidades para a investigação, sendo devidamente valorizadas.

### **3.2. O processo de sistematização e análise dos dados**

Após o retorno do campo, seguiu-se uma etapa de sistematização e categorização dos dados. Esta etapa foi realizada com o auxílio do programa computacional 'Atlas Ti'. Segundo Flick (2004), embora a utilização de programas computacionais com tal finalidade deem-se geralmente na etapa da análise de dados, há também outras etapas e formas de utilização desses programas, entre as quais as formas adotadas na presente pesquisa e a seguir listadas:

- 1) após registro fotográfico do caderno de campo, as imagens foram inseridas no programa para sistematização e categorização;
- 2) foram realizadas codificações, ou seja, construção de segmentos nos áudios das entrevistas, em eventuais vídeos e também nos registros imagéticos do diário de campo, a partir da inclusão de palavras-chave, permitindo uma posterior recuperação dos dados de interesse;
- 3) busca e recuperação, facilitando a localização de segmentos relevantes de um áudio, vídeo ou trecho do caderno de campo; disponibilizando-o rapidamente para inspeção e análise;
- 4) 'links' ou conexões entre dados, conectando-os entre si através da formação de categorias, agrupamentos ou redes de informações;
- 5) elaboração de memorandos associados aos diferentes áudios, vídeos, imagens ou à segmentos destes; ou seja, redação de comentários descritivos e /ou analíticos sobre alguns aspectos de um dado ou categoria específica como base para uma análise aprofundada posterior e/ou eventuais transcrições. Quando da escuta de áudios, esse processo pode-se dar de maneira concomitante à escuta atenta dos mesmos;

- 6) armazenamento adequado ao manter-se os dados organizados num mesmo banco de dados, o que propicia uma otimização na exibição e manuseio dos dados através da sua disposição de maneira condensada em uma mesma plataforma operacional;
- 7) otimização na transcrição de áudios de entrevistas e vídeos, assim como de registros do diário de campo, através da seleção dos trechos específicos de interesse a serem transcritos e inseridos na redação do trabalho. Dessa forma, a depender do tipo de pesquisa, evita-se a necessidade de transcrição completa de áudios de entrevistas e demais dados do campo. A partir da escuta atenta dos áudios das entrevistas e eventuais vídeos, podem ser criados memorandos associados ao segmento categorizado, o que permite a identificação e seleção dos trechos para eventual e posterior transcrição.
- 8) organizar e otimizar a construção e redação do trabalho de pesquisa, possibilitando a busca de trechos e a inserção de transcrições de maneira rápida e precisa; e
- 9) auxílio para o analista interpretar os dados expostos e testar ou confirmar as descobertas.

Nesse sentido, a utilização do programa Atlas Ti na presente pesquisa contribuiu com uma maior agilidade no manuseio e consolidação dos dados, com reflexos inclusive na qualidade e na abrangência das análises empreendidas.

Flick (2009, p. 261) e outros autores afirmam que o ganho de “velocidade para manusear, gerenciar, buscar e exibir dados e itens relacionados, como códigos ou memorandos em links para os dados” são justificativas para a utilização de programas computacionais em pesquisas qualitativas. Com contribuições de outros autores, Flick também justifica e defende a adoção de tais recursos computacionais pelo aumento de qualidade que estes podem propiciar à pesquisa a partir dos ganhos de consistência nos procedimentos analíticos.

Weitzman (2000, apud FLICK, 2009, p. 262) também menciona a consolidação da pesquisa, “já que o computador possibilita ao pesquisador concentrar todos os documentos da pesquisa (desde as notas de campo iniciais até as exposições finais, as tabelas e os trabalhos escritos sobre às descobertas) em um só lugar – o disco rígido do computador”.

Um dos fatores importantes a serem considerados na escolha do programa a ser utilizado é o formato dos dados de pesquisa, haja vista que alguns programas se restringem ao formato textual, enquanto outros permitem o manuseio de áudios e vídeos (FLICK, 2009).

Entre os fatores que me influenciaram na escolha do programa Atlas Ti, estão as possibilidades de nele trabalhar com os áudios gravados das entrevistas e também com os

eventuais vídeos realizados em campo; assim como a oportunidade que tive de conhecer e operar o citado programa computacional ao cursar a disciplina ‘Treinamento e técnicas em pesquisa e análise de dados’, ministrado pela professora Marie Louise de Beyssac no âmbito do programa EICOS.

O Atlas Ti. foi desenvolvido por Muhr (1991, 1994) em um projeto de pesquisa da Technical University of Berlin. O *software* baseia-se na abordagem da *grounded theory* e da codificação segundo Strauss (1987) [...] As versões mais recentes não apenas conseguem processar textos como também imagens, gráficos e som. A maioria dos autores classificam esse programa na categoria de ‘construtores de redes conceituais’ (por exemplo, Weitzman, 2000, p. 809), mas principalmente no grupo de ‘construtores de teorias baseadas em códigos’ [...] Além da recuperação de sequências [...] e da inclusão de códigos, é de grande ajuda a apresentação de códigos e categorias em redes conceituais. A referência ao *techo* ao qual as categorias e supercategorias estão ligadas é mantida, podendo ser apresentada imediatamente na tela (FLICK, 2004).

Quando em campo, visando garantir a conservação dos dados, diariamente fotografava as anotações do diário de campo e realizava o seu *backup* juntamente com os áudios das entrevistas e eventuais registros áudio-visuais em um computador e em pen-drives. Após o retorno, organizei e realizei um último processo de *backup*, tendo ao final todos os dados da pesquisa em formatos possíveis de serem manuseados através do Atlas Ti.

Após realizados os *backups*, passei a uma primeira etapa da sistematização: a segmentação dos áudios das entrevistas, dos eventuais vídeos e das anotações do diário de campo através da criação de diferentes categorias. No caso dos áudios, à medida que os escutava atentamente, de maneira concomitante ia redigindo, através de memorandos descritivos e/ou analíticos a eles associados, a estrutura geral de sua categorização e menções gerais sobre as conversas e assuntos tratados em cada um dos trechos do áudio. Após realizava a transposição da categorização redigida para o modo de categorizar próprio do Atlas Ti. Assim procedi, pois percebi que agilizava o processo de categorização ao não ter que parar recorrentemente a escuta e voltar os áudios para proceder com a categorização diretamente no Atlas Ti; e também por obter, além de uma segmentação mais genérica em categorias, descrições específicas relativas ao conteúdo das falas presentes em cada trecho categorizado. Esta primeira categorização me permitiu organizar e agrupar os dados, otimizando o processo seguinte: a estruturação e redação do trabalho escrito.

As análises se deram de maneira transversal durante todo o processo, se iniciando no próprio campo e seguindo até a conclusão da redação dos ‘Resultados e discussões’ presente nesta dissertação.

### 3.3. Aspectos éticos

A pesquisa foi autorizada pelo ‘Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ’, conforme CAAE nº 52737116.8.0000.5582 e Parecer nº 1.402.359.

Para as entrevistas, os escolhidos foram convidados mediante Termo de Consentimento Livre Esclarecido –TCLE, oferecendo a possibilidade para que cada um retirasse qualquer dúvida em relação ao documento, projeto e demais procedimentos. Eventuais fotos e registros de áudio ou áudios-visuais também foram submetidos ao consentimento dos entrevistados.

Em eventuais registros áudios-visuais resultantes de observações participantes, solicitei permissão verbal aos presentes que foram registradas no próprio vídeo. Imagens produzidas durante a pesquisa ficarão disponíveis aos participantes e o material da pesquisa será guardado pelo pesquisador em arquivos pessoais e intransferíveis pelo prazo mínimo de 5 anos.

Por ser uma pesquisa realizada em unidade de conservação federal, ela foi submetida à análise e aprovação do ICMBio, sendo autorizada através da “Autorização para atividades com finalidade científica nº 52282-1”, emitida via “Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade – SISBIO”. A “Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Terra Grande-Pracuúba- AMORETEGRAP” também a autorizou. Esta foi formalizada através de documento de aceite emitido pelo seu presidente.

Na apresentação dos resultados, todos os participantes foram protegidos com nomes fictícios, garantindo a confidencialidade de seus depoimentos.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1. Memórias ancoradas no Alto Canaticú: lembranças reproduzidas na luta pela reprodução social

#### 4.1.1. Os tempos remotos da antiga olaria, dos cabanos e das lavouras

As mais longínquas memórias no Alto Canaticú fazem referência a uma antiga olaria, num local antigamente conhecido como Santa Inês, existente na margem oposta onde hoje se encontra a fábrica desativada de beneficiamento de palmito na comunidade Timbotuba. A antiga olaria fabricava tijolos e telhas, sendo a data precisa de sua instalação no local incerta, mas certamente ocorrida antes de 1879, data em que o português Vinagre com seus três filhos “compraram essa área aqui, que era desocupada, como dizia assim, né? Não tinha nada [...] Eles acharam bonito o lugar, porque eles vieram passear porque tinha uma fábrica grande aí. Aí eles acharam bonito esse lugar, aí eles agarraram e compraram” (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:33).

Alguns descendentes relatam que o português Vinagre não chegou a ir ao Alto Canaticú, tendo apenas comprado uma extensa área de terras na região para seus filhos. Entretanto, parte dos descendentes relata que o português chegou e se instalou na região junto com seus três filhos:

*O vovô viu ele, mas também pouco tempo. Ele falava pro papai que ele era um camarada assim que não conversava quase com os netos, com os filhos. Ele enterrou uma panela de ouro! O vovô dizia assim desse tamanho - (o Vinagre) era português - cheio de cordão, anel, pulseira, enterrou. O vovô viu, mas só que o vovô não viu assim o lugar. Viu quando ele arrumou dentro da panela de ferro, pegou o terçado e saiu. O vovô saiu até um pedaço atrás dele. Só que ele era bravo, aí ele ficou. Daí teve para lá não foi muito tempo ele voltou. E aí enterrou para lá, deixou para lá. Um dia desses eu estava até querendo cavar lá (risadas) (Genival, nascido em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:68)*

Alguns antigos moradores e descendentes da família portuguesa lembram de relatos sobre a época da antiga olaria que foram transmitidos oralmente pela finada ‘vó Isabel’, já moradora da região quando da chegada da família de portugueses. Ali Isabel se casou com Manoel Gomes, um dos três filhos do português Vinagre. Pelos relatos, é possível verificar

que o passado no local remonta o período da ‘cabanagem’, a revolução dos cabanos que estourou em Belém no ano de 1835:

*A minha avó contava, a finada vó Isabel[...]O velho que trazia pra fazer movimento, levava o padre pra pregar missa, fazer missa no mato! Era, porque naquele tempo andava uns tal de cabanos. Andavam matando as pessoas no mato, era[...] A fábrica grande ficava aí do outro lado. Olha, os donos daí que levavam padres para pregar missa, porque naquele tempo andava uns tal de cabanos. É, aqueles cearenses que se matavam no mato, não era pai? Jogavam bomba aí para dentro desse mato. Aí o homem trazia padre e levava pra pregar missa pra aí para ir melhorando. Depois ele morreu, acabou a fábrica tudo, acabou a olaria, acabou tudo, tudo tudo (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:33).*

Segundo Ricci (2007, p.7-11), a chacina populacional da Cabanagem (1835-1840) foi seguida por um vazio de estudos e explicações sobre o período, o que começou a ser contornado a partir de 1865. No primeiro desses estudos, este movimento foi caracterizado como um motim político, justificando o acontecimento da Cabanagem a partir da omissão das autoridades Imperiais na Amazônia e a forte repressão ao movimento. Entre 1920 e 1930 delinearam-se outras histórias e o movimento cabano foi ganhando outros sentidos. Houve quem o percebesse como uma guerra de Independência tardia, ou mesmo como um movimento nacionalista. Neste contexto, os cabanos<sup>22</sup> deixaram de ser tratados como ‘malvados’ e ‘sediciosos’ para se tornarem ‘patriotas’ apoiados em um justo sentimento de revolta com contornos raciais, haja vista estarem sob o julgo colonial dos portugueses. Nesse mesmo período começaram a surgir as primeiras versões político-marxistas da cabanagem. Algumas dessas atribuíam aos cabanos “a prerrogativa de terem sido os únicos revolucionários populares e partidários de ideais libertários que conseguiram tomar o poder”. Em pesquisa de 1977, o movimento foi incluído, ao lado da Guerrilha do Araguaia, como “as duas maiores tentativas revolucionárias da esquerda do Brasil dos séculos XIX e XX”. Não obstante eventuais divergências entre estudiosos marxistas da década de 80, de maneira geral

concordavam que o movimento de 1835 se configurava como uma revolta popular armada ou uma guerrilha contra o Estado e seus sectários no Pará. Todo o passado no Grão Pará transformava-se em exemplo crescente de opressão colonial, de uma infame conquista territorial, econômica e cultural, que teria alijado as camadas populares do poder. O movimento de 1835 ressurgia 150 anos depois

---

<sup>22</sup> Segundo Ricci (2007, p.6), “cabanos era o termo utilizado como alcunha dos homens que viviam em casas simples, cobertas de palha. O mesmo nome cabano também significa um tipo de chapéu de palha comum entre o povo mais humilde na Amazônia.

como uma luta legítima contra esta hegemonia imperialista (RICCI, 2007, p.10)

Para a autora<sup>23</sup>, a grandiosidade da revolução social dos cabanos que explodiu em Belém do Pará em 1835 e deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860, extrapola o número e a diversidade das pessoas envolvidas. Através de um intenso tráfico de idéias e pessoas, o movimento gerou distúrbios na América caribenha e num amplo território que ia dos limites do Brasil central até o litoral norte e nordeste. Originada em solo paraense, ela avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, posto que ainda que os cabanos e suas lideranças se autodenominassem ‘patriotas’, esta alcunha não necessariamente tinha o sentido de ser brasileiro<sup>24</sup>. Ao perceberem lutas e problemas comuns, indígenas, negros de origem africana e mestiços se organizaram no entorno desta identidade que se assentava, sobretudo, na revolta contra o mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdades.

A Cabanagem foi uma luta também do negro escravo por liberdade, mas ia além haja vista ter sido realizada por diversos grupos, sendo não os negros, mas sim os índios e mestiços a maioria dos guerrilheiros (GUEDES, 2011, p.168):

Populações inteiras de índios e quilombolas foram chamadas à luta armada em um movimento tão vasto e complexo que só pode ser entendido dentro de uma perspectiva internacional [...] foi o estopim para contatos e trocas mais intensas de mercadorias (armas e alimentos), mas também de idéias e práticas revolucionárias. É neste rico mundo que os cabanos criaram seus próprios mecanismos construtores de sua cidadania (RICCI, 2007, p.27).

Segundo a autora, muitos revolucionários se embrenharam nos rios e nas matas da Amazônia, ampliando quilombos ou criando comunidades mistas de negros, índios e mestiços. A Ilha do Marajó se tornou uma base muito forte dos cabanos (GUEDES, 2011) e, depois da retomada de Belém pelos ‘legalistas’, “os cabanos ainda viveram uma saga pelos rios e igarapés da imensa calha do Amazonas, em um movimento de fuga e de interiorização da luta armada” (RICCI, 2007, p.27 e 28).

Foi então que a região do Marajó se tornou um dos principais focos de resistência e fuga dos cabanos; e à medida que o governo imperial, em aliança com elites locais, impunha restrições aos rebelados, inclusive com a matança indiscriminada de pessoas acusadas de

---

<sup>23</sup> Ainda que com algumas ressalvas, a autora ressalta o justo argumento imperialista dos estudiosos marxistas da época, haja vista as formas da colonização no Pará e no Brasil terem legado à região e ao país inúmeras dívidas sociais e políticas.

<sup>24</sup> Sobre este tema, Ricci (2007,p.7) cita uma ampla bibliografia que discute a distância entre o conceito de patriotismo e a formação da identidade nacional.

apoiar os cabanos no interior do Estado. Segundo estimativas, foram mortas mais de 30 mil pessoas, aproximadamente 25% da população total do Estado do Pará no período (SOUZA, 2013).

Em relação às representações reproduzidas no Alto Canaticú pela antiga moradora e neta da ‘finada’ Isabel sobre “*uns tal de cabanos*” que “*andavam matando as pessoas no mato [...] É, aqueles cearenses que se matavam no mato, não era pai? Jogavam bomba aí para dentro desse mato - Aí o homem (o dono da olaria) trazia padre e levava para pregar missa para aí, para ir melhorando*”; o estudo de Guedes (2011) - que incluiu municípios, entre eles Cametá, onde os ‘legalistas’ se faziam dominantes durante o conflito - podem sugerir algumas explicações.

Em Cametá é comum histórias que reproduzem os cabanos enquanto anarquistas, assassinos, maus, rebeldes e saqueadores; assim como os relacionando a personagens do cangaço, o que, segundo o autor, pode ser reflexo das imigrações nordestinas para Cametá, ocorrendo “(re)construções de fatos com traços da nova população” (GUEDES 2011, p.223).

Para este pesquisador, um recurso que muitas vezes foi usado pelos legalistas para buscar o apoio dos católicos era reproduzir que os cabanos eram contra a Igreja Católica. Esta teve papel preponderante no conflito, que também tinha sentido moral e religioso. Entretanto a fé cristã era evocada também por muitos cabanos e suas lideranças. Além de não legalistas - estes percebidos pelos cabanos como os que ficavam ‘comendo e bebendo em suas casas’ enquanto os cabanos eram os que pagavam, com o preço de seu suor, as regalias daqueles - não raro os cabanos se autodenominavam cristãos verdadeiros (RICCI, 2007, p.27).

Esta autora relata que certa ocasião, durante a Cabanagem e diretamente da Catedral da Sé, o Bispo de Belém proclamou uma pastoral aos cabanos para ampliar a atuação da igreja a todos os pontos possíveis no entorno da cidade. A pastoral tinha como objetivo a pacificação do conflito através do convencimento dos cabanos a aceitar uma proposta de armistício (RICCI, 2007).

Tal possibilidade ecoa nas histórias que a ‘finada’ Isabel contava e que tanto nesta fala de sua neta: “*o homem (dono da antiga olaria) trazia padre e levava pra pregar missa pra aí, pra ir melhorando*”; quanto na de outros descendentes são revividas, como na fala a seguir: “*Até aí, pra esse Centro Grande<sup>25</sup> aí; para Terra Grande, pra lá ia padre*” (Seu Geraldinho, 101 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:33).

---

<sup>25</sup> Centro ou Centro Grande são termos utilizados por moradores tanto no Alto Canaticú quanto de outras regiões do interior amazônico (VIEIRA, 2012, p.124) ao se referirem às áreas localizadas mais nas cabeceiras dos rios

*Naqueles tempos não existia padre por aqui em Currealinho, pra esse lugar todo aqui não senhor. Não existia nada disso. Eles traziam padre sei lá, da América, não sei 'donde', para vim fazer batizado aí. Meu pai foi batizado aí. Ele tinha um ano de nascido. Ele foi batizado aí. Minha avó contava, minha finada vó Isabel. Levavam o padre pra fazer missa no mato assim. Era, porque naquele tempo andava uns tal de cabanos matando as pessoas no mato (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:33).*

O bebê batizado, hoje o morador mais antigo do Timbotuba (101 anos) e filho de Manoel Gomes com a finada Isabel, portanto neto por parte de pai do português Vinagre, relata: *"quando eu me entendi, que era maior, já não existia mais esse negócio dessa fábrica aí"* (Seu Geraldinho, 101 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:33); de onde pode se deduzir que o fechamento da antiga olaria tenha ocorrido não muito depois de 1915. Quanto aos donos da olaria, *"eles só andavam em negócio daquelas, como é que chamava pai? Aquelas canoas de vela, que eram iguais uma montaria. Era, os donos que trabalhavam aí. Isso não era nem do meu tempo"* (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:33).

Os moradores locais utilizam recorrentemente o prenome 'fulano' enquanto nome próprio e em substituição ao primeiro nome de determinados personagens. É desta forma, por exemplo, que se referem ao 'fulano' de Vinagre, português que, segundo alguns de seus descendentes relatam, ali chegou mais seus três filhos: Antônio Gomes de Carvalho, Manoel Gomes e Forgêncio:

*Meu tataravô veio para cá não sei como, ele morava lá [...] mais pra lá do Cemitério [...] Eu não cheguei ver nem meu avô na verdade, mas o meu pai me contava, minha avó conversava muito com a gente a respeito deles. Acho que foram os primeiros que chegaram aí. Lá na casa deles, tinha uma tábua assim onde eles, como é que se fala, é esculpir, né? As iniciais deles lá. Foi 1879, que chegou aqui, meu tataravô, o 'fulano' de Vinagre. Meu pai disse que ele veio com os três filhos. A mulher não veio. Eles vieram de Portugal: o Forgêncio, o Antônio e o Manoel eram os três filhos (Genival, nascido em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:68).*

Esse mesmo morador, mais à frente em sua fala, traz mais algumas informações sobre a família do 'fulano' de Vinagre, na qual ele próprio fica em dúvida se o ano de 1879 se refere à chegada deles ou se refere a alguma data relacionada a seu bisavô, filho do Vinagre. Este questionamento ganha força em virtude da lembrança sobre a existência de um irmão do

---

e/ou no interior da floresta. No Alto Canaticú é onde estão as comunidades Serafina, Pimental e Passagem Grande.

‘fulano’ de Vinagre que também se mudou para o Alto Canaticú, sendo enterrado num cemitério local por volta de 1850:

*O papai só sabe contar a história até o tataravô, né? O bisavô dele. Porque ele veio de Portugal, mas não sabe de onde, qual a região ele veio, mas que ele veio mais os três filhos [...] Na casa dele estava a placa de 1879. Eu não sei se foi ele que fez ou se foi meu bisavô que fez já. Eu sei que lá, bem lá no cemitério tem uma pedra lá que tá escrito: aqui jaz os restos mortais do fulano, parece que é Francisco, que é um irmão dele que veio também, do Vinagre, veio junto com o Vinagre, enterraram ele lá. Aí tem umas grades lá, desses tempos deles lá, bem mais para trás, deve ser 1850, por aí (Genival, nascido em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:68)*

Ainda que improvável, em função do ‘fulano’ de Vinagre e seus filhos serem descritos como portugueses, tendo sido contra estes que a revolta cabana estourou; de algumas representações negativas, comumente construídas pelos ‘legalistas’, que descendentes dos Vinagre reproduzem em relação aos cabanos; e do sobrenome Vinagre, assim como o nome Francisco, serem comuns em Portugal <sup>26</sup>; é importante lembrar a história dos irmãos Vinagre (\*Francisco, Antônio, Raimundo e Manuel) filhos de lavradores que se tornaram lideranças cabanas, tendo papéis decisivos na revolução, inclusive com a proclamação de Francisco como um dos presidentes cabanos.

Consta em relato histórico da época que Antônio e Raimundo Vinagre foram mortos durante confrontos (GUEDES, 2011, p.70; RICCI, 2007, p.22). Em relação aos outros dois irmãos, após a retomada da província do Grão-Pará pelo legalista General Soares de Andréa, este toma a decisão “de anistiar Eduardo Angelim, Francisco Vinagre e seu irmão, que vão a uma espécie de exílio fora da Província” (GUEDES, 2011,p.102). Em ofício enviado ao Rio de Janeiro e que tratava da política de pacificação do Pará, o General Andréa afirmava que convinha à Província do Pará não ter “soldados filhos dela” e concluía que o melhor para a política imperial na Amazônia era trocar os soldados nascidos no Pará por outros das Províncias do Sul. Assim Andréa enviou, além de centenas de recrutas, também líderes cabanos sobreviventes – entre os quais Francisco Vinagre e Eduardo Angelim - para outras regiões do país em troca de oficiais vindos dessas outras regiões (RICCI, 2007).

Segundo a autora, um dos grandes desafios hoje é compreender este processo de permuta de revolucionários pelo Brasil Imperial e encontrar os líderes e soldados cujos

---

<sup>26</sup> <http://www.jornalrol.com.br/genealogia-afranio-mello-fornece-informacoes-sobre-as-familias-matias-souza-gemagui-quintanilha-e-vinagre/> Acesso em 26/02/2017.

destinos são desconhecidos, procurando inclusive na Farroupilha, para onde foi enviado Francisco Vinagre. Quanto a Angelim, após ter sido inicialmente enviado ao Rio de Janeiro, foi anistiado em 1865, quando se encontrava no Recife, recebendo permissão para retornar para Belém.<sup>27</sup>

Em relação aos irmãos Vinagre que se instalaram no Timbotuba em meados do século XIX, nenhuma nova menção ou informação sobre Francisco Vinagre surge. Quanto ao outro irmão, ‘fulano’ de Vinagre, descendentes e moradores locais relatam que ele comprou uma extensa área que vai do igarapé abaixo da fábrica desativada de palmito até o Aramaquiri. Nela chegou com os três filhos e sem esposa: “ *comprou para se colocarem, porque o velho, o pai dele, gostava de fazer plantio, para trabalhar negócio de roça, de lavoura, de feijão, milho, arroz, melancia, jirimum, batata [...] Aí ele morreu. Aí os filhos ficaram zelando aqui, trabalhando*” (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:4).

Segundo essas informações, o português Vinagre chegou à região onde hoje é a comunidade Timbotuba para, junto com os filhos, levantarem e trabalharem diversas culturas de lavoura, o que continuou sendo foco de trabalho de seu filho, Manoel Gomes, após a morte do pai.

A ‘finada’ Isabel, que foi casada com Manoel Gomes, à sua neta contava as seguintes histórias:

*Contava que depois que veio o esposo dela para cá, que era português, que ela se casou com esse homem, foi que botou movimento aqui dentro praticamente. Aqui dentro do Brasil, dentro desse rio aqui, foi sim senhor [...] Eu me lembro benzinho, a minha avó contava assim: ah minha filha, naquele tempo as pessoas moravam na esteira de miriti, dormiam na esteira (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:4 e 5:10)*

Nas terras do ‘fulano de Vinagre’ permaneceram seus filhos: Antônio Gomes ficando com a parte mais abaixo no rio, localidade conhecida como Aramaquiri e que está fora da RESEX; e Manoel Gomes com a área onde está hoje a localidade Timbotuba, esta dentro da RESEX. Quanto ao filho caçula, Forgêncio, “*ficou morando junto com eles (seus dois*

---

<sup>27</sup> Em comemoração aos 150 anos da revolução, foi inaugurado em Belém, no ano de 1985, o Memorial da Cabanagem. Este foi concebido por Oscar Niemeyer, a pedido do governador do estado à época, e foi projetado para ser também um museu-cripta. Em matéria que versa sobre o memorial, afirma-se que “restava, então, localizar os restos mortais dos líderes cabanos que deveriam ser transportados para a cripta [...] Os restos mortais de Eduardo Angelim foram localizados apenas quatro dias antes da cerimônia de inauguração do memorial. Antônio Vinagre havia sido enterrado na Igreja do Rosário dos Homens Pretos da Campina; Francisco Vinagre, no Cemitério da Soledade e Clemente Malcher, no Convento do Carmo. Mas os restos desses três últimos não foram encontrados. Assim, em suas urnas estavam um pouco de terra dos lugares de sepultamento. Eram ‘cinzas simbólicas’” (Glauce Monteiro, 2005). <http://civviva-cidadevelha-cidadeviva.blogspot.com.br/2012/01/memorial-da-cabanagem-um-registro.html>. Acesso em 26/02/2017

irmãos), *mas não casou, morreu solteiro*” (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:4). Nos relatos não consta se Forgêncio ficou trabalhando em alguma das terras de seu pai.

O filho Manoel Gomes chegou solteiro, conhecendo e casando-se com Isabel no Timbotuba. Ela era ‘filha’ e moradora da região:

*Agora a mãe dele, era ali da Pontinha, né pai? Ali que morava o pai dela, a mãe dela [...] É lá acima da Ponta Alegre um pouco, que agora não é Pontinha lá, agora é, como é? É Jerusalém agora, que agora todos os lugares estão tendo nome porque, graças a Deus, o evangelho tá no mundo inteiro já. Hoje em dia já existe amor, já existe o reconhecimento de Deus, né? As pessoas tão conhecendo, tão colocando nomes nos lugares, e é assim* (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:33).

Nesta fala evidencia-se também a mudança do nome da localidade Pontinha para Jerusalém, demonstrando que os nomes dos locais não são fixos, mas sim cambiantes no tempo, passíveis de mudança conforme mudam as concepções de mundo daqueles que o habitam. Essa mudança provavelmente vem associada a uma mudança do significado do próprio território para aqueles que nele se encontram. No caso em questão, tal espaço foi ressignificado a partir da incorporação de crenças, valores e outros elementos culturais advindos da igreja e do culto evangélico adotado por membros da comunidade local.

Hoje o morador mais antigo do Timbotuba é o Seu Geraldinho, filho de Manoel Gomes e Isabel. Ele herdou as terras do pai. Este, Manoel Gomes, ali permaneceu trabalhando com agricultura “*até morrer, não foi pai? Veio até morrer aqui, trabalhava com agricultura, essas coisas*” (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:7). Além da agricultura, que era atividade principal, provavelmente também extraía e vendia frutos e produtos oriundos da flora local, pois seu filho trabalhava nestas atividades, sendo certo que o pai ao menos almejava tal exploração, como no caso das castanhas do Brasil. Segundo Souza (2013, p.14):

Há uma controvérsia nos estudos historiográficos quanto à caracterização da economia do Estado do Pará, a partir da segunda metade do século XIX. Normalmente, as análises revelam uma dicotomia entre extrativismo e agricultura. No entanto, conforme demonstra MARIN (2005) houve tentativa do Estado Português por meio da cultura do arroz e de outras culturas como o algodão, o cacau e a cana-de-açúcar de estabelecer um certo grau de racionalidade, capaz de dominar o processo produtivo da região Amazônica. Desta forma, imputa-se a possibilidade de firmar a agricultura de caráter comercial em detrimento do extrativismo.

Ainda que tal iniciativa estatal não tenha obtido “o sucesso esperado em decorrência de vários fatores relacionados a aspectos políticos, organização do trabalho, formas das

estruturas produtivas, etc.” (SOUZA, 2013, p.15); nas áreas ocupadas hoje pela comunidade Timbotuba, a agricultura de caráter comercial preponderava inclusive com algumas das culturas estimuladas pelo Estado português, e o extrativismo comercial, se existia, provavelmente se caracterizava enquanto uma atividade complementar.

*Olha, essas castanheiras tudo foi o pai dele que plantou [...] foi tudo armação do pai dele (o pai é Manoel Gomes, filho do português Vinagre) [...] O velho gostava de plantar. Hum, tô dizendo que quando o pai dele chegou aqui ele fez um grande barracão aí, não foi pai? Um barracão enorme[...]Ele levantava a festa da Piedade, ele dava pra comer para todo mundo[...] Ele fazia novena de 8 dias, 7 dias, nera? Todo mundo cozinhava, todo mundo comia o que ele mandava dar, era[...] Ele trabalhava[...] O velho plantava muito, minha avó contava [...] Aqueles que tinham precisão, não era pai? Que botava para levantar essas roças, esses plantio, ou de cana, feijão, e esse outro, como é? Jirimum, arroz. Tudo o pai dele mandava levantar esses plantios grandes. Era, ele pagava. É mesmo que se nós, se nós quisermos fazer uma roça, né? Quisermos um plantio de milho, né? Nós convidamos aí umas seis, sete pessoas pra nos ajudar, né? E assim o velho fazia. Enquanto ele, como diz o caso, ele tinha dinheiro, ele estava jogando na produção, aí no lugar. Estava ajudando as pessoas [...] Moravam para aí para o outro lado, um bocado, tudo aí pra o outro lado, para essas beiradas. Tinha gente aí do outro lado. **(E as terras eram dele?)** Era, mas como se diz: naquele tempo as pessoas não eram gananciosas, pra dizer tenho um lugar, não dá pra outro. Naquele tempo não, era tudo unido (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:17).*

A moradora acima é neta de Manoel Gomes, assim, as eventuais impressões que ela reproduz sobre esse tempo remoto e sobre seu avô – que à época era proprietário de terras no Alto Canatricú - não necessariamente correspondem à de trabalhadores que para ele trabalharam. Sistemas de renumeração e relações de usufruto da terra mais recentes sugerem como se davam as relações de trabalho nessa época.

No caso do ‘tomador de conta’<sup>28</sup> de uma propriedade, muitas vezes tais relações se davam mediante o pagamento de renda: “Nós só tomávamos conta, era. Nós arrendávamos ali, olha[...]fazia roça pra lá. Era, pra lá” (Genival,nascido em 1966, 07/06/2016,Timbotuba, QU 10:70). O pagamento da renda se caracterizava pela transferência de uma parte do que era produzido pelo arrendatário (tomador de conta) ao arrendador (dono da propriedade arrendada). Assim, em troca da possibilidade de usufruir das terras para instalar sua moradia e

---

<sup>28</sup> Aquele para quem um proprietário cede parte de suas terras. Nela o ‘tomador de conta’ se instala, mora e produz.

ocupações produtivas, o arrendatário pagava parte previamente acordada da produção: a renda.

Enquanto arrendatários, uma família que à gerações morava em determinada propriedade poderia, da noite para o dia, ter sua condição de vida ameaçada; especialmente quando a propriedade era herdada ou vendida: *“que muitas vezes ele chegou aqui. Como ele era dono, ele não deixou a gente fazer nada[...]Aqui a gente não podia trabalhar, porque eles não deixavam[...] Porque eles nem arrendavam aqui pra nós”* (Genival, nascido em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:70).

Outra possível relação de trabalho desse tempo é uma espécie de assalariamento que até os dias atuais é comum na região e que se dá mediante o pagamento de diárias. Neste tipo de relação, o trabalhador é convidado a empregar sua força de trabalho na lavoura de outra pessoa e, em contrapartida, pode receber em espécie pelo dia trabalhado.

O português Manoel, filho de Vinagre, morreu aproximadamente em 1917. Apesar de relatos sobre trabalhos relacionados à extração e produção de borracha no Alto Canaticú anteriores a 1912, não há evidências que Manoel tenha trabalhado nestas atividades. Já o seu filho e herdeiro, conhecido como Seu Geraldinho, que tinha apenas 2 anos quando da morte do pai, trabalhava *“era borracha, era lavoura. Naquele tempo a gente vendia era tudo aqui do mato. Era fruta, era negócio de andiroba, mucuúba, paracaxi; tudo dava dinheiro. Era pouco, mas dava dinheiro”* (Seu Geraldinho, 101 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:17).

É neste contexto que se insere o sistema agrário da economia da borracha [...] O destaque para o extrativismo vegetal não significa que as demais atividades serão eliminadas ou substituídas, elas irão continuar existindo voltadas para o mercado consumidor regional e até para a exportação (SOUZA, 2013, p.15).

*Aqui para baixo tinha comércio também. Meu cunhado tinha comércio, era prefeito aí e tudo. (Eu) trabalhava, comprava dele, vendia para ele. Fui trabalhar aí no centro cortando borracha, vendia para ele. Trabalhava em borracha e trabalhava em lavoura. Meu serviço era sempre na lavoura e a borracha. Madeira era pouca que a gente tirava. Naquele tempo não exista esse negócio de madeira, essas coisas pra tirar, não. Tirava alguma madeira era pra fazer casa, era no machado, essas coisas [...] Eu plantava muita coisa, era milho, feijão, tudo que era alimento, cana* (Seu Geraldinho, 101 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:11).

Desta forma, quanto à introdução da produção da borracha no Alto Canaticú, é possível perceber, com algumas poucas ressalvas, o que Souza (2013, p.16) observa:

“Percebe-se no sistema agrário da borracha do Marajó a permanência de um sistema agrícola comercial vinculado à produção de arroz, frutas regionais, cacau e cana-de-açúcar, assim como a agricultura de subsistência, baseada no sistema de cultivo com pousio e de queimada (mandioca, milho e feijão)”

Quanto às ressalvas, a primeira delas é referente à agricultura baseada no sistema de cultivo com pousio e de queimada (mandioca, milho e feijão), que no Timbotuba não se dava apenas para a subsistência, mas também para comercialização. A segunda, talvez não seja uma ressalva, e sim mais uma consequência da aproximação e respectiva ampliação na escala de observação proporcionada pelo estudo de um caso concreto, quando é possível distinguir as especificidades dos locais em estudo. Quando delimitamos o Alto Canaticú enquanto nosso campo de observação, ou seja, uma escala mais macro, a afirmação de Souza se mostra coerente; mas quando observamos os distintos territórios das comunidades Timbotuba e Serafina, percebemos que a agricultura e a extração e produção da borracha não se davam de maneira concomitante num mesmo território. Além de aspectos sociais que envolviam relações de poder existentes entre os extrativistas da borracha da Serafina e os seringalistas (proprietários das terras), o que ocasionava àqueles proibições de roçar e cultivar no seringal<sup>29</sup>, diferenças ambientais também contribuíram para as distinções socioeconômicas entre as duas comunidades.

A extração do látex e respectiva produção da borracha ocorriam no ‘Centro’ ou ‘Centro Grande’, como se diz na região, que é área a montante da comunidade Timbotuba e onde estão localizadas, em sequência: as comunidades Pimental, Passagem Grande e, por último, Serafina. O trabalho de ‘riscar seringa’ se concentrava nesses locais, pois a seringueira ocorre preferencialmente em solos inundáveis da floresta amazônica (LORENZI, 2000 apud MARTA, 2007).

Desta forma, por estarem localizadas nas cabeceiras do Rio Canaticú, em áreas baixas e inundáveis no período das chuvas (dezembro a junho: o inverno Paraense), é nas terras das três comunidades acima mencionadas que se concentram as seringueiras da região. Já na comunidade Timbotuba, pelas terras firmes serem mais altas, são poucos os solos que sofrem alagamento, não se caracterizando então como áreas de várzea, ou seja, como propícias para a ocorrência natural das seringueiras.

Em contrapartida, na comunidade Timbotuba existe uma disponibilidade maior de terras para agricultura, exatamente pela quantidade de terras altas e não inundáveis, diferente

---

<sup>29</sup> Essas relações de poder serão detalhadas no subcapítulo 4.2.

do que ocorre nas comunidades Pimental, Passagem Grande e Serafina, onde existem menos disponibilidade dessas áreas: *"Aí eles ficaram aqui para fazer a roça. Porque lá para cima não presta para fazer a roça. Vai no fundo para lá"* (Genival, nasceu em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:55).

A relação entre o contexto ambiental e a conformação socioeconômica local pode ser evidenciada desde os tempos remotos da antiga olaria: *"Falou da Ollaria que tinha quando seu bisavô chegou. Tijolo Maciço. Tiram barro da beira do rio"* (Notas do Diário de Campo, 06/06/2016, p.10). Assim como no passado mais remoto, tal relação é evidenciada também no contexto socioeconômico da comunidade Timbotuba de meados do século XX, onde a configuração ambiental de seu território relacionava-se com as atividades econômicas, as ocupações e as rotinas daqueles que, ao mesmo tempo em que trabalhavam em seus territórios, eram também ‘trabalhados’ na conformação de suas identidades e ocupações: *"Eu trabalhava era negócio de lavoura, negócio de borracha"* (Seu Geraldinho, 101 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:33).

Quanto à rotina de um agricultor na comunidade Timbotuba em meados do século XX, quando trabalhando na sua própria lavoura,

*ele gostava muito. Amanheceu o dia ele estava ‘fiado, fiado, fiado’, amolando terçado, machado, já ia pra roça. Era assim, era amanhecer o dia. Às vezes chegava seis e meia, já vinha escuro. E olha, a gente trabalhava em área pra aí, que ele fazia ‘montão’ no meio da viagem para fazer descanso pra gente descansar. Carregava água nos potes, pra levar lá para beira do tapiri, que pra lá a gente ia, trabalhava o dia inteiro, era. Na roça, mandioca, tudo quanto a gente plantava. Meu pai nos ensinou a trabalhar. Trabalhar, lanternar. Eu sei lanternar, eu sei pescar, eu sei caçar. Eu caçava com meus cachorros quando estava criando os meus filhos. Lanternar de noite, matar caça para comer, botar caniço, pegar peixe. Graças a Deus, tudo ele ensinou nós. Hoje em dia ninguém não está socado na cidade, engolindo vento ou - que Deus o livre - entrando para o mau caminho, não. Nós criamos nossos filhos, como eu que criei os meus filhos, que meu pai sabe, estão tudo aqui colocado. E todos eles sabem trabalhar, né? Graças a Deus estão livres de estarem fazendo ‘gatuagem’ pela cidade. Estão livres de estarem se metendo em vício, em mau caminho. Graças a Deus. Isso eu agradeço muito a Deus, a força que Deus me deu: criar meus filhos assim como meu pai nos criou* (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:22).

A filha relatando a rotina de trabalho do pai demonstra que as crianças e as mulheres, tanto quanto os homens, atuavam juntos nos trabalhos da roça e da lavoura: era roçar, plantar

e colher. Assim criando seus filhos, introduziam estes no processo de trabalho e no manejo da terra - meio de produção material, cultural e de afetos. O território intermediava, tanto quanto hoje, relações entre aqueles que nela e através dela trabalhavam, ensinavam e aprendiam nas necessidades comuns de subsistência. Daí o orgulho, enquanto filhos, de serem bem sucedidos no aprendizado herdado; e enquanto pais, na transmissão bem sucedida desses conhecimentos aos filhos. Desta forma, colocando-se e colocando-os na vida no campo, os mais antigos seguem para que seus filhos não estejam “*socado na cidade, engolindo vento ou - que Deus o livre - entrando para o mau caminho*”. A valorização do seu lugar (e da vida no campo) frente à vida urbana é recorrente nas falas dos moradores locais.

Em relação aos processos de aprendizagem formais, em meados do século XX, a única escola que existia no Alto Canaticú “*era lá no Timbotuba. Uma escola, era só um professor que dava aula lá. Era lá que tinha escola*” (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:34).<sup>30</sup>

Enquanto um dos três filhos do português Vinagre, Manoel Gomes, casou-se, herdou e permaneceu nas terras localizadas na comunidade Timbotuba; o outro filho que se casou, Antônio Gomes de Carvalho, herdou e permaneceu nas terras localizadas no Aramaquiri, localidade abaixo do Timbotuba e fora da RESEX. Nesse local Antônio constituiu família e teve dois filhos: Fortino Gomes e Raimundo Gomes.

Raimundo veio a se casar com uma menina que chegou ao alto Canaticú em 1912 e que veio de Anajás juntamente com suas irmãs. Vieram por conta do trabalho que seu pai, Samuel Dias, tinha assumido a convite de seu irmão, Luis Dias, pois este havia comprado um conjunto de terras e propriedades no Alto Canaticú. A esposa de Raimundo “*morava em Anajás. Ela nasceu em 1900 e já chegou aqui em 1912. Eles já vieram em virtude da borracha*” (Genival, nasceu em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:68).

*Já tinham passado três donos, quando esse irmão (Luís Dias) [...]comprou. Tinha passado pelo Nobre, que foi quem abriu. A vovó conta que, quando chegaram aí, tinha muitos galpões assim que depositavam a borracha[...] Eles foram para uma dessas casas desse camarada lá. Primeiro eles ficaram aqui, que aqui tinha uma casa também[...]Até um tempo, quando eu estudava aqui, tinha calçada, padaria, encanação, os tubos tudo de cerâmica. Ali onde é a fábrica[...]O dono daqui da terra morava aqui, porque eram essas três propriedades dele. Era essa, nos Pacas e o Albuquerque; e a Terra Grande. Um vendia para o outro, mas só vendia se comprasse tudo[...] Aí quando*

---

<sup>30</sup> Para informações sobre o contexto escolar e educacional na RESEX TGP, recomendo o trabalho de Cruz (2014).

*eles chegaram aqui, eles primeiro ficaram aqui e depois que eles foram para lá (na Terra Grande) (Genival, nasceu em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:68).*

Um retrato de como se perpetuava a concentração de terras e o grande latifúndio no Alto Canaticú pode ser observado no trecho acima. Os detentores de extensões enormes de terra na região só as negociavam com quem tivesse o capital necessário para adquirir todas elas de maneira conjunta. No caso ora em tela, estavam a venda “*Araras, que é ali do igarapé<sup>31</sup> até lá no Pacas; Albuquerque, que é lá dentro no mato, não é na beira do rio; e a Fortaleza, que é dos Pacas para cima[...]. Je a Terra Grande*” (Genival, nasceu em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:68). A intensificação da concentração fundiária era uma das características do processo de colonização ocidental ocorrida no Marajó. Esta concentração se projetou dos primeiros séculos de colonização e adentrou o período da exploração econômica da borracha (SOUZA, 2013).

Outro ponto interessante de se destacar é que em 1912, quando da chegada de Samuel Dias para trabalhar nas terras recém compradas pelo seu irmão, Luís Dias, a produção da borracha já acontecia no Alto Canaticú. Segundo diversos autores (GUEDES, 2011, p.52; SOUZA, 2013, p.15; RICCI, 2007, p. 28 e 29), a produção gomífera se iniciou a partir da Cabanagem e principalmente depois do conflito, quando teve um maior impulso, inclusive com a chegada de retirantes nordestinos fugindo das secas que assolavam a região. No pós-cabanagem,

os presos cabanos e muitos outros suspeitos de "cabanagem" foram recrutados forçosamente e engrossaram os chamados "corpos de trabalhadores". Eram recrutas que foram os responsáveis pela reconstrução produtiva do campo e das cidades no pós-cabanagem, abrindo caminho para a tão comentada época da borracha na Amazônia. O certo é que à mortandade cabana se seguiu a dos corpos de trabalhadores. Ao lado disto, desde os anos de 1870, vieram outros migrantes nordestinos para a Amazônia. Durante os anos áureos da borracha, a Amazônia tornou-se internacional, recebendo todo tipo de pessoas, misturando culturas e criando novas identidades (RICCI, 2007, p. 28 e 29).

Após a retomada do poder pelos legalistas, o governo imperial, juntamente com elites locais, buscaram impor restrições aos rebelados cabanos e aos que os apoiavam. Nessa época a região do Marajó continuava sendo um dos principais focos de resistência dos cabanos e, paralelamente, emergia na região a economia da borracha, com a extração do látex e o seu

---

<sup>31</sup> O primeiro Igarapé que está à jusante da atual fábrica de palmito desativada. Este igarapé delimita a divisória entre Araras – onde estão as estruturas da fábrica desativada de extração e beneficiamento de palmito - e as terras de Manoel Gomes, herdeiro do português Vinagre.

beneficiamento. Este produto extrativista assumiria destaque nas exportações brasileiras e criaria uma nova dinâmica econômica e social na Amazônia. E no Marajó concentraram-se muitas das maiores áreas de extração durante o período áureo da produção gomífera (SOUZA, 2013).

. Antes do coronel Luis Dias comprar as terras no Alto Canaticú; e seu irmão lá aportar em 1912 para gerenciar a produção da borracha na Fazenda Terra Grande; segundo relatos de moradores da região, a fazenda havia pertencido a outros quatro proprietários. O ‘fulano’ de Nobre foi o segundo deles e o primeiro em virtude da borracha:

*O primeiro que entrou aqui em virtude da borracha foi o ‘fulano’ de Nobre. O vovô falava pro papai que ele ainda chegou a ver, mas só que ele era bem pequeno, quando ele baixava daqui no casco, né? Naquele tempo era casco, não tinha motor. Aí iam dois tocando harmônica para ele. Ele ia sentado no meio do casco, escutando as musicas, era. Aquele instrumento, tipo acordeom [...] Ele era muito brabo. Ali no Pimental, a finada vó dizia que quando chegou lá, ainda tinha muito lugar aonde ele surrava os empregados dele (Genival, nasceu em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:68).*

As relações de intensa e forte exploração de corpos e forças de trabalho alheio, iniciada com o trabalho forçado de índios e negros no sistema agrário colonial, foi seguida no sistema de aviamento<sup>32</sup>(SOUZA, 2013). Segundo o autor, esta foi outra característica, além da alta concentração fundiária, que se projetou dos primeiros séculos de colonização para adentrar o período da exploração da borracha durante o processo de colonização ocidental ocorrida no Marajó.

O ‘fulano’ de Nobre, que foi o segundo proprietário da Fazenda Terra Grande e o primeiro em virtude da borracha, assumiu o controle das terras mediante sua compra.

*Esse Tuca Batista ele vendeu para esse ‘fulano’ de Nobre[...] O meu avô falava pro papai que o primeiro que começou foi esse ‘fulano’ de Nobre, começou com a borracha aqui em cima, no Pimental. Aí ele vendeu para esse Joaquim Batista. Aí esse Joaquim Batista vendeu para o genro dele (Manoel Batista). Só que a vovó diz que foi questão de ano que passou[...]o Luís Dias*

---

<sup>32</sup> Trata-se da relação de trabalho que se estabelecia entre os donos do seringal e os trabalhadores seringueiros. Baseava-se na relação de endividamento do trabalhador que começava a partir da cobrança da viagem, principalmente dos estados nordestinos, para os seringais no interior da floresta amazônica. Este endividamento se pagava com o fruto do trabalho e quase sempre se perpetuava, posto que o trabalhador isolado na floresta dependia de efetuar compras de itens básicos junto ao comércio do seringalista. Assim o baixo valor pago por este na produção de borracha do trabalhador normalmente dava apenas para o pagamento de ‘dívidas’ advindas das comparas, sendo raro a retirada de algum saldo em espécie. Tal sistema será melhor representado no próximo subcapítulo.

*comprou* (Genival, nasceu em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:68).

É provável que dois desses antigos proprietários, Joaquim Batista e Manoel Batista, e talvez o próprio ‘fulano’ de Nobre, tivessem relações de parentesco com aquele que possivelmente foi o primeiro proprietário formal da fazenda: Tuca Batista. Na época da borracha, não era raro o proprietário das terras arrendá-las ou transferi-las a familiares mediante partilha entre herdeiros ou mesmo venda. Isso aconteceu quando a Fazenda Terra Grande foi arrendada pelo então Luís Dias ao seu genro Ricardo, conforme será descrito no próximo subcapítulo (4.1.2.). Aquele, Luís Dias, se tornou proprietário da fazenda em meados dos anos vinte e assim permaneceu até o final dos anos sessenta, completando mais de quarenta anos de domínio privado e particular sobre a Terra Grande.

#### **4.1.2. A vida e a produção nos antigos seringais da Terra Grande**

Terra Grande, nome da Reserva Extrativista posteriormente instituída na região, é a área também conhecida no alto Canaticú como ‘centro’ ou ‘Centro Grande’. São nessas terras inundáveis, localizadas nas cabeceiras no Rio Canaticú, que houve a presença de cabanos ainda em meados do século XIX. Posteriormente essa área se tornou uma fazenda produtora de borracha e assim permaneceu até final do século XX.

Em sentido a montante no rio, a Terra Grande abrange as comunidades Pimental, Passagem Grande e Serafina respectivamente. No passado, ainda enquanto fazenda, foi comprada pelo ‘coronel’ Luiz Dias, que convidou seu irmão Samuel Dias para administrá-la. Este assumiu o papel de ‘patrão’ da produção da borracha. Samuel Dias se mudou do município de Anajás/PA<sup>33</sup> para dentro do Alto Canaticú trazendo suas filhas, tendo uma delas se casado com Raimundo, sendo este neto do ‘finado’ Vinagre.

Para realizar o trabalho do qual havia sido incumbido por seu irmão, Samuel passa a morar na comunidade Pimental. Este local foi onde os patrões anteriores moravam e recolhiam a produção trazida pelos seus ‘fregueses’<sup>34</sup>, ou seja, pelos seringueiros que trabalhavam nas estradas de seringa localizadas na Fazenda Terra Grande. Alguns desses ‘fregueses’ se mantêm até hoje na comunidade Serafina.

---

<sup>33</sup> Um dos dezesseis municípios da Ilha do Marajó.

<sup>34</sup> Eram os seringueiros que arrendavam estradas de seringa para trabalhar. Além do pagamento de renda ao dono do seringal, eram também obrigados a vender toda a sua produção de borracha para o seringalista.

A esposa de um desses ‘fregueses’ relata a vinda de seus avós que saíram do Ceará em direção ao Marajó, mais precisamente ao Rio Aramã. Este rio marca a divisa entre o município de Breves/PA e Anajás/PA, estando hoje inserido no interior da RESEX Mapúa, unidade de conservação adjacente à RESEX Terra Grande-Pracuúba:

*Meu avô era do Ceará. Ele era Cearense, nasceu lá. Ele veio porque foi no tempo da seca, né? A seca muito grande que teve. Aí o pai dele conseguiu uma viagem pra cá para sair de lá por causa da seca que era muito grande. Ele deixou um terreno muito grande no Ceará, foi. Eles deixaram o terreno deles pra lá, só trouxeram documento, né? Eles eram oito filhos, com mais a mulher e vieram embora de lá. Vieram por causa da seca, que a seca era muito pra lá. Aí o povo vinha de lá do Ceará pra cá, né? Eles vinham por causa da seca. Vinha muito cearense pra cá[...] O trabalho era a borracha (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:11).*

Essa realidade é semelhante à de outras comunidades rurais amazônicas. Na RESEX Arapixi, unidade localizada no médio rio Purús, estado do Amazonas, registram-se comunidades que descendem em grande parte de nordestinos que migraram quando da implantação do sistema de aviação da borracha na região. Conforme descrito por Vieira (2012), pode-se verificar nos relatos dos moradores dessa RESEX que os avós de parcela significativa dos moradores migraram do Ceará. “O Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Arapixi também aponta a origem nordestina de grande parte dos antepassados dos moradores. A maior parte destes migrantes seriam cearenses que viam a região Norte como ‘de muita fartura, de muita caça’”(VIEIRA, 2012, p.75).

Entre os anos de 1877-1879, por conta de uma grande seca que assolava a região nordeste, vários migrantes – principalmente do Ceará - se dirigiram aos seringais da Amazônia em busca de melhores condições de vida. Tal processo migratório era catalisado pelo governo imperial, com atuação de alguns proprietários de seringais que viajavam ao Ceará para aliciar trabalhadores ao prometer-lhes ‘excelentes’ condições de trabalho e de vida. Para intensificar a exploração de borracha que já estava em andamento na Amazônia, iniciada mediante a exploração de mão de obra regional, e atender a crescente demanda do mercado internacional, a solução encontrada pelo governo juntamente com seringalistas foi a adoção de políticas migratórias para o incremento da mão-de-obra (SILVA et al, 2010).

Segundo os autores, o Estado brasileiro passou a destinar maior atenção a Amazônia somente após a segunda metade do século XIX. A ocupação incentivada pelo governo adquiriu nova dinamicidade a partir de dois fatores concomitantes: a introdução do processo

de vulcanização da borracha <sup>35</sup> em 1839, resultando no aumento da procura de matéria-prima; e a crise instalada na produção cafeeira que começou a afetar a economia do país, contribuindo para transformar a borracha amazônica num dos principais produtos da economia brasileira no período.

Além da violenta seca de 1877, outro fator contribuiu para a diáspora nordestina em direção à Amazônia: o término da Guerra da Secessão (1864-1868) nos Estados Unidos. O fim deste conflito possibilitou a este país voltar a produzir algodão para consumo próprio, desmobilizando uma grande quantidade de mão de obra nordestina, principalmente no Ceará, que cultivavam o produto a ser exportado. “Assim, além da seca, a queda na lucratividade da produção algodoeira no Nordeste contribuiu para a expulsão desses trabalhadores, direcionando-os à Amazônia” (SILVA et al, 2010, p.74).

[...] o contingente de migrantes para Amazônia foi significativo, pois Benchimol (1999) argumenta que no período entre 1877 e 1878, deslocaram-se para a Amazônia cerca de 19.910 retirantes. No entanto, de 1877 a 1920 o total de imigrantes nordestinos já chegava a 300.000. A estimativa era que, desde o início do ciclo da borracha até os anos sessenta, aproximadamente 500.000 nordestinos vieram tentar a vida na região (SILVA et al, 2010, p.75).

A ocupação principal dos caboclos e caboclas extrativistas, assim como de seus descendentes, que migraram para o Marajó, era a extração do látex para a produção da borracha:

*Era todo o tempo na borracha[...]Saía de manhã cedo para cortar seringueira, né? Vinha chegar cinco horas, quatro horas da tarde, aí que você vinha comer algum a coisa [...] (De manhã) tomava um cafezinho e sumia. Riscar seringueira o dia inteiro (Seu José , 91 anos, 09/06/2016, Serafina, QU 28:2).*

As mulheres também riscavam seringa tanto quanto os homens: “a mamãe acompanhava a gente. Mamãe cortava muita seringueira, era[...] Os dois velhos é que cortavam mais” (Dona Josefina, 09/06/2016, Serafina, QU 22:6).

*Quando ele ia levar borracha eu ficava, mas tinha vez que eu ajudava ele ainda, sabe? Era, eu ajudava ele. A gente saía de casa quando ia fazer a roça para fora, que ia com toda galera. Quando não eu ficava em casa[...]Eu não saía de casa eu acho que quase toda a vida dos meus filhos. Só mesmo para fazer roça. Eu ficava sempre mais em casa, né? (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:42).*

---

<sup>35</sup> Borracha estabilizada quimicamente com a mistura de enxofre em presença de calor (SILVA et al, 2010).

Os dois relatos acima, pertencentes à filha e mãe respectivamente, além de explicitar que as mulheres também se ocupavam com os trabalhos tanto no seringal quanto na roça, contém implicitamente a percepção e a dimensão que a matriarca, Dona Conceição, tinha em relação ao que considerava sua casa, seu lar, o abrigo de sua família. Fica evidente que mulheres extrativistas trabalhavam tanto quanto homens no seringal; e também que a Dona Conceição não saía de casa quase que todo o período em que cuidava de seus filhos, a exceção de quando iam fazer “a roça para fora”. A roça, pelos motivos que serão mais abaixo detalhados, não era feita na própria comunidade Serafina, mas sim fora da Fazenda Terra Grande: *"Nós trabalhamos muito fora, lá para banda do Timbotuba[...]doze anos nós trabalhamos[...]Já estava cansada de ir pra lá fazer farinha, de capinar roça* (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:23).

Assim sendo, a primeira vista, parece contraditório que a extrativista diga que não saía de casa, sendo que passava boa parte de seu dia riscando seringueira nas estradas locais. Entretanto, é possível ressignificarmos esse estranhamento inicial – estranhamento para mim ao menos, homem urbano ocidental cujos limites do lar se encerram entre paredes ou muros - ao buscarmos compreender o lugar e a perspectiva da antiga moradora da Serafina que nasceu e foi criada no ‘Centro Grande’. Se assumirmos que a noção de “casa” dessa extrativista engloba não só os limites da estrutura de madeira na qual pernoitam, mas também engloba o quintal, o sítio e as áreas de produção localizadas em suas imediações, entre as quais as estradas de seringueiras onde trabalhavam, o relato desta antiga moradora e extrativista local perde em contradição para ganhar clareza e sentido.

A própria arquitetura de algumas das estruturas de madeira suspensas sobre ‘palafitas’<sup>36</sup> e que abrigam o núcleo doméstico extrativista – que é até onde na cultura urbano ocidental restringe-se o conceito de “casa” - não raro expressam essa perspectiva. É comum os extrativistas-construtores não erguerem totalmente algumas paredes da “casa”; não erguerem fronteiras entre esta e o território onde se inserem enquanto produtores locais, como se fosse um extensão do outro.

Sobre as ocupações infanto-juvenis de quem nasceu na Comunidade Serafina na década de 1960, os jovens da época relatam que dividiam seu tempo entre os estudos pela manhã e o seringal à tarde:

*A escola era lá para o Pimental. A gente estudava para lá, tanto no inverno quanto no verão. Quando chegava o verão a gente ia por terra. Quando era inverno a gente ia pelo casco remando.*

---

<sup>36</sup> Troncos de madeira trabalhados e sobre os quais os ribeirinhos erguem estruturas na beira do rio.

*Até a 5º série tinha. A gente saía daqui de manhã. Tinha vezes que a gente saía cinco horas da manhã para estudar e chegava sete horas na escola, sabe? Aí a gente ia embora. Estudava e vinha embora pra casa. Quando a gente chegava, entrava pra trabalhar com papai no mato. Meio-dia a gente chegava. A tarde a gente ia embora trabalhar. Ficava trabalhando até às cinco horas da tarde mais ou menos. Depois vinha embora para casa. Quando não era um serviço era outro (Dona Josefina, 09/06/2016, Serafina, QU 22:6).*

Os pais dessa geração nascida na década de 1960 não tiveram as mesmas oportunidades que os filhos. Quando crianças, na década de quarenta e antes, escola?

*Mas nem falava, nem falava escola. Não falava. A escola que tinha era lá no Timbotuba, uma escola. Era só um professor que dava aula lá. Era lá que tinha escola. Pra dizer que nunca sentei, eu sentei num banco de escola aqui já. Aqui na Serafina. Uma semana que eu passei estudar com o professor que veio de lá de Currálinho. Ele veio ensinar o infantil aqui, que ele veio pra cá. Aí ele começou a dar aula para a criançada aqui. Aí ele inventou já pra gente estudar, trouxe de lá, nós velho, né? Começamos a estudar. Como era que dava o nome daquele estudo? **(Era o EJA vó)**. Aí nós começamos a estudar, mas não foi para frente não. Estudamos só uma semana, paramos. Aí eu já estava meio por causa da minha vista também. Já não enxergava bem que prestava (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:34).<sup>37</sup>*

Sobre o processo de trabalho nas estradas de seringa:

*Conforme a estrada sua, que você tira, se der para você passar o dia inteiro no mato riscando seringueira você passa[...]quando é pra defumar você dá duas viagens na estrada. Pra defumar: você corta, chega, pega o balde e volta. Vai colher o leite. Pra defumar. Agora, pra borracha Cametá, não. (Para esta) você corta quatro, cinco dias, de lá você já vai colher (Seu José , 91 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:12).*

Haviam quatro variedades de borracha produzidas, cada uma com seu processo específico de manufatura:

*Cangolado que chamam, é cametá que chamam, e é o leite e é a borracha fina, são quatro, quatro tipos. Porque o cangolado que a gente chama tem um ingrediente, né? Bota numa lata de querosene o leite. Vai botando tudo lá até encher, né? Aí tira aquela 'peçona' da lata, derrama aquela peça. Só o leite mesmo, só a massa mesmo. Endurece com aquele ingrediente que coloca dentro, que chamam amoníaco. E aquilo fica duro*

---

<sup>37</sup> Para informações sobre o contexto escolar atual na RESEX TGP, recomendo o trabalho de CRUZ (2014).

*que fica aquela peça linda mesmo. É cangolado. A outra é a borracha fina que defuma, fica de novo outra peça só o leite! Só o leite, mas é defumada com cavaco. Bota dentro de um 'buiãozinho' de barro. Faz a boca bem fina para sair aquela fumaça por aqui. Aí a gente passa em cima, vai passando em cima naquela fumaça, vai coalhando, sabe? O leite vai coalhando com o ingrediente que põe lá. Aí vai ficar aquela peça grande, só o leite, só mesmo o leite puro de novo. Agora a Cameté que nós chamamos, que é o nome, né? Que é borracha da tigela; é que é cortado quatro dias, cinco dias, aí o cara tira, vai só dobrando, ficam aquelas bolas grandonas. Aquela seringueira boa, fica aquelas bolonas grandes; quando é ruim - porque uma dá mais leite que a outra, sabe? - aí dá pequena a bola. É assim (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:12).*

Os preços pagos pelo seringalista variavam conforme o tipo de borracha: *“Uma era mais cara e a outra era mais barata, sabe? Esse tipo de cangolado e borracha fina era mais cara. Agora essa da tigela era mais barata” (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:15).*

Apesar da borracha ter sido a ocupação principal dos seringueiros no período, eventualmente outros produtos eram comercialmente explorados por eles:

*Ajuntava mucuíba, ajuntava leite, o caboclo ia procurar jutaí, né? Tudo isso fazia para poder sobreviver, né? Comprava farinha, porque roça por aqui nós não tínhamos. Tudo era comprado. No tempo do inverno que era andiroba, você ia ajuntar andiroba. Ajuntava mucuíba, para vender pro patrão; para o patrão vender lá na ponta alegre para manter nós (Seu José, 91 anos, 09/06/2016, Serafina, QU 28:2).*

O discurso transcrito acima também evidencia a relação de dependência e subjugação que eram construídas através das relações de trabalho instituídas no seringal. Esta situação é reconhecida inclusive por membros da própria comunidade, o que demonstra terem consciência do contexto em que se vivia: *“Só podia vender para ele, era assim. A gente era subordinado pelo patrão” (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:06).*

O patrão era homem de confiança do dono das terras e a quem era incumbido tanto o trabalho de administrar a produção quanto de fiscalizar e proteger, para usufruto exclusivo do seringalista, os recursos naturais com valor comercial existentes na fazenda: *“A gente era proibido de fazer roça aqui. Não podia desmatar[...] o dono das terras não deixava” (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:23).*

A farinha vinda da roça<sup>38</sup> juntamente com o açaí, a carne de caça e o peixe eram e continuam sendo a base da alimentação das famílias da área em estudo. Entretanto, diferentemente da proibição relativa aos roçados, para o açaí, a caça e o pescado não havia restrições. Apesar de conclusões mais imediatas que possam versar sobre uma eventual ‘preocupação ambiental’ do seringalista ao proibir o desmatamento para o cultivo da roça; ou sua eventual benevolência ao permitir que os agroextrativistas extraíssem açaí, caça e pescado; as justificativas para tais comportamentos do seringalista podem estar em dois outros fatores: 1) o valor comercial dos produtos e a logística de escoamento da produção.

O escoamento e chegada de produtos ao local eram organizados em torno da borracha, cujo alto valor comercial e forte demanda à época justificaram os esforços e incentivos às imigrações e instalações no interior da floresta amazônica. A borracha era armazenada e seu escoamento não se dava diariamente. Dessa forma, tanto o escoamento quanto a vinda de produtos perecíveis ficava prejudicada, pois os barracões de armazenamento e as embarcações que transportavam as produções não dispunham de refrigeração. Assim, dentre os produtos que formavam a base da alimentação do caboclo extrativista, a farinha era o único produto que aguentava armazenamento nessas condições, sendo as proibições relativas à sua produção duplamente vantajosa ao seringalista: impedia a derrubada e comprometimento da exploração de eventuais madeiras com potencial valor comercial; e forçava o extrativista a comprar farinha no sistema de aviamento<sup>39</sup>, o que rendia maiores lucros ao seringalista.

Assim, a extração dos produtos da floresta era regida não necessariamente conforme a necessidade familiar dos seringueiros; mas provavelmente conforme a demanda do seringalista (dono do seringal), à quem era destinada toda a produção:

*O povo da fábrica lá que compravam, era que encomendavam, sabe? Para o patrão, sabe? Eles que davam, que financiavam o povo para trabalhar com tigela, com essas coisas, para poder fazer a borracha, né? Para poder produzir. Porque era ele que comprava (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:15).*

Os seringueiros arrendatários ou ‘fregueses’ ficavam responsáveis por um conjunto de estradas de seringa, conjunto este que era arrendado a ele em troca da renda: “A gente

---

<sup>38</sup> Na região designam enquanto ‘roça’ o cultivo de mandioca.

<sup>39</sup> “No sistema de aviamento o comerciante ou aviador adianta bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho ao produtor, e este restitui a dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas[...]Nesse sistema há uma extração de valor do produtor para os comerciantes, produzindo-se uma espiral que extrai renda do trabalho rural e acumula na fonte da cadeia aviadora, nas empresas financiadoras de Belém e no sistema bancário (ARAMBURU, 1994)”.

*trabalhava, pagava renda, todo o tempo a gente pagava renda de borracha. O pagamento era cinquenta quilos por ano, que ele cobrava de nós. O resto nós tínhamos direito”* (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:06).

Entretanto, esse direito era relativo, para não dizer fictício, pois a venda mediada pelo patrão deveria ser feita exclusivamente ao dono do seringal. Na falta de outros compradores - competidores e concorrentes - o preço pago ao extrativista era o que melhor conviesse às expectativas de lucro do comprador exclusivo que se configurava o seringalista. Em função do subpreço praticado, aos seringueiros - que necessitavam de recursos para comprar a farinha e outros itens básicos - restava aumentar a produção para auferir ganhos suficientes à subsistência familiar:

*Tinha freguês de fazer mil quilos de borracha. Começava em maio e quando ele ia vender era de mil quilos. Cada um seringueiro[...] Aí no Pimental, que era um patrão que recebia, né? E lá embaixo era outro que fornecia a mercadoria. Era aí cinco, seis toneladas de borracha que eles vendiam para os que iam pegando. Era muita coisa!* (Seu José, 91 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:15).

Dessa forma, esse direito exclusivo de compra da produção imposto aos “fregueses” pelo seringalista garantia a este um duplo ganho. O primeiro é que ao pagarem preços baixos pela borracha extraída pelos fregueses, remuneravam de maneira precária estes e assim garantiam a ‘mais-valia’, conforme denominação cunhada por Marx. Esta ‘mais-valia’ se caracteriza enquanto o ‘valor excedente’ gerado pelo ‘tempo de trabalho excedente’ do seringueiro. Esse excedente é em relação ao ‘tempo de trabalho necessário’ para que o trabalhador produza o valor que lhe é pago pelo capitalista, sendo o ‘valor excedente’ o lucro que o seringalista tem com o trabalho deste seringueiro.

O interesse do seringalista ou do capitalista é que a jornada de trabalho contenha o máximo possível de trabalho excedente e, conseqüentemente, de ‘mais-valia’. Assim, o segundo dos dois ganhos decorre do primeiro, posto que para compensar essa baixa remuneração e auferir saldos que lhes propiciassem mitigar seu precário poder de compra, os seringueiros aumentavam a sua produção e, conseqüentemente, a produção do seringal, o que se refletia em maiores ganhos para o seringalista<sup>40</sup>.

Diante de tais características, o modo de produção da borracha se aproximava de um modelo capitalista, haja vista no processo de trabalho daquele estarem presentes as duas

---

<sup>40</sup> A extensão da jornada de trabalho é a forma mais simples para que o capitalista amplie a ‘mais-valia’, sendo esta forma de obtenção caracterizada por Marx enquanto ‘mais-valia absoluta’ (MARX, 1973, T.2, p. 9 apud DUARTE, 1999, p.75).

características básicas do último. A primeira dessas características é que o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence a sua força de trabalho; e a segunda é que o que é produzido é propriedade do capitalista e não do trabalhador, ou seja, do produtor imediato (MARX, 1971apud DUARTE, 1999).

Outra característica do sistema de aviamento contribuía para a maximização dos lucros do seringalista que estava, quase sempre, pautada na maximização da exploração do trabalho dos seringueiros. Em virtude do isolamento da família seringueira em relação a pontos comerciais outros que não o mercado presente no próprio seringal, o seringalista era quem possuía exclusividade na venda de eventuais mercadorias necessárias às famílias seringueiras. Esse isolamento, somado tanto às proibições de usufruto da terra e da floresta para a produção necessária à subsistência - à exemplo da roça<sup>41</sup> - quanto ao eventual saldo que muitas vezes não era dado em espécie, mas sim deixado de crédito no mercado, forçava o seringueiro à ser freguês dos preços praticados pelo seringalista.<sup>42</sup>

Utilizando-se dessa situação, os seringalistas conservavam um regime extremamente intransigente sobre os trabalhadores, os quais só alcançavam o “direito” de exploração dos seringais após adquirirem os adiantamentos com mantimentos estritamente por intermédio de seus patrões, além do comprometimento de entrega de toda a produção, exclusivamente, ao patrão que lhe ofereceu o aviamento. O modelo de administração dos seringais se configurava como uma terrível e impiedosa exploração da força de trabalho do seringueiro (SILVA et al, 2010).

Um dos agravantes deste contexto era que o seringueiro já chegava endividado à Amazônia, posto que os custos do deslocamento e fixação do trabalhador nordestino no seringal eram posteriormente dele descontados pelo Seringalista (SILVA e SILVA, 2006). Desta forma, era comum os seringueiros não receberem saldo pela sua produção, pois esta era utilizada para quitar as ‘dívidas’ contraídas desde sua saída do nordeste e mantidas em função das aquisições indispensáveis à subsistência familiar.

Além disso, ainda que houvesse saldo, não era incomum o patrão não disponibilizá-lo em dinheiro, atrelando o seringueiro à aquisição de bens no mercado do seringalista: *"às vezes sobrava, a gente tirava saldo. As vezes, quando o patrão era bom, ele dava o saldo da gente;*

---

<sup>41</sup> O termo roça, sempre que nominado de maneira isolado, se refere à roça de mandioca. Assim também se referem ao roçado de mandioca os agroextrativistas do Alto Canaticú e de outras regiões da região amazônica, vide exemplo na RESEX Arapixi, no médio Purús (VIEIRA, 2012).

<sup>42</sup> Esse cenário de maximização dos lucros dos seringalistas que se configurava em torno da extrema exploração da força de trabalho dos seringueiros também foi identificada nos seringais da antiga fazenda Terra Grande por CRUZ (2014, p.66), quando de sua pesquisa junto à mesma comunidade ora pesquisada: a Serafina.

*quando não, a gente comprava tudinho de novo, de mercadoria” (Seu José , 91 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:15).*

O mercado do seringal era guardado e controlado por uma pessoa que detinha o mesmo nível hierárquico daquele que controlava o recebimento e escoamento da produção da borracha, refletindo a importância deste mercado no sistema de aviação. Ele era antes um elemento fundamental para a maximização dos lucros do seringalista do que uma preocupação em garantir o fornecimento de bens e insumos necessários à subsistência dos seringueiros e suas famílias: *“Aí no Pimental, que era um patrão que ‘arrecebia’, né? E lá embaixo era outro que fornecia a mercadoria” (Seu José , 91 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:15).*

O elo entre o seringalista e os extrativistas se dava através dos patrões. Estes eram a extensão dos olhos e mãos do seringalista sobre o seringal, mantendo uma relação vertical, direta e constante junto aos seringueiros. Para tanto, fixavam residência no local a fim de administrar os negócios do seringalista: *“Nós vendíamos aqui para um cara que chamava Samuel Dias, era aí no Pimental que ele morava. Só podia vender para ele” (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:6).*

Em virtude da confiança e lealdade almejadas pelo seringalista em relação aos patrões por ele designados, não raro a mencionada extensão entre eles extrapolava o sentido figurado, existindo relações de consanguinidade e parentesco entre os mesmos: *“Finado Luís Dias, que era dono dessas terras aqui, que era parente (irmão) desse Samuel Dias” (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:06).*

Segundo Vieira (2012), etnografias recentes e relatos nativos revelam conexões entre relações de trabalho e relações de parentesco. Não obstante a autora se focar em estudos de comunidades rurais amazônicas e não especificamente em relações existentes entre os seringalistas e os patrões dos seringais, me parece que tais conexões se evidenciam também entre estes.

Os laços de consanguinidade e confiança continuaram sendo os critérios de recrutamento dos patrões ao longo de várias gerações. Quando Samuel Dias faleceu, seu filho, Hiduíno, ficou ‘tomando conta’ do posto do pai e dos negócios do tio na comunidade Pimental; e da mesma forma ocorreu quando Hiduíno faleceu, tendo seu filho o substituído no posto de patrão da Fazenda Terra Grande.

Quando o coronel Luís Dias veio a falecer, por volta de 1953, um de seus netos, também chamado Luís, herdou três das quatro propriedades de seu avô: Araras, Albuquerque e Fortaleza. A única propriedade não herdada por este neto foi a Fazenda Terra Grande. Nesta

Hiduínio permaneceu enquanto patrão, vindo a negociar e comprar as outras três propriedades do herdeiro:

*Ele (neto e herdeiro do Luís Dias) vendeu para ele (Hiduínio).E ele (Hiduínio) tomava conta lá no Pimental, da Terra Grande tudo. Era ele que tomava conta para os donos, para o tio dele, o Coronel Luis Dias[...] Ficou o filho dele (do Samuel Dias), Hiduínio, tomando conta. O velho lá, entendeu como é? Quando o Coronel Luís Dias morreu, o Hiduínio ficou lá. Só que aí já veio o neto dele (do Luís Dias) vender essas 3 propriedades. Aí o Hiduínio comprou[...] Papai que conta a história. Papai estava com 11 anos, ele tá com 74 anos, meu pai (Genival, nasceu em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:70).*

Em relação à Fazenda Terra Grande, o antigo coronel se manteve proprietário da Fazenda Terra Grande até aproximadamente 1969. A propriedade foi então transferida a herdeiros para, após ser adquirida por outros proprietários, ser incorporada ao patrimônio de uma empresa madeireira, permanecendo sob a posse desta por aproximadamente vinte anos, até o início dos anos noventa.

Essa empresa arrendou a propriedade e nesta a produção da borracha continuou. Dessa forma, após a morte do ‘coronel’ Luís Dias, a Fazenda Terra Grande passou ao controle de um novo seringalista ou ‘gerente’<sup>43</sup>. Este era casado com uma neta de Luís Dias e permaneceu enquanto arrendatário da fazenda até início dos anos noventa:

*O Ricardo só arrendou a terra, porque ele era genro do coronel Luís Dias[...] não, na verdade não era genro, porque ele casou com a filha da filha do coronel Luís Dias. Aí esse Ricardo arrendou[...] o Ricardo não era daqui, era gaúcho, vinha só pegar a produção aqui e ia embora. Ele morava em Belém[...] era o gerente[...] Porque naquele tempo eu era pequeno ainda, eu não me lembro bem disso aí, mas de vez em quando chegava o Ricardo aqui. A gente tinha que levar ele lá no Pimental, a remo. Eu ia para secar a água do casco e o pessoal ia para remar para ele para chegar lá. Porque ele trazia muita mercadoria. Já nessa época quando eu me entendi, ele trazia motor, ele trazia máquina para costurar, ele trazia espingarda, ele trazia o que as pessoas encomendassem. O comércio dele era muito forte, porque eram muitos aviados dele (Genival, nasceu em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:68).*

Assim como os outros antigos seringalistas e proprietários da fazenda, Ricardo também não permitia que seus ‘fregueses’ - também conhecidos como ‘aviados’ em referência ao sistema de aviamento - fizessem roça onde estavam ‘colocados’. Dessa forma

---

<sup>43</sup> O gerente é um termo utilizado para designar quem era o arrendatário ou o dono da fazenda produtora de borracha, ou seja, à quem cabia a posse e o controle sobre seringal.

aos extrativistas restava comprar farinha ou viajar a remo até as comunidades que ficavam fora da fazenda, entre as quais a comunidade Timbotuba:

**Dona Conceição:** *Lá no Timbotuba a gente alugava terra. Tinha que pagar para fazer a roça. A gente pagava a renda.*

**Seu José:** *Era um hectare de terra pagava aí cem reais[...]a gente derrubava a roça, queimava, aí quando estava queimado o dono vinha e media. Media a área e aí a gente pagava pra ele*

**Alex:** *E o forno era para lá mesmo?*

**Dona Conceição:** *Era, pra lá mesmo. A gente trabalhava na farinha para lá mesmo. Aí já trazia só a farinha [...]*

**Seu José:** *Tinha muitos que cobravam a renda da terra, mas muitos que não.*

**Dona Conceição:** *Não porque eram parentes. Eram parentes dele que moravam lá (Dona Conceição, 76 anos, e Seu José, 91 anos, 09/06/2016, Serafina, QU 31:23).*

Em outra Reserva Extrativista, Vieira (2012) verifica a criação de redes sociais baseadas em relações de parentesco construídas não só mediante a descendência biológica direta, mas também mediante outros mecanismos como a adoção, o casamento e os batizados religiosos. Essas construções parentais intentariam a construção de uma rede social de amparo mútuo, abarcando o maior número de pessoas possíveis. Assim, muitas vezes não se restringem a um conjunto de casas próximas, extrapolando as fronteiras entre diferentes comunidades ao envolver casas afastadas e pertencentes a outras localidades

Na Reserva extrativista Arapixi e nos seringais da região Juruá-Purus em geral, grupos de casas ou “unidades domésticas” (Almeida, 1992) ligadas por laços de parentesco, incluindo o compadrio, podem manter contato freqüente e relações de reciprocidade, criando redes sociais, denominadas por Almeida (Ibid) como “macro-houses”. Tais grupos de casas aparentadas[...] são chamadas por Pantoja (2008) de “famílias ampliadas (VIEIRA, 2012, p.262).

Esta realidade parece também estar presente no Alto Canaticú, onde as relações de parentesco, mesmo quando entre membros de comunidades distintas, sugerem redes potenciais de acesso a recursos materiais e mútuo apoio, estabelecendo-se também como relações de produção.

Nos estudos de autores como Deborah Lima (2004) e Mark Harris (2004), o esforço de incluir um grande número de pessoas na esfera do parentesco é [...] interpretado através de motivações fundamentalmente econômicas. Deste modo, o sistema de parentesco analisado por Harris (2006: 81) é descrito como ‘redes de potencialidades de acesso aos recursos materiais e ao apoio moral’. Casamentos que repetem a mesma união entre famílias locais, comuns [...] entre a população rural amazônica em geral (Pantoja, 2008; Lima, 2004; Harris, 2004) são relacionados por Lima à garantia do acesso à terra através do trabalho. A autora observa que casamentos desse tipo

reforçam os laços entre parentes, garantindo o potencial para o trabalho cooperativo. Ela sugere que, entre a população por ela estudada, as relações de produção são também relações de parentesco (VIEIRA, 2012, p.17-18).

Não obstante o amparo que tais redes sociais eventualmente propiciavam, as condições de vida no seringal eram rigorosas e as restrições impostas pelos seringalistas dificultavam ainda mais a vida dos que ‘riscavam’ seringa na fazenda Terra Grande

*Ele ficava pra cá. Às vezes era eu que ia fazer farinha com os meninos e ele ficava trabalhando na borracha. Ficava riscando seringueira [...] Sábado ele ainda trabalhava, mas domingo é que às vezes ele descansava (Dona Conceição, 76 anos, 09/06/2016, Serafina, QU 31:23).*

Diante de tais condições de vida, foi sobre as restrições para produzirem a farinha - que além de tudo não visava o comércio e sim suprir necessidades de subsistência imediata da família - que expressões de inconformismo, desobediência e resistência surgiram, promovendo então transformações nessa realidade.

*Nós trabalhamos muito fora, lá pra banda do Timbotuba[...]12 anos nós trabalhamos em roça. Aí quando foi já no fim, eu já estava cansada, né? De ir pra lá fazer farinha, de capinar roça, aí eu disse: ‘Ah, nós vamos fazer roça é aqui’[...] Aí agora nós vamos fazer aqui. Porque é aqui que nós moramos, é aqui que nós temos direito. E a gente ia sempre em reunião de paróquia, sabe? Aí tinha um bispo de Belém que ele sempre falava que a gente tinha direito na nossa terra que nós morávamos. Sempre ele dizia pra nós. Aí quando foi um dia, eu botei na minha cabeça isso e eu disse: ‘Hoje nós vamos fazer roça aqui!’ Quando foi um dia, eu fui com mais essa ‘buxuda’. Fomos para cá. Aí nós chegamos, ‘rodiemos’ uma ponta de terra bonita aculá. Aí eu fui, meti o terçado lá. Fui apanhar açai com ela para beber, aí quando nós viemos voltando, disse: ‘Vamos roçar aqui minha filha, vamos embora fazer uma roça aqui pra nós - tá mamãe, vamos embora!’ Aí metemos o terçado, eu com ela, ‘roçemos’ um pedaço assim e deixamos. Quando foi no outro dia, cheguei aqui, cheguei e disse: ‘Ó, lá tem uma roça começada pra nós fazer essa roça, que eu tô cansada de trabalhar para o Timbotuba.’ Ahh! Ele (o marido) brigou comigo[...] Quando foi no outro dia, nós fomos para lá. Começamos fazer a roça. Aí desde esse tempo graças a deus ninguém saiu mais daqui para fazer roça para outro canto. Porque a gente achava que tinha direito onde morava, né? ‘Donde’ moramos. E então é aqui que nós temos que fazer nossa roça (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:34).*

Um fator que contribuiu decisivamente a essa mudança de postura foi o contato com novas idéias e informações que algumas famílias começavam a ter quando saíam em viagens para fora da Fazenda Terra Grande. Nem sempre foi possível aos extrativistas saírem da fazenda para irem à cidade. A partir da fala de uma liderança da Serafina, CRUZ (2014, p.64-65) ressalta que houve um período em que as condições de trabalho dos extrativistas não davam a eles possibilidade de irem à cidade:

*Isso foi um trabalho. Todo pessoal era acostumado já nesse jeito né: vendiam para ele (patrão) e ele pagava quanto queria e ninguém quase via a cor do dinheiro, dinheiro puro mesmo era só comprado. Nossos pais, nossas famílias criavam os filhos aqui dentro, não saíam daqui. Não conheciam a cidade, não conheciam a sede do município porque não tinham condições. Era todo o tempo focado ali naquele trabalho de seringa e só levar a borracha pro gerente e o gerente comprava, pagava e vendia e os outros ficavam devendo (Liderança comunitária 1 - 2013). (CRUZ, 2014, p.64).*

#### **4.1.3. Da Terra Grande para a grande ‘Terra’**

A partir da década de 80, moradores e moradoras da Serafina conquistaram a autonomia necessária para viajarem eventualmente à cidade de Currálinho. Essas viagens se davam muitas vezes para que as famílias moradoras da fazenda pudessem comprar itens que geralmente não eram encontrados no mercado do patrão: “*Comprava roupa, comprava calçado, as coisas pra casa. Já tinha que se deslocar pra cidade. No patrão era só açúcar, café e sabão. Essas coisinhas, muito difícil trazer uma roupa pra vender*” (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:1).

Além de bens materiais básicos à sua sobrevivência, essas viagens possibilitaram o acesso dos extrativistas à ‘riquezas’ imateriais que foram de extrema importância nas suas lutas por liberdade e emancipação. Os moradores e moradoras da Serafina começaram a se aproximar de espaços sociopolíticos e culturais até então inacessíveis, entre os quais a igreja católica e o sindicato dos trabalhadores rurais - STTR. Estes se destacavam enquanto difusores de idéias, informações, lutas e direitos relativos à vida e ao trabalho no campo. Esses dois espaços começaram a unir esforços em suas ações.

*Daí 82 - eu acho, por aí assim - aí a comunidade aqui, a comunidade católica a gente criou aí. Aí a gente participava de encontros de reuniões. Já tinha um pouco de liberdade de sair daqui e eu me envolvi nessa questão muito, né? Na comunidade, no movimento, comecei a ver os movimentos sociais. Aí eu*

*comecei a participar. [...] Eu ia para cidade e já tinha um pouco de conhecimento de outra coisa lá fora, né? Aí nós começamos a visualizar. Tinha minha mãe que participava das reuniões de igreja católica, de movimentos sociais: 'Olha tem uma reunião ali que vai falar sobre a liberdade das pessoas.' Aí a gente participava, né? Nesse tempo eram sempre o sindicato e a própria comunidade, os padres né? Eles faziam essas reuniões para mostrar como funcionava a liberdade das pessoas. Em Curralinho, aqui no baixo Canaticú. E isso aí alimentava a gente, que podia descobrir o que a gente podia fazer (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:1).*

Processo semelhante de sensibilização, que tinha como agentes mobilizadores as organizações de base sindical e representações locais da igreja católica, também ocorreu em áreas rurais de Boca do Acre, município localizado no estado do Amazonas. Neste local este processo se deu onde hoje se encontra instituída outra Reserva Extrativista, a RESEX Arapixi:

De acordo com integrantes do STR – Boca do Acre, o trabalho das entidades de base da Igreja Católica foi iniciado no município em 1977 [...] As diferentes atividades realizadas junto à população rural trouxeram as primeiras idéias (informadas pela Teologia da Libertação) de comunidade e organização de base para a região. O objetivo era organizar as famílias, relacionando a vida em comunidade com a vida cristã, com especial enfoque na luta bíblica pela terra (VIEIRA, 2012, p. 70).

Objetivando definir a organização política de um grupo localizado espacialmente, e com o intuito de propiciar o reconhecimento mútuo entre aqueles que através de tal organização atuavam, o conceito e o significado do termo comunidade chegaram às comunidades amazônicas. A formação de ‘comunidades rurais’ se deu a partir da década de setenta, contribuindo para tanto a existência de comunidades locais mobilizadas e o trabalho social realizado pelo Movimento Eclesiástico de Base (Lima, 2004: 12 apud VIEIRA, 2012, p.69-70). Somando-se a estes movimentos, que atrelavam a prática religiosa às lutas por direitos e liberdades sociais, estava o trabalho realizado pelas entidades sindicais.

O ano de 1982, apontando na fala de uma das lideranças extrativistas da RESEX Terra Grande-Pracuúba como o ano da criação da comunidade católica no Alto Canaticú, coincide com a entrada em vigor da Lei nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981, que “Dispõe Sobre a Aquisição, Por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, Altera a Redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências” (BRASIL, 1981). Em seu artigos 1º e 2º, esta lei dispõe:

Art. 1º - Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, possuir como sua, por 5 (cinco) anos ininterruptos, sem oposição, área rural contínua, não excedente de 25 (vinte e cinco) hectares, e a

houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de justo título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis.

Parágrafo único. Prevalecerá a área do módulo rural aplicável à espécie, na forma da legislação específica, se aquele for superior a 25 (vinte e cinco) hectares.

Art. 2º - O usucapião especial, a que se refere esta Lei, abrange as terras particulares e as terras devolutas, em geral, sem prejuízo de outros direitos conferidos ao possessor, pelo Estatuto da Terra ou pelas leis que dispõem sobre processo discriminatório de terras devolutas (BRASIL, 1981).

Em consonância com a entrada em vigor desta lei, os relatos de moradores no Alto Canaticú versam sobre os direitos que haviam sido então conquistados e estavam sendo divulgados pelos movimentos católicos e sindicais à época:

*Depois que veio um camarada que era presidente do sindicato de Curralinho. Aí ele falou que a gente tinha direito. Porque pelos anos que morava aqui, a gente tinha o direito de ao menos de trabalhar na terra. Porque muitos anos aqui (Genival, nasceu em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:75).*

Essas importantes conquistas legais, juntamente com a mobilização fomentada por entidades de base popular da Igreja Católica e pelo STTR de Curralinho, “*alimentava a gente, que podia descobrir o que a gente podia fazer*” (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:1). A mobilização empreendida por essas entidades se desenvolviam no espaço em que se confrontam representações, valores, esquemas de percepção e idéias que configuram as concepções de mundo dos diferentes sujeitos. Desta forma, podem tanto legitimar quanto deslegitimar modos de distribuição de poder sobre determinados bens materiais. No caso ora em tela, os bens que estavam sob discussão eram os recursos naturais presentes no ‘território tradicional’ ou ‘fazenda’ Terra Grande.

Podemos discriminar dois espaços onde se definem as relações de poder nas sociedades, espaços estes pertinentes também aos modos de apropriação da base material da sociedade. O primeiro é o espaço da distribuição, entre os sujeitos sociais, do poder sobre os diferentes tipos de ‘capital’, incluindo o que podemos chamar, para os efeitos da questão ambiental, de ‘capital material’. Neste espaço se configura, portanto, a capacidade diferencial dos sujeitos terem acesso à terra fértil, à fontes de água, aos recursos vivos, aos pontos dotados de vantagens locacionais etc. [...] O segundo é o espaço em que se confrontam as representações, valores, esquemas de percepção e idéias que organizam as visões de mundo e legitimam os modos de distribuição de poder verificados no primeiro espaço[...] Ambos são, por certo, espaços onde desenrolam-se disputas sociais em geral, onde o modo de distribuição de poder pode ser objeto de contestação (ACSELRAD, 2004, 23).

Desta forma, a atuação articulada entre o STTR, as entidades de base da Igreja Católica e as comunidades se desenvolvia enquanto luta simbólica que, ao mesmo tempo em que deslegitimava a atuação e interesses do gerente da fazenda, legitimavam o modo de vida e as aspirações dos agroextrativistas. ‘Alimentados’ por esses novos constructos simbólicos, ou seja, por esse novo campo de representações, valores, esquemas de percepção e idéias; as lideranças agroextrativistas da Terra Grande avançaram no enfrentamento das restrições e condições impostas pela pessoa que era o arrendatário e gerente da fazenda à época.

Após conquistarem o direito de fazerem suas roças nos territórios onde residiam e que ocupavam, os agroextrativistas partiram então para uma nova luta: a liberdade de poderem vender o fruto de seu trabalho para quem melhor os conviesse; de se tornarem donos daquilo que produziam com suas próprias mãos, nas terras onde enraizavam-se.

Esta luta se iniciou também num contexto de outras mudanças, não restritas apenas ao campo das idéias: eram mudanças socioeconômicas que aconteciam na região do Marajó e de Belém. Um fruto da floresta até então não valorizado economicamente passou a ser apreciado e consumido nos centros urbanos da região. Este aumento de consumo de açaí nas cidades está associado ao processo de urbanização (LIMA, SANTOS E MÁRCIO, 2014), quando grandes parcelas das populações rurais do estuário amazônico migraram, levando consigo a tradição secular de seus locais de origem: o consumo do ‘vinho’ ou suco de açaí. Tradição alimentar que remonta a próprio processo de ocupação indígena nestes estuários (MOURÃO, 2010).

*Essa compra de açaí? Deixa eu ver, 1979 por aí já começou. O primeiro comprador de açaí lá foi o papai, na Serafina. Comprava para vender. Trouxeram dois batelões e o contrato deles era em Boa Vista<sup>44</sup> [...] Naquele tempo não tinha nem batedeira, era só negócio de 'alguidar' (Genival, nasceu em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 12:7).*

Macerado com água - o que hoje é feito através de batedeiras, diferente do modo antigo que era com as mãos - o açaí rende um ‘vinho’ que continua sendo, juntamente com a farinha e alguma proteína animal, a base da alimentação das populações que povoam as margens dos rios marajoaras (MOURÃO, 2010). Em relação a esta tradição secular, Genival comenta:

*o papai me fala que desde bebezinho mesmo (1940-1950), a mãe dele coava o açaí para ele. Passava no pano, tinham aquelas sacas de açúcar [...] Aí passava para ele beber. Mas quando ele*

---

<sup>44</sup> Município de São Sebastião da Boa Vista, também localizado na Ilha do Marajó.

*era novo não era todo mundo que tomava açaí não. Tomava assim, uma vez ou outra quando dava vontade. Eles chamavam de tucano o papai, que o papai gostava de açaí. Era todo dia ele apanhava na beirada aí[...] Depois com o tempo, já quando eu me entendi (1970-1980), já quase todo mundo já tomava açaí[...] As vezes vinha aqui para casa pra tomar, porque o papai aqui sempre tomava açaí[...] Naquele tempo não tinha esse valor que tem agora, né? Você poderia chegar ali e apanhar um punhado de açaí para beber que ninguém ia impedir, né? Podia encostar em qualquer beirada e apanhar açaí[...] 'vou apanhar esse cacho de açaí aqui' 'pode apanhar' (risadas) (Genival, nasceu em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 12:6).*

Nesta época, ainda que fizesse parte da base alimentar do extrativista marajoara, o açaí não era considerado em termos financeiros e segundo a lógica do mercado. Dessa forma, não eram comercialmente valorizados nem pelos grupos sociais que deles sobreviviam, nem pelos estados, políticos ou empresários; e tampouco aparecia nas estatísticas de produção (MOURÃO, 2010). Com a mudança deste cenário, em 1979 os primeiros compradores ou atravessadores<sup>45</sup> de açaí começaram a chegar na Fazenda Terra Grande, onde a vida dos extrativistas da borracha continuava sendo mediada por duras relações de trabalho:

*Era o tempo da escravidão. O tempo que o cara era manipulado com a produção. Gerava a produção, mas era obrigado a vender a produção dele pelo preço que o patrão quisesse pagar. Era o preço 'x' e pronto. Era a borracha[...] Não podia vender para fora, nem uma grama, sob a ameaça de se vendesse, ia ser punido (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:1).*

A valorização no mercado de um produto que os extrativistas secularmente já vinham consumindo e que havia em abundância nas terras onde moravam se tornou uma nova possibilidade de geração de renda para as famílias da Serafina: “O açaí começou a ter um respaldo bem grande. Mais de bater o açaí, fazer o vinho para vender nas cidades[...] Um dia apareceu um senhor já querendo comprar açaí, porque dava muito, que aqui os açaizais são imensos, né?” (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:1).

Um fator ambiental que potencializava essa oportunidade econômica era que o período propício para a extração da borracha e do açaí se intercalavam, possibilitando que os extrativistas trabalhassem metade do ano na borracha e a outra metade no açaí:

---

<sup>45</sup> Os atravessadores são proprietários e responsáveis pela condução de embarcações utilizadas no intercâmbio de produtos e mercadorias (atravessamento) entre a cidade e áreas rurais no estuário marajoara. Assim, se caracterizam enquanto agentes intermediários que tanto comparam as produções das comunidades rurais ribeirinhas para comercializarem nas fábricas, feiras ou cidades da região; quanto nestas comparam mercadorias para venderem àquelas comunidades.

*Fazia de verão a borracha, no período do verão<sup>46</sup>. Esse período seco agora, que vai secar. Era a borracha. E no período do inverno, que era chuvoso, a gente tirava o açaí que era pra alimentar a renda[...] (a borracha no inverno também) dava, mas é que chovia muito. Aí era menos produtivo porque a chuva água o leite. Aí quando você vai riscar, chove aí o leite água todinho. Aí não consegue colocar para ele coalhar, para ele ficar o látex. Aí diminuía a produção, aí a gente não ganhava quase nada. E o açaí do inverno não, já tirava o açaí já dava pra alimentar a renda. Aí favorecia mais, aí já entrava mais um dinheirinho no bolso (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:1).*

A despeito das novas oportunidades de geração de renda advindas da valorização do açaí enquanto produto comercial, a realidade social vivenciada pelos extrativistas na Fazenda Terra Grande pouco se alterou. As relações de trabalho do período da borracha se perpetuavam, inclusive o controle do seringalista sobre os meios e a própria produção.

Ao patrão era destinada toda produção do açaí, sendo a entrada de compradores rigidamente controlada: “*Pra entrar tinha que falar para o patrão. Aí o patrão comunicava o gerente*” (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:1). As encomendas de açaí eram feitas pelos atravessadores aos patrões e estes mandavam apanhar a quantidade demandada, semelhante ao que ocorria na produção da borracha, mas com as seguintes diferenças: nesta eram as fábricas, empresas e/ou agentes financiadores do seringal que realizavam a demanda da matéria-prima; na cadeia produtiva do açaí o preço era fixado pelo atravessador e não pelo patrão, cabendo a este - por ordem e em benefício do gerente - o recolhimento de uma taxa por cada lata de açaí vendida; e a venda e escoamento dos frutos do açaí se davam quase que diariamente<sup>47</sup>, o que favorecia o incremento do poder de compra e contribuía na geração de eventuais saldos positivos à serem retirados em espécie pelos extrativistas.

*O patrão pegava toda a produção do açaí e entregava pro atravessador lá, que vinha comprar. Ele cobrava uma taxa ainda, o patrão. Uma taxa pra ficar para o gerente[...] vamos dizer[...] chegava lá (atravessador): ‘eu quero açaí, tantas latas de açaí’. (patrão): ‘tá eu vou mandar apanhar’. Aí mandava tirar, encomendava tudinho. O pessoal ia levar lá na casa. Aí chegava lá na casa entregava o açaí tudinho[...] Quando era todo dia, todo dia extraía e vendia todo dia. Já dava pra pegar o dinheirinho algum dia[...] Porque na borracha era mensalmente. Juntava o mês todo e ia lá levar. Ou às vezes*

---

<sup>46</sup> Verão paraense é considerado o período de baixa nas chuvas que ocorre entre junho e novembro. A outra estação é o inverno, período chuvoso que geralmente ocorre entre dezembro e maio.

<sup>47</sup> Os frutos do açaí perdem qualidade e perecem após dois ou três dias de extraídos. Assim, diferentemente da borracha, não podem permanecer armazenados por longos períodos e serem escoados mensalmente.

*juntava um semana, duas semanas, dependia da necessidade, né?[...] O açaí não. Era todo dia, todo dia que tirava já levava. Aí dava para safar um 'realzinho' por fora. Porque aquele que levava a produção do dia chegava lá e se tu não tivesse devendo pro patrão, tu agarrava e pegava o dinheiro. Mas se tu tivesse devendo - (patrão): 'não, isso aqui vai ficar na conta' (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:1).*

Não obstante as relações de trabalho locais pouco terem se alterado, a valorização do açaí no mercado se tornou um novo fator a ser considerado nos cálculos ocupacionais e de sobrevivência dos extrativistas; diante desse novo elemento, o resultado dos cálculos apresentava um horizonte alternativo, uma oportunidade real de enfrentamento das condições até então impostas pelos patrões: agora, ao alcance dos extrativistas estavam outros compradores de seus produtos, além do patrão.

Segundo Acselrad (2004), no espaço de distribuição de poder sobre os recursos de um território, cada agente tem uma dotação de capital material diferenciada, sendo que este diferencial de poder que atua pelo controle e posse desse território e seus recursos, também é resultado das oportunidades que cada agente tem de operar mecanismos econômicos de competição e acumulação.

As mudanças socioeconômicas advindas com a valorização do açaí no mercado geraram oportunidades para que os agroextrativistas operassem mecanismos econômicos até então inacessíveis a eles, posto que ainda que o patrão controlasse a entrada de atravessadores à procura de açaí, os extrativistas tinham acesso, no próprio município de Currealinho, ao mercado do produto, onde havia inúmeros compradores ávidos pelo 'ouro negro' que despontava como objeto de desejo do mercado.

Tais condições de operação não existiam com a borracha, tanto por historicamente ter sido configurado uma rede de relações diretas de comercialização entre o gerente e as fábricas do produto; quanto também pela própria posição geográfica das fábricas. Estas, enquanto compradoras da matéria-prima, eram distantes, suas localizações precisas eram muitas vezes desconhecidas pelos extrativistas e os meios de locomoção à época acessíveis às populações ribeirinhas para o escoamento de sua produção eram as canoas e remos, tornando inviável o acesso e a operação direta dos seringueiros junto aos mercados consumidores da borracha.

**Seu Geraldinho** : *Ele (o gerente) vendia aí pra fora. Negócio convento lá, negócio das fábricas, né? Era ali para Corcovado, onde preparavam as borrachas.*

**Dona Josi**: *Tal de corcovado, não sei nem para onde é isso!*

**Seu Geraldinho** : *É lá em corcovado, lá é que fabricavam. Tinha fábrica da borracha e preparavam. Vinha só borracha limpa pra lá. Acabou para lá.*

**Zuenir**: *Corcovado? É abaixo da Boa Vista<sup>48</sup>, né?*

**Seu Geraldinho** : *Não, acima de Breves<sup>49</sup>. Corcovado, é [...] lá que beneficiava a borracha (Seu Geraldinho ,101 anos, Dona Josi e Zuenir, 39 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:16).*

Num cenário de continuidade das relações locais de trabalho, que permaneciam as mesmas desde os tempos da borracha e que eram pautadas na superexploração da força de trabalho extrativista; as novas idéias e direitos conhecidos através das aproximações entre o universo local (Serafina) e global (STTR –Currealinho e MEB)<sup>50</sup> fomentavam os olhares cada vez mais críticos e inquietos dos seringueiros:

*A gente vivia uma vida muito ruim, uma vida bem dizer ameaçada, né? Parecia no tempo da escravidão, no início do império, né? E eu fui crescendo, a gente vendo essa situação da população, todo mundo vivia numa situação só, né? (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:1).*

As mudanças no cenário econômico regional, advindas da valorização do açaí no mercado, eram oportunidades para mudanças nesta estrutura de distribuição de poder que se assemelhava à do “*tempo da escravidão, no início do império, né?*”:

*Quando foi 84 - aí eu já estava com base de uns 20 anos - aí veio um rapaz lá de Currealinho pra cá [...] Aí poxa, ele via assim a escravidão como era, né: ‘Poxa, mas desse jeito não vai dar para gente viver. Porque tá subsidiado a um patrão, a um comercio, e lá não tem tudo que a gente necessita. E vender a produção somente para essa pessoa?’[...] Aí um dia eu conversando com ele eu disse: ‘Cara, quer saber? Vamos pegar nossa produção, vamos levar lá na cidade. Lá na cidade dá mais e aqui é muito barato [...] a produção do açaí.’ Tinha a borracha, a borracha era só lá pro patrão [...] Aí nós começamos. Pegamos uma barca dessa. Quarenta latas de açaí, bora lá. As pessoas tinham medo. As outras pessoas tinham medo de passar com a produção pra vender porque o patrão ia punir vocês. Aí nós reunimos, eu com ele. Aí eu sempre tive aquela vontade de encarar os caras, né? Para ver se a gente conseguia se libertar daquela escravidão. Aí eu me juntei com ele e nós fomos, pegamos o açaí e levamos (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:1).*

A tentativa, como esperado, sofreu resistência do patrão, que através de ameaças tentou inibir o ímpeto e a coragem dos extrativistas

---

<sup>48</sup> São Sebastião da Boa Vista, outro município da ilha do Marajó.

<sup>49</sup> Breves é um dos dezesseis municípios do Marajó.

<sup>50</sup> Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Currealinho e Movimentos Eclesiais de Base

*Aí quando nós passamos lá no patrão eu disse: 'Olha nós vamos levar o acaí para Currálinho.' (Patrão): 'Olha, se vocês levarem, o Ricardo (gerente) vai prender vocês'; (Extrativistas): 'Ele é polícia? Não, ele não é polícia, então nossa produção ela é livre. E nós não estamos submetidos a viver oprimido por ninguém. Nós vamos levar!' (Patrão): 'Ahh! Vocês vão levar, vocês vão ser preso!' (Extrativistas): 'Tá, não tem problema se a gente for preso. Mas nós vamos saber. Porque nós estamos defendendo nosso próprio direito de levar nossa produção.'* (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:1).

A extrema coragem dos extrativistas ao avançarem mesmo diante de ameaças não estava baseada em uma irracionalidade suicida. Eles estavam munidos de informações sobre os recentes direitos adquiridos; sensibilizados e mobilizados por estes e pelos ideais emancipatórios dos quais se aproximavam; e amparados por moradores locais e movimentos regionais que apoiavam suas lutas. Direitos, ideais e rede sociopolítica que contribuíam para reconfiguração dos constructos simbólicos desses indivíduos e da própria realidade sócio-histórica que os mediava:

*Aí descobriram que quando o camarada paga a renda ele pode vender o produto dele para quem ele quiser. Desde que você pagou a renda, você pode vender o seu produto para quem você quiser[...] Aí quando chegou já o prefeito Acapu, já foi que eles entraram no conflito aí. O prefeito estava do lado do pessoal. Aí o pau quebrou na briga aí. Brigaram parece que 11 anos. Briga de moradores com arrendatários da terra. E aí depois já falavam que não tinham mais de pagar renda, porque já moravam muito tempo na terra, tinham direito de posse. Aí a briga começou mesmo, brigaram os quanto tempo (Genival, nasceu em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:59).*

Mantidas as relações de trabalho que sufocavam o exercício de suas potencialidades e liberdades, os novos sentidos sobre si e esse mundo que os 'sufocava' colocaram à prova as competências cognitivas e afetivas desses sujeitos. Diante dessas intensas experiências de trabalho, *“tive aquela vontade de encarar os caras, né? Para ver se a gente conseguia se libertar daquela escravidão [...] Porque nós estamos defendendo nosso próprio direito de levar nossa produção [...] Aí eu me juntei com ele e nós fomos. Pegamos o acaí e levamos”* (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:1).

O trabalho é espaço privilegiado de constituição do sujeito tanto do ponto de vista psicológico quanto sociológico, contribuindo com a configuração da saúde mental e autoestima que terão reflexos, inclusive, no engajamento social dos sujeitos considerados. É

nesse sentido que Veronese e Guareschi (2005) afirmam que as emoções, cognições e ações de um sujeito são indissociáveis da sociogênese, sendo inclusive processos concomitantes. Reconhecendo tal indissociabilidade, e baseando-se na teoria social de Bourdieu, Acsehrad (2004, p.19) afirma que:

As ‘estruturas objetivas’ – posições no espaço social – e as ‘estruturas subjetivas’ – categorias vigentes de construção do mundo – são definidas por processos históricos. Podem, portanto, serem eventualmente ‘desinventadas’, deslegitimadas através das lutas simbólicas. [...] dado que a luta política pela redistribuição do poder é também uma luta classificatória e cognitiva.

Transformadas as subjetividades<sup>51</sup>, algumas das lideranças agroextrativistas da Terra Grande provavelmente calcularam que compensaria enfrentar os eventuais riscos atrelados às ameaças do patrão diante das oportunidades que vislumbraram e vislumbravam com tal enfrentamento:

*Levamos a produção para lá. Vendemos. Bem vendido até. Era um preço maior[...]E nisso aí começou a abrir o olho do resto dos moradores. E nós levamos e nos deram apoio: o pessoal, os moradores[...] Era eu e mais um dos nossos [...] Era nós dois que levamos açai de outras pessoas que nos apoiavam. Outros moradores, daqui mesmo: era irmão, vizinho[...] (o barco) era do meu sogro. Ele ficou até meio com medo de alugar o barco para nós. ‘Não, pode deixar.’ E nós fomos (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:1).*

O gerente da produção e arrendatário da fazenda na época, conforme antecipado pelo patrão, buscou através do estado legitimar a continuidade das relações de trabalho que o beneficiava. Relações baseadas na continuidade do seu controle e monopólio sobre os meios de produção locais (Terra Grande e seus recursos naturais) e sobre os sujeitos dos quais explorava os corpos; sujeitos que trabalhavam e produziam riquezas sobre as quais, até então, não tinham direito nem controle.

Estando ameaçada a ‘legitimidade’ e a continuidade das relações socioeconômicas estabelecidas na Fazenda Terra Grande, relações que comungavam com os interesses do gerente em detrimento dos anseios dos agroextrativistas, aquele acionou o estado, ingressando com ações judiciais contra os que lideravam o movimento de enfrentamento.

Segundo Acsehrad (2004, p.20), “de todos os valores que aspiram a justificar as instituições e ações coletivas, assim como a regular as relações entre homens, apenas alguns

---

<sup>51</sup> As subjetividades são compreendidas no presente trabalho como “um processo complexo de construção simbólica de sentidos, sobre si e o mundo, simultaneamente um fenômeno da pessoa ou sujeito singular e de seu lugar sócio-histórico (VERONESE E GUARESCHI, 2005, p.62);”

são capazes de fundar uma legitimidade”, constituindo-se assim enquanto *habitus* jurídico; enquanto “ordens de referência para a legitimação de acordos, ações coletivas e mecanismos de regulação de conflitos”. Em nossa sociedade, estes princípios de justiça hegemônicos e ‘legítimos’ são sacramentados pelo estado.

*Quando nós voltamos[...] Aí o rapaz registrou uma queixa contra nós. Que a gente estava roubando o produto dele, né? E levando para cidade e vendendo. E nós fomos chamados na comarca para responder o processo. Aí nós fomos responder. Quando chegamos lá a pretora - não era promotora - a pretora deu razão para nós[...] Que a gente podia vender nossa produção. Aí foi um processo jurídico. E querendo botar nós do lugar[...] O prefeito era o Acapu, um senhor[...] O promotor mandou um documento para mim e outro para o parceiro que estava comigo nessa, dando direito para nós levarmos nossa produção, para vender onde nós quisesse, porque o açaí era safra. Aí a borracha não tem nenhum problema, podia vender para ele (o gerente) se ele desse o preço que era viável, né? Mas se ele desse o preço que nós considerássemos que era bom. Se não, podia vender pra outras pessoas[...] Aí ele (o gerente) recorreu. Foi para Breves. Aí o prefeito botou a gente numa lancha, fomos doze machos[...] (o Prefeito) ajudou com advogado, alimentação, colocou a gente na lancha e levou nós pra Breves[...] Chegamos lá em breves ganhamos a causa de novo. Aí o Ricardo, que era o gerente, né? Ficou bravo. Aí disse que queria botar nós daí. Só que não achou direito para botar nós (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:1).*

Através da luta judicial travada por essas lideranças, suas lutas e ações emancipatórias foram legitimadas pelo estado, ganhando em capacidade de universalização. Outros moradores da Terra Grande seguiram no mesmo caminho de desobediência ao patrão. O gerente e arrendatário, após as tentativas frustradas de frear o movimento emancipatório que agora se expandia, cedeu na luta:

*E o patrão ficou lá comprando a produção da borracha. Aí nós começamos a pegar nossa produção, vender e os outros viram. Se juntaram a nós, os outros moradores. Serafina, Pimental, Passagem Grande, juntamos[...] Aí nosso açaí foi vendido por um preço melhor. Aí todo mundo que quisesse vender ia. E aí eles acharam que não tinha como prender nós aqui. Venderam para a Alltrades, uma empresa holandesa (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:1).*

A empresa que manteve-se proprietária e arrendou a fazenda desde o início dos anos setenta, vendeu a Fazenda Terra Grande para a Alltrades no início dos anos noventa. À época da venda, ainda que a terra estivesse arrendada ao gerente da borracha Ricardo, ao que parece

a empresa proprietária da fazenda, e por consequência esta, eram controladas ao menos em parte por herdeiros do antigo dono, o Coronel Luís Dias, entre os quais “*a neta do Luís Dias, que era a mulher do Ricardo, entendeu? Ele chegou já por intermédio dela [...] Ele casou com a neta do dono da terra. Quem vendeu foi os filhos dele, do Luís Dias (antigo dono)*” (Genival, nasceu em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:68).

Mobilizados através da luta então empreendida, os agroextrativistas da Terra Grande assim se mantiveram, desenvolvendo e adotando estratégias de organização social e enfrentamento quando da chegada da nova empresa proprietária das terras:

*Aí essa empresa ela veio aqui fazer umas propostas para nós[...] (Agroextrativista): ‘Olha [...] Porque a gente já entrou em uma causa e ganhou uma causa. Hoje nós podemos usufruir da terra para trabalhar e a nossa produção a gente vende para quem nós quisermos’ [...] (Responsável pela empresa holandesa): ‘Ah, mas eu comprei!’ (Agroextrativista): ‘Você comprou, mas a gente estava aqui. Você podia ter procurado saber se não existia ninguém quando vocês compraram a terra.’ [...] Veio pessoas [...] de Belém, mandado por essa empresa. E aí a primeira vez sentamos com eles, conversamos e não deu certo. Aí na segunda vez, eles vieram e trouxeram grupo gerador para dar para a comunidade. Para começar a influenciar isso, para ganhar a preferência, né? Mas nem com isso. Quer deixar, deixa aí para comunidade, mas a nossa proposta é não! [...] A Alltrades não conseguiu nos conquistar[...] Reunia com o pessoal [...] Se todo mundo concordasse fechasse, se não: ‘Essa proposta é ruim, não presta. Ela vai prejudicar nós mais na frente. Então pronto, ninguém fecha.’ Aí ficava nessa[...] Primeiro nós moradores reuníamos, discutíamos o que nós íamos apresentar lá para eles. Apresentar nossa proposta e eles apresentarem a proposta deles (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:1).*

Diante da força de uma comunidade organizada e mobilizada em prol de seus interesses, a empresa holandesa, após sucessivas tentativas de desmobilizar a resistência local, cedeu e colocou a fazenda à venda. Assim o fez possivelmente por não ter conseguido implementar nela os projetos econômicos que almejava. Durante as tentativas de venda, vários possíveis compradores visitaram a fazenda, sendo esta adquirida por uma empresa de extração e beneficiamento de palmito em meados dos anos noventa:

*(O Responsável pela empresa holandesa) fez nada. Fez umas quantas propostas. Vinha muita gente antes do Vespasiano. Às vezes chegava um barco cheio de gente aqui. Era alemão, um ‘bucado’ de gente espiar a terra. Porque eles se interessavam pra comprar para fazer fazenda. Só que aí (Terra Grande) é baixo, aí não dava. Aí eles ficavam por aqui (Timbotuba). Aí*

*daqui eles iam espiar pra lá[...] Só que ninguém se agradou de comprar. E o Vespasiano viu o açaiçal. Porque açaiçal tem muito aí pra dentro. Aí o projeto dele era palmito. Aí ele comprou. Ele comprou e veio extrair o palmito. Veio para extrair, só que como a briga já estava começada, eles só fizeram continuar a briga já com o Vespasiano. Aí já brigavam como se fossem donos da terra, o pessoal daqui, que já tinham direito, né? (Genival, nascido em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:68).*

#### **4.1.4. Do conflito social ao socioambiental**

Após alguns meses que a Fazenda Terra Grande tinha sido posta a venda, ela foi negociada e vendida para uma empresa de extração e beneficiamento de palmito. O dono desta, pouco depois de adquirir as terras, procurou as lideranças da comunidade Serafina:

*Aí quando venderam para o Vespasiano, o Vespasiano apareceu: 'Olha eu sou dono dessa terra. Agora tudo que produzir aqui tem que me vender e dessa terra só vai sair daqui o que eu quiser tirar. E vocês vão ser meus empregados.' Eu disse: 'Como é que é?' (Dono da empresa): 'Vocês vão ser meus empregados! A produção é tudo para mim!' Eu disse: 'Negativo, dessa uma nós já saímos Vespasiano.' (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:8).*

Conforme evidencia-se acima, a chegada da empresa de extração e beneficiamento de palmito ao local configurava uma ameaça às recentes conquistas de agroextrativistas da Terra Grande: “*dessa uma nós já saímos Vespasiano*”. Uma ameaça às liberdades recém-conquistadas sobre seus modos de subsistência e o processo de trabalho, representadas pela liberdade de fazerem roça e de trabalharem nela onde e da maneira que melhor lhes conviessem; e uma ameaça ao controle conquistado sobre a sua própria produção, com a liberdade de poderem vendê-la a quem melhor os remunerasse. Em síntese, os planos e projetos do dono da empresa de extração e beneficiamento de palmito configuravam-se como uma ameaça aos agroextrativistas da Terra Grande especialmente por conformarem o retorno de relações de trabalho superadas dos tempos idos da borracha. E contra tais ameaças, agroextrativistas locais reagiram.

Somada e relacionada à ameaça da reconfiguração das relações de trabalho, estava a ameaça sobre o estar e permanecer em seus territórios; sobre o controle das áreas que historicamente ocupavam e cuja permanência havia sido garantida legalmente através da Lei nº 6.969/1981, que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais por usucapião especial: “A

*briga deles começou, por ele se dizer dono da Terra, o Vespasiano* (Genival ,nascido em 1966, 07/06/2016,Timbotuba, QU 12:12). Segundo relatos, assim se iniciou a investida da empresa sobre as áreas historicamente ocupadas pelos agroextrativistas, a despeito de todos os direitos conquistados por esses e à época reconhecidos inclusive pelo Estado, haja vista a Lei nº 6969/1981 e a sua aplicação pela esfera político-jurídica local.

Assim, na tentativa de interceder na Terra Grande, a empresa de extração e beneficiamento de palmito esbarrou em uma comunidade ciente de seus direitos, estes efetivados pela própria comunidade quando das lutas pela superação das antigas relações de trabalho. É possível que o dono da empresa tenha subvalorizado os agroextrativistas “*porque, digamos assim, se ele chega, fizesse a fábrica dele aqui e dissesse: 'Olha, eu vou comprar o palmito de vocês'. Eles tinham tirado o palmito tudinho para ele*” (Genival ,nascido em 1966, 07/06/2016,Timbotuba, QU 12:12).

*Porque o açazal, se a gente deixar muito alto, ele dá pouquinho também. Não dá quase. O açazal você tem que tá tirando, tem que ir tirando o açá e tirando o palmito. Só que o senhor não tira digamos assim as 'machas', só tirar as alfas. Ela (a touceira de açá) dá quatro safras, aí já dá para tirar o palmito. Dá um palmito bom. Aí você vai vender um palmito bom e a produção do açá vai aumentar[...] Se você tirar as mais altas e deixar as mais baixas, tu tem uma porção de tempo* (Genival ,nascido em 1966, 07/06/2016,Timbotuba, QU 12:12).

Tais conhecimentos sobre manejo de açazais são reconhecidos e indicados atualmente por instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural, à exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Esta afirma que nas touceiras – conjunto de açazeiros que compartilham um mesmo sistema de raízes:

devem ser cortadas as plantas muito altas, finas, tortas, e as de baixa produção de frutos. Açazeiros muito altos apresentam baixa produção de frutos, dificultam a colheita e ainda podem causar acidentes. O palmito destas plantas deve ser aproveitado (QUEIROZ E MOCHIUTTI, 2012, p.24).

Segundo estes autores (2012, p.12), dessa forma, o manejo “pode garantir alta produção de frutos e palmito, com uma alteração mínima da biodiversidade”.

Além do palmito e da polpa do açá, os açazais também podem fornecer outros produtos: suas estirpes (o tronco da palmeira) não raro são utilizadas para pavimentar os caminhos entre um ponto e outro nas comunidades no Alto Canaticú. As sementes despulpadas também podem ser aproveitadas, assim como a palha da palmeira (QUARESMA E CUNHA, 2012).

Mas porque será que a hipótese levantada na fala do morador do Timbotuba logo acima, referente à possibilidade de acordos sinérgicos entre a empresa de extração e beneficiamento de palmito e a comunidade Serafina não se concretizou? Havia de fato alguma possibilidade para a construção de acordos que pudessem compatibilizar os interesses da Serafina aos da empresa?

Nesse *caso ele* (o dono da empresa de extração e beneficiamento de palmito) *entra como comprador[...] Eles* (Agroextrativistas tradicionais da Serafina) *tinham se dado bem, vendia o palmito e vendia o açaí. Todo tempo, tinha a fábrica aqui. Aí eles* (Agroextrativistas) *tiravam as mais altas e deixava as mais baixas. Ia limpando, não demorava eles estavam com o açáizal muito bonito, tinha o palmito e tinha o açaí* (Genival ,nascido em 1966, 07/06/2016,Timbotuba, QU 12:12).

Três fatores possivelmente contribuíram para que estes acordos não fossem possíveis:

- 1) na época não existia a cultura de manejar os açazais "*O palmito ninguém cortava assim, nem sabia o que era manejo*" (Orlando, 09/06/2016, Serafina, QU 23:23);
- 2) A cultura eurocêntrica autoritária de colonização predatória dos territórios e dos corpos que nele habitam, contribuiu no acirramento do conflito, dificultando eventuais acordos sinérgicos: "*Ele* (dono da empresa) *não tinha essa visão, eles queriam impor*" (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:14);
- e 3) "*no açaí o cara ganhava mais, o palmito era 'mixariazinha'*"(Orlando, 09/06/2016, Serafina, QU 23:23). Nessa lógica, tirar o palmito para a empresa ou permitir que ela o retirasse de seus territórios, comprometendo a produção dos açazais, "*mas quando, ganhava não*" (Orlando, 09/06/2016, Serafina, QU 23:23).

O terceiro ponto levantado acima traz outros questionamentos: Se para o extrativista o açaí dava mais retorno financeiro do que o palmito, porque para a empresa era diferente? Haja vista o objetivo de maximização dos lucros, porque a empresa não atuava com a exploração do açaí ao invés da exploração do palmito?

Quando chegou ao Alto Canaticú, em 1994, a empresa já possuía as tecnologias, os conhecimentos e as relações de mercado estabelecidas na cadeia produtiva de extração, beneficiamento e comercialização desse produto. Ao deter os meios necessários para agregar valor ao palmito, através de seu beneficiamento, e assim maximizar seus ganhos com a sua exploração econômica – meios estes que os agroextrativistas não detinham – o palmito possivelmente apresentava uma perspectiva de maior retorno financeiro à empresa no curto e médio prazo do que uma eventual comercialização de açaí 'in natura' ou de um eventual investimento para a inovação tecnológica necessária ao beneficiamento e comercialização do açaí.

Diante da resistência encontrada nas comunidades tradicionais da Terra Grande; e da constatação de uma disponibilidade abundante de corpos a explorar, que não era o caso daquelas comunidades, mas sim de muitos que moravam na cidade de Currálinho e que não possuíam os meios necessários à produção de sua própria subsistência; a empresa de extração e beneficiamento de palmito recuou de um de seus objetivos iniciais para o território tradicional da Terra Grande: a exploração massiva dos corpos que o ocupavam, força de trabalho que atuava tradicionalmente na Terra Grande.

A constatação de uma disponibilidade abundante de sujeitos desempossados e desempregados na cidade de Currálinho, supriu essa demanda fundante das empresas capitalistas por permitir a geração de ‘mais-valia’:

*Em Currálinho, São Sebastião da Boa Vista, Oeiras, Gurupá-Melgaço, Muaná e região vivem da prefeitura, bolsa família, etc[...] Pois não tem empresa, não tem emprego. Portel já tem uma madeireira que mantém um pessoal empregado. Porto de Moz, quando fechou madeireira, parou tudo também. Na prefeitura é agente de saúde, professor, servente, gari, vigilância. Currálinho tem cerca de setecentos contratados pela prefeitura, sem serem concursados. Daí a empresa do Vespasiano era a oportunidade de emprego. Daí Vespasiano quando andava por Currálinho as pessoas paravam ele, querendo trabalhar com ele: ‘ Ei seu Vespa!’ ‘Diga seu porra’[...] Empregava cento e oitenta ‘machos’ só de Currálinho, na diária, para apanhar palmito, tudo de uma vez. ‘Se a empresa do Vespasiano tivesse ali tinha muita gente empregada’ – fala de um morador do Timbotuba [...] Em geral, no Timbotuba as pessoas falam que a empresa faz falta (Notas do Diário de Campo, 06/06/2016, p.15 e 16).*

Segundo Sevá (2013, p.208), “sob o regime capitalista, o chamado ‘desenvolvimento’ deve ser entendido como uma trajetória que evolui junto com a acumulação de capital nas mãos dos capitalistas”. Entretanto, para que esse processo de desenvolvimento, baseado na concentração de riquezas nas mãos de poucos, não venha a ser escancarado e assim compreendido, uma das principais manobras ideológicas dos interessados e beneficiados por esse modelo desenvolvimentista é a “apologia do benefício para todos (a melhora, o progresso do país)”.

Essa atual concentração de capitais, expressada no monopólio sobre os meios de produção; juntamente com a potencialização da mobilidade desses capitais, são pilares do atual modelo de caráter neoliberal e propiciam o cenário adequado à implementação de uma estratégia comumente utilizada pelas empresas capitalistas: a de constranger contingentes humanos desempossados a aceitarem e disputarem propostas de emprego subvalorizados.

Assim ocorre pois neste cenário a demanda por empregos se torna muito maior que a sua oferta, condição esta que propicia a maximização dos lucros das empresas através da desvalorização do trabalhador então explorado.

Desta forma a grande mobilidade dos capitais – que é incentivada no neoliberalismo - aliada ao não controle das populações locais sobre meios de produção necessários e adequados à sua subsistência; favorece a perda de autonomia daqueles que deveriam ser sujeitos de sua própria força de trabalho. Esse cenário permite às grandes empresas procederem a uma modalidade de “chantagem locacional” por intermédio de seus investimentos. Assim o capital aprisiona parte importante das populações locais à “alternativa” de aceitar a promessa de emprego e renda a qualquer custo (ACSELRAD e BEZERRA, 2010).

Resolvida então a disponibilidade de sujeitos desempossados, ou seja, tendentes a submeterem seus corpos e forças de trabalho a exploração e um dos pilares de funcionamento da estrutura econômica capitalista neoliberal; restava à empresa de extração de beneficiamento de palmito “furar” a resistência dos agroextrativistas tradicionais empossados para fundar o segundo pilar necessário à maximização de seus lucros: o acesso aos recursos naturais a serem exaustivamente explorados.

O capital se acumula por meio da exploração do trabalho, ou seja, pela extração de sobretrabalho dos assalariados e pelos diferenciais entre os ganhos de produtividade (maiores) e os aumentos (menores) de salários, mas também pela poderosa alavanca da acumulação primitiva<sup>52</sup>, que ainda está em vigor[...] Essa alavanca da acumulação nunca acabou, foi se deslocando no interior dos países capitalistas, de uma região a outra, tomando novas formas de expropriação de outros bens comuns, como as matas, os litorais, os rios (De Angelis, 2001) [...] É nessa mesma perspectiva histórica e política que devemos entender como, no Brasil de hoje, numerosos grupos de populações locais e regionais têm sido espoliados e injustiçados [...] A espoliação que sofrem esses brasileiros, não somente os grupos locais, mas toda a população trabalhadora e contribuinte, é continuação do colonialismo que nos definiu séculos antes, e é o mesmo ciclo de espoliação que castiga os nossos vizinhos na América do Sul e na América Central (SEVÁ, 2013, p. 208-209).

---

<sup>52</sup> “Geralmente, o conceito de acumulação primitiva designa processos históricos, ocorridos nos séculos XVIII e XIX, quando as terras comuns européias foram cercadas pelos grandes proprietários, pelas empresas de mineração, por agências de Estado. Os chamados ‘homens comuns’, do povo, sem títulos de propriedade, foram separados de seus meios sociais de produção e do acesso às suas condições básicas de reprodução. O cercamento das terras onde moravam e trabalhavam foi uma pré-condição para a proletarização e/ou para o assalariamento, e quase sempre esse cerceamento foi uma via certa para a pobreza e a emigração (SEVÁ, 2013, p. 208-209)”.

Assim, não obstante a resistência imediata à sua entrada, o dono da empresa insistiu e retornou diversas vezes para, através de diferentes propostas, expropriar os açazais e demais recursos naturais existentes em abundância no território Terra Grande<sup>53</sup>.

*Aí ele entrou. Entrou para cá e fazendo proposta com nós. Queria que a gente ficasse com um pedacinho de terra e aí ele tomasse conta do resto para terminar. Acabar com o que tinha, sabe? Aí nós não consentimos, eu e a Domingas, minha filha, nós não consentimos, sabe? A gente sempre debatia com ele. Os outros já estavam tudo caindo na malha dele, mas nós não consentimos. Aí nós ficamos duro mesmo com ele. Ele vinha para cá e a gente teimava com ele. Aí ele começou com perseguição para cima de nós (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:8).*

Na lógica da primazia e maximização dos lucros, o objetivo da empresa de extração de beneficiamento de palmito com essas investidas era abrir caminho tanto para a atividade fim da empresa – que era a derrubada dos açazais para a extração e beneficiamento do palmito – quanto para negociações com outras empresas para exploração dos demais recursos naturais disponíveis no território Terra Grande<sup>54</sup>. Entretanto, estes recursos eram também a base material que moradores das comunidades locais utilizavam para sua própria subsistência, sendo este o motivo reconhecido para a resistência e o enfretamento comunitário:

*Aí ele queria acabar com as nossas áreas de produção, que eram os açazais, os seringais. Aí já entrou a Remonorte, que entrou para tirar madeira. Ele arrendou[...] Eu sei que ele fechou com a Remonorte para tirar madeira, e ele tirava o palmito. E aí nós não queríamos. Nós brigamos por causa disso! Por causa da produção do açáí, e a seringa também. Aí a seringa parou, a borracha parou, né? Aí ficou só no açáí (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:8).*

Esse também é o entendimento de uma das lideranças da Comunidade Timbotuba. Ele reconhece tanto a escassez de açazais naturais no Timbotuba quanto a ameaça aos existentes na Serafina como elementos relacionados ao modo como o conflito se configurou:

*Na verdade aqui (açáí) é só no sítio mesmo. Por aqui, no mato aí mesmo, ele não mexia com isso. Ele queria tirar aí do 'Centro Grande'. Aqui não[...] Só que ia acabar com o pessoal lá de cima, né? Por isso que eles começaram a briga deles lá (Genival, nascido em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 12:13).*

---

<sup>53</sup> Onde se encontram as comunidades Serafina, Passagem Grande e Pimental.

Assim o cenário de luta por direitos na Fazenda Terra Grande ia ganhando outros contornos que não só sociais: 1) não só o direito sobre o processo de trabalho, no sentido de terem a liberdade parcial de trabalharem nas terras que ocupavam historicamente da maneira que melhor lhes conviesse. Ainda que houvesse certa liberdade e controle sobre os processos de produção e extração da borracha, da caça e da pesca, tiveram de lutar para conquistar a autonomia e liberdade sobre o processo de fazer a roça e a farinha onde e da maneira que julgavam pertinente; 2) não só o direito sobre a força que emanava de seus corpos - corpos que efetivamente produziam - no sentido de serem seus os frutos gerados através de seus labores e, assim, serem livres para venderem sua própria produção. Tal direito se deu quando conquistaram a liberdade de comercializarem os frutos de açaí por eles extraídos e a borracha por eles produzida sem a intermediação do 'patrão' e, desta forma, poderem comercializar com quem melhor lhes conviesse; 3) e por último e não menos importante, não só o direito de permanecerem e trabalharem livremente nas terras que historicamente ocupavam. Ainda que concebida nessa demanda por justiça social entre os seres humanos, nesse momento a luta desses povos ganhava em complexidade e ia além, haja vista que envolvia não só o direito e a autonomia na utilização dos recursos naturais presentes em seus territórios tradicionais; mas também o direito de terem conservados os ecossistemas e recursos naturais presentes em seus territórios no intuito de garantirem, entre outras, a subsistência material antes deles do que de outras sociedades e agrupamentos humanos.

Ainda que efetiva a conquista de liberdades pela comunidade – liberdade no sentido de terem as oportunidades materiais para o livre exercício de suas escolhas e anseios - os recursos naturais existentes em suas terras – suas posto que tradicionalmente ocupadas - estavam sob disputa. Não uma disputa indireta, expressada na luta ao direito sobre os produtos gerados a partir do trabalho dos agroextrativistas; mas sim uma disputa direta, pelo direito ao acesso, à utilização e à manutenção dos ecossistemas presentes no território tradicionalmente ocupado. Assim o conflito ganhava outros contornos, passando a ser, além de social, também ambiental

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (Acselrad, 2004, p.26).

A articulação da empresa para implementar a extração de açaizais da região para a obtenção do palmito não ficou restrita à comunidade Serafina, tampouco às outras

comunidades da Fazenda Terra Grande, onde se concentravam as grandes áreas naturais de açaiçais do Alto Canaticú. Visando não apenas a obtenção do palmito, mas também beneficiá-lo no local, o dono da empresa se articulou politicamente e fez acordos com os moradores da Comunidade Timbotuba para nela construir a fábrica de beneficiamento: "*Ele só comprou uma área de cinquenta hectares lá*" (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:20).

Segundo Sevá (2013, p.210), a articulação de apoios em instâncias locais e regionais é uma característica peculiar e comum aos projetos capitalistas que exigem expressivos investimentos financeiros, sendo importante considerá-la para se compreender as suas consequências sociais. Por serem projetos que envolvem tal ordem de recursos, os investidores trabalham para reduzir os riscos políticos do investimento, que deve ser tratados como irreversível. Desta forma, ao mesmo tempo que identificam e buscam ‘dobrar’ ou ‘eliminar’ possíveis grupos resistentes, costuraram apoios e estratégias em diferentes instâncias, incluindo “os próprios grupos locais atingidos, seus vizinhos, jornais e rádios, até prefeitos, parlamentares e governadores”.

Além de aspectos sociopolíticos, fatores ambientais também são considerados quando de um investimento produtivo. Deduzo ao menos duas características ambientais do território da Comunidade Timbotuba que possivelmente influenciaram a escolha pela instalação da fábrica no local: 1) apesar de também ser influenciada pelo regime sazonal de cheia e baixa das águas do Alto Canaticú, na comunidade Timbotuba o volume do rio se mantém num nível que permite, durante o ano inteiro, a chegada e entrada de embarcações de maior porte para escoar a produção beneficiada de palmito; e 2) a comunidade Timbotuba fica em uma área onde as terras são consideradas ‘terras firmes’, mais altas e não inundáveis e, assim, mais propícias à instalação das estruturas de alvenaria da fábrica.

Condições socioambientais do Timbotuba conformaram um contexto propício ao investimento de implantação de uma unidade de beneficiamento de palmito no local e às mudanças socioeconômicas subsequentes à sua instalação.

#### **4.1.5. A empresa capitalista e sua fábrica (e as distintas representações)**

Nas Terras Altas do Timbotuba, diferentemente das áreas de várzea - baixas e inundáveis – da Serafina, não é comum a ocorrência de açaiçais naturais, à exceção de algumas poucas ‘baixas’: "*Aqui papai sempre apanhava açai. Tem duas baixas: uma aqui e outra mais ali embaixo. Aqui nós não tinha. Aqui era um terrão, só tem porque foi plantando*

mesmo. *Nós já plantamos foi depois*” (Genival ,nascido em 1966, 07/06/2016,Timbotuba, QU 12:5).

Esse plantio começou não por conta da valorização do açaí no mercado, já mais recente, mas sim por conta do palmito que começava a atrair empresas à região do Marajó:

*A primeira rocinha que fez bem aqui, ele plantou uns pés de açaí, porque ele viu uma fábrica de palmito lá em Barcarena. Ele foi para Belém - ele vendia banana em Belém - aí ele viu uma fábrica de palmito em Barcarena, o pessoal cortando palmito, aí chegou contando aqui. Eu me lembro, parece que um sonho assim, eu era bem pequeno mesmo, cinco, seis anos, por aí. Aí ele disse: 'É vocês não sabem o que eu vi'. 'Que foi já?' 'O pessoal tirando palmito de açazeiro para fabricar. E eu vou plantar os açazeiros que isso vai chegar para cá, já tá em Barcarena, com um tempo vai chegar para cá'. Aí ele tinha queimado uma roça aí. Começou a arrancar filho de açaí e plantou tudinho por aí. Não passou muito tempo aí fizeram uma (fábrica) em Curralinho. Aí nós passamos a tirar palmito. Acabamos com o palmito[...] Porque não vendia açaí[...] Naquele tempo não tinha esse valor que tem agora, né? Você poderia chegar ali e apanhar um punhado de açaí para beber que ninguém ia impedir, né? Podia encostar em qualquer beirada e apanhar açaí[...] 'vou apanhar esse cacho de açaí aqui' 'pode apanhar' (risadas) (Genival , nascido em 1966, 07/06/2016,Timbotuba, QU 12:6).*

A produção de palmito industrializado do açazeiro (*Euterpe oleracea*) na Amazônia brasileira se iniciou ao final da década de sessenta do século XX, estando relacionada à crise dessa indústria no centro-sul. Esta crise foi gerada pela predatória exploração do palmito da palmeira Jussara (*Euterpe edulis*), que ocasionou sua quase extinção da mata atlântica. Assim, além da escassez dessa matéria prima nas regiões centro-sul do país, as características naturais do estuário amazônico e de sua espécie nativa, o açazeiro, foi outro fator ecológico que contribuiu para esse processo econômico. Além de existirem grandes maciços naturais de açazeiros, estes se desenvolviam através de touceiras, possuindo menor tempo de maturação, regeneração e propagação do que a Jussara. (MOURÃO, 2010).

Esse deslocamento de capital das indústrias de beneficiamento do centro-sul do país para a região norte estava atrelado tanto às condições ecológicas acima quanto a fatores socioeconômicos. Esses investimentos se justificavam em função de questões econômicas relativas à existência de uma cadeia produtiva e um mercado consumidor estabelecido para o palmito, considerando que as principais empresas do centro sul do país já estavam produzindo e relacionadas a mercados consumidores Além disso, existia uma disponibilidade de força de

trabalho na região norte a ser incorporada ao processo de extração e processamento (POLLAK, 1995, apud MOURÃO, 2010).

Segundo Mourão (2010), já na década de oitenta o palmito tinha se tornado o primeiro produto em quantidade entre os produtos alimentícios extrativos comercializados e industrializados da região, e o terceiro em saldo econômico. “Desde então o estado do Pará se tornou a principal unidade da federação na extração e produção de palmito em conserva, responsável por 95% da produção nacional” (MOURÃO, 2010, p.91).

Foi nesse contexto que a empresa de extração de beneficiamento de palmito chegou ao Alto Canaticú:

*Primeiro veio o Vespasiano, né? Com o Hélio. Hélio era o gerente que ele (Vespasiano, o dono da empresa) trouxe para gerenciar. Aí eles ficaram numa casa lá embaixo[...] Aí falaram que eles tinham comprado esse terreno aqui - que era da Isabel, a mulher que morava - e que aí iam construir uma fábrica de palmito. Falaram que também tinham comprado a Terra Grande, que era lá para o centro, né? Primeiro foi uma fábrica de madeira, que era bem aqui olha, no lugar dessa casa aí. Um depósito (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:54).*

A pessoa denominada ‘gerente’ no contexto da produção do palmito, apesar do mesma designação, tinha um posto diverso do gerente no contexto da borracha. Este era o dono ou arrendatário das terras e dos negócios oriundos da extração do látex. Aquele se assemelhava mais à função do patrão desse tempo passado, posto que era ele quem morava no Alto Canaticú para, a mando do dono da empresa de extração de beneficiamento de palmito, administrar a produção e gerenciar os trabalhadores locais.

*E fizeram essa casa. Ele ficou morando nessa casa, o gerente com a família, a esposa[...] Aí quando construíram a fábrica ele contratou algumas pessoas, né? Ninguém sabia trabalhar com palmito, nunca nem tinha visto como se trabalhava, né? Mas aí ele quis ele mesmo fazer a equipe dele, né? Ensinar as pessoas do jeito que ele queria. Aí foi que ele contratou algumas pessoas. Aí nesse caso eu também fui contratada para trabalhar, primeira vez![...] Aí eles foram ensinar a gente a trabalhar na primeira fábrica aí de madeira: como cortar o palmito, como enlatar, né? Todo o processo do palmito, que tem que fazer aquela solução que coloca[...] Aí depois que foi construída esta de alvenaria[...] Os que trabalhavam com ele na fábrica de madeira continuaram trabalhando com ele, só que a de lá (alvenaria) era mais equipada, né? Tinha tudo, a gente só entrava nela se fosse de luva, de máscara e de uniforme, se não, não tinha como entrar. Porque produto que vai ser exportado para longe, né? (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:54).*

O processo de trabalho na fábrica de beneficiamento do palmito era algo até então não experienciado pelos moradores da comunidade Timbotuba, exigindo ações de capacitação. Esse ‘novo’ processo de trabalho, herança da revolução industrial e dos padrões fordianos, se caracterizava pela produção em série e pela divisão e especialização das funções laborais: “*Quem cortava o palmito, cortava. Quem enxia os potes, enxia. Quem cozinhava, cozinhava. Cada um tinha sua função lá*” (Zuenir, 39 anos, 08/06/2016, Timbotuba, QU 20:14).

Segundo Acselrad (2004, p. 27), no Brasil é possível verificar a constituição de uma modalidade de ‘fordismo periférico’ a partir do pós-guerra até os anos oitenta. “Tal modelo implicou uma importante ampliação dos espaços integrados à dinâmica do desenvolvimento capitalista” e a aceleração dos ritmos “de extração de materiais e emissão de efluentes/resíduos, em um processo de crescimento que apoiou-se na concentração de renda e no esforço exportador”.

Através desses grandes projetos de apropriação do espaço e das bases materiais da sociedade, a concentração fundiária e a posse sobre outros meios de produção se acentuaram, produzindo grandes impactos e efeitos de desestruturação de ecossistemas. Quando os ameaçados imediatos e diretos desses desequilíbrios socioambientais ofereceram resistência, denunciando o comprometimento de suas atividades pelos impactos sobre os ecossistemas - base material necessária à sua reprodução social - conflitos ambientais eclodiram (ACSELRAD, 2004), e no Alto Canaticú não foi diferente.

Segundo o autor, os anos noventa parecem ter apontado para a manutenção e mesmo a acentuação desses padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais. Visando a inserção seletiva desses nos mecanismos do mercado globalizado, a tendência à especialização funcional tanto de porções do território nacional quanto de trabalhadores também continuou:

*Era assim que a gente trabalhava[...] Tem uma banca, grande assim, aí sempre é quatro cortadeiras, né? Aí tem os tanques, os quatro tanques. Aí cada uma fica do lado de um tanque. Aí o que ela cortar, ela vai só jogando dentro daquele tanque. Aí a outra mulher, a outra pessoa que está lá do lado, de lá do tanque, já vem com a lata enchendo. Aí atrás da gente fica outro tanque, que é para colocar o palmito inteiro cascado (refinado), que a gente pega de lá e corta e já vai jogando já no outro tanque. Aí não tem como parar (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:59).*

O processo acima mencionado era realizado pelas mulheres. Aos homens era reservada a extração do palmito que se dava no ‘Centro Grande’, “*lá pra cima. Pra lá ele*

*levava as turmas dele pra cortar o palmito, né? Pra lá. E a produção vinha de lá”* (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:59). Além desta, as demais atividades externas à fábrica - transporte e as primeiras etapas de beneficiamento – também eram reservada aos homens. Estes *“trabalhavam fazendo estrada. Era na empresa, mas não era só na fábrica, eram vários trabalhos que eles faziam[...] Refinavam, batalhavam. Batalhar é quando o palmito vem grossão, né? Aí tem que tirar a casca para ficar ele meio fino”* (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:59). Após a batalha, os homens faziam outro processo semelhante, que era a *“refina, que é para ele ficar fininho que dê para gente cortar”* (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:60).

Desta forma a divisão do trabalho acontecia tanto do lado de dentro quanto do lado de fora da fábrica, havendo também fronteiras entre esses dois espaços: *“Aí quem trabalhava do lado de fora trabalhava do lado de fora; e quem trabalhava do lado de dentro só do lado de dentro”* (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:54). A comunicação entre esses espaços ora separados se dava através de

*uma janelona de vidro. Ficava aberto só para eles jogarem no tanque pra não entrarem dentro da fábrica. Aí de lá ele refinava lá e jogava dentro do tanque. E a gente do lado aqui[...] Já pegava daqui e já cortava e já jogava para o outro tanque lá, que a enchedora já estava enchendo lá na frente[...] Enchendo os pedaços de palmito, os pedacinhos[...] É, nas formas de madeira que eles fazem[...] Aí depois que a gente enxia, tinha uma mesa grande, que arrumava as latas uma juntinha na outra. Aí ia colocando aquela solução até encher a lata. Aí depois que enxia na mesa, a gente ia arrumando as pilhas, né? Aí ia para lá. Porque o palmito sofre um processo[...] O banho maria - que é a água não muito quente - antes de recravar, que é antes de cozinhar. Aí ia para lá[...] Aí lá tinha que completar a solução pra lata ficar bem cheinha, né?[...] Aí vinha o recravadador, que bota a tampa da lata[...] Aí tampava. Aí depois que ia para cozinhar[...] No vidro e na lata a gente cozinhava ele. Aí quando esfriava, no outro dia[...] iam só limpar, passar óleo, rotular e encaixotar* (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:59).

Conforme evidenciado acima, havia uma padronização tanto das etapas e métodos de trabalho quanto do próprio produto “palmito”, que era separado em tamanhos de mesmo padrão. A partir desta seleção, era possível comercializar três qualidades diferentes de palmito: *“a lata do inteiro, a lato do pedaço e a lata da banda. Eram três coisas que a gente fazia. E assim era, o dia inteiro”* (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:59).

Esse processo pautado no parcelamento das tarefas dentro de um espaço comum<sup>55</sup> aos trabalhadores possibilita a instauração de uma complexa cooperação entre eles. Essa decomposição do processo de produção em operações estanques, cuja maior simplicidade contribui tanto para a instauração de um processo cooperativo quanto para a aplicação gradativa do ‘maquinismo’<sup>56</sup> em direção a sua onipresença, é a característica primordial da ‘manufatura’. É dessa forma que Duarte (1999, p.72), baseando-se nos preceitos de Marx, apresenta esse modo de produção que possui um caráter diverso das práticas produtivas até então historicamente exercidas pelas comunidades do Alto Canaticú.

Esse novo processo de trabalho condicionou transformações culturais naquela comunidade, inclusive com mudanças nas próprias rotinas diárias daqueles que optaram por serem também trabalhadores fabris

*Aí saía nove horas. E aí só meio dia para almoçar e voltava uma hora. Aí quando tinha vez que, quando tinha muito palmito, né? Que tinha vez que dava dez milheiros, doze, a gente entrava pela noite pra poder cortar toda a produção do dia. A gente saía às vezes oito, às vezes nove. Até nove a gente chegou a sair daí. Aí no outro dia de manhã já tinha que voltar de novo (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:54).*

Pelas práticas laborais exercidas pelos sujeitos serem, além de ações transformadoras da matéria, também processos de subjetivação indissociáveis das emoções e cognições dos trabalhadores envolvidos (VERONESE E GUARESCHI, 2005); a rotina de trabalho na fábrica possivelmente gerou desconfortos e estranhamentos, inclusive por impactar a autonomia e o controle dos sujeitos sobre o seu próprio tempo, ou seja, sobre suas liberdades. Nesse sentido, alguns antigos trabalhadores da fábrica chegam a afirmar que *"era um serviço escravo mesmo. Porque o cara tinha que estar sete horas, no ponto. Largar meio dia, em ponto. Uma hora da tarde, certo. E cinco da tarde também"* (Cândido, 34 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:60). Segundo Acselrad (2004, p.16):

As práticas técnicas são referenciadas aos contextos históricos, que condicionam não só os padrões propriamente tecnológico da ação, mas também as categorias de percepção, julgamento e orientação que justificam/legitimam tais práticas.

---

<sup>55</sup> “Espaço comum que no processo de constituição da ‘manufatura’ bastaria ser uma construção, um telheiro, um espaço ‘pré-fábril’ (Duarte, 1999, p. 72)”, sendo este o processo que se deu quando da instalação da primeira estrutura de madeira, também referenciada como depósito, por parte da empresa de extração e beneficiamento de palmito quando chegou ao Alto Canaticú.

<sup>56</sup> Complexificação ou maximização de ferramentas específicas (DUARTE, 1999, p. 72).

Por serem historicamente conformadas, o padrão tecnológico e as escolhas técnicas são condicionadas também pelas estruturas de poder vigentes; também havendo para estas, categorias de percepção, julgamento e orientação que justificam/legitimam tais estruturas.

É possível que os desconfortos e a representação sobre o processo de ‘manufatura’ enquanto um trabalho escravo não esteja necessariamente fundado no modo como ele se processava; e sim nas relações de poder que estavam associadas a ele e que estabeleciam inclusive o regime rígido e desconfortável de trabalho e de carga horária. Assim, é possível que tais percepções e contrariedades estejam baseadas nas relações de poder relativas à propriedade tanto dos meios de produção quanto dos produtos manufaturados. A questão parece ser a ‘relação de apropriação real’ entre a força de trabalho e os meios de produção.

*Ele ganhava uma coisa ‘disconforme’ nesse palmito e pagava pouco a diária do pessoal. Porque olha, diz que ele falava que uma caixa de palmito que ele vendesse dava pra pagar tudinho os funcionários que tinha aí. Uma caixa de palmito! Vinha numa caixa vinte e quatro latas[...] Um quilo, era de quilo. Vinte quatro quilos[...] Quanto que um cara desse não ganhava? Teve vez que embarcamos aqui um barco[...] Encheu que não aguentou! Não tenho nem idéia quantas caixas nós embarcamos. Quanto o cara não ganhava? Era pra pagar muito bem, não era?[...] Ele ganhava muito (Cândido, 34 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:59).*

A dissolução da ‘relação de apropriação real’ entre os trabalhadores e seus meios de produção, dissolução tanto do controle sobre o processo de produção quanto da propriedade sobre os meios e sobre o produzido, é característica do modo de produção capitalista, e não dos meios de produção capitalistas.

A produção capitalista se caracteriza pela dissociação plena entre os ‘trabalhadores’ e os ‘meios de produção’, pela presença de um ‘não-trabalhador’ que, pela propriedade daqueles meios pode impor as condições de produção, garantindo a extração de uma mais-valia que servirá para uma reprodução do processo, ampliada em escala historicamente inédita (DUARTE, 1999, p.59).

O monopólio da propriedade sobre os meios de produção proporciona a extração da mais-valia necessária à reprodução histórica do modo de produção capitalista e das relações de poder nele imbricadas, entre as quais as relações de poder relativas aos regimes de trabalho e de remuneração.

Tendo em vista a rigidez de horário pré-estabelecida, a empresa fazia o pagamento de ‘horas extras’ aos trabalhadores quando era necessária a extensão na jornada de trabalho: “Se passava de cinco horas, aí já era hora extra” (Cândido, 34 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU

4:60). Esta era necessária quando havia eventual necessidade de processamento de uma quantidade maior de palmito: “*Cortava tudo picadinho. Aproveitava tudo[...] No tempo do Vespasiano, até o pé do palmito ele aproveitava[...] Tudo ele vendia[...] O pé do palmito não é o palmito. Antes de começar o palmito, aí tem o pé dele*” (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:59).

O interesse capitalista é que a jornada de trabalho contenha o máximo possível de trabalho excedente, criador de tanto ‘mais-valia’. Assim, conforme elaborado por Marx, através da extensão da jornada de trabalho se dá a maneira mais simples de ampliação desse trabalho excedente, forma conhecida como obtenção da ‘mais-valia absoluta’. O outro caminho que o capitalista possui para ampliar a mais-valia é conseguir a diminuição do ‘tempo de trabalho necessário’ para que o trabalhador produza o valor que lhe é pago em termos de remuneração. Para tanto, é necessário aumentar a força produtiva de seu trabalho, a sua produtividade, o que depende de mudanças nos seus instrumentos e/ou em seus métodos de trabalho. Ao acréscimo de mais-valia oriundo dessa outra fórmula, Marx denominou como ‘mais-valia relativa’ (DUARTE, 1999).

Haviam sistemas de remuneração diferenciados entre os que trabalhavam diretamente na fábrica e os que trabalhavam extraindo palmito na Terra Grande. Enquanto os primeiros eram remunerados pela empresa através de diárias, os segundos eram por produção<sup>57</sup>:

*Eram contratados da empresa para tirar o palmito. Pagava a produção: quinze reais por cento de palmito. Cortavam o palmito e eles pagavam quinze reais no cento. Cem palmitos valiam quinze reais nesse tempo, já no tempo da fábrica funcionando, né?* (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:14).

Um agravante desta relação era a precariedade das relações de trabalho, que se davam à margem das leis trabalhistas e dos respectivos direitos a que faziam jus os extrativistas. Carteira de trabalho? “*Não, não tinha carteira não. Eu nunca assinei carteira nenhuma de trabalho*” (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:31).

Uma outra característica apontada por extrativistas e ex-trabalhadores da fábrica eram as discrepâncias de salário que existiam entre homens e mulheres.

*Constantemente o homem ganhava mais do que a mulher [...] Não dava valor no trabalho das mulheres. Trabalhavam até mais. Porque lá fora, os homens aí na fábrica, tinham tempo de sentar, dar uma sentada, uma descansada. As mulheres lá*

---

<sup>57</sup> Denominado por Marx, nos capítulos sobre o salário em ‘O capital’, como ‘salário por tempo’ e ‘salário por peças’, respectivamente (DUARTE, 1999).

*dentro não tinham tempo de nada quando tinha muito palmito (Cândido, 34 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:59).*

As mulheres trabalhavam “*em pé o dia inteiro[...] Só mesmo no horário de meio dia - quando a gente ia almoçar - almoçava e descansava aquele pouquinho. Porque de meio dia para dar uma hora é aquele pouquinho[...] Uma hora já tinha que tá lá*” (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:60).

O modo de produção da empresa, enquanto produto da cultura patriarcal eurocêntrica, reproduzia as discriminações de gênero desta. Isso se refletia não só na menor remuneração das mulheres como também nas piores condições de trabalho à que elas eram submetidas, conforme reconhecido acima pelo extrativista e ex-trabalhador da fábrica. Entretanto isto não significa que para os homens as coisas eram muito diferentes, especialmente quando em determinadas funções, conforme uma ex-trabalhadora da fábrica relembra:

*As condições de trabalho também não eram fáceis. Aí ele trabalhava na caldeira. Mas mais difícil para quem trabalhava na caldeira[...] Cozinha palmito, carrega muito peso. Porque aquele cesto grande assim cheio de lata, tinha que botar lá dentro daquele tanque com água fervendo. E aí enxia ele, né? Aí quando era para tirar era arriscado, né?[...] Era muito quente (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:60).*

Não obstante agroextrativistas do Timbotuba terem consciência da exploração de suas forças de trabalho, sentidas em seus corpos, ainda assim continuavam optando pelo trabalho na empresa, inclusive naturalizando e justificando as condições exploratórias:

*Mas sempre é assim nessas empresas. Tem que cumprir horário, né? E era assim porque é um serviço que tem que ser assim (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:60).*

*Esse serviço de trabalhar com fábrica de palmito[...] Sentado não pode ser pra gente estar ali cortando o palmito, né? Tem que ser em pé, eu acho (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:59).*

Mas o que fazia moradores do Timbotuba, a despeito de todas as condições de exploração a que conscientemente estavam submetidos, optarem por este trabalho e pelo apoio à presença da empresa na comunidade? Será que seus valores e concepções de mundo diferiam da cosmovisão dos extrativistas da Serafina a ponto de serem outras suas expectativas e preocupações em relação à vida? Será que suas categorias de percepção, julgamento e orientação foram historicamente conformadas de tal maneira que diferiam significativamente das categorias e constructos simbólicos presentes na Serafina e, desta

forma, eram outras as categorias suas que justificavam/legitimavam os modelos e as estruturas socioeconômicas a que estavam submetidos?

Quanto à preocupação relativa à manutenção de suas áreas de produção e dos bens naturais dos quais dependiam para sua sobrevivência, a mesma preocupação que a comunidade Serafina expressava também se fazia presente nos agroextrativistas do Timbotuba:

*Trabalhei, eu passava Palmito. Nós tínhamos um barquinho. Aí a gente passava palmito aí para ele (Dono da empresa) [...] Mas pedindo a Deus que a Serafina ganhasse a questão. Porque a hora que ele afetasse eles lá, ele ia afetar nós aqui. Porque a gente estava mais perto dele. Aí ele chamou a gente pra um acordo. Aí ele falou que ia propor para gente um acordo[...] O Vespasiano: 'Olha, eu vou fazer com vocês o seguinte, eu comprei toda a terra, comprei aqui, comprei para aí, comprei Terra Grande, é tudo minha. Agora eu quero aqui mesmo. Eu quero esse lugar para fazer a fábrica[...] E eu quero perguntar para vocês até onde vocês trabalham, aqui no terreno?'[...] Aí ficamos com 3 lotes de terra (Genival ,nasceu em 1966, 07/06/2016,Timbotuba, QU 10:74).*

A preocupação de moradores da comunidade Timbotuba relativa à manutenção de seus meios de produção foi remediada quando os bens naturais de que dependiam para sua subsistência ficaram resguardados da exploração capitalista. Uma característica ambiental do território onde a comunidade Timbotuba se localizava contribuiu para esses acordos, posto que o foco de exploração da empresa era o palmito de açazeiros “*que não tinha quase aqui nessa beirada*” (Maria, 07/06/2016, Timbotuba, QU 12:3). Já na Comunidade Serafina, extensas áreas naturais desses açazeis eram encontradas nas grandes várzeas que compunham o território que ela tradicionalmente ocupava.

Ainda que existissem alguns açazeis plantados no Timbotuba ou mesmo alguns pequenos ‘bancos’ naturais localizados em extensões menores de áreas que sofriam inundação, a empresa nelas não interferia:

*Na verdade, (açai) aqui é só no sítio mesmo. Por aqui, no mato aí mesmo, ele (dono da empresa) não mexia com isso. Ele queria tirar aí do 'Centro Grande'. Aqui não, ele não mexia aqui não[...] Só que ia acabar com o pessoal lá de cima, né? Por isso que eles começaram a briga deles lá (Genival, nascido em 1966, 07/06/2016,Timbotuba, QU 12:13).*

Assim, mantidos os açazeis e as demais áreas necessárias às práticas produtivas e de subsistência da Comunidade Timbotuba, entre elas os roçados, uma disputa por recursos naturais não se constituiu entre essa comunidade e a empresa. Ausente tal pressuposto, não

havia possibilidade da deflagração de um conflito ambiental entre esses atores tal qual se deu entre a empresa e a Comunidade Serafina. Tal entendimento é corroborado inclusive por lideranças extrativistas da Serafina: *"As pessoas que trabalhavam para empresa de lá, eles não foram afetados. Eles não foram afetados, sabe por quê? Por isso que eles apoiavam ela. Afetados como? Na área deles"* (Renata, 09/06/2016, Serafina, QU 29:49).

Não obstante não ter se configurado uma disputa por recursos entre a empresa e a comunidade Timbotuba, vale ressaltar que alguns moradores desta, à época da chegada da fábrica, subiam até o 'Centro Grande' para extrair o mesmo produto que a empresa almejava: *"Nessa época aqui era até mais difícil. Porque meu pai ele trabalhava[...] Tinha as vezes que ia fazer a roça dele, mas tinha vezes ia lá para o Centro[...] pra cortar o palmito. Vinha de lá, vendia"* (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:60).

*Antes da fábrica. Aí ele vendia para esses regatões que nem hoje em dia passa. Só que hoje é comprando açaí, né? Na época eles compravam açaí, eles compravam palmito. Aí quando não tinha o açaí, tinha vez que ele cortava o palmito e trazia para eles* (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:66).

Nessa época pretérita à chegada da fábrica, apesar de trabalharem e produzirem considerável parcela de sua subsistência material no próprio território onde se inseria a comunidade Timbotuba, agroextrativistas desta também subiam até as cabeceiras do Rio Canaticú para trabalharem na Terra Grande. Dessa forma, ainda que acordado com a empresa a manutenção das áreas de produção localizadas no Timbotuba, a exploração intensiva de palmito exercida pela empresa na Terra Grande ameaçavam áreas e recursos que eram explorados não só pelos moradores da Serafina, mas também por moradores daquele outra comunidade. Se tanto os extrativistas do Timbotuba quanto da Serafina utilizavam e dependiam dos açazeiros quando da chegada da fábrica, quais outras razões podem ter contribuído para a Comunidade Timbotuba não ter se envolvido numa disputa e num conflito com a empresa?

Um fator de diferença entre o trabalho dos extrativistas do Timbotuba e da Serafina na exploração dos açazeiros era que, para acessar esses, os primeiros dependiam de um dispêndio de energia – força de trabalho – maior do que os segundos. Os moradores do Timbotuba tinham que subir remando pelo rio até chegarem aos açazeiros a serem explorados.

*Hoje em dia a gente tem esse motor rabudo, que põe gasolina e quando está bom vai embora; e na época era a remo mesmo[...] Tinha vez que eles chegavam a remo meia noite, uma hora, né? Apanhavam chuva, apanhavam o que tivesse no rio e tinham que chegar. E a remo, né? Por isso que digo que era mais*

*dificuldade para eles, né?* (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:66).

É possível que maiores exigências e necessidades de meios de produção por parte da comunidade Timbotuba – enquanto tecnologias e ferramentas que mitigassem as dificuldades impostas pelas maiores distâncias a serem percorridas - tenham contribuído na articulação de interesses comuns entre essa comunidade e a empresa de extração e beneficiamento de palmito; nesse sentido, tenham contribuído para o sucesso da instalação da empresa na região.

A empresa trazia algumas tecnologias (meios de produção) com ela e que, devido ao baixo poder de compra dos agroextrativistas, não eram a eles acessíveis. Para ir extrair palmito pro ‘Centro Grande’, a empresa *"tinha motor. Era barco. Na época do inverno iam embora de barco[...] A empresa tinha dois barcos só para esse"* (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:66). Já o agroextrativista, *"ele tinha um casco[...] Não pegava mil palmitos[...] E eles tinham que ir remando"* enquanto os barcos da empresa, em cada viagem, pegavam *"três mil , cinco mil"* (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:66).

*Na época[...] já tinha esse motor sim, mas por aqui não tinha porque ninguém tinha condição era de comprar. Aí era remo mesmo. Tinha vez que saía daqui de manhã cedinho e ia chegar à tarde para lá, para esse lugar de onde ele trazia (o palmito). Ele morava lá (na Terra Grande) e aí depois a gente veio para cá (no Timbotuba). Aí ele continuava trabalhando para lá porque aqui não tinha serviço pra ele. Porque a roça a gente faz, mas só colhe pro outro ano, né?[...] E tinha que trabalhar em outros trabalhos pra se manter até a roça amadurecer* (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:66).

Além das embarcações motorizadas, a empresa também chegou a transportar o palmito extraído da Terra Grande por ar e terra. Durante um período utilizaram helicóptero e também abriram, com apoio estatal,

*a estrada que ia para o Pimental: Timbotuba-Pimental. Essa estrada no tempo do Agnelo, do Acapú, ela era registrada. Vinha uma verba especialmente para fazer a limpeza dela todo ano. E aí eles esbandalharam a estrada. Hoje, a estrada está aí no cerrado[...] Recurso da prefeitura para essa estrada[...] vinha. Antigamente tinha[...] Já tinham parado com helicóptero, estavam com caminhão* (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:25).

Como se verifica acima, a atuação estatal muitas vezes não se limita a reconhecer e legitimar os agentes capitalistas que, no Mapa dos Conflitos Ambientais<sup>58</sup>, são apresentados como agressores. Mais que isso, quando não atua diretamente com eles, frequentemente os subvenciona (PACHECO E FAUSTINO, 2013).

Assim, diferentemente dos agroextrativistas, além dos meios e tecnologias – muitos dos quais subsidiados pelo Estado - que otimizavam a extração de palmito, a empresa também detinha uma concentração de capital que a permitia ser também beneficiadora do produto. Para tanto, necessitava empregar força de trabalho nessa nova atividade econômica que era instituída no Timbotuba: “*Aí depois que começou a fábrica aí, eles (os irmãos) começaram a trabalhar aí já. Pararam de ir pra lá (na Terra Grande) com ele (o pai)*” (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:66).

Não obstante ter se tornado uma nova oportunidade aos trabalhadores em geral do Timbotuba, o era especialmente para as mulheres. Estas não atuavam na apanha do açaí e na extração de palmito devido às maiores exigências de força física nestas atividades: “*Eu digo que era só ele que dava conta de fazer esse serviço, né?*” (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:60). “*Aí foi que ele (dono da empresa) contratou algumas pessoas. Aí nesse caso, eu também fui contratada pra trabalhar. Primeira vez*” (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:54).

*Ele empregava muita mulher - muitos homens também eram empregados – gerava renda[...] Essas pessoas daqui, que tem casa aqui, você chegava de dia não encontrava uma dona de casa nas suas casas: estavam empregadas lá (na fábrica). E o marido também estava batalhando também. Mesmo que não tivesse trabalhando lá, estava capinando uma roça, fazendo uma farinha (Zuenir, 39 anos, 08/06/2016, Timbotuba, QU 20:14).*

Desta forma, apesar da consciência da exploração de seus corpos e forças de trabalho, a fábrica representava uma oportunidade de incremento à geração de renda das famílias do Timbotuba tanto pela inclusão de membros da família que estavam alijados de outros processos produtivos ali existentes quanto pela incorporação daqueles que optavam por substituir ou ampliar seu rol de ocupações:

*Eu digo que por mais que fosse mesmo assim muito esforçado, mas melhorou um pouco sim. Aí a gente já podia ajudar os*

---

<sup>58</sup> Iniciativa que visa - através da sistematização de informações e a listagem de territórios onde riscos e impactos ambientais afetam diferentes populações brasileiras - tornar públicas as vozes que lutam por justiça ambiental e que frequentemente são discriminadas e invisibilizadas pelas instituições e pela mídia: <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>

*nossos pais. Na época que era eu que trabalhava, aí nós éramos nove irmãos. Aí trabalhava dois homens e duas mulheres. Aí já ajudava ele (o pai), né? Na coisa da alimentação assim, a gente garantia, né? Pra ele não tá muito trabalhando tanto* (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:60).

Do ponto de vista socioeconômico, cada núcleo familiar ou ‘grupo doméstico’<sup>59</sup> do Alto Canaticú pode ser interpretado como uma ‘unidade mínima da organização social local’, correspondendo também a uma ‘unidade econômica de produção e consumo’.<sup>60</sup>

A formação socioeconômica fundada nos grupos domésticos presentes na comunidade Timbotuba, e atualmente também na Serafina, designarei enquanto ‘agroextrativista de subsistência e mercantil’, posto suas práticas produtivas materiais estarem baseadas na conjugação da agricultura e do extrativismo vegetal (extração de frutos e demais produtos vegetais) e animal (caça e pesca); e por parte dessa produção ser inserida em relações de mercado (seja troca ou venda), ainda que também voltadas em grande parte à subsistência material imediata da força de trabalho envolvida (alimentação dos próprios ‘grupos domésticos’ produtores).

Essa designação ora adotada para as ‘unidades econômicas de produção e consumo’ do Alto Canaticú se aproxima de outra presente desde o início dos estudos marxistas, o da ‘produção mercantil simples’<sup>61</sup>. Entretanto, aquela designação será preferida em relação a esta, haja vista que trabalhar com este último conceito traz algumas dificuldades e desconfortos, conforme discorre Duarte (1999, p.58):

Em primeiro lugar, trata-se de um conceito ‘residual que aponta para realidades comumente tratadas como ‘secundárias’ ou ‘marginais’, na medida em que sua ocorrência se deu à margem da análise marxista do modo de produção capitalista, designando formas sociais ora anteriores, ora subordinadas, raramente objeto de uma apropriação teórica específica [...] À pouca precisão do conceito junta-se, além do mais, uma grande diversidade empírica de formas<sup>62</sup> que aqui e ali parecem se aproximar da estrutura básica para que ela aponta.

Tendo por base as características da ‘produção mercantil simples’ conforme relatadas por Duarte (1999, p.58-59), alguns traços básicos comuns entre este e o modo de produção tradicional ora designado enquanto ‘agroextrativismo de subsistência e mercantil’ são: 1) os

---

<sup>59</sup> “Um grupo doméstico, geralmente constituído por uma família nuclear, pode apresentar diferentes arranjos, como nos casos em que comporta agregados ou filhos(as) casados(as) e seus cônjuges (PANTOJA, 2008 apud VIEIRA, 2012,p.67)”.

<sup>60</sup> Segundo VIEIRA (2012), estes conceitos foram inicialmente adotados e trabalhados desta forma pelos autores Mauro Almeida(1992) - um dos pioneiros nos estudos da vida nos seringais - e Pantoja (2008).

<sup>61</sup> Também designada na literatura como ‘pequena produção mercantil’.

<sup>62</sup> Entre as quais estão, segundo o próprio Duarte: o ‘campesinato’, ‘artesanato’, ‘corporação de ofício’ e a ‘pequena burguesia’.

dois são “modos de produção, naquele sentido mais genérico de uma combinação específica de relações e elementos de um processo de produção imediato”; 2) ambos são formações socioeconômicas mercantis, “isto é, de tal forma articulada com outros grupos dentro de uma sociedade mais abrangente”; 3) estão baseados na noção de propriedade privada dos meios de produção; 4) a posse destes meios pelos trabalhadores encontra-se presente “através da ‘relação de apropriação real’, ao mesmo tempo em que essa propriedade não enseja o surgimento de um não trabalhador”; e 5) tratam-se de modos de produção “conviventes com outros e, ao mesmo tempo, diferente – outro”.

Em relação a esta convivência, quando estabelecida com o modo de produção capitalista, ela assume quase sempre a denotação de uma subordinação. Entretanto, com contribuições de Tepicht (1973, p.17 apud DUARTE, 1999, 60), o próprio Duarte afirma que:

Uma subordinação social nunca pode ter o sentido de uma mera justaposição. Ela afeta fundamentalmente não só o dominado como também o dominante. ‘Ora, o modo de produção camponês, tal como o entendemos aqui, não é o gerador de uma formação específica, ele se incrusta em uma série de formações, a elas se adapta, interioriza à sua maneira as leis econômicas de cada uma delas e marca-as por sua vez, cada uma delas, mais ou menos, com a sua presença’<sup>63</sup> [...] Em cada formação, a cada conjuntura, elas se readequariam, se rearticulariam, no bojo de uma interação ‘deformada’ e ‘deformante’.

Este autor parte dos estudos realizados por Marx em ‘O capital’ para esclarecer as condições básicas dos fenômenos relacionados à ‘produção mercantil simples’ quando em processos de ‘subordinação’ ao modo de produção capitalista. Esse contexto tenderia a gerar dois tipos de situações: o da expropriação da ‘produção mercantil simples’ ou a sua diferenciação interna. No primeiro caso, o da tendência à ‘expropriação’, tem-se um processo radical de dissolução pela pressão; uma concentração de capital por parte da empresa capitalista, “uma acumulação exterior que fundamenta a liberação dos vendedores de força de trabalho e a pilhagem de seus meios de produção” (DUARTE, 1999, p.62). Esse primeiro caso de pressão capitalista foi o exercido pela empresa de extração e beneficiamento de palmito contra a comunidade Serafina, entretanto sem sucesso, conforme descrito e analisado tanto no subcapítulo imediatamente anterior quanto posterior ao presente subcapítulo.

No segundo, o da tendência à ‘diferenciação interna’, ou seja, o da diferenciação entre as ‘unidades econômicas de produção e consumo’ pertencentes ao modo de ‘produção mercantil simples’; teríamos um processo internalizado por força da pressão do modo de produção capitalista, em que uma ‘acumulação diferencial’ entre essas ‘unidades’ ensejaria

---

<sup>63</sup> Este trecho entre apóstrofes pertencente à Tepicht (1973, p.17 apud DUARTE, 1999, 60. Tradução deste autor).

que se instaure gradativamente a mesma polarização e discrepâncias de concentração de capital entre elas; e entre os livres contratantes ‘proprietário dos meios de produção’ e ‘proprietário da força de trabalho’. Desta forma, a formação socioeconômica ora subordinada assim se manteria em relação ao modo capitalista, quando passaria a funcionar até mesmo como uma necessidade desse modelo ora dominante.

Numa análise inicial, a ‘convivência’ estabelecida entre Comunidade Timbouba e a empresa de extração e beneficiamento de palmito aparenta ser ou tender a esse segundo tipo. Entretanto, quando nos aprofundamos na análise, é possível perceber que ela se aproxima de “uma outra vertente de diferenciação que corre por conta dos próprios meios de produção envolvidos, ou melhor, do peso com que as características desses meios interferem na reprodução do sistema ou nos ritmos da sua transformação” (DUARTE, 1999, p.62).

Com contribuições de estudos realizados por Tepich, Garcia e Velho; Duarte aponta dois tipos de produção cuja distinção se faz importante nas análises das subordinações/convivências entre o modo de produção capitalista e formações socioeconômicas que compartilham traços comuns com a ‘produção mercantil simples’. Essa distinção se refere ao tipo de bem produzido. Caso este seja um produto que, ainda que em parte destinado ao mercado, componha também a dieta alimentar dos seus produtores e, por isso, contribua para garantir a sua reprodução social em situação de maior autonomia em relação ao mercado; a convivência com o modelo de produção capitalista tende a se tornar mais flexível, abrangendo situações muito próprias de conformação socioeconômica. Por outro lado, caso o bem produzido pelas ‘unidades de produção e consumo’ sejam mercadorias que não componham a subsistência imediata (alimentação) daqueles que as produzem, sendo destinados exclusivamente ao mercado, a tendência é que se comportem sem tanta elasticidade, favorecendo conformações socioeconômicas mais próximas à ‘subordinação’ por pressão do modo capitalista.

A relevância dessa distinção se funda em dois aspectos primordiais. Em primeiro lugar, o fato de uma unidade de produção poder prover a parte de sua subsistência (no sentido de reprodução da força de trabalho) sem a intermediação das relações de mercado lhe garante uma margem de autonomia e flexibilidade que permite o florescimento de uma lógica e de um ritmo muito próprios de adequação [...] Em segundo lugar, a pequena produção de mercadorias destinadas à alimentação parece ter garantida em situações não clássicas de desenvolvimento capitalista (possivelmente em casos marcados pelo ‘capitalismo autoritário’, como sugere Velho em sua obra citada) uma área de relevância específica, que é a de manter setores consideráveis da força de trabalho [...] em um regime de produção distinto do dominante mas capaz de funcionar em uma

espécie de simbiose secundária e complementar, ao sabor dos booms e crises do sistema econômico dominante. A flexibilidade apontada para essas ‘unidades de produção’ e consumo’ ensejaria até mesmo o seu surgimento em áreas novas, ora ocupadas anteriormente por outras formas de produção em decadência, ora desempenhando o papel de ‘desbravadora de fronteiras’<sup>64</sup> (DUARTE, 1999, p.63-64).

Desta forma, o fato dos ‘grupos domésticos’ presentes no Timbotuba se dedicarem a uma produção agroextrativista - com participação complementar de pequenas criações de animais - destinada em parte considerável ao seu próprio consumo imediato, os favoreceu em termos de poder de negociação quando das propostas apresentadas pela empresa. Isso possibilitou, quando da convivência estabelecida entre a unidade capitalista e a comunidade Timbotuba, uma reação desta distinta da subordinação por ‘expropriação’ ou por ‘diferenciação interna’, se aproximando mais de um ‘acordo simbiótico’ estabelecido entre agentes que coabitam o mesmo espaço. Estes ‘acordos simbióticos’ são assim definidos por Acsehrad (2004, p.17):

‘Acordos simbióticos’ entre práticas espaciais no interior dos quais cada protagonista afigura-se interessado em um certo tipo de ‘sucesso’ do outro, definido segundo suas próprias razões [e interesses]<sup>65</sup>. Acordos de tal ordem não resultam, portanto, de uma harmonização dos interesses particulares na submissão a um bem superior, mas de um processo imanente do que Stengers chama de ‘entre-captura’, onde atores que se ‘co-inventam’ integram, cada um por sua própria conta, e eventualmente de forma conflitiva, uma referência ao outro.

É comum nas falas dos agroextrativistas do Timbotuba a referência à empresa de extração e beneficiamento de palmito como uma alternativa a mais de ocupação e geração de renda; uma ampliação de possibilidades e, por isso de liberdades. E assim se configurou porque esses agroextrativistas, pautados na autonomia que possuíam enquanto produtores de sua própria subsistência imediata, apresentavam à empresa a seguinte condição: não trabalhariam nela caso não pudessem manter e preservar suas tradições, entre as quais os trabalhos que produziam a base de suas subsistências materiais mais imediatas, que eram para eles inegociáveis.

*Eu mariscava pros meus filhos comerem. Mas quando, eu não deixei o serviço da roça. Eu trabalhava lá, mas quando chegava o verão ia fazer nossa roça[...] Graças a Deus meus filhos nunca choraram com fome de farinha. Farinha sempre, para vender, pagar[...] Não, deixar o nosso serviço? Não. Porque o*

---

<sup>64</sup> Duarte (1999, p. 81) recomenda àqueles que desejam mais informações sobre o surgimento dessas ‘unidades de produção e consumo’ em áreas novas e ocupadas anteriormente por outras formas de produção em decadência, ver Garcia Junior (1975). Quanto ao segundo caso, quando desempenhando o papel de ‘desbravadora de fronteiras’, o autor recomenda Velho (1976).

<sup>65</sup> Destaque ente colchetes acrescentado pelo autor.

*nosso contrato foi assim, eu disse: 'Seu Vespasiano, eu posso vim[...] Porque ele me chamou se eu podia trabalhar lá[...] Eu disse: 'Olha Seu Vespasiano, eu trabalho. De inverno eu trabalho bonito. Mas agora, a semana que eu tirar para capinar a minha roça, eu quero a licença. Mas de verão eu não vou trabalhar efetivo. Porque a semana que a gente tem que plantar de novo[...] eu não venho. Pois é! Aí eu falei para ele que eu não ia largar meu serviço da minha roça porque eu não ia ver meus filhos chorarem com fome. [...] E aí ele concordou comigo. [...] E nunca faltou nada (Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:34).*

Dessa forma mantinham o livre exercício de suas liberdades para escolher dentre um conjunto de oportunidades que, a partir da chegada da fábrica, se expandira. Liberdades aquelas baseadas no controle que continuavam tendo sobre seus meios de produção. Assim, com base neste rol de opções, calculavam a melhor distribuição de suas forças de trabalho conforme seus interesses. Ao mesmo tempo que investiam a parte disponível de sua força de trabalho na empresa, agregando assim ocupações e poder de compra; mantinham a outra parte de suas forças produtivas direcionadas à desejada estabilidade e segurança advindas da autonomia enquanto produtores diretos de suas próprias subsistências.

Quando o trabalhador coloca-se em situação de maior dependência às liberdades ou vontades alheias a si, ou seja, ao depender mais da 'sorte' no tocante à sua subsistência material, tende a desconfortos oriundos da apreensão e insegurança gerados pela perda de autonomia e controle sobre os meios que lhes garantem, independentemente do mercado e de terceiros, parte essencial da subsistência da qual ele e seu núcleo familiar dependem. De maneira inversa, ao depender mais de seu próprio trabalho, enquanto manifestação não de liberdades ou vontades alheias ao indivíduo, mas sim fruto de sua própria autonomia, tende à sensação de estabilidade e segurança (DUARTE, 1999).

Ao não abdicarem de suas práticas tradicionais quando optaram em distribuir parte de suas forças laborais também na fábrica, agroextrativistas do Timbotuba optaram pela segurança e estabilidade proporcionada pela manutenção de seus meios imediatos de subsistência ao invés da apreensão e instabilidade naquilo que detinham pouco ou nenhum controle.

*Mas nunca a gente deixou o serviço da roça não. Graças a Deus. Pra que?![...] O meu pai ele disse: 'Quando a cabeça não pensa o corpo padece'. Portanto nós devemos pensar primeiro com a cabeça para poder enfrentar, meter a cara para fazer[...] E portanto eu pensei com a cabeça! Eu trabalhei na fábrica, mas eu nunca deixei meu plantio, meu trabalho. Eu nunca deixei de criar minhas criações, meus 'seribabos', minhas galinhas.*

*Até hoje eu crio, com o maior sacrifício, eu crio[...] Porque o senhor sabe que uma coisa dessa (se referindo à fábrica que ali se instalou) não é de raiz. E onde você tá colocado, que você tá com seu trabalho[...] é de raiz! Porque uma fábrica dessa, como ele (dono da fábrica) veio de lá, comprou essa área aí, sentou essa fábrica. Olha ele tinha vontade de sentar polpa de açaí aí. Ele tinha vontade sentar coisa de cacau. Ele tinha vontade de sentar fábrica de urucum. Mas não foi. Como era que a gente ia tudo largar do serviço daqui para trabalhar lá e depois de repente alevantava? (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:34).*

Não obstante o acima evidenciado, é importante lembrar que estes ‘acordos simbióticos’ realizados entre os agroextrativistas do Timbotuba e a empresa deram-se num contexto de discrepâncias entre os mesmos: à alta concentração de capital da empresa, que propiciava a ela a vantagem de acesso a alguns meios de produção que aos agroextrativistas eram inacessíveis (entre os quais as embarcações motorizadas e a própria indústria de beneficiamento); se contrastava, por outro lado, às limitações de acesso historicamente configuradas às comunidades tradicionais, inclusive a do Timbotuba. O autor Acselrad (2004, p.17) destaca a importância desta lembrança: mesmo nas situações em que ‘acordos simbióticos’ são estabelecidos entre agentes que possuem interesses sobre um mesmo espaço territorial, o autor afirma que esses acordos se dão “no interior de inescapáveis relações de poder”.

Ao não terem meios suficientes para a produção necessária tanto à subsistência quanto à qualidade de vida que almejavam, os agroextrativistas do Timbotuba perdiam em poder de pressão e negociação em relação às condições de trabalho precárias oferecidas por quem detinha esses meios: a empresa. Do contrário, quando da oferta de empregos e investimentos no local, os ‘grupos domésticos’ do Timbotuba poderiam avaliar que na empresa não compensaria trabalhar, incluindo eventual recusa quanto à sua instalação em seu território caso entendessem que o bônus que teriam seria menor que o ônus econômico e socioambiental.

As discrepâncias de poder sobre diferentes bens materiais, inclusive meios de produção, geravam oportunidades de exploração no Alto Canaticú desde tempos remotos, a exemplo do período da borracha. Desta forma, semelhante ao sistema de aviamento, a empresa de extração e beneficiamento de palmito gerou e extraiu mais-valia, que é o elemento fundamental para reprodução do modo de produção capitalista, a partir das desigualdades de poder sobre bens materiais e meios de produção que haviam entre ela e os agroextrativistas.

Um reflexo desta situação é que a empresa, utilizando-se dos motores e embarcações que faltavam aos agroextrativistas, não só potencializava a extração e o escoamento da sua produção, como também circulava mercadorias da cidade para o Alto Canaticú. Assim maximizava seus lucros ao não limitar seus ganhos à exploração da mais-valia oriunda das relações de trabalho estabelecidas nesse contexto de discrepâncias.

Em função das aquisições de mercadorias realizadas junto à empresa, aos moradores do Timbotuba pouco restava de saldo financeiro líquido a receber pelo trabalho prestado a ela. No entanto, foi pelo maior acesso a bens de consumo que as relações com a fábrica se tornaram vantajosas à comunidade:

*E depois que a gente começou a trabalhar na fábrica melhorou assim, não pra gente ter dinheiro, né? Mas melhorou a situação financeira porque tinha onde a gente comprar, né? Pra se manter. Não ganhava assim dinheiro porque a gente não tirava, como a gente falava, muito saldo, né? Mas não faltavam as coisas na casa da gente também, né? O que a gente precisava a gente ia lá e comprava. Aí melhorou muito. Porque eu lembro que meu pai trabalhava muito e tinha vez que ele não tinha as coisas, né? Até mesmo para comer a gente não tinha. Aí na fábrica não, a gente comprava e tinha todo dia, né? Aí eu acho: não melhorou assim, para gente ter dinheiro muito, mas nessa parte assim de alimentação, das coisas, melhorou um pouco sim. Por mais que era um serviço meio forçado, né? Porque a gente ficava em pé o dia inteiro, porque era em pé. Só mesmo no horário de meio dia, quando a gente ia almoçar, almoçava e descansava aquele pouquinho. Porque de meio-dia para dar uma hora é rapidinho, né? E uma hora a gente já tinha que tá lá. Mas como pra cá é um lugar que as coisas são muito difíceis mesmo, nessa parte aí melhorou (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:60).*

Não só o maior poder de compra oriundo do trabalho na fábrica ampliava a possibilidade de consumo dos agroextrativistas. O próprio fato de trabalharem nela já garantia a eles a primeira refeição do dia. Esta fazia diferença, ainda que simples, pois eram itens alimentares que só eram acessíveis a eles mediante relações comerciais, haja vista não serem produzidos pelos próprios: “Porque nove horas ele dava uma merenda. Dava um café sempre com umas bolachas” (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:54).

Sem perder de vista o contexto de alta concentração de capital e as discrepâncias dela decorrente – que viabilizam a instituição de relações de exploração tanto dos corpos quanto do território e seus recursos naturais (LOUREIRO e COSTA, 2003), inclusive no Alto Canaticú – a presença da empresa potencializava o acesso dos ‘grupos domésticos’ do Timbotuba a bens de consumos básicos tanto por meio do incremento ao seu poder de compra

quanto pela maior facilidade de acesso físico, e não só econômico, que o intercâmbio comercial realizado pela empresa propiciava.

Este cenário contribuiu para legitimar a presença da empresa junto aos agroextrativistas do Timbotuba e era reforçada pela segurança proporcionada pelo salário garantido: “*Mas o dinheiro quando chegava sábado ele pagava todo mundo. Todo mundo. Nunca ele foi uma fábrica de ficar devendo para as pessoas. Só mesmo se você não quisesse. Se você dissesse: ‘não, você reserve meu dinheiro que eu quero por mês, no final do mês’*” (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:34).

Este aspecto é reconhecido inclusive por agroextrativistas da Serafina:

*Porque eles tinham o sonho de ser empregado. Porque assim, o que o Vespasiano prometia para eles: ‘Vocês cortam o palmito para mim, mas eu vou pagar tanto para vocês por mês’. Entendeu? Era um pagamento mensal, um garantido[...] Mantinha pra poder garantir eles* (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:21).

A regularidade da remuneração é associada, mais do que o seu montante, à estabilidade desejada pelos trabalhadores, posto que através dela se busca garantir, no médio e longo prazo, o mínimo necessário à reprodução da unidade familiar. Essa relação se inverte, ou seja, o nível da remuneração tende a ganhar destaque em relação à sua regularidade quando o nível daquela ameaça a linha mínima necessária para a reprodução social da unidade familiar (BOURDIEU, 1963a apud DUARTE, 1999).

Essa almejada estabilidade vinculada à subsistência material se reflete na estabilidade emocional do sujeito. As relações materiais mediadas pelo trabalho são indissociáveis e se dão de maneira concomitante às apreensões e relações cognitivas e emocionais que os sujeitos envolvidos estabelecem com aquelas relações materiais. Assim, é possível afirmar que o trabalho é espaço privilegiado de constituição do sujeito tanto sob o ponto de vista sociológico quanto psicológico, contribuindo com a configuração da saúde mental, autoestima, vida familiar e satisfação pessoal. Estes terão, inclusive, reflexos nas relações sociais estabelecidas pelo indivíduo (VERONESE E GUARESCHI, 2005).

Além dessa regularidade remuneratória, outros fatores contribuíram para reforçar a legitimação da empresa junto à comunidade Timbotuba. A convivência cortês do gerente da fábrica e de sua família com a comunidade é outro fator evidenciado.

*Às vezes não tinha nada aqui. Eu falava daqui às vezes. Ele estava ali, quando não a irmã Vanda. Eu dizia irmã Vanda. Ela: ‘Hei?’ (Dona Josi): ‘Diz lá para o seu Hélio mandar isso, isso aqui para mim. Agora.’ ‘Tá bom.’ Daí ela já vinha de lá. As*

*vezes faltava um café, um açúcar, era assim[...] Era muito alegre aquele homem. Era, muito, muito! Tratava muito bem as pessoas (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:34).*

Outro elemento que contribuía para essa legitimação da empresa junto à comunidade Timbotuba era a participação ativa do proprietário da empresa, sempre quando ia ao Alto Canaticú, nos trabalhos junto aos empregados:

*(Dono da empresa): 'Me fala o que aconteceu contigo, você está morto?' (Trabalhador): 'Não Vespasiano, o que é que tu quer?' (Dono da empresa): 'Rapaz tu dissesse que ia sair duas horas e nada, eu já fui!' (Trabalhador): 'Você vai rapaz? Tu é doido, embaixo de temporal?' (Dono da empresa): 'Ah, chuva não me empata!' (risadas) [...] Os caras estavam trabalhando, ele estava trabalhando no meio. Ele não era gente de tá quieto não. Empregado estava trabalhando e ele estava no meio também[...] Era assim, velho trabalhador! Deus me livre se ele visse um sentado! (Genival, nascido em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 12:7).*

Duarte (1999, p.227-228), em sua pesquisa junto aos trabalhadores da pesca de Jurujuba, destaca “a perene ilegitimidade que cerca o afastamento do proprietário do processo de trabalho”. Tal ausência, aos olhos dos trabalhadores, ressalta a cotidiana relação de exploração à que estão submetidos,

*como se a forma fenomenal da sua participação no processo de trabalho, a condição de produtores diretos, revelasse cruelmente a desnecessidade, a ilegitimidade da apropriação capitalista [...] Essa ilegitimidade se manifesta assim em todos aqueles pontos onde se evidencia a absurda condição de um trabalhador às bordas da não-reprodução, opondo-se a um não-trabalhador repousando na opulência (DUARTE, 1999, p.227-228).*

Não obstante as atitudes dos responsáveis pela empresa para a manutenção de boas relações com os trabalhadores, e tais fatores terem contribuído na legitimação da atuação da empresa junto aos agroextrativistas do Timbotuba, estes não perdiam a clareza sobre quais interesses o dono da empresa defendia: “*Mas só que ele não pensava em nós, pensava nele, né?*” (Genival, nascido em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 12:13).

Em um contexto de concentração de capital que resultava em desigualdades entre os agroextrativistas e a empresa, esta obteve sucesso em sua articulação para desenvolver seus objetivos econômicos na comunidade Timbotuba, diferente do que ocorreu na Serafina. Para esta diferença contribuiu o fato de serem propostas distintas que a aquela oferecia a cada uma dessas comunidades; inclusive porque eram distintas as características ambientais – base material – existentes nesses territórios tradicionais: na Comunidade Timbotuba, além da

escassa quantidade de açazeiros (fonte do recurso visado pela empresa), haviam terras altas e rio perene (condições propícias para a instalação da fábrica); já na comunidade Serafina, o inverso, posto que lá havia grande disponibilidade de açazeiros, as terras eram baixas e inundáveis e o rio permanecia periodicamente raso e seco.

A proposta ofertada à Serafina era de empregabilidade em detrimento da autonomia enquanto produtores autônomos, inclusive com ameaça à base material e respectivas áreas de produção sobre as quais trabalhavam e produziam bens materiais e imateriais necessários à sua subsistência. Na comunidade Timbotuba, por outro lado, a proposta e acordos feitos com o dono da empresa resguardavam sua base material e respectivas áreas de produção, ao mesmo tempo que agregavam novas oportunidades de geração de renda ao ampliar o rol de ocupações e o campo para o exercício das liberdades daqueles que quisessem investir parte de sua força de trabalho na fábrica ora instalada.

Calculando tais prós e contras da presença da empresa no Alto Canaticú, enquanto moradores da comunidade Timbotuba, ou seja, a partir deste lugar do qual esses enxergavam, percebiam e sentiam o ‘mundo’; o resultado de tais cálculos indicavam à essa comunidade mais pontos a favor do que contra à atividade da empresa. Num contexto de forte desigualdade, refletida inclusive na posse sobre meios de produção para a exploração e agregação de valor aos produtos extraídos, a empresa se configurou como um ampliador de liberdades e possibilidades que eram até então aos agroextrativistas inacessíveis, especialmente pelas limitações que tinham em possuir determinados meios produtivos.

Tais cálculos e negociações empreendidas junto à fábrica demonstram que a Comunidade Timbotuba construiu e manteve relações com a fábrica - e é natural que assim fosse - a partir das perspectivas enquanto moradores deste lugar. A partir deste lugar que é diverso do lugar da comunidade Serafina, inclusive pelas suas características ambientais. Percebendo e sentindo o ‘mundo’ a partir desse lugar que ocupavam, a partir do ‘ângulo de visão’ e da ‘paisagem’ que este lugar a eles proporcionava, condicionavam-se assim interesses e percepções diferentes, relativas à empresa, entre as duas comunidades.

Esse processo se assemelha ao que “Stengers chama de ‘entre-captura’, onde atores que se ‘co-inventam’ integram, cada um por sua própria conta, e eventualmente de forma conflitiva, uma referência ao outro (Acsehrad, 2004, p. 17)”. Diferente da empresa ‘percebida’ pelos extrativistas do Timbotuba, aquela se configurava como uma entidade ameaçadora de oportunidades, liberdades, conquistas e direitos quando o olhar que a percebia partia desse outro lugar chamado Serafina; outro lugar que propiciava outro olhar, tão

verdadeiro quanto o do Timbotuba. Enquanto exercício didático, ainda que redutor e simplificador, é como se imaginássemos a fábrica como sendo um cubo que possui cores diferentes em cada um de seus lados. O lado direito, amarelo, assim será visto pelos que estiverem postos ao lado direito do cubo ‘amarelo’. Por outro lado, aos que estiverem postos ao seu lado esquerdo, azul, assim será visto pelos que estiverem ao lado esquerdo do cubo ‘azul’.

A Serafina estava circunscrita por um contexto distinto. Nesse sentido, me parece que algumas representações de moradores da Serafina sobre a comunidade Timbotuba foram construídas - e é natural que assim fosse - tomando como ponto de partida a sua própria realidade. Os agroextrativistas do Timbotuba, ao trabalharem na fábrica ao invés de a ela resistirem, muitas vezes são representados pelos agroextrativistas da Serafina como “*escravos da empresa, né? Mas mesmo assim, hoje, as pessoas que trabalham escravo, ainda querem trabalhar. Querem continuar a viver aquela dependência que eles viviam antes*” (Renata, 09/06/2016, Serafina, QU 29:49).

Estas representações da comunidade Serafina sobre a Timbotuba foram construídas a partir não do que a fábrica representava para esta última, mas sim para a Serafina. Para aquela, a fábrica ampliava as oportunidades; enquanto para esta, era um agente ameaçador de oportunidades, liberdades, conquistas e direitos. E por ter atuado junto à Serafina enquanto esta entidade ameaçadora, esta comunidade se organizou, lutou e a ela resistiu.

#### **4.1.6. Novos cabanos**

Mesmo diante da recusa inicial dos agroextrativistas da Serafina, o dono da empresa retornou diversas vezes para ter acesso ao território tradicional da comunidade:

*Aí foi que eles chamaram a primeira vez, a segunda vez, a terceira vez, aí eu disse: 'Vespasiano, eu não concordo com a sua proposta[...]' (Dono da empresa): 'Ah, eu tenho dinheiro para brigar contigo 10 anos.' Ele disse para mim: 'Moleque' - eu tinha 22 anos, tinha recente casado, estava com uns três anos de casado. Ele já idoso. Ele disse: 'Moleque' - ele estava rindo - 'Moleque, eu tenho dinheiro para brigar contigo 10 anos.' Eu disse: 'Vespasiano, eu brigo contigo 20 anos, quantos anos tu quiser', eu disse para ele. Aí ele disse: 'Aonde você tem dinheiro?' Aí eu: 'Não, comigo não é dinheiro. Comigo é fé em deus' Eu disse para ele (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:8).*

Além da fé em Deus, esta liderança contava com uma comunidade que estava tão imbuída quanto ele na resistência e luta a favor de suas liberdades e direitos; tão imbuída

contra as tentativas de usurpação dos recursos naturais presente no território tradicionalmente ocupado pelos agroextrativistas; recursos que eram, antes de tudo, a base material que garantia a subsistência desses povos tradicionais.

*Vieram na casa do Chico para conversar com ele. Aí quando zoava uma voadeira, se ajuntava tudinho só num lugar, vummm; parece queixada! Andavam de voadeira, de barco; a gente conhecia a zoada de quando chegava alguém aí. Então nós fomos pra lá (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:12).*

A consciência e a inteligência política dos agroextrativistas em articular o reconhecimento mútuo entre os que decidiram permanecer na Terra Grande e lutar contra esta ameaça que se configurava comum a eles é emblemática. Lembrando Bauman (2003 apud COSTA e MACEDO, 2016), quando um grupo social se vê ameaçado por agentes com interesses antagônicos aos seus, esta tensão e ameaça comuns aos seus membros promove a organização desses para o soerguimento das ‘fronteiras’ necessárias ao enfrentamento.

Nesse movimento, o grupo tende a assumir uma identidade de resistência que, segundo Castells (1999, apud COSTA e CASTRO-SILVA, 2015, p. 287), “tem como marca certo sentido bélico, com tendência à homogeneização interna do grupo.” No entorno dessa identidade comum e a partir do reconhecimento mútuo entre os pertencentes a ela, ou seja, enquanto ameaçados pela empresa; se deu a aglutinação entre ‘grupos domésticos’ pertencentes tanto à comunidade Serafina quanto às outras duas comunidades da Terra Grande, Pimental e Passagem Grande. Assim o sentido de pertença e importância mútua se expandia para além das fronteiras comunitárias.

*No Pimental tinham 10 moradores[...] O único que ficou foi o Jabuti lá do Pimental, o seu Ormito e o Mauricio. O resto saíram tudo. Ele (dono da empresa) dizia que era dele e os caras diziam se é teu então nós vamos embora. Só quero que tu dê tanto pra gente ir embora. Dava logo um salário mínimo pro cara e botava ele num pedaço de terra pra lá. Tiravam ele. Foram tirando assim. Aqui dentro, nessa época, tinham trinta e cinco moradores. Espalhados aí: Pimental, Serafina e Passagem Grande. O pessoal foi saindo com medo, né? De conflito. Porque a onda era braba mesmo. A gente ficava antenado todo tempo aqui. Era ter uma confusãozinha, nós estávamos lá. Parava tudo. O que a gente tinha de fazer parava. Para poder ir lá e fazer força também para eles não dominarem. Porque se não eles dominavam (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:14).*

Esse movimento parece conter certas semelhanças ao movimento de resistência de pescadores artesanais relatado por Costa e Castro-Silva (2015), pois as construções bélicas

erguidas a partir do encontro com a empresa de extração e beneficiamento de palmito parecem ter constituído um ‘sentido de comunidade’ que, no caso ora em tela, atravessou grupos domésticos pertencentes às três comunidades da Terra Grande. Baseando-se em estudos de McMillan y Chavis (1986) e Montero (2007), Costa e Castro-Silva afirmam que esse sentido é o sentimento de pertença e de importância mútua existente entre os membros de uma determinada coletividade, sendo produzido nas relações cotidianas que envolvem tanto convergências quanto divergências e conflitos. Em síntese, ele é constituído a partir da crença compartilhada pelo grupo de que suas necessidades serão satisfeitas a partir do compromisso de estarem juntos. Entretanto os autores ressaltam que

a constituição de um *Nós* que resiste não significa nem implica em homogeneidade de ações e intenções coletivas. A construção dos sentidos de comunidade se estabelece em correlação de forças, num processo dinâmico, fluido e complexo. Diferentes combinações e ajustes ocorrem a todo tempo e em diferentes direções. Dessa forma, pode-se dizer que as barreiras – físicas, existenciais e virtuais – se constituem como um elemento componente do processo coletivo de produção de sentidos de comunidade, mas não são necessariamente seu marco ou seu limite (COSTA e CASTRO-SILVA, 2015, p. 288).

Ainda que tal reconhecimento e constituição de pertença a uma mesma comunidade de resistência tenham sido decisivos para a necessária mobilização e coesão social contra as investidas da empresa, esta pressionava de distintas maneiras e continuamente para enfraquecer a resistência daqueles que decidiram permanecer em seus territórios tradicionais. As ações daquela que se configurava enquanto uma ameaça externa aos agroextrativistas da Terra Grande não ficaram restritas ao pagamento de eventual quantia monetária e/ou reassentamento de ‘grupos domésticos’ para retirá-las de seus territórios. *"Eles (a empresa) queriam controlar a descida da produção e a entrada de atravessadores. Eles controlaram, mas menos nós"* (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:7).

*Quando a gente saía daqui, se despedia de pai e mãe, irmão. Quão decidido a voltar vivo ou ficar para lá prisão permanente. Era matar ou morrer, era nosso lema. Uma vez a gente pegou quarenta e sete rasas de açaí aqui e fomos embora no barco do papai. Quando nós chegamos lá no Piquiá, tinha uma guarita lá. Tinha quatro seguranças lá. Chamaram o barco. Eu e o ‘sanatório’. Chamaram o barco para voltar. (Liderança agroextrativista): ‘Não, ninguém vai voltar. O assunto é de vocês, venham aqui’. Sirley disse: ‘se prepara que hoje nós vamos matar um desgraçado aí’. Um dos nossos pegou uma ‘20’ e eu descí para baixo peguei outra, sabe? Duas espingardas nós tínhamos. Um dos nossos no motor. Sirley no piloto e eu aqui, atrás do Sirley, com uma espingarda na mão. E*

*o barco todo fechado. E os caras (seguranças da empresa) vieram remando. Vinham remando. Remava um pouco desse lado, um pouco para o outro - que o barco rodava na maré - e vieram. Quando chegaram no fim, eles nos alcançaram: 'Quantas rasas de açai vai aí? Porque vocês não pararam lá para gente conferir o açai?' Sirley disse: 'Abre a janela e confere aí'. Quando ele abriu a janela, eu estava com uma '20', quase dá no olho dele. Pensa na recuada que o cara deu! Ficou logo tremendo. Eu disse: 'É quarenta e sete rasas'. (Seguranças da empresa): 'Ahh é? Tá bom, é só o que a gente queria saber'. Porque se eles chegam lá botando galão em cima de nós, a gente ia derrubar um lá mesmo. Um dos nossos já estava com a boca da espingarda varada na parede do barco. Tudo organizado era (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:6).*

A empresa montou guaritas para controlar a entrada e saída de pessoas do Alto Canaticú. Nestas estruturas ficavam seguranças armados que eram contratados pela empresa:

*Eram só capangas! Ganhavam pra intimidar o povo. E eles usavam farda de segurança mesmo. Era segurança contratada de Belém para fazerem o monitoramento aí, a segurança. Eles queriam impor regra aí que não queriam que passasse nenhuma produção aí se não fosse com ordem deles. De baixo não passava ninguém se eles não autorizassem também. Era feio o negócio mesmo, cara. Nós vivemos aqui um tempo de conflito que só não saiu morte (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:6).*

O diferencial de poder sobre o que chamamos de 'capital material' resulta também na capacidade dos sujeitos de exercerem e estabelecerem mecanismos de intimidação e força direta para fazerem valer seus interesses (ACSELRAD, 2004). No exercício desses mecanismos, só não saiu morte durante o conflito estabelecido no Alto Canaticú, porém tentativas não faltaram, conforme relatam as lideranças abaixo:

*Veio pistoleiro aqui, examinar como seria a fuga deles aqui. Mas eles não encontraram facilidade. Porque se eles matassem aqui na Serafina - o chefe ficava aqui, o líder ficava aqui - se eles matassem o líder aqui, quando eles passassem no Pimental eles já estavam mortos. Porque é varado aqui, né? Nós sabemos tudo (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:6).*

*Eles colocaram uns pistoleiros. Quando eu ia passar na frente da fábrica, sete e meia da noite, deram um tiro. A bala passou por cima do painel do barco. Caiu na água que me molhou tudinho. O tiro que o cara deu[...] Ele me atirou só que não me acertou. Ele errou o alvo, era de noite, né? Me atirou, não me acertou e eu passei pra Currealinho (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:8).*

Os seguranças ordenavam a parada das embarcações que saíam da Terra Grande para fiscalizar e impedir a saída de produtos extraídos sem ‘autorização’ do proprietário da empresa. Houve até a instalação de um cabo de uma margem à outra no rio visando impedir a passagem daqueles que, ao descerem o rio, não obedecessem às ordens dos seguranças para parar. O enfrentamento assim se acirrava:

*Ele sempre ameaçando os moradores. Sempre criando problema com a passagem de produção, porque não queria que passasse de jeito nenhum. Aí a gente passava na ‘marra!’ Eu passava sendo quase escoltado com a produção. Porque com dois três companheiros do lado, aqui da comunidade. E quando ia, (era) um barco na frente e outro atrás para acompanhar a gente pra passar. Porque eles estavam lá embaixo. Lá na fábrica. Lá colocaram cabo pra barco não passar daqui para lá. Pra parar (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:8).*

Além das tentativas de restringir o escoamento da produção dos extrativistas – que visavam comercializar na cidade de Currálinho - a empresa também impedia a entrada de atravessadores na Terra Grande. Estes, antes da chegada da empresa à região, subiam o rio tanto para comprar a produção de açaí dos extrativistas quanto para vender insumos importantes à subsistência das comunidades: “Subia[...]a gente tinha o nosso vendedor de açaí certo” (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:6).

Diante das dificuldades impostas pela empresa, os agroextrativistas e os atravessadores interessados na compra da produção do açaí adotaram novas estratégias de escoamento: “Era só morador que passava mais com o açaí. Não subia comprador. A não ser que ficasse lá abaixo da fábrica. A gente ia lá, levava o açaí para eles e voltava. Era. Mas eles não passavam não. A gente fazia isso” (Josias, 09/06, Serafina, QU 29:25).

Ao impedir a entrada dos atravessadores que pretendiam comercializar com as comunidades da Terra Grande, a empresa controlava tanto o escoamento da produção agroextrativista quanto o suprimento de bens importantes às suas subsistências que eram vendidos pelos regatões<sup>66</sup>. E estes muitas vezes deixavam de subir à Terra Grande. Conforme as tentativas de ‘asfixia’ e enfraquecimento da resistência comunitária se intensificavam por parte da empresa, intensificavam-se também as reações dos agroextrativistas ora ‘sufocados’:

*Uma vez tinha oito seguranças lá no Piquiá. Nós reunimos o pessoal daqui. Nós fomos trinta e cinco pessoas. Chegamos lá - e antes de chegar lá, para o barco, diminui a velocidade, pula um ‘mucado’ na água e cerca a casa - e o resto encostou pela frente. É porque não tinham deixado passar três compradores*

---

<sup>66</sup> Designação comumente utilizada na região para os atravessadores.

*de açaí pra cá. Nesse tempo eles vinham trazendo comida para nós. Então nós chegamos pela frente[...] Quando eles viram, eles arriaram as armas. Quando eles olharam pela cozinha já estava todo mundo empunhado em cima deles. Aí invadimos a casa[...] (Liderança agroextrativista): 'Se vocês não forem embora agora daqui, nós vamos matar vocês e vamos tocar fogo. E eu sou o primeiro a dar o tiro.' Era 'doidisse' mesmo, a gente era maluco. Essa primeira galera foi embora e não voltou mais. Aí vieram outros (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:7).*

Nesse contexto de acirramento do conflito ambiental, os agroextrativistas foram conquistando alguma trégua. Enquanto a empresa detinha uma concentração de capital material que lhe garantia algumas vantagens na disputa, inclusive no exercício de mecanismos de intimidação e força direta através de serviços de segurança contratados; as comunidades da Terra Grande tinham a capacidade de resistir:

*Deu uma trégua. Eles tinham seguranças e nós tínhamos nossa resistência. E os caras que vinham não voltavam mais, entendeu? Porque a gente ia lá e peitava eles, esses seguranças[...] Aí os caras foram falando de um pro outro: 'Olha, não vai pra lá porque se não tu vai morrer'. Aí ele (o dono da empresa) não arranjou mais ninguém pra trazer. Aí queria colocar, botar morador daí mesmo [de comunidades abaixo da Terra Grande] (Josias, 09/06, Serafina, QU 29:25).*

Além de comprometer o abastecimento daqueles que ocupavam e resistiam na Terra Grande, a empresa também ameaçava a subsistência dos grupos domésticos locais ao explorar as áreas de produção tradicionalmente utilizadas pelos agroextrativistas:

*Meteram gente para apanhar o açaí[...] E aí rapaz, nós nos reunimos e fomos. Chegamos lá, era umas dez horas, os caras estavam chegando do mato. Chegamos lá: 'O açaí tá preso!' Toda a produção do dia. Deu cento e vinte latas de açaí. Deixamos lá. No outro dia, de novo, os caras foram pro mato[...] (Liderança agroextrativista): 'Hoje o negócio vai ser pesado.' Quando nós chegamos lá, foi uns quatro na frente, os cobaias, e o resto ficou escondido. E exatamente a mamãe foi[...] Ela falando. Ela não tinha papas na língua mesmo e fala muito, né? A mamãe. E aí o segurança quis impor lá em cima dela. Só porque ele estava com uma escopeta na mão. E ele quis botar no rumo dela. Aí o Chico só assoviou. Quando ele olhou lá do outro lado, era nego varando com espingarda no rumo do cara. O cara tremeu. Jogou a arma no chão. Se renderam. Que se ele ameaça bater a mamãe, tinha morrido lá mesmo (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:11).*

Somando-se a todas as ameaças à subsistência material daqueles que historicamente ocupavam o território tradicional Terra Grande, talvez a maior delas, tenha sido exatamente a

que envolvia a razão da vinda da empresa ao Alto Canaticú: o corte e destruição dos açazais para a extração de palmito:

*Aqui se eles mexessem eles morriam, de verdade. Pra lá a gente não tinha muito coisa não. Eles inventavam de tirar palmito aqui no Mápara, aqui pra trás. Daqui lá dá quarenta e cinco minutos. Um açazal que nós tiramos açai no verão aí. Quando eles inventaram de tirar palmito lá, fui eu, com a mamãe e o papai: nós botamos os camaradas tudinho pra correr de lá[...] Nós chegamos a botar muitas vezes eles aí de dentro do mato (Josias, 09/06, Serafina, QU 29:25).*

Nessa fala a liderança agroextrativista se refere a duas áreas distintas: ‘Aqui’ se refere aos açazais que eles exploram e dos quais eles dependem diretamente para a manutenção da subsistência material de seus ‘grupos domésticos’. ‘Pra lá’ se refere às enormes áreas de açazais que se estendem em direção ‘montante’, mais ao centro da floresta e da própria Ilha do Marajó, distantes assim da comunidade Serafina e não exploradas pela comunidade. Este trecho deixa claro que os agroextrativistas estavam lutando pela manutenção de suas áreas de produção. Luta que, apesar de não ser explicitamente em prol da conservação ambiental, também o era haja vista a indissociabilidade desta relação:

Todos os objetos do ambiente, todas as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e todos os usos e sentidos atribuídos ao meio, interagem e conectam-se materialmente e socialmente seja através das águas, do solo ou da atmosfera. Este caráter indissociável do complexo formado pelo par ‘sociedade-meio ambiente’ justifica pois o entendimento de que as sociedades se reproduzem por processos sócio-ecológicos. Ou, nos termos de David Harvey, de que ‘todo projeto social seja ao mesmo tempo um projeto ecológico e todo projeto social, um projeto ecológico<sup>67</sup>.’ (ACSELRAD, 2004, p.8).

As áreas de produção dos agroextrativistas são os próprios recursos naturais existentes em seus territórios. Nesse sentido, não obstante a vitalidade desses ecossistemas ser necessária aos seres humanos de um modo geral, a sua proteção aparecem como imprescindíveis especialmente para a garantia dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais (PORTO e PACHECO, 2009 apud PACHECO e FAUSTINO, 2013). Afinal é sobre esses ecossistemas que diretamente trabalham e estabelecem as relações necessárias à produção de suas subsistências materiais e imateriais.

Caso os territórios tradicionais sejam transformados a ponto de perderem as condições ecossistêmicas de suprir as necessidades dos povos que o ocupam, estes serão os primeiros e principais afetados por tais degradações. Ocupando histórica e tradicionalmente tais áreas,

---

<sup>67</sup> Este trecho destacado entre apóstrofes é atribuído à David Harvey: Justice, Nature and the Geography of Difference. Blackweell Publishers, Oxford. 1996, p.182.

esses povos e comunidades sentem, entendem, agem e reagem com as respostas que esse contexto demanda para continuar propiciando as condições necessárias à subsistência dos próprios: antes deles do que de qualquer outro povo deles distante temporal ou espacialmente, posto que os que ali e agora se localizam, são os que dependem de maneira mais imediata da conservação e saúde ecossistêmica do território ocupado.

É desta forma, na luta por sua própria sobrevivência, que os povos tradicionais lutam historicamente pela conservação de seus territórios. Se estes são hoje passíveis de serem conservados - ao invés de recuperados – esse mérito se deve àqueles que neles continuam mantendo seus modos de vida, suas produções e suas ocupações. Sorte da ‘Terra Grande’ ao ter esses povos enquanto ocupantes e transformadores de sua base material.

*Teve uma vez, já estava esfriando o negócio e aí voltaram há tirar palmito. Fizeram um alojamento no Pimental. Tinham treze tapitis lá. Treze pessoas com família tirando palmito lá. Eram de Curralinho. Eram contratados da empresa pra tirar o palmito[...] Aí nós fomos lá. Estava lá o encarregado deles[...] Aí nós chegamos lá: 'Olha, nós viemos derrubar todos esses tapiris'. Aí : ' Aqui tu não vai derrubar!' (Liderança da Terra Grande): 'Não vai?' Aí eu tinha um cunhado aí que ele era maluco também[...] Ele puxou o rádio VHS - porque eles tinha o rádio funil aí, sabe? Eles se comunicavam por rádio funil - Ele puxou o rádio VHS, jogou a bateria lá pra água, jogou rádio pra lá[...] E nós metemos o machado. E eles tiravam as redes. Quem tirava a rede tirava; quem tirava as sacolas tirava; nós derrubamos tudinho. Não derrubamos com exceção um tapiri, que o cara disse assim: 'Não, meu amigo, não derrube. Eu estou doente, minha mulher também tá'. E ele estava mordido de aranha, estava doente lá na rede. (Liderança da Terra Grande): 'Não, o seu tapiri vai ficar em pé, mas amanhã, a hora que tu sair daqui, tu derruba ele. Não queremos um tapiri desse em pé'. Ele disse: 'Não, eu derrubo' (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:14).*

Em uma situação hipotética, vamos imaginar se os grupos domésticos da Serafina, e outros das comunidades Pimental e Passagem Grande que se envolveram no mesmo movimento de resistência, não ocupassem a Terra Grande ou não tivessem resistido às investidas da empresa de extração e beneficiamento de palmito sobre seus territórios; não tivessem resistido às tentativas de exploração por parte desta e das outras empresas, a exemplo da empresa madeireira Remonorte, que buscavam a utilização predatória dos recursos naturais existentes na Terra Grande baseando-se exclusivamente na maximização de seus lucros; será que os ecossistemas existentes neste território tradicional teriam mantido seus atributos ecológicos conservados tal como estão hoje?

No Brasil, segundo Almeida (2010, p. 139), “embora sejam elevados os índices de concentração fundiária, não é nos grandes imóveis rurais que se encontram as áreas preservadas mais significativas. Estas estão localizadas nas terras tradicionalmente ocupadas”, entre as quais as pertencentes às unidades familiares agroextrativistas que habitam as margens dos estuários e rios amazônicos.

É importante deixar claro que este relato não deve ser compreendido sem a devida visão crítica, no intuito de evitar atribuir aos povos e comunidades tradicionais

o mero papel de guardiões de ecossistemas. Isso não corresponderia nem aos conflitos que enfrentam, raramente decorrente desse papel, nem à maneira como eles próprios se vêem[...] essa identidade se refere às suas atividades econômicas. Território apresenta múltiplos sentidos, dentre os quais está o espaço de produção e de reprodução (LEROY E MEIRELES, 2013, p.119).

Sobre os conhecimentos e as técnicas de produção e reprodução dos povos e comunidades tradicionais, alguns argumentos dentro do campo ambientalista defendem a ideia que seriam ‘imutáveis’ e, em função disso, possuiriam capacidade limitada de produzirem transformações no ambiente. Segundo esses argumentos, esta seria a razão da sustentabilidade presente na relação destes povos com o meio. Determinados autores, por outro lado, vêm insistindo na compreensão da tradição e dos povos e comunidades tradicionais enquanto sujeitos sócio-históricos e, portanto, transformados pelo mundo e através das diferentes gerações, ao mesmo tempo que transformadores daquele através dessas (COSTA e MACEDO, 2016).

A partir das observações da presente pesquisa, esse último entendimento é o que me parece mais pertinente, e não só do ponto de quem luta por mais justiça social, mas também sob o olhar de quem busca - além dessa - respostas à atual crise ambiental. Conforme discussão realizada no subcapítulo anterior (4.1.5), um fator que parece ter contribuído para o sucesso da instalação da fábrica de extração e beneficiamento de palmito no Alto Canaticú - possibilitando assim a exploração predatória dos recursos naturais presentes na Terra Grande - foi a alta concentração de capital que a empresa detinha e as discrepâncias existentes, e advindas dessa concentração, entre a empresa e a comunidade Timbotuba.

A partir da detenção de meios de produção que os agroextrativistas do Timbotuba não tinham acesso, a empresa articulou ‘acordos simbióticos’ com esses moradores locais. Entre esses importantes e fundamentais acordos, estão tanto os que propiciaram a disponibilização do espaço para a instalação da fábrica no Alto Canaticú quanto os que garantiram a oferta da

força de trabalho necessária para o funcionamento e reprodução do empreendimento capitalista.

Assim sendo, me parece que alegações a favor de uma eventual imutabilidade das técnicas e conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais não contribuem inclusive com a conservação de seus territórios, posto que defender tal imutabilidade é defender a manutenção de eventuais discrepâncias de poder que favorecem agentes econômicos capitalistas na disputa pelo direito de exploração dos recursos presentes nos territórios tradicionais. “Sendo assim, não se trata de deixar de lado o conceito de povos e comunidades tradicionais, mas compreendê-lo em suas limitações e forçar suas bordas, buscando problematizar, contextualizar e ampliar as discussões em torno do tema” (COSTA e MACEDO, 2016, p.226).

Nesse sentido, essas autoras apontam alguns estudos sobre o conceito de conhecimento tradicional que ao invés de suprimir a noção de imutabilidade, parecem deslocá-lo da dimensão temporal para a espacial, defendendo uma tradicionalidade baseada no “reconhecimento do valor irrefutável de um modo de vida local como tal – mantido, assegurado e atestado nas práticas e processos vividos pelos que o compartilham, inclusive no diálogo com a sociedade abrangente” (PRADO, 2012, p, 175 apud COSTA e MACEDO, 2016, p. 226-227).

A luta por tal reconhecimento se deu no Alto Canaticú. E ao mesmo tempo que o embate físico e espacialmente localizado entre a empresa e os agroextrativistas da Terra Grande se acirrava, assim também acontecia com a disputa judicial travada a partir das articulações políticas que se expandiam da esfera local em direção à outros grupos e espaços sociais:

*Aí foi que meteram um processo pra cima de nós, por furto e formação de quadrilha, na justiça. Esse que foi absolvido esse ano[...] Saiu a sentença de absolvição. Agora que vai ser bom, que eu estou com uma advogada, que eu quero meter um processo contra ele (o dono da empresa) por calúnia e difamação (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:14).*

A mencionada disputa jurídica se iniciou logo após as tentativas frustradas da empresa em explorar tanto a força de trabalho de agroextrativistas da Terra Grande, inclusive da Serafina; quanto de acessar os recursos naturais existentes nesse território e deste conseguir expulsar os que nele historicamente desenvolviam modos tradicionais de subsistência. Assim, a partir do diferencial de poder que a empresa detinha a partir da concentração de capital e da

resultante capacidade de influência sobre marcos jurídico-políticos importantes para a legitimação sobre o uso e ocupação dos territórios (ACSELRAD, 2004); a empresa iniciou uma nova frente de pressão ao movimento de resistência, além da estabelecida mediante o uso da força direta. Ela denunciou diversas lideranças que resistiam na luta e defesa de seus territórios às esferas policiais e judiciais: *"Desde esse tempo, de tanto ofício que nós recebemos, nós fizemos amizade com os oficiais. Chegavam aqui eles tomavam café, bebiam açaí (risadas) (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:17).*

Desta forma o conflito foi se ampliando, não se restringindo mais à dimensão local. Buscando criminalizar as ações de resistência, pretendia-se estabelecer e legitimar, naquele território tradicional, a configuração econômica-social que melhor atendiam aos interesses da empresa. Tais estratégias são recorrentes, posto que

em algumas situações, algum órgão do poder estadual ou municipal aparece ao lado dos atingidos, mas há mais chance de encontrá-lo do lado dos agressores [...] A lista das exações policiais impressiona, é tão grande quanto a da ação dos jagunços, capangas e milícias, e ambas as forças atuam não raras vezes em comum acordo. Todo o tipo de crime é praticado: assassinatos frequentes e impunes, ameaças e agressões, destruição do patrimônio, ações do poder público e prisões ilegais, despejos. À primeira vista, a violência é mais frequente em relação a comunidades que questionam o pretense domínio dos fazendeiros (LEROY E MEIRELES, 2013, p.124-126).

Frente às injustiças ambientais tentadas contra agroextrativistas da Terra Grande, esses questionamentos foram fundamentais, haja vista que na resistência há uma positividade<sup>68</sup> que não se restringe apenas à constituição e modificação das subjetividades envolvidas, ou seja, às conformações psicológicas dela decorrente. Segundo Acselrad (2004, p. 17), além de sujeitos individuais se definirem com frequência em um movimento de recusa, este movimento “tem efeitos também, no caso que nos ocupa, sobre o modo como se organizam as relações espaciais e as formas de apropriação do território e seus recursos”.

No entanto, conforme a arguição de Leroy e Meireles mais acima, a este importante movimento de recusa normalmente se seguem fortes ações repressivas fomentadas por aqueles cujos interesses diretos são ameaçados pela resistência constituída. E essas ações, quando não praticadas diretamente pelos fazendeiros e seus contratados imediatos, são muitas vezes executadas e legitimadas por agentes estatais. E na Terra Grande não foi diferente: *"Quando a gente tirava o açaí, que ia pra lá, pra fora, pra levar o açaí: uma viagem a polícia abordou nós lá no Santa Rosa, lá embaixo. Abordou nós que queria tomar açaí e tudo. E foi*

---

<sup>68</sup> Este conceito utilizado por Acselrad é atribuído pelo autor à Moulier e Boutang (1999).

*aquela grande confusão doida que nós tivemos” (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:8).*

Na esfera judicial, quando intervindo em conflitos entre grandes latifundiários e povos tradicionais, um agravante à luta desses é que não raro o poder judiciário se utiliza de leis que privilegiam a propriedade privada em detrimento daquelas que garantem os direitos humanos (LEROY E MEIRELES, 2013).

*E aí nós travamos uma briga jurídica muito grande. Eu passei um período de, eu acho uns 10 anos[...] E aí passei um período de 10 anos, Alex, na briga. Na briga e eu fui. Isso aí me custou quase a vida. Quase a vida. Eles colocaram pistoleiro, que era para me matar; eu estive com prisão preventiva decretada. Que a justiça de Currealinho, ela dava apoio à empresa. Isso aí atrapalhava muito. E o advogado eu tinha a favor. Eu não parava quase nem com a família. Eu andava muito. O que segurava por aí era ela mesmo: a mulher com os filhos que seguravam. Eu tinha que me virar[...] (os filhos) já tiravam açáí. Estavam pequeninos, mas já tinha que levar que era para ajudar. (Eu) não tinha tempo, tinha que ficar na justiça, direto em Belém. Andando, procurando apoio, né? Porque tinha que ter[...] era audiência em cima de audiência. O velho (Dono da empresa) era atentado, muito! Até o governador doou advogado pra ele. Advogado do governador do Estado[...] Ele apoiava o cara. Empresário, ele tinha avião que buscava palmito aí dentro do mato. Isso aí ele era muito forte (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:8).*

Evidencia-se que não só o executivo municipal e o judiciário local estavam apoiando a empresa, mas o próprio executivo estadual. Nesses casos, conforme mencionam Leroy e Meireles (2013, p.125), o poder político parece atuar em conluio com o capital, “quando não são as mesmas pessoas que detêm tanto o poder econômico quanto o poder político”.

O ambiente político amalgamado em parâmetros pretensamente democráticos é o que traz para dentro das instituições públicas a representação das forças sociais com o mesmo desbalanceamento que há na sociedade civil. Replica-se, por assim dizer, através de tais forças e em seu poder deliberativo, não somente as controvérsias quanto ao direito à terra, mas também aquelas referentes à finalidade social e produtiva (VALENCIO *et al*, 2014, p.194).

E esse círculo de poder que promove injustiças se estende tanto do local ao global quanto o inverso, congregando setores dos poderes executivos e legislativos; poderes de polícia do Estado; o judiciário; entidades representativas do setor privado, em particular federações e a confederação que representa o agronegócio; setores da imprensa escrita e

falada. E essa congregação é possível seja porque estes setores manifestam seu apoio ou simplesmente silenciam em diferentes casos (LEROY E MEIRELES, 2013).

A expansão capitalista sobre a natureza não se dá de modo linear ou ininterrupto, mas reflete conjunturas históricas e institucionais específicas. Da mesma forma, as transformações ecológicas relacionadas à produção e à acumulação capitalista refletem dinâmicas geográficas em permanente mutação. Essa incorporação do espaço na lógica de acumulação capitalista acontece através de um fluxo de pressões que simultaneamente induzem à equalização e à diferenciação, em uma complexa dialética de aproximação e antagonismo entre o local e o global (IORIS, 2010, p.218).

Nesse contexto complexo e que, no caso ora em tela, se apresentava adverso aos agroextrativistas da Terra Grande, estes, enquanto povos tradicionais, muniram-se das heranças que as lutas anteriores haviam lhes proporcionado. Entre essas, estava o conhecimento - começando a ganhar contornos de tradição - que a resistência em prol da continuidade de suas ocupações sobre aquele território não poderia ficar nele restrita, pois precisariam de aliados para oferecerem resistência. Estas alianças se faziam ainda mais necessárias tendo em vista o poder do capital que a empresa detinha. Baseados nesse conhecimento, os agroextrativistas acessaram outra herança que haviam construído ao longo do conflito anterior com os 'patrões' e 'gerentes' da borracha: a relação com os movimentos sindicais.

*Aí eu fui: corri para FETAGRI, fomos para os movimentos sociais. Isso aí eles me orientavam muito sobre esta questão. Isso aí, logo saí do Ricardo, a briga com Ricardo, eu já me entrosei com esse pessoal: as organizações sindicais. E aí eu já estava bem fechado com isso, né? Aí eles já estavam na discussão. Eu já tinha passado pra eles sobre a empresa do Vespasiano. Aí: 'Ah tá, vamos fazer um projeto para gente arranjar dinheiro para tu poder pagar um advogado'[...] O pessoal da FETAGRI, da CUT, tudo me ampararam bacana, me ajudaram, né? E quando se podia fazer um projetinho para angariar recurso para garantir advogado eles garantiam mesmo. Aí teve advogado pago cinco anos por um projeto que foi feito na Holanda, né? Teve um projeto de trinta mil reais. E aí esse projeto ajudou muito a gente a bancar advogados. Tinham quatro advogados (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:8).*

#### **4.1.7. Para manter-se local, agir global**

Para fazer frente aos círculos de alianças que pautam o crescimento econômico a partir da deterioração de direitos econômicos, sociais, culturais, humanos e ambientais (LEROY E

MEIRELES, 2013); e através do avanço global da exploração sobre corpos e territórios (COSTA e MACEDO, 2016), se faz premente ampliar a articulação entre os que defendem um ou mais desses direitos. Para tanto, a identificação e conciliação de interesses entre movimentos sociais, ora eventualmente desarticulados ou isolados, é uma alternativa à “globalização” da opressão (WEEKS, 1994, apud WOODWARD, 2000).

O reconhecimento mútuo entre os atores mutilados em sua cidadania [...] será aquilo que, eventualmente, ampliará sua vocalização que, de fundo, reporta à mesma questão: reivindica a justiça social e a torna retumbante, luminosa (VALENCIO et al, 2014, p.196).

Visando este fim, ao explicitar a existência e a integração das diferentes dimensões constituintes de um conflito, contribui-se para que diferentes movimentos sociais eventualmente reconheçam nele suas causas e interesses. Assim, possibilita-se que saiam de uma eventual posição de neutralidade para assumir posições políticas coerentes com os direitos, deveres e lutas que os mobilizam.

A ecologia política explicita a indissociabilidade entre as atuais crises social e ambiental, haja vista ambas originarem-se nas relações econômicas estabelecidas no atual modelo hegemônico de desenvolvimento. Ao explicitar esta indissociabilidade, possibilita que movimentos e organizações sociais e ambientais reconheçam convergências entre suas lutas. Dessa forma, tal perspectiva possibilita que tais movimentos articulem interesses comuns visando o enfrentamento dos vários conflitos que não são apenas sociais, mas também ambientais, potencializando oportunidades para os processos de transformação de relações sociais que reproduzem injustiças e utilização destrutiva da natureza (LOUREIRO & LAYARGUES, 2013).

Esse coletivo não se limita à comunidade ou ao povo atingido, mas se amplia do plano local ao nacional, incorporando organizações afins de base popular ou sindical, entidades representativas intermediárias e nacionais, organizações não governamentais (ONGs), redes de entidades, agências alternativas de notícias, pesquisadores ou instituições de ensino e pesquisa, setores de administrações regionais e/ou nacionais, Ministério Público, etc. Nossa experiência nos faz afirmar que, por causa desses coletivos, os casos não ficam abafados na esfera local. Se os órgãos regionais de imprensa estão presentes, a mídia nacional dá pouco espaço a esses conflitos e chega mesmo a hostilizar grupos atingidos. Porém, observamos, muitas vezes, pesquisadores que sustentam as denúncias em seus estudos (LEROY E MEIRELES, 2013,p.129).

*“Gerou um conflito muito grande e isso repercutiu no Pará, foi uma repercussão danada”* (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:8). As parcerias construídas com organizações da sociedade civil favoreceram o equilíbrio de forças pela disputa do território da Terra

Grande, contribuindo para a ampliação e o fortalecimento do movimento de resistência. Tais alianças foram de suma importância haja vista a concentração de capital e as discrepâncias dela decorrentes existente entre os dois pólos da disputa: "*Nesse tempo o dinheiro falava mais alto e a gente era mais fechado pro mundo*" (Sirley, 08/06/2016, Serafina, QU 38:5).

*Quando eles me socaram na justiça, aí teve um 'mucado' de gente que passou pro nosso lado, sabe? E ele conquistou outros, o Vespasiano, conquistou outros trabalhadores. Aí quem ele conquistou começou a trabalhar com ele. Daqui dos Paca, aqui na Passagem Grande, tinha uns quatro que trabalharam, né? No Pimental ele tinha outros. E esse grupo aqui ficou fechado, não quis[...] (No Timbotuba) todo mundo apoiava ele, porque ele montou logo aquela fabrica lá e dava trabalho pro pessoal (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:8).*

O poder do capital evidencia-se na fala desta liderança. Ainda que através de relações precárias e exploratórias da força de trabalho dos agroextrativistas que se aliaram a empresa, esta tinha condições de oferecer àqueles vantagens em função dos meios de produção que esses não detinham, mas a empresa sim. Esses meios proporcionavam à empresa condições mais eficientes para o transporte da produção (embarcações motorizadas) e possibilitavam a agregação de valor ao palmito através de seu beneficiamento, conforme anteriormente relatado. Além de uma rentabilidade que estava além das possibilidades dos agroextrativistas, os meios de produção da empresa, em especial a fábrica, possibilitavam a oferta de novas ocupações para geração de renda, especialmente às mulheres, estabelecendo-se assim uma rede alianças locais de apoio à empresa:

*No tempo da fábrica era melhor sim. Porque assim, trabalhava os dois, assim: eu e ela. Mesmo quando eu não tirava saldo, mas ela tirava e a gente tinha um dinheirinho. E agora não. Agora um tempo desses assim, do jeito que tá, o caro só trabalha pra comida, aqui nesses tempos (Cândido, 34 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:77).*

Em função dos diferenciais de poder no acesso a bens materiais, inclusive meios de produção, a empresa pode estabelecer alianças através de propostas precárias de assalariamento. Diante de tais condições, ainda que estabelecidas nessas relações precárias, estas ainda proporcionavam uma pequena melhora no acesso dos assalariados a alguns bens de consumo: "*Essa parte aí de comprar. Mas de guardar dinheiro mesmo, nem agora nem na época. Porque assim, acho que a gente ganhava muito pouco também, né? Trabalhava muito e ganhava pouco*" (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:77).

Enquanto a empresa tinha a concentração de capital em seu favor, o movimento de resistência se estabelecia na articulação social tanto dentro quanto fora da Terra Grande:

*Porque se eles quisessem dessa maneira deixar nós fracos, com pouca gente, para não ter peso, né? De ir na justiça, para não ter, por exemplo assim, respaldo lá. Não ter apoio político. Porque o que leva apoio político são muitas pessoas. Se nós não tivéssemos apoio político, eles dominavam mesmo* (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:14).

As articulações políticas realizadas por agroextrativistas da Terra Grande propiciaram condições mais adequadas de enfrentamento. Um exemplo foi o suporte de advogados conquistado através do apoio de entidades da sociedade civil e que contribuiu com as vitórias dos que resistiam também na esfera judicial: *“Ele sempre ameaçando os moradores; sempre criando problema com a passagem; e nisso ai foi, foi, foi, até que nós ganhamos causa. Uma causa em cima da outra, que era uma audiência em cima da outra, nós ganhamos”* (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:8).

A resistência empreendida por agroextrativistas da Terra Grande e as suas vitórias, ainda que parciais, geraram recorrentes paralisações nas atividades da empresa e foram comprometendo a maximização de seus lucros:

*Quando não tinha palmito. É assim, porque às vezes parava, como eu falei, três meses, quatro meses. A gente ficava parado, né? Eu ainda fui para Anajás, uma vez que parou seis meses[...] Aí depois que eu vim para cá. Quando parava a gente parava. Quando continuava a gente continuava[...] Parava aqui, mas continuava trabalhando para o Vespasiano. Era só uma empresa, tanto aqui quanto no Anajás. Parava aqui, ia pra lá[...] Eram alguns funcionários que queriam ir para lá trabalhar na mesma empresa [...] As vezes tinha algum problema com justiça, parava de tirar palmito, aí não queriam deixar. Aí iam para justiça, porque era assim: eles trabalhavam mas era tipo assim, uma briga, né? O pessoal não queria deixar. Aí trabalhava um pouco, aí depois parava. Ai quando já liberava, eles tornavam* (Cândido, 34 anos, e Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:55).

Enquanto povos e comunidades lutavam por seus territórios tradicionais e pelo que estes os propiciavam: meios de produção e subsistência, liberdades e autonomia, preservação de memórias e vínculos sociais e afetivos, espaços de lazer, diversão e religiosidade; a empresa lutava pela manutenção de seus lucros. Enquanto a resistência de povos e comunidades tradicionais situados na Terra Grande se mantinha firme e inalterável, o ímpeto

e a resistência do dono da empresa “*deu uma freada, o Vespasiano. Aí o Vespasiano deixou pro filho*” (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:8).

Essa resistência tradicional já havia contribuído para que antigos proprietários da Terra Grande abandonassem seus planos de exploração da área. Assim ocorreu quando a Remonorte, nos tempos do gerente de produção Ricardo, vendeu à Alltrades; e quando esta, sem conseguir implementar seus projetos econômicos na região, em menos de dois anos vendeu à empresa de extração e beneficiamento de palmito. Num contexto onde a resistência tradicional se mantinha firme, o dono desta última empresa, no início dos anos dois mil, deixou a região e vendeu a propriedade ao seu filho:

*E o filho perseguiu nós. Aí quando eles viram o velho afastar, aí o pessoal que estava junto com ele largaram tudo: passaram pro nosso lado. Aí o filho ficou meio fraco, o Júnior. Aí o pessoal passou pro nosso lado. Aí nós começamos a ganhar causa na justiça e começamos a liberar a entrada de pessoas pra comprar a produção de açaí. Já entrava, na marra, mas entrava[...] Chegava aqui, os caras (seguranças da empresa) as vezes barravam eles no caminho. (Liderança da Terra Grande): 'Olha, se vocês não liberarem, eu vou lá buscar eles. E eles vem na marra'. A gente chegava lá! Parasse um barco lá e nos comunicava, nós enxiamos um barco de nego e ia lá e: 'Olha, o pessoal aqui vai passar'. Aí começou a ficar leve. Quando aprovaram, foi aprovada a RESEX, ele ainda ficou aí um ano ou dois, por aí. De lá ele continuou tirando palmito. Aí foi um processo já com a justiça federal. Aí acabaram com ele (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:8).*

*"Nós fazíamos acordos na justiça para eles darem uma trégua. O processo da reserva estava em andamento, né? Nisso ia, mas isso estava em segredo quase, com eles. Aí quando foi que eles menos esperavam, chegou. Aí graças a Deus, até hoje, somos um povo liberto"* (Sirley, 08/06/2016, Serafina, QU 38:4). O processo formal de criação da RESEX Terra Grande-Paracuúba se iniciou em 1997 através de ofício encaminhado pela Associação de Produtores Rurais de Currealinho ao IBAMA. Junto ao ofício foi enviado um abaixo-assinado de moradores e declarações de diversas instituições públicas e organizações da sociedade civil solicitando e declarando apoio à criação da unidade de conservação (BRASIL/IBAMA, 1997).

Entre os motivos expostos na solicitação para a criação da RESEX, estava:

(A) degradação ambiental provocada pela extração predatória do palmito de açaí, realizada por grandes empresas oriundas de outras regiões, que não entendem a necessidade de conservação dos recursos naturais por populações extrativistas. Daí a necessidade de se conservar os recursos naturais para que as famílias possam retirar o

seu sustento das referidas áreas sem destruí-las. Considerando que a Gleba ‘Terra Grande’ é um grande ecossistema de grande importância e dela tiramos nosso sustento (BRASIL/IBAMA, 1997, p.2).

Ao se explicitar as dimensões tanto social quanto ambiental do conflito, possibilitou-se que organizações sociais e ambientais reconhecessem convergências e articulassem interesses e objetivos comuns para este território. Nesta articulação, as organizações sociais de base sindical tiveram papel central nas tratativas junto ao órgão ambiental competente à época pela criação das unidades de conservação federais:

*Isso por causa da FETAGRI, que o sindicato cutucava a FETAGRI e a FETAGRI articulava Belém. Ela que fazia esse contato lá com o IBAMA para mandar gente pra cá. A FETAGRI é ligada a CUT. Então aí a FETAGRI cutucava a CUT e a CUT fazia também aí essa coisa aí toda. Aí mandavam os caras para cá. Que aí saiu o coisa para criar uma reserva[...] Se é que resolvia o problema da população, vamos criar uma reserva (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:25).*

O problema, se não o principal ao menos um deles, da população da Terra Grande – lugar de onde a liderança acima fala - era a tensão oriunda do conflito com a empresa que se instalara no Alto Canaticú. Assim, conforme as Reservas Extrativistas foram concebidas e apresentadas pelos seringueiros durante seu primeiro Encontro Nacional em 1985 (CUNHA e LOUREIRO, 2012), a proposta de criação da RESEX Terra Grande-Pracuúba visava especialmente “ter uma segurança na terra, não ter aqueles invasores” (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:25).

A disputa e necessidade de garantia do território e seu usufruto motivou o pedido de criação da reserva. Segundo (VIEIRA, 2012), esta denominação é utilizada numa transposição direta do modelo de proteção associado às Terras Indígenas, havendo inclusive convergências entre as lutas dos seringueiros e dos povos indígenas tanto em seus objetivos quanto nos meios utilizados para alcançá-los.

*Sempre nós defendemos do Jijú pra cá que é a Terra Grande. Timbotuba é uma área a parte; Pacas é uma área a parte; que a empresa não metia mão[...] Então de lá pra cá era dos moradores daqui, nós sempre defendemos: o que tem lá dentro é nosso, mas nosso, de quem mora, que tem direito de se usufruir dessa área lá. Então a briga foi comprada de lá pra cá. Aí depois da criação da Reserva, que o estudo foi feito, foi esticado para o Timbotuba. Mas nós sempre defendemos: queremos a reserva do Piquiá pra cima. Porque o foco da briga era aqui. Aí eles esticaram para o Timbotuba, para os Paca, pegou o (rio)*

*Guajará, o (rio) Mutuacá, o (rio) Pracuúba Grande, entendeu?*<sup>69</sup> (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:20).

Conforme relata esta liderança, foi no transcorrer da discussão de criação da RESEX que a área inicialmente proposta de pouco mais de 28 mil hectares se estendeu para os 194.695,1808 hectares atuais, conforme constante no art. 1º do Decreto Federal nº (s/n), de 05 de junho de 2006: “[...] Fica criada a Reserva Extrativista Terra Grande - Pracuúba, na Ilha do Marajó, nos Municípios de Curralinho e São Sebastião da Boa Vista, no Estado do Pará, com área aproximada de 194.695,1808 ha” (BRASIL, 2006).

*Até que enfim chegou ao fim, né? De nós vivermos uma vida mais tranquila. Que agora, depois da reserva, que graças a Deus que nossa vida veio conseguir mais melhorar, né? Sim, depois de conseguir a reserva que nossa vida melhorou mais, né? A reserva melhorou no sentido assim, porque nós passamos, vendemos nosso produto[...] Nós vendemos. Aí já tem uma sobrevivência melhor, porque a gente vende o que é da gente. Embora seja preço baixo, a gente tem uma renda para poder sobreviver[...] Foi depois da reserva que veio melhorar, porque parou a perseguição, né?* (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:9).

A transformação da realidade empreendida pelas comunidades da Terra Grande foi possível graças ao enfrentamento que empreenderam contra diferentes atores externos que se configuraram enquanto ameaças aos seus modos de vida tradicionais. Frente às ameaças da empresa de extração e beneficiamento de palmito, convergiram-se interesses para a resistência e o enfrentamento comunitário. E essa convergência se deu a partir das ameaças que eram comuns aos ‘grupos domésticos’ da Serafina e outros das demais comunidades da Terra Grande. Dessa forma, o mútuo reconhecimento enquanto comunidades tensionadas e ameaçadas pela empresa contribuiu para promover a organização desses ‘grupos domésticos’, favorecendo a construção de ‘fronteiras’ necessárias ao enfrentamento (BAUMAN 2003 apud COSTA e MACEDO, 2016).

Agroextrativistas da Terra Grande se orgulham das transformações e principalmente da persistência e disposição que tiveram em defender seus direitos. Este orgulho e os conhecimentos derivados das lutas pelo território são transmitidos atualmente às novas gerações através de relatos orais sobre o período. Em entrevista realizada com uma das lideranças locais, estávamos sentados no trapiche de sua casa quando ela relatava diversas

---

<sup>69</sup> Além das comunidades do Rio Canaticú, a reserva engloba comunidades tradicionais existentes nos rios Pracuúba Grande (município de São Sebastião da Boa Vista); nos rios Piriá, Mucutá e Mutuacá (esses e o Rio Canaticú pertencentes ao município de Curralinho); e o rio Guajará (que delimita limites entre os municípios de Curralinho e Breves).

histórias do conflito - muitas delas transcritas no presente trabalho. Sentados junto conosco ou nos rodeando estava um grupo atento de crianças e jovens que vibravam, se divertiam e intervinham:

**Josias:** *Muita gente respeita até hoje a família do José . Não é pela fama de ser brigador, de ser isso ou aquilo outro. É pela disposição de briga na justiça que nós tivemos. De levar tanto tempo e não desistir[...];*

**Saulo:** *Por lutar pelos seus direitos, né?*

**Josias:** *Exatamente* (Saulo e Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:17).

Há menção, por parte de lideranças da Terra Grande, sobre um registro sobre o conflito com a empresa de extração e beneficiamento de palmito: "*Tem um livro no sindicato, um relato de tudo, que ele deu 200 páginas*" (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:25).

O resgate histórico apresentado nesta dissertação é mais um ângulo 'fotográfico' sobre este passado, uma perspectiva possível dentre outras sobre um tempo que se encontra subjacente à realidade presente no Alto Canaticú. Conforme afirma Freire (1983, p.40), há "uma solidariedade entre o presente e o passado, em que o primeiro aponta para o futuro, dentro do quadro da continuidade histórica. Não há, portanto, fronteiras rígidas no tempo. As unidades 'epocais', de certa forma, se interpenetram".

*Pois é cara, eu já pensei em escrever um livro disso. Eu tenho tudo isso em mente, da época do Ricardo, das passagens de briga, de guerra, quase guerra, né? Aqui os conflitos que tiveram, até no ponto que tá hoje* (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:25).

#### **4.2. O tempo presente no Alto Canaticú: ocupações e trabalho**

"*E o que a gente faz hoje: nós fazemos roça, para produzir mandioca, e extraímos o açai*" (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:8). Esses são os dois principais produtos que os 'grupos domésticos' da Serafina trabalham. São a base da alimentação desta comunidade, juntamente com algum tipo de proteína animal: carne de caça para subsistência; pescado proveniente da pesca artesanal para subsistência; ou frango, peixe e carne comprados de atravessadores ou nos mercados em Currálinho.

Na Serafina, a roça de mandioca é apenas para a produção da farinha necessária ao consumo dos 'grupos domésticos' da própria comunidade, não havendo produção para venda. Para esta finalidade, "*o foco mesmo é a produção do açai*" (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:43).

A produção da farinha ocorre durante o ano inteiro. Atualmente quase todo ‘grupo doméstico’ faz e mantém sua própria roça nas proximidades da comunidade: em terrenos de uso privativo que cada ‘grupo doméstico’ possui. Esta é uma característica não só da Serafina, mas também do Timbotuba e demais comunidades do Alto Canaticú.

*Cada um respeita o que é seu. Porque geralmente aqui, nós trabalhamos só assim dentro de nossa área. Nosso terreno, que a gente chama. A gente não passa do nosso limite pra outros limites, pra outros terrenos. Findou nosso limite, de lá nós não passamos pra outra área. Ai cada um tem seu limite, cada morador, né? É assim que funciona aqui* (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 1:40).

Para delimitar as fronteiras entre os terrenos de uso privativo de cada ‘grupo doméstico’, tem *"igarapé, caminho antigo, são os limites"* (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 1:40). Assim ocorre a geração, conforme tradição de uso e ocupação daquele território: *"Que cada um tinha seu lote de terra delimitado pelo olhómetro. Dizia: 'Dali pra lá é meu. Dali pra lá é 'doutro'. Assim era"* (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:20) e continua sendo.

Dentro dos terrenos próprios de cada ‘grupo doméstico’, geralmente estão: as áreas de roça para o cultivo da mandioca; os açazais trabalhados para fins comerciais; e *"o sítio é uma parte. Só o lugar da casa e mais a areazinha que permanece, né? No entorno da casa. É só a área mesmo perto da casa"* (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 2:1). Em geral nos sítios pode-se encontrar: variedade de árvores frutíferas (cacaueiro, cupuzeiro, limoeiro, laranjeira, etc.); pequenos açazais para extração e consumo quase que diário do ‘grupo doméstico’<sup>70</sup>; pequenas criações de animais para subsistência do ‘grupo doméstico’ e sem fins comerciais, principalmente galináceos (galinhas e galos); o local onde depositam e queimam o lixo inorgânico gerado pela família; e as casas ou fornos de farinha, onde se realiza o processo de beneficiamento da mandioca em farinha.

A transferência dos terrenos entre diferentes famílias se dá mediante compra e venda ou herança. À medida que os filhos ou filhas se casam, os pais de uma das partes cedem parcela de seus terrenos para que o novo ‘grupo doméstico’ possa nele se constituir, trabalhar e produzir seus meios de subsistência: *"A gente vive por herança, ela herdou o terreno do pai dela"* (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 1:40).

---

<sup>70</sup> No período da safra de açaí no Timbotuba, o açaí é consumido muitas vezes nas duas principais refeições do dia, que são o almoço e jantar. Na Serafina - onde existe uma condição ambiental que favorece a existência de açazais - independentemente da época do ano, seja safra ou entre safra, o açaí é quase sempre parte dessas duas refeições.

“Na Serafina só moram os filhos e netos da Dona Conceição e do Seu José [14 famílias<sup>71</sup>]” (Notas do Diário de Campo, 08/06/2016, p.29). Esse patriarca e matriarca são hoje os moradores mais antigos da Serafina. À medida que seus descendentes foram casando com pessoas da própria ou de outras comunidades, foram estabelecendo seus núcleos familiares e mantendo-se tradicionalmente no entorno do casal genitor.

*A gente morava assim no interior. E a gente morava longe de gente. Aí nós moramos muito pra cá, num lugar que tem pra cá, que chama Custódio. E eu ficava só com meus filhos em casa. A gente morava afastado, não morava que nem aqui (na Serafina) agora que a gente mora numa vilazinha, né? Aqui são só os filhos mesmo que moram ao redor (Dona Conceição, 76 anos, 11/06/2016, Serafina, QU 31:42).*

Segundo Vieira (2012), Pantoja descreveu modos de organização social semelhante entre os seringueiros do alto Juruá. Neste local, conjuntos familiares extensos, tais como a família do casal formado pelo Seu José e a Dona Conceição, formam a base da organização social no seringal. Cada conjunto desses é composto por casas ligadas pelo idioma do parentesco<sup>72</sup>, ou seja, formado por grupos domésticos que se reconhecem a partir da liderança comum representada em geral pelo pai - mas que no caso da Serafina parece ser compartilhada entre a figura paterna e materna.

Esse conjunto formado por ‘grupos domésticos’ ligados por relações parentais estreitas normalmente estão localizados a uma pequena distância um do outro, conforme se verifica na Serafina. Pantoja denominou essa forma de organização social como ‘família ampliada’. Ela observa que essas estruturas familiares são geralmente associadas a um patronímico, sendo comum, no caso da Serafina, pessoas de fora da comunidade fazerem menção à ‘família ampliada’ local como sendo ‘os Tavares’.

Diferentemente do que ocorre na Serafina, a exploração comercial de açai no Timbotuba não é a única e nem a principal ocupação, havendo uma maior heterogeneidade de ocupações voltadas à geração de renda entre os vinte e sete ‘grupos domésticos’ dessa comunidade. No local há ‘famílias ampliadas’, sendo que ao menos uma, ao contrário da tendência descrita por Pantoja, parece ter na figura materna a liderança e elo de ligação entre os ‘grupos domésticos’ descendentes que a compõe. É provável que haja laços de parentesco,

---

<sup>71</sup> ‘grupos domésticos’.

<sup>72</sup> No presente estudo, enquanto ‘família ampliada’, estou considerando as relações de parentesco até o primeiro e segundo grau, ou seja, as relações de parentesco entre pai, mãe e filhos (primeiro grau); Irmãos, avós e netos (segundo grau); Sogro, sogra, genro e nora (1º grau); Padrasto, madrasta e enteados (1º grau); Cunhados (2º grau).

ainda que em menor grau de afinidade e consanguinidade (3º grau, 4º grau, etc. ), entre quase todos os ‘grupos domésticos’ da comunidade Timbotuba: “Comentaram que quando a chuva aperta, o pessoal para na casa de quem está perto pra se abrigar. Todo mundo se conhece no (rio) Canaticú [se conhece da igreja, ou é parente, amigo, etc.]” (Notas do Diário de Campo, 08/06/2016, p.5).

Segundo Pantoja (2008, p.371 apud VIEIRA, 2012, p.68), mesmo quando estão localizadas em diferentes colocações ou localidades, “casas ligadas por parentesco, incluindo o compadrio, podem manter contato frequente e relações de reciprocidade, criando uma rede social”. É possível identificar a existência de tais redes sociais no Alto Canaticú, no entanto baseadas não só no parentesco, mas também em relações religiosas, políticas e de produção e comercialização. Assim como Pantoja evidencia para outras regiões amazônicas, no Alto Canaticú tais redes sociais não se restringem a conjuntos de casas avizinhas, envolvendo também ‘grupos domésticos’ distantes espacialmente e até mesmo pertencentes a diferentes comunidades do Rio Canaticú.

Vieira (2012) também observa tal característica no Alto Juruá, mais especificamente na RESEX Arapixi. Outra semelhança é que assim como no Alto Canaticú, os ‘grupos domésticos’ daquele local também mantêm um alto grau de autonomia política, ainda que participando e atuando em diferentes redes sociais:

Ou seja, não parece haver lideranças com algum poder coercitivo que organizem a vida cotidiana nessas localidades. Há, na verdade, lideranças ocasionais, que podem organizar um jogo de futebol, um adjunto<sup>73</sup>, ou tomar a voz numa reunião, expressando os interesses dos moradores de uma determinada localidade. Pantoja (2008: 374) observa que as “famílias ampliadas” não atuam enquanto tais no dia a dia, quando se observa basicamente trocas entre grupos domésticos aparentados, visitas entre irmãs e cunhadas etc. No cotidiano, os grupos domésticos mantêm sua autonomia. Segundo a autora, a família ampliada se torna visível em “momentos fundamentalmente políticos”, em defesa de seus membros e interesses, quando há oposições claramente colocadas. [...] Essa forma de organização social, com alto grau de autonomia das unidades domésticas, ou seja, de poder descentralizado, é típica das sociedades amazônicas, não indígenas e indígenas, como já foi demonstrado por diversos americanistas<sup>74</sup>. (VIEIRA, 2012, p.73).

As religiões e as igrejas são centros importantes de socialização e também de distinção social entre os moradores do Alto Canaticú. São três as religiões atuantes no local:

---

<sup>73</sup> Conforme nota da própria autora, adjunto é um “mutirão formado por parentes e amigos para a realização de alguma atividade que requeira algumas pessoas, como a construção de uma casa ou a abertura de uma roça (VIEIRA, 2012, p.73)”.

<sup>74</sup> Vieira cita os estudos de Pierre Clastres (*A Sociedade contra o Estado*), Overing (1975), Almeida (1992), Carneiro da Cunha (1998), Riviére (2001) e Pantoja (2008).

*Igreja Católica, Cristã e Assembléia de Deus. Se são convidados por outra que não a sua, vão numa boa. Todas falam de Deus. Católica é por setor. Setor 1 da católica pega a Serafina, Timbotuba, Paca e mais outra de baixo (fora da RESEX)[...] Uma vez por ano sorteiam uma das 11 comunidades para o encontro (católico)[...] Hoje estava tendo esse encontro no Timbotuba. Muitas pessoas descendo o rio na nossa vinda (Notas do Diário de Campo, 05/06/2016, p. 5 e 6).*

Além da heterogeneidade socioeconômica, a comunidade Timbotuba também possui uma heterogeneidade religiosa que a distingue da Serafina. Nesta há um predomínio de católicos, incluindo o patriarca e a matriarca da comunidade, fator que contribui para a citada homogeneização religiosa. Há algumas exceções, a exemplo de integrantes evangélicos que mantiveram sua religião mesmo após se casarem com membros da família católica.

Nessa comunidade, os cultos se dão no centro católico. Este foi construído e reformado pelos próprios moradores<sup>75</sup> e ocupa uma área central na comunidade. O centro católico, juntamente com a residência e a casa de forno a ele vizinhas (ambas pertencentes ao casal formado pelo patriarca e matriarca) parecem ser os principais espaços de congregação entre os ‘grupos domésticos’ descendentes do casal genitor.

A referência comum a essa mesma descendência, contribui para o estreitamento das relações sociais e políticas dos membros da Serafina, estreitamento refletido na disposição territorial da própria comunidade<sup>76</sup>. Em conversa com uma nora do casal genitor, essa relata que:

*Os irmãos todos se reúnem para ajudar os ‘velhos’<sup>77</sup> a fazer farinha. É uma festa. Um tirando ‘sarro’ do outro. É uma diversão. Um vê ou vai tomar café com os ‘velhos, daí quando vê que vão fazer farinha, um vai buscando o outro e vão se ajuntando pra ajudar. Dia de domingo, culto católico na capela ao lado da casa dos velhos pela manhã. Daí após o culto, se juntam na casa dos ‘velhos’ para tomar um café. Daí é aquela festa. Dificilmente (os irmãos) vão na casa uns dos outros. O momento de reunião de toda a comunidade e entre os irmãos se dá ao redor do patriarca e da matriarca (Notas do Diário de Campo, 10/06/2016, p.43 e 44).*

Em contraposição à quase homogeneização católica da Serafina, em uma conversa informal com um morador não católico do Timbortuba, este relatou que entre os vinte sete ‘grupos domésticos’ desta comunidade “*tem da religião Cristã, da Assembléia de Deus e*

---

<sup>75</sup> No período de realização da pesquisa este centro estava em reforma.

<sup>76</sup> Vieira (2012, p.74) verifica uma situação semelhante na Comunidade São José, localizada no Alto Juruá.

<sup>77</sup> Termo carinhosamente utilizado por familiares ao se referirem ao casal formado pelo patriarca e matriarca.

*Católica. Católica e Cristã só congregam entre eles, não convidam os outros, principalmente Católica. Consideram comunidade só as famílias católicas. O certo seria reunir a comunidade e não só os católicos”* (Notas do Diário de Campo, 08/06/2016, p. 9).

O termo comunidade, além de ser utilizado enquanto referência a um conjunto de ‘grupos domésticos’ espacialmente agrupados ou avizinhadados, muitas vezes também é utilizado enquanto referência ao conjunto de membros integrantes de uma mesma religião<sup>78</sup>. Na conversa com o integrante não católico acima e pertencente ao Timbotuba – onde ocorria naquele dia o fechamento de mais um encontro entre os católicos do Alto Canaticú - transparece a existência de fronteiras pouco permeáveis existentes entre as três religiões atuantes na região. Sendo a Serafina majoritariamente católica, é possível perceber que fronteiras desse tipo estendem-se entre esta e os não católicos integrantes da comunidade Timbotuba. Assim, além de algumas fronteiras construídas historicamente em virtude do conflito ambiental ocorrido na região, é possível evidenciar também uma circunstancial e relativa impermeabilidade de caráter religioso entre ‘grupos domésticos’ dessas duas comunidades.

Quanto às diferenças socioeconômicas entre a Serafina e o Timbotuba, contribuem para estas as distinções ambientais existentes entre seus territórios. O verão paraense<sup>79</sup> é o período de safra no açcaizal. Entretanto, mesmo no inverno paraense<sup>80</sup> os açcaizais das áreas de várzea na Serafina (área de ocorrência natural da espécie) também mantém uma pequena produção

*no inverno, mas o negócio que o açcaí aí em cima (Serafina), ele dá pouco. De inverno, uma pessoa tira em média de uma lata, duas latas no dia. Só que dá muito dinheiro. Dá negocio de quarenta reais, cinquenta reais. Aí dá pra comprar o frango. No verão tira muito, mas não tem água pra trazer[...] É que no inverno tem (açcaí) mas é pouco. Só que eles são muitos, né? Aí, dá muito porque eles são muitos: uma pessoa tira negocio de uma, duas latas. Aí quando junta dá muito açcaí. E tem muitos que nem tiram, vai procurar e não acha. Porque o açcaí ele vinga muito agora de inverno pra brotar de verão, quando dá o verão ele não vinga. Só dá a vassoura e seca ele. Por isso é que dá falta no inverno* (Genival, nascido em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 12:12).

---

<sup>78</sup> Vieira (2012, p.71) também observa um uso flexível do termo comunidade em seus estudos na RESEX Arapixi, localizada no Alto Juruá.

<sup>79</sup> Período de poucas chuvas que se estende de junho a novembro.

<sup>80</sup> Período chuvoso que geralmente se estende de dezembro a maio.

Apesar da safra nos açazais ser no verão, nesta época o nível da água das cabeceiras do Rio Canaticú reduz de volume e grande parte do seu leito seca, inviabilizando o escoamento da produção de açaí existente na Serafina durante meses. Assim, é no período da entressafra que os extrativistas dessa comunidade geram renda com a extração e comercialização do pouco, mas valorizado açaí de inverno:

*Vendem produção do inverno (1º semestre), fazem uma poupança para o verão (2º semestre). No verão fazem farinha para o consumo, bebem açaí, pois ainda dá muito, mas não tem como escoar por conta que o rio seca. Daí comem um peixe, uma caça, que dá mesmo na seca, em alguns igarapés. Daí compram o básico com a poupança que fizeram no inverno [açúcar, café, sal, sabão, etc.] (Notas do Diário de Campo, 08/06/2016, p.29).*

Em função dessa dinâmica ambiental, os extrativistas da Serafina ficam impossibilitados de explorar economicamente a grande quantidade de açaí que surge em suas áreas de produção no período da safra. Essas características ambientais, distintas das existentes na Comunidade Timbotuba, continuam contribuindo para distinções socioeconômicas entre as duas comunidades. Enquanto no inverno os agroextrativistas da Serafina estão no auge dos trabalhos com o açaí, no Timbotuba:

*No inverno, não tenho açaí para vender. Só mesmo para manter a família, por exemplo, dois dias na semana. É o máximo que a gente pode. Porque se não acaba mesmo. Tem ano que no inverno a gente consegue ainda manter. Mas tem ano que não tem. E agora, com essa seca que deu! Hoje o inverno que nós atravessamos, não tivemos açaí nem pra beber[...] Eu não compro. Nesse inverno a lata chegou a dar setenta, oitenta reais aqui. Foi. Desce aí do centro, da Serafina (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 1:16).*

Muitos ‘grupos domésticos’ da comunidade Timbotuba também comercializam o fruto, haja visto terem plantado em suas áreas de terra firme (locais onde não ocorrem naturalmente). Entretanto, por estarem em áreas menos úmidas que as várzeas, no Timbotuba o açaí só ocorre em quantidades viáveis para ser explorado comercialmente no período da safra de verão. No inverno, ao contrário, o açaí no Timbotuba não ‘vinga’ nem em menores quantidades.

Em função da comunidade Timbotuba estar à jusante da Serafina, diferentemente do que ocorre com esta, o Rio Canaticú permanece navegável o ano inteiro para aquela. No verão paraense, quando a comercialização cessa para a Serafina – pois a montante o rio seca - é quando no Timbotuba ela começa a ocorrer, mas por preços de mercado inferiores. Esta

diferença de preço ocorre em virtude da oferta aumentar no verão, período de safra do fruto em toda a região do Marajó, o que acarreta uma diminuição dos preços do produto no mercado. Efeito inverso ocorre no período de entressafra, no inverno, quando os preços do açaí aumentam significativamente.

De maneira geral, no Alto Canaticú, as mulheres não participam do trabalho de extração de açaí: *“Em mais de 20 anos de casamento[...] só foi no açaiçal uma vez. Os homens não deixam, falam que é perigoso, dá cobra, etc.”* (Notas do Diário de Campo, 08/06/2016, p.31). Por se ocuparem das atividades domésticas, o beneficiamento do açaí para o consumo e subsistência familiar é por elas realizado. Já os mais jovens<sup>81</sup>

*começam a catar açaí com 06 anos de idade, os meninos. As meninas tem vez que vão, tem vez que não. Catam cerca de 10 latas de açaí, daí voltam onze/meio dia para almoçar e a tarde irem para a escola. Cansativo. Chegam da escola, jantam, assistem TV e dormem. Sábado e domingo, normalmente não vão catar açaí, mas às vezes domingo à tarde catam também, caso venha comprador na segunda* (Notas do Diário de Campo, 10/06/2016, p.42).

Alguns agroextrativistas possuem embarcações próprias para escoar a produção até o município de Currálinho. Aqueles que as possuem se intercalam no escoamento juntamente com alguns poucos e antigos atravessadores. Cada dia pertence a um atravessador, que compra em seu dia toda a produção da comunidade.

*Compro de mais uns moradores aí. E aí eu vou fazer a venda na cidade. Aí a gente vai, traz o frango, a carne do boi, o camarão, pra vender pra eles. O que eu conseguir lá é meu. Se conseguir menos é prejuízo[...] Aumentou a produção da região, aí todo mundo vai levar pra lá: Aí o preço cai. Eu tenho levado pouco açaí, tenho levado trinta, quarenta, cinquenta latas de açaí. Tem outros barcos que levam cem, oitenta. Aí dá mais lucro[...] Eu já levei cento e vinte latas[...] São três, quatro moradores que compram açaí aqui [na serafina] (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:33).*

A presença de atravessadores pertencentes à própria comunidade e que são também produtores de açaí, contribui para regular os preços do fruto:

*A gente sustenta o preço aqui. Os caras que vem de fora querem dar preço mais baixo[...] Nós estamos competindo com eles. Aí eles tem que aguentar o preço[...] Tem dois atravessadores que vem lá de baixo, lá de Currálinho[...] Aliás três atravessadores. Mas esses aí são ‘chorão’ pra comprar açaí pra caramba.*

---

<sup>81</sup> Os jovens em geral obedecem a voz de comando de seus pais em relação ao trabalho. Fato este também observado por Vieira (2012, p.71-72) nas comunidades do Alto Juruá.

*Querem pagar o preço mínimo. A gente chama chorão por aí (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:33).*

A coexistência entre atravessadores tanto de fora quanto de dentro da comunidade é comum não só na Serafina, mas também no Timbotuba: *"É o pessoal aí de baixo que vem comprar aqui[...] Mas tem muitos compradores. O pessoal daqui mesmo compra pra levar pros canoieiros[...] (Entre estes) o pessoal que vem de Cametá, é um barco grande lá, uma geleira"* (Cândido, 34 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:29).

*Tem os barcos 'geleiras' que circulam no Marajó. Vão comprando a produção de açaí e gelam ele. Daí mantém muito mais tempo e conseguem negociar. E é mais quantidade. Vendem fiado, daí quando voltam de Belém, já vazios, vão parando onde deixaram açaí fiado para os batedores<sup>82</sup> pra recolher o dinheiro que esses fizeram ao vender a polpa de açaí. Daí tiveram sorte (os comunitários atravessadores) numa última venda, pois venderam em Currálinho e poucos minutos depois a geleira chegou, o que faz cair o preço do açaí. Além do que, vendem fiado, o que o pessoal da Serafina não faz: 'Levou pagou' (Notas do Diário de Campo, 08/06/2016, p.30 e 31).*

A atuação das geleiras na região representa uma crescente ameaça à reprodução social dos atravessadores de açaí e, conseqüentemente, uma ameaça a alguns produtores-atravessadores do Alto Canaticú. O açaí é um produto perecível que em condições ambientes de acondicionamento não se conserva mais do que dois ou três dias. Assim, após a extração do produto, diferentemente do que ocorre com as geleiras, tanto os produtores quanto os atravessadores não tem margem para segurar o produto em eventuais condições de mercado não oportunas:

*Nós fomos embora com esse açaí para Boa Vista[...] Aí chegamos lá o cara não estava[...] O açaí é rápido que estraga. Venderam uma lata lá, mas ficou muito açaí. Aí: 'rapaz, para você vender esse açaí é em Abaeté' [...] Chegamos lá o açaí estava 'choco' praticamente. Mas assim mesmo venderam. Umás latas jogaram fora, deram (Genival, nascido em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 12:6).*

Em geral, as relações comerciais entre os atuais atravessadores externos e agroextrativistas do Alto Canaticú são antigas. Alguns atuam na região há mais de trinta anos e não raro os interesses para a manutenção destas relações não são apenas comerciais.

*Porque o açaí é assim: Se tu consegue criar uma amizade com o pessoal - tanto com o extrativista quanto com as batedeiras - se*

---

<sup>82</sup> Pequenos comércios existentes nas cidades do estuário amazônico que batem e vendem a polpa de açaí para o consumidor final.

*tu consegue criar uma amizade com eles, tu não sabe sair mais daquilo. É o mesmo que um vício de droga. Porque nem que tu ache outro meio de estar trabalhando, mas aquilo ali deixa uma saudade. Porque é o contato físico, né? O contato com as pessoas. Olha, eu estou nessa situação de saúde, mas eu não consigo ficar assim sem tá trabalhando com o açaí, com as pessoas. Que tu chega lá, tu está brincando. Tu está é, Ah! É fora de série! Muito bom! Dá um pouco de sacrifício para ti estar te sacrificando, mas quando tu chega na feira, tem aquela energia positiva. Aquela energia de tu estares brincando com as pessoas. É muito bom. Assim é eles (atravessadores) com os peconheiros<sup>83</sup>, né?[...] Aí é papagaiada. É conversa pra lá, conversa pra ali. Embarca um açaí e outro pra ali. Isso aí vai dando uma alegria, um costume. Um costume que tu pega (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:33).*

Segundo Veronese e Guareschi (2005), pesquisas tem comprovado que as diversas produções subjetivas - singulares e pessoais - estão de uma forma ou outra implicadas no trabalho. Ao propiciar o estabelecimento de relações onde inclusive as afetividades dos sujeitos são desenvolvidas e intensamente vivenciadas através das múltiplas experiências que o contexto laboral proporciona, além de constructos materiais, o trabalho também media construções simbólicas de sentidos naqueles que o exercem. Estes constructos estão vinculados à percepção do sujeito sobre si, os outros e sobre o seu próprio trabalho.

A partir das contribuições dos autores acima e de Loureiro e Layargues (2013), é possível afirmar que o trabalho, além de mediar construções simbólicas e se caracterizar também enquanto processo de subjetivação; é também elemento constitutivo do próprio mundo social ao objetivar o humanamente subjetivo. Dessa forma, é impossível dissociar psicogênese e sociogênese; dissociar a construção do mundo social das emoções, cognições e ações de um sujeito. Assim se dão as relações entre os afetos constituídos a partir da produção e comercialização do açaí e a formação das redes mercantis deste produto no Alto Canaticú.

Os processos sempre relacionais que envolvem o trabalho, que o engendram e a partir dos quais se forjam outras relações e experiências, podem assumir configurações peculiares. Todas elas, entretanto, vão ser constitutivas da vida das coletividades que abrigam os sujeitos individuais (VERONESE E GUARESCHI, 2005, p. 58).

Lembro que quando cheguei à Serafina, lá se encontrava pernoitando um dos atravessadores externos para comprar a produção do açaí da comunidade. Sob a alcunha de ‘compadre’, ele estava sendo carinhosamente acolhido por um dos ‘grupos domésticos’ locais.

---

<sup>83</sup> Denominação comumente utilizada na região para designar os trabalhadores que trabalham extraíndo açaí. Esta designação advém da peconha, pedaço de tecido que estes trabalhadores trançam nos pés para poderem subirem nos açazeiros e extrair os seus frutos.

Sua relação com esta comunidade, inclusive comercial, já dura mais de trinta anos, sendo representativa dos fortes laços afetivos envolvidos no processo de produção e comercialização do açaí. Estes afetos atuam enquanto elemento aglutinador de forma análoga aos interesses comerciais convergentes de produtores e atravessadores, favorecendo a produção de sentidos de comunidade que, no caso ora em tela, remete a uma comunidade comercial.

Uma posição, a crítica, com forte inspiração marxista em suas múltiplas ‘escolas’, define os processos linguísticos, simbólicos e de comunicação como dialeticamente vinculados à prática social, à economia e à produção de meios de vida e de satisfação de necessidades. Com isso, sociabilidade, reconhecimento, linguagem e trabalho formam uma unidade composta de momentos distintos e mutuamente determinados, tendo no trabalho o ato fundante do ser social, posto que esse é o metabolismo entre o ser humano e a natureza, objetivando o humanamente subjetivo e subjetivando o humanamente produzido (LOUREIRO e LAYARGUES, 2013, p.57 e 58).

As relações afetivas estabelecidas através das relações comerciais vinculadas a produção e comercialização do açaí, ainda que influenciem a manutenção e preservação dos negócios, encontram limites quando utilizadas na obtenção de vantagens comerciais ou concessões que impactem a subsistência material do cedente: *“Eles acompanham o preço, entende? o preço é um ou outro”* (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:33). Eventuais ganhos não significativos, por parte dos produtores, relativos à possibilidade de efetuarem uma melhor venda para atravessadores ou comerciantes que se encontram fora do seu círculo de afetos são possíveis, *“mas aí não te satisfaz com a amizade do cara. Não vou deixar de vender pro meu amigo (risadas)”* (Chico, 10/06/2016, Serafina, QU 30:33).

Quanto ao trabalho de extração nos açaiçais, na Serafina em geral *“não tá dando tanto açaí pra botar gente. A gente daqui mesmo dá conta. Cada um trabalha na sua área independente”* (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:46). Quando ocorre de colocar gente para extrair o açaí, o modo de remuneração do trabalhador contratado muda *“dependendo da pessoa, né? Se tira muito açaí. Se tira pouco, trabalha na terça (1/3). Se trabalho muito a gente faz na meia (1/2). Então, quando a gente tem um bom dinheiro investido no açaiçal, aí é meia. Quando o açaiçal está mais cerrado um pouco, a gente faz na terça (ou) cobra uma taxa por rasa”* (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:46).

*Diária é difícil. É difícil ter, porque aqui no verão, se não tiver o açaí, não tem como o cara ganhar nada. Só se o cara sair aí pra baixo pra trabalhar. A gente aqui não dá conta de trabalhar com madeira. Se a gente for se meter, o pessoal aí de baixo*

*mata a gente. Que a gente não tem o costume, né? (Elias Qu 23:14).*

A regra na Serafina é cada ‘grupo doméstico’ trabalhar independente na época da colheita do açaí, que na comunidade ocorre na entressafra, ou seja, no inverno. No Timbotuba, essa independência de cada ‘grupo doméstico’ na extração do fruto também ocorre: *“para colher eu não pago ninguém, para colher eu já vou colher sozinho. A maioria aqui quer na meia[...] Eu dividir com a pessoa que for tirar para mim[...]Aí pra favorecer meu lado, eu já tiro sozinho”* (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 1:21). Esses cálculos sobre a contratação de pessoas incluem também uma avaliação para evitar que haja perda de açaí no açazeiros caso o ‘grupo doméstico’ não tenha condições de extrair a quantidade de frutos disponíveis em seu açazal quando do período de colheita, que no Timbotuba ocorre no verão. Esses cálculos geralmente demonstram que a união das forças de trabalho do próprio ‘grupo doméstico’ são suficientes, não havendo necessidade de contratações, *“porque o açazal não é tão grande. Aí eu tiro por exemplo, doze latas na semana, oito[...] Esta é a renda do meu açazal[...] Dois, três dias na semana aí eu vou e tiro o açaí”* (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 1:21).

Refletindo a heterogeneidade socioeconômica desta comunidade, existe exceção a esta regra: um produtor que possui uma extensa e ampla área de açazal plantada em seus terrenos prioriza esta atividade enquanto geração de renda do seu ‘grupo doméstico’. Diante das condições ambientais do Timbotuba que limitam a exploração comercial do fruto ao período da safra, este produtor agroextrativista compensa o menor preço do açaí desta época ampliando a quantidade produzida. Quantidades maiores a serem extraídas demandam maior esforço de mão de obra, assim a contratação de terceiros acontece.

*Às vezes sim. Quando a safra está forte, aí a gente tem que meter gente pra tirar açaí. Aí tem duas opções, né? Às vezes na meia e às vezes paga a diária da pessoa pra trabalhar. Às vezes a pessoa pode trabalhar até dez horas na roçagem - na limpeza do açazal; de meio dia para tarde apanha açaí. Aí você pagar na diária. Quando ele vai só apanhar, que trabalha só até terminar a apanha, aí você trabalha na meia. Hoje a gente não tá querendo dar meia, né? Porque o açazal roçado o pessoal apanha muito. Aí na meia já dá mais prejuízo. Já leva muito, porque uma pessoa apanha cerca de trinta latas de açaí; até meio dia, apanha trinta latas. No verão varia o preço, mas menos que dez reais não fica (Genival ,nasceu em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:25).*

Enquanto os produtores não querem pagar na meia, preferindo a remuneração por diárias, quem coloca a disposição sua força de trabalho normalmente recusa este tipo de remuneração.

*Olha, constantemente, nesse tempo, nenhum apanhador vai. Porque lá no Pracuúba<sup>84</sup> tem um rapaz que inventou: apanhar açai na diária. Não aceitaram. Porque o cara apanhando o açai, ele ganha mais do que na diária, porque se você for pagar cinquenta reais na diária. Aí o senhor vai apanhar o açai, mesmo se tiver dez reais (uma lata de açai), você chegando de manhã no açazal donde tem muito, o senhor tira cinco latas de açai e nove, nove e meia no máximo, o cara já está desocupado. Aí já fez cinquenta reais. A diária não. Das sete ao meio dia. De uma as cinco. Qualquer diária é assim (Cândido, 34 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:38).*

Haja vista terem meios próprios de produção (açazais) - cujo período de safra e colheita coincide com o dos demais produtores da comunidade - aqueles que negociam sua força produtiva possuem um poder maior de ‘barganha’ junto aos eventuais contratantes: *"trabalhava no açazal do outro. Apanhando assim, na meia, sabe?[...]Olha, era bom porque se o açai tivesse cinquenta reais a lata, o cara apanhasse dez latas, dava quinhentos reais. Dava duzentos e cinquenta para cada. Aí era bom"* (Cândido, 34 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:38).

Dessa forma, quando acontece, a contratação para os trabalhos de colheita do açai se dão através de remunerações baseadas na ‘meia’ ou na ‘terça’. Esta última ocorre quando o trabalhador fica com dois terços do produzido em virtude das maiores dificuldades impostas pelo mal estado de limpeza e manejo do açazal. Tanto na meia quanto na terça, uma proporção do produzido fica para o dono do açazal e outra para o trabalhador. Esse sistema de remuneração se assemelha a um sistema muito comum nas relações de trabalho da pesca: a ‘partilha,’ que segundo Bidet (1974 apud DUARTE, 1999, p.225), “é mais uma variante da forma ‘salário’, de que Marx examinara apenas as variantes fundamentais [o salário por tempo e o salário por peças]” .

A forma partilha detém nesse sentido uma familiaridade com a forma ‘salário por peças, também de certo modo associada a situações de manutenção da apropriação real do trabalhador sobre os meios de trabalho. A primeira característica comum é certamente a da transposição para o trabalhador do interesse pelo maior ‘preço de venda’ (MARX, 1973, T.1, p. 228), o que garante, sobretudo no caso da pesca, uma intensidade ótima. [...] Acresce a esse fato que o ‘interessamento’ do trabalhador torna prescindível boa parte das

---

<sup>84</sup> Rio pertencente ao município de São Sebastião da Boa Vista, na Ilha do Marajó, e à Reserva Extrativista que compartilha de seu nome: RESEX Terra Grande-Pracuúba.

tarefas de supervisão e controle, dessas tarefas de ‘surveillance’ de que fala Marx [1973, T1, p. 224] (DUARTE, 1999, p.232)

Entretanto, enquanto nas grandes embarcações capitalistas (traineiras) estudadas pelo autor o sistema de remuneração por ‘partilha’ se mostra benéfico e preferido pelos seus proprietários, ou seja, pelos contratantes da força de trabalho; na exploração dos açazais no Alto Canaticú ela é preterida por estes. Em suma, ao adotarem tal sistema na pesca, os proprietários repassam grande parte dos riscos de fracasso da pescaria aos trabalhadores, haja vista a imprevisibilidade do sucesso de tal atividade. Tais riscos não existem no trabalho nos açazais.

Além disso, o sistema de remuneração por ‘meia’ ou ‘terça’ que ocorrem nos trabalhos de extração do fruto garante aos eventuais ‘peconheiros’ assalariados do Alto Canaticú maiores remunerações e, em contrapartida, menores ganhos para os proprietários dos açazais. Ainda que preterido por esses proprietários, o sistema da ‘meia’ ou da ‘terça’ é o sistema de remuneração normalmente adotado. O fato dos trabalhadores locais possuírem seus próprios meios de produção contribui para esse fenômeno ao garantir aos agroextrativistas do Alto Canaticú um maior poder de negociação junto aos eventuais contratantes de sua força de trabalho.

Apesar de ser a forma de remuneração mais usual quando de contratações para a realização de trabalhos no Alto Canaticú, este tipo de ‘partilha’ não é hegemônico na região. Há vários trabalhos em que eventuais contratações ensejam remunerações através de diárias, ou seja, um ‘salário por tempo’ de dedicação ao serviço. Entre esses, o trabalho, “*na madeira, roçagem, né? Tudo paga na diária. Carpintaria, trabalhar com casa, fazer casa, essas coisas*” (Cândido, 34 anos, e Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:38).

Um fator que parece contribuir para a utilização de diárias nesses casos é que os trabalhos assim remunerados não geram produtos finais passíveis de serem ‘partilhados’, ou seja, de serem divididos ou ‘meiados’. Ao ajudar na construção de uma casa que está sendo feita para outra ‘grupo doméstico’, como dividir o produto desse trabalho? Ao ajudar na roçagem e limpeza de um terreno pertencente a alguém, como ‘meiar’ ou dividir o resultado final?

Os trabalhos de extração nos açazais ocorre somente num período determinado do ano, que no Timbotuba é durante o verão paraense: de junho a novembro. Assim, a partir do final do verão e inverno adentro é realizado o manejo dos açazais, o que não é realizado por todos os ‘grupos domésticos’, e a posterior limpeza mediante a roçagem dos açazais. No

Timbotuba esta roçagem se faz mediante a contratação de terceiros: “*É pago pra limpar. Nessa época agora, é época de botar gente pra roçar o açaiçal, na diária. Sai trinta e cinco, quarenta reais. Pega o dia inteiro*” (Genival ,nasceu em 1966, 07/06/2016,Timbotuba, QU 10:25).

*Eu manejo[...] Aí todo tempo eu tenho açai e tenho palmito também[...] Aí a gente vai limpando e vai vindo o açazeiro que não aguenta mais, derruba e tira o palmito; e as que aguenta o camarada limpa e pronto. Aí tira negócio é cem, duzentos, dependendo da quantidade que tem. Aí vai aumentar a produção do açai[...] Se faz todo tempo se quiser (o manejo), mas é mais indicado no final da safra do açai, no final do verão, depois que termina a safra. Aí ela está sem facão; ela está sem vassoura; ela está sem cacho. Aí a gente vai ver as que estão mais altas, as que não aguentam mais, tira elas e deixa as outras. Aí dá uma roçada. Quer dizer que a limpeza, o custo da limpeza, o palmito paga. Porque dá um real, um e dez no palmito, na cabeça. Aí se a gente tira cem, dá cento e dez reais. Aí se eu pagar quarenta reais por dia, eu pago duas diárias e ainda sobra trinta reais. Já vai dar. Se for a gente mesmo, já sobra pro frango (Genival, nascido em 1966, 07/06/2016,Timbotuba, QU 12:12).*

No trabalho da roçagem, “*às vezes eu tenho que adiantar meu lado, tenho que estar lá, limpando junto com eles. Como eu falei antes, o máximo que eu posso pagar é duas diárias. Aí a gente vai três (o proprietário do açaiçal e os dois trabalhadores assalariados na diária) pro mato*” (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 1:32). As relações entre empregador e empregado no Timbotuba normalmente se caracterizam por relações em que o empregador trabalha juntamente com os empregados para a concretização do serviço contratado, o que contribui também para uma maior legitimidade desta relação, inclusive para uma melhor aceitação, pelos contratados, das relações estabelecidas junto ao contratante, que normalmente são vizinhos, familiares e/ou amigos dos empregados.

Na Serafina, a independência ou autosuficiência do ‘grupo doméstico’ em relação ao trabalho nos açaiçais é restrita à etapa da extração do fruto, posto que na etapa de roçagem ou limpeza dos açaiçais conta-se também com o apoio de terceiros. Entretanto, enquanto no Timbotuba esta etapa normalmente se dá a partir da contratação remunerada de força de trabalho, na Serafina se dá mediante a realização de mutirões comunitários.

Assim, ainda que preservada a autonomia de gestão que cada ‘grupo doméstico’ tem sobre seus açaiçais, esta autonomia não significa autossuficiência ou ausência de relações de dependência entre essas diferentes unidades de produção. A organização desses mutirões na Serafina ocorre “*só na área do açaiçal. Só faz nele mesmo, acaba fazendo só nele mesmo.*

*Tem açazais aí que são grande pro cara roçar. Sozinho fica ruim, né?” (Elias Qu 23:14). Já nas roças de mandioca, “aí numa área dessas da roça não, aí a gente leva só a gente mesmo” (Elias Qu 23:14).*

Enquanto na Serafina os mutirões são organizados exclusivamente para a roçagem/limpeza dos açazais, situação oposta ocorre no Timbotuba, onde são um costume do trabalho nas roças de mandioca: *“É mutirão da roça. A gente reúne três, quatro pessoas, vai lá roça um dia. Aí depois daquele dia que o pessoal vem roçar pra mim, aí eu já vou ajudar aquelas três pessoas: um dia após dia, até pagar os três dias que eu fiquei devendo, entende? Um dia no roçado de cada um” (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 1:35).*

*Mutirão a gente convida as pessoas: seis, sete, oito pessoas. E aí vai trabalhar. Aí faz o almoço. Aí todo mundo almoça, aí trabalha a tarde. Aí o pessoal já vai para casa dele. Aí já janta na casa dele. Aí quando é o dele aí o pessoal vai também[...] A pessoa troca dia. A gente chama de trocar dia. Você vai trabalhar para mim hoje, mas amanhã ou depois, ou quando o senhor marcar, aí eu vou trabalhar pro senhor[...] São vizinhos. Varia, a gente nunca formou grupo[...] Até hoje a gente nunca fez grupos assim não. A gente convida. É porque às vezes assim, eu chego lá no senhor. Aí eu vejo se dá pra você trabalhar comigo lá na segunda feira. Hoje é terça, tem uma semana quase. Aí o senhor pensa. Aí o senhor diz dá, dá para mim. Aí eu já vou conversar com outro. Às vezes ele diz não, pra mim não dá segunda feira, eu tenho que fazer tal coisa. Aí eu vou pra um outro, até eu arranjar a quantia que eu estou querendo (Genival ,nasceu em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:25).*

*Nós não puxamos o dinheiro e pagamos a diária pra eles. Porque sai mais pesado. A gente chega as sete aí toma café. Aí amola os terçados. Aí vai para o mato. Aqui, quando é onze, a gente para pra almoçar. Quando dá duas horas a gente volta pra roçar de novo. Aí quatro já está dispensando o pessoal (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 1:35).*

A prática de mutirões é característica comum não só entre agroextrativistas do Alto Canaticú. Na RESEX Arapixi/AM, localizada no Alto Juruá, segundo VIEIRA (2012, p. 106), “Se um homem precisar brocar a sua área de roça, ele poderá convocar vários parentes e amigos para realizar um adjunto (mutirão)”.

Enquanto na RESEX Arapixi os mutirões são também conhecidos como adjuntos, no Alto Canaticú “a gente chama de trocar dia”. A responsabilidade pela alimentação dos trabalhadores é do ‘grupo doméstico’ responsável pelo roçado, isso tanto no Alto Canaticú quanto no Alto Juruá, onde as trocas de dias de serviço são também uma prática comum:

“Geralmente, a esposa do dono do roçado prepara um farto almoço para os trabalhadores [...]A troca de diárias (dias de serviço) é outra forma comum de divisão do trabalho” (VIEIRA, 2012, p. 106).

Esta autora aponta outros trabalhos que observam a construções de tais redes sociais de suporte mútuo em povos amazônicos, entre os quais um estudo de Mariana Pantoja<sup>85</sup>. Esta “observa que, mesmo quando estão localizadas em diferentes colocações, casas ligadas por parentesco, incluindo o compadrio, podem manter contato frequente e relações de reciprocidade, criando uma rede social”. Nesses contextos,

a solidariedade se destaca como potência de vida do grupo, caracterizando-se como apoio mútuo e cumplicidade, e tem seu sentido enlaçado pelos sentidos de familiaridade, vizinhança e apadrinhamento. Não há um intuito claro de provocar participação ou de conquistar reivindicações. Ela é inerente à convivência, assim como os conflitos. (COSTA e CASTRO-SILVA, 2015, p. 288).

Além da farinha ser um produto feito para a subsistência imediata de seus produtores, no Timbotuba ela é a principal fonte de renda ou de trocas para uma grande parcela dos ‘grupos domésticos’ locais:

*O ganho pra cá é mais a farinha. Quando a gente quer ir na cidade, a gente faz uma farinha. Vende pra comprar o alimento: é feijão, arroz, macarrão, carne, frango, café açúcar, óleo[...] As vezes a gente troca assim com objeto; que a gente troca farinha por comida. A gente compra, faz a farinha e paga. Por aqui também eles compram farinha. Eles encomendam aqui para gente, aí a gente faz e eles compram. Não é muito assim. E quando a gente vai na cidade também a gente leva - em Curralinho - farinha pra vender (Joana, 06/06/2016, Timbotuba, QU 33:15).*

Além de venderem na cidade, “vende aqui na redondeza. Lá para cima, no Centro<sup>86</sup> eles compram. Tem uns que tem, mas tem uns que não tem, né?” (Antônio, 06/06/2016, Timbotuba, QU 35:11). Algumas famílias do Alto Canaticú, especialmente na Serafina, Pimental e Passagem Grande; ao se dedicarem a outros trabalhos - à exemplo da exploração do açaí - ou por outros motivos, eventualmente podem não fazer a roça em determinado período ou ano, necessitando adquirir farinha no mercado. Entretanto esta situação é exceção tanto no Timbotuba quanto na Serafina, inclusive pelos motivos abaixo expostos:

*Hoje a farinha tá custando cinco reais o quilo. E não é toda vez que a gente tem dinheiro pra comprar a farinha. E se agente*

---

<sup>85</sup> PANTOJA, Mariana Ciavatta. (2008: 371). *Os Milton: cem anos de história nos seringais*. Rio Branco: Editora da Universidade Federal do Acre.

<sup>86</sup> Região onde se encontram as comunidades Serafina, Pimental e Passagem Grande.

*largar a roça de mão, de lado, para trabalhar só no açaí, a gente vai comprar farinha no ano seguinte. E se a gente também larga o açaizal, a gente já não tem como colher o açaí no ano que vem (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 1:8).*

A preocupação em manter sempre uma roça de mandioca é outra característica comum entre os agroextrativistas do Alto Canaticú e da RESEX Arapixi. Segundo VIEIRA (2012, p.105), nesta RESEX “trabalham para que haja sempre mandioca própria para o consumo em suas roças em qualquer época do ano. Assim, a farinha pode ser feita a qualquer momento, sendo utilizada também para a venda, quando há necessidade urgente de levantar dinheiro”.

No Alto Canaticú, a troca de mercadorias também é uma alternativa às relações comerciais intermediadas por papel moeda, especialmente quando na falta de posse suficiente deste. Assim, além da venda, é comum também as relações com o mercado se darem sem o intermédio desse instrumento mercantil. Isso vale tanto para a farinha quanto para outros produtos explorados ou trabalhados localmente:

*O cara tira o açaí - duas, três latas - quando passa o comprador. Mas isso aí, já apanha esse açaí, mais para trocar, né? Porque o cara, muitas vezes o cara encosta: 'Olha, não tenho o dinheiro'. Mas o cara traz a comida, um frango, um peixe. Aí o cara não tem: 'Tá bom, vou tirar açaí pra ti. Deixa um frango aí.' O cara deixa o frango; aí o cara tira uma lata, duas latas de açaí: 'Dá só isso mesmo?' 'É'. Só assim (Cândido, 34 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:26).*

Quando o destino da farinha é a venda, o preço de um fardo (saca de farinha de trinta quilos): “*Tá cento e vinte (reais) aqui. Tá barato, não tá? Para o trabalho que dá*” (Antônio, 06/06/2016, Timbotuba, QU 35:8). Este trabalhoso processo começa com a preparação da roça.

*(A roça) tem gente que não faz grande não[...] Acho que assim uns cinquenta metros quadrados[...] Se a pessoa quiser fazer área maior pode fazer também. Se der conta. Porque pra cá pra nós o que fica mais ruim é a capina da roça. Dá muito mato, é muito trabalhoso[...] É ruim mesmo. Custa muito, é o trabalho mais demorado que tem da parte da roça é capinar[...] É porque é no sol, né? No sol, aí fica de joelho, fica de 'cócoras'. Pra quem tá com as cadeiras esbandalhadas aí acaba de esbandalhar. Só se o cara tiver condição mesmo: tiver roça grande e pagar para ajudarem, né? Mas não tendo condição é meio bronca (Cândido, 34 anos, e Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:72).*

As condições penosas de capina e roçagem tem se intensificado em tempos recentes. Em conversa com agroextrativistas locais, estes mencionam que a “*estiagem este ano (outubro 2015/janeiro 2016), rachou o chão por dentro. Mencionou ‘El Nino’ e dois graus mais quente o planeta. Era para dar dez feixes de maniva<sup>87</sup>, deu cinco feixes. Açai seco e não deu quase nada*” (Notas do Diário de Campo, 06/06/2016, p.8).

*Com a quentura de hoje em dia as pessoas não dão conta de ficarem no roçado o dia inteiro. Antigamente ficavam o dia inteiro, pois o sol era menos quente. Antigamente (década de 90 e 80), pegavam a partir de 07:00, 08:00 horas até 12:00 e voltava 13:30 e ficava até 17:00, 18:00. Hoje em dia o pessoal fica lá na roça até 10:00, 11:00 horas, depois não aguenta mais. E a tarde não volta pois não aguentam a “quentura”* (Notas do Diário de Campo, 06/06/2016, p.8).

Segundo pesquisa de Neto (2010), que se baseia em análise dos relatórios do IPCC<sup>88</sup> - Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima da ONU – modos de vida tradicionais tendem a sofrer impactos negativos com o atual processo de aquecimento global. Este é um fenômeno de aumento da temperatura do planeta advindo principalmente do aumento das emissões antrópicas de gases de efeito estufa<sup>89</sup> na atmosfera. A intensidade e o atual modelo de desenvolvimento contribuem decisivamente nesse processo, tanto por meio da intensificação da atividade industrial quanto da degradação de ecossistemas que, mantidos e conservados, favorecem a regulação do clima planetário.

Entre os impactos do aquecimento global na América Latina, segundo o IPCC, estão redução da produtividade agrícola e da criação de animais, com possíveis impactos sobre a segurança alimentar de diferentes povos. Além disso, limitações de acesso a tecnologias, inclusive pelo eventual baixo nível de renda, estão entre fatores que dificultam a adaptação a tais mudanças. Dessa forma, o Painel aponta, enquanto alternativa tanto para a adaptação quanto para a mitigação desses impactos, o desenvolvimento e a adoção de novas tecnologias que podem, simultaneamente, contribuir para potencializar práticas econômicas. Nesse sentido, fomentar o acesso de povos afetados pelas mudanças climáticas, entre eles os povos e comunidades tradicionais, à novas tecnologias pode ter uma dupla contribuição. O próprio IPCC menciona que limitações de acesso à capital de investimento são empecilhos para a adaptação às mudanças climáticas.

---

<sup>87</sup> Outro nome usado na região para a mandioca.

<sup>88</sup> Organização intergovernamental criada para dar subsídios científicos para as decisões políticas referentes às mudanças do clima (NETO, 2010).

<sup>89</sup> O carbono (CO<sub>2</sub>), o gás metano (CH<sub>4</sub>) e o óxido nitroso (N<sub>2</sub>O).

As roçadeiras motorizadas, equipamentos escassos mas já presentes no Alto Canaticú, são um exemplo de como fomentar o acesso a novas tecnologias pode eventualmente contribuir na adaptação dos agroextrativistas do Alto Canaticú às mudanças climáticas. Estas roçadeiras são de manuseio autônomo e individual e favorecerem a economia de tempo no trabalho, inclusive de exposição à crescente incidência solar. Também minimizam o esforço e desgaste físico advindo do ‘penoso’ trabalho de roçagem para a preparação da roça de mandioca, efeitos estes com prováveis reflexos significativos na saúde do trabalhador.

Após o preparo da roça, *“deixa pra lá. Quando é meio grossa aí é quinze dias, vinte dias. Aí é que queima”* (Fátima, 06/06/2016, Tombotuba, QU 4:66). *“Tem que esperar secar pra poder queimar. Aí depois disso que a gente vai cavar pra poder plantar a maniva”* (Cândido, 34 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:70). Feito o plantio, *“com 6 meses em diante a gente já começa a trabalhar na farinha”* (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 1:3).

Não é necessário colher a mandioca logo após os seis meses. Caso o ‘grupo doméstico’ não esteja precisando naquele momento, ela pode manter aquela reserva plantada por mais alguns meses – como se fosse uma ‘poupança’ para a segurança familiar - realizando a colheita quando necessitarem. Tanto o plantio quanto a colheita – atividades não tão penosas quanto a roçagem - são feitas pelo próprio grupo doméstico, não sendo habitual mutirões ou contratações de terceiros para estas etapas.

Após a colheita da mandioca, esta é transportada até a casa de forno para ser beneficiada em farinha. *“Olha , a gente vai primeiro buscar lá na roça , né? Quando chega, raspa, descasca - raspa aquela casca que tem por cima - aí lava”* (Antônio, 06/06/2016, Timbotuba, QU 34:1). Esse processo de descascar e lavar é uma etapa majoritariamente realizada pelas mulheres. Em seguida *“A gente joga ela aqui dentro. Quando tá funcionando o motor ali, tá rodando ali e esse aqui (o ralador) tá rodando também. Aí vai caindo aí. Só virando massa, entendeu? Vai ralando”* (Antônio, 06/06/2016, Timbotuba, QU 34:1). Esta etapa que hoje é feita com a ajuda do motor, *“de primeira era na mão ou na roda, né? Agora não, agora é no motor faz um bom tempo”* (Cândido, 34 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:23). Ao final desta segunda etapa tem-se uma massa branca gerada a partir da mandioca ralada. A etapa seguinte consiste em retirar o excesso de água desta massa: *“A gente ensaca, aí joga ali dentro e aperta. Aí joga um em cima do outro aí. Aí joga uns paus em cima. Aí vai em cima da saca e vai apertando[...] Aí aperta aqui, com o arame. Ele roda, vai rodando e vai apertando. Vai rodando o arame e isso aqui (tronco de madeira) vai baixando. É a*

*prensa. Aí sai de lá tudo enxuto já” (Antônio, 06/06/2016, Timbotuba, QU 34:1). Essa prensa mecânica é construída pelos próprios agroextrativistas. Para sua confecção eles utilizam madeira e arame de corda. Após enxuta, a massa “vai para peneira[...]Penera, aí acaba: vira lá no forno pra torrar. Aí já é para comer” (Antônio, 06/06/2016, Timbotuba, QU 34:1). É necessário ficar mexendo a massa o tempo inteiro enquanto ela está torrando no forno, para tanto se utiliza uma espécie de pá de madeira, semelhante à um rodo.*

Além da farinha, pode ser feito também o bejú<sup>90</sup>. O processo é o mesmo, mudando apenas a última etapa: “*O bejú é a mesma coisa, mas aí coloca umas coisas a mais para ficar mais gostoso, né? Mistura uma castanha[...] para dar um gosto mais. Esquenta lá o forno, faz o bijú. A gente faz assim, redondo lá dentro. Fica lá, né? Aí quando tá torrado por baixo, a gente só vira do outro lado*” (Antônio, 06/06/2016, Timbotuba, QU 34:1). Em termos quantitativos, uma fornada de farinha

*dá uns quinze quilos, um meio fardo, né? Nós chamamos, uma saca que leva trinta quilos, nós chamamos de um fardo, né?[...] É um trabalho, como se diz, muito trabalhoso mesmo. Porque se tiver dez na casa de forno, todos trabalham. Tem um servicinho para um, pra outro, pra outro. Na hora que tá fazendo assim, né? Trabalhando, né? Se tiver aqui dez pessoas, trabalha tudinho. Por exemplo, um já estava lá sevando; outro já estava empreitando aqui; outro já tirava de lá e já vinha coar aqui; e outro pra ajudar lá no forno, né? Tudo fazendo só em conjunto (Antônio, 06/06/2016, Timbotuba, QU 35.8).*

Esse ‘só’ que se agrega em ‘conjunto’ na casa de forno transforma esta não só em local de produção de subsistências materiais. O forno parece aquecer não só a farinha, mas também as relações sociais e afetivas daqueles que, congregados nas satisfações de suas necessidades materiais, estabelecem diálogos e interações que produzem, além de bens materiais de subsistência, afetos, memórias e pertencimento:

*Casa de Farinha (ou de forno): mulheres e rapazes mais novos. A produção era de uma família<sup>91</sup>, mas ajuntam várias mulheres (aparentadas, mas de outros ‘grupos domésticos’) e ficam conversando; e quem tiver vontade, trabalha no lugar da ‘dona da produção’<sup>92</sup>. Dão risadas, brincam e pegam no pé das crianças e entre si. As crianças correndo e brincando; as mulheres brigando (com as crianças) e ‘zoando’. Uma farra. Vão aparecendo outras pessoas – homens inclusive. Daí uns ajudam a torrar farinha. Seu José pegou uma ‘vassoura’<sup>93</sup> de*

<sup>90</sup> Também conhecido como tapioca nas regiões mais ao sul do Brasil.

<sup>91</sup> Um ‘grupo doméstico’.

<sup>92</sup> Membro do ‘grupo doméstico’ a quem pertence a produção de mandioca que está sendo beneficiada.

<sup>93</sup> O cacho do açai quando sem frutos.

*açaí do chão e foi correndo atrás das crianças fazendo algazarra e elas pularam das árvores e saíram fugindo. A mulherada deu risada. Seu José fica na rede de longe, só vigiando o movimento (Notas do Diário de Campo, 10/06/2016, p.38 e 39).*

Uma característica referente às casas de farinha contribui para tornar este espaço um tradicional local de congregação familiar e comunitária. Não são muitas que existem, tornando-as um espaço necessariamente compartilhado por várias famílias. Geralmente são os mais antigos, os patriarcas e matriarcas, que possuem uma casa de forno. Assim, os filhos, mesmos após se casarem e saírem das casas e sítios dos pais, lá continuam retornando para usufruírem tanto da casa de forno quanto dos afetos construídos junto ao convívio familiar.

*A Casa de Farinha é do Seu José e da Dona Conceição, mas todos utilizam ela. Fica atrás da casa deles e dali eles observam o movimento. A casa não tem algumas paredes, como se o quintal atrás da casa fosse uma extensão da casa. A tarde é comum os filhos e famílias<sup>94</sup> se juntarem na casa dos ‘velhos’<sup>95</sup>. Daí tomam café e é uma algazarra, uma brincadeira (Notas do Diário de Campo, 10/06/2016, p.40).*

As relações de cooperação mútua e voluntária mediadas pelas casas de forno não se restringem ao processo da produção da farinha. Por serem espaços necessários à quase totalidade dos ‘grupos domésticos’, e passíveis de serem usufruídas de maneira compartilhada entre estes; e por demandarem para sua construção relativo emprego de recursos materiais e força de trabalho, não raro as relações de cooperação entre ‘grupos domésticos’ distintos se inicia na própria construção da casa de forno:

*É nosso lá. Porque nós que fizemos essa casa de forno lá com ele. Ficou mais fácil. Porque eu faço roça pra lá, né? Aí vamos fazer uma casa de forno em conjunto aqui. O senhor usa, nós usamos. Aí nós nos reunimos e fizemos um forno lá (Cândido, 34 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:34).*

Neste aspecto as casas de forno se assemelham aos centros religiosos presentes no Alto Canaticú. Esses centros também são compartilhados, sendo espaços de encontro e congregação entre diferentes ‘grupos domésticos’. E tal qual nas casas de forno, esses centros não raro mediam relações de cooperação voluntária entre os que, nesses locais, comungam interesses:

*Ai sábado eu já tenho outro trabalho, que é o trabalho na igreja. Eu trabalho na igreja. É, por exemplo, hoje a gente está*

---

<sup>94</sup> ‘Grupos domésticos’

<sup>95</sup> Termo carinhosamente utilizado por familiares ao se referirem ao casal formado pelo patriarca e matriarca.

*construindo o templo, né? Estamos fazendo as paredes já. Então a gente faz o mutirão. Dos dez membros da igreja, a gente vai lá, faz um mutirão, reúne: 'Olha sábado tem o mutirão da igreja'. A gente vai pra lá. Cada um leva uma comida. Quando é na hora do trabalho, a gente pega o trabalho das oito as onze. Aí das 11:00 até 14:00 horas tem o almoço, nesse intervalo aí. Aí das 14:00 pega até as 16:00[...] fazendo a carpintaria, né? (Zuenir, 05/06QU 1:23).*

Em sua pesquisa junto a moradores e comunidades da RESEX Arapixi, Vieira (2012, p.72) também observa ações de reciprocidade que se estabelecem por meio do uso compartilhado de espaços. Segundo a autora, esforços coletivos de manutenção do centro religioso local

[...] parecem reforçar a auto-imagem dos moradores como um grupo mais coeso com interesses comuns, que dizem respeito apenas aos que ali habitam. Algumas falas de moradores da vila expressam esta visão de si mesmos como um grupo - uma comunidade - que mantém peculiaridades em relação às casas aliadas não daimistas que se encontram no seu exterior.

Duarte também observa a importância da co-habitação no acionamento da identidade comunitária que, no caso por ele estudado, era a de 'moradores do bairro de Jurujuba'. Segundo o autor, o espaço físico no qual a comunidade se baseia serve como "suporte empírico para a articulação do tema ideológico da sua unidade", da indiferenciação de seus membros pela comunhão das mesmas condições de habitação:

Habitar em Jurujuba [...] importa na convivência em uma experiência comum de peso inarredável [...] Soma-se a esta, a vivência de uma unicidade de relações sociais - de parentesco, de compadrio, de vizinhança, de companheirismo pelo trabalho - que transforma as experiências isoladas de moradores do mesmo bairro em problemas imbricados numa 'comunidade' (DUARTE, 1999, p.39).

O autor (1999, p.40 e 41) afirma que questões comuns vivenciadas através da convivência no mesmo espaço físico e social englobam tanto situações de transporte e segurança quanto modos de ocupação, uso dos solos e demais recursos naturais compartilhados, englobando inclusive a própria conservação destes. O autor relata a mobilização dos moradores de Jurujuba contra o funcionamento de uma fábrica de conservas que implicava considerável poluição do ar e do mar fronteiro à comunidade. "A parte da população imediatamente afetada mobilizou-se prontamente contra essa degradação de seu espaço de vida, conseguindo por vias formais e informais que sustasse tal prática".

A partir dessa reflexão sobre o ‘espírito comunitário’<sup>96</sup> ou ‘sentido de comunidade’, Duarte (1999, p. 42) observa que, ao assumir forma tão evidente quando do enfrentamento de problemas objetivos comuns que ameaçam a preservação da base material compartilhada por seus membros, este mesmo espírito “não deixa de ser igualmente forte no plano menos evidente da preservação dos padrões de conduta e ‘moralidade’”, inclusive na mediação com elementos de fora da comunidade:

A representação de uma grande segurança física pessoal e domiciliar (‘O Sr. pode dormir de janela aberta’) quanto a de uma relativa segurança moral (‘aqui ainda não tem tanto esses vícios que tem por aí’) [...] Isso vem apenas reforçar para o conjunto do bairro uma unidade moral que o opõe aos outros bairros populares das cidades grandes, encarados como antros de vício e crime.

Situação semelhante ocorre no Alto Canaticú, onde é comum ouvir falas do tipo: “Alex, a cidade é tipo uma prisão, né? Tem que dormir com a casa toda trancada” (Notas do Diário de Campo, 10/06/2016, p.44); ou as proferidas pelos amigos Tobias e Carlos: “No interior, o cara escuta tiro, é caça; na cidade [...]” “É um que morreu já (risadas)” (Carlos e Tobias, 07/06/2016, Timbotuba, QU 8:3). Nessa mesma linha Dona Josi afirma:

*Hoje em dia ninguém não está socado na cidade, engolindo vento ou - que Deus o livre - entrando para o mau caminho, não. Nós criamos nossos filhos, como eu que criei os meus filhos, que meu pai sabe, estão tudo aqui colocado. E todos eles sabem trabalhar, né? Graças a Deus estão livres de estarem fazendo ‘gatuagem’ pela cidade. Estão livres de estarem se metendo em vício, em mau caminho. Graças a Deus. Isso eu agradeço muito a Deus, a força que Deus me deu: criar meus filhos assim como meu pai nos criou (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:22).*

Introdutória do tema da estabilidade e da continuidade, a tradição é outro plano de identidade - além de outros possíveis, posto que os aqui elencados não são uma lista exaustiva - e que se articula com os planos da identidade baseados em modos de produção e condições econômicas semelhantes (plano classista) ou na unicidade de base parental, material, de valores, crenças e regras de conduta<sup>97</sup>. A tradição se relaciona com esses outros planos identitários, ora estando associada ao pertencimento a uma linhagem moral, inclusive por relações religiosas; ao pertencimento a determinado local, por relações de antiguidade e usufruto; ao pertencimento a uma família, através das relações de descendência e parentesco;

---

<sup>96</sup> Outros autores - à exemplo de Costa e Castro-Silva (2015), McMillan e Chavis (1986) e Montero (2007) - utilizam o termo ‘sentido de comunidade’ para designar este espírito.

<sup>97</sup> Esses planos de identidade, inclusive o associado à tradição, foram inspirados na análise de Duarte sobre os pescadores de Jurujuba (Duarte, 1999, p. 35 e 36).

e ao pertencimento a uma classe de trabalhadores, através da continuidade de relações específicas de apropriação do mundo material.

As articulações entre esses planos de identidade (e outros mais) encontram-se imbricadas numa unicidade ampla e complexa vivenciada inclusive através das relações sociais estabelecidas pelo indivíduo – sua rede social – onde se incluem relações baseadas no parentesco, no compadrio, na vizinhança, no companheirismo pelo trabalho, na comunhão de crenças, valores e regras de conduta, entre outras. A tradição é um plano da identidade que garante estabilidade e segurança a esta rede, sendo natural e possível mudanças. Entretanto essas me parecem mais fluídas e ‘seguras’ ao indivíduo quando a rede ou parte dela está incluída neste processo, acompanhando o mesmo movimento de transição.

Em relação à associação de interesses, me parece que esta possibilidade se encontra presente, em estado potencial ou efetivo, atravessando os diferentes planos de identidade possíveis. É ao redor de um plano identitário que eventuais interesses comuns podem se fazer presentes em convergência, gravitando ora ao redor da identidade baseada na tradição e nos interesses convergentes de manutenção dessa; ora ao redor de espaços compartilhados e de uso coletivo; ora ao redor da conservação de um território co-habitado e seus recursos naturais; ora ao redor de determinadas regras de conduta e valores morais comuns; ora ao redor de modos de produção e comercialização semelhantes entre si; em suma, ao redor de elementos, materiais ou não, que tenham significado e valor para determinado grupo social.

Segundo Costa e Castro-Silva (2015), são esses elementos, ora compreendidos enquanto planos de identificação, que garantem certa fluidez aos vínculos comunitários, aglutinando de forma dinâmica a vida daqueles que, em comunidade, se constituem em virtude de propósitos ou interesses comuns. É a crença de que suas necessidades serão satisfeitas a partir do compromisso de estarem juntos que caracteriza o sentido de constituição e pertencimento à comunidade.

McMillan y Chavis (1986) e Montero (2007) apontam para a existência de um ‘sentido de comunidade’ que seria o sentimento de pertença e de importância mútua existente entre os membros de uma comunidade, produzido nas relações cotidianas, entre convergências, divergências e conflitos (COSTA e CASTRO-SILVA, 2015, p. 285-286). Dessa forma, sentidos de comunidade se constituem e desconstituem com base na identificação mútua entre determinados indivíduos e grupos; e a partir do reconhecimento de interesses convergentes que gravitam no entorno daquela identificação.

Em relação ao possível elemento aglutinador em que se constitui o plano identitário de classe, que se baseia em modos de produção e comercialização comuns, ainda que alguns grupos sociais possuam tais condições econômicas semelhantes entre si, ou seja, ainda que possuam identificações, isso não é garantia que existam interesses comuns efetivos, tão pouco um sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade. É inserida na dinâmica e nas mudanças de determinado contexto sócio-histórico que eventuais interesses comuns podem surgir, saindo então de uma situação potencial para ganhar sentido no campo da efetividade. Este sentido é o que constitui um espírito comunitário; é o que constitui um sentido de comunidade.

A partir da leitura de ‘ O 18 Brumário de Luís Bonaparte’, obra de Karl Marx, Spivak (2010) afirma que apenas quando interesses comuns se fazem presentes em convergência é que transformações da realidade podem ser empreendidas. Assim, para que o agenciamento coletivo de uma classe seja efetivo na transformação da realidade, não bastam similaridades entre as condições econômicas de seus membros. Estas condições estão atreladas ao conceito e à formação de uma classe enquanto categoria descritiva, mas não enquanto entidade transformadora. Para a constituição desta, segundo a autora, também se faz necessário um sentimento de comunidade constituído a partir de uma base convergente de interesses entre os seus membros. Assim sendo, localizados espaço-temporalmente,

[...] os sentidos de comunidade são mobilizados no e pelo coletivo, impulsionando a participação social em torno da construção de identidades que se transformam conforme os diferentes contextos sócio-históricos (COSTA e CASTRO-SILVA, 2015, p. 289).

Se tais interesses não se fizerem presentes de maneira efetiva entre os membros que compartilham de uma determinada unicidade identitária, transformações da realidade não são empreendidas, podendo acontecer, mas por obras do ‘acaso’ e não de um agenciamento coletivo conscientemente engajado e, portanto, promotor de participação social.

Longe de acolher o tema da participação social apenas como a organização civil para o controle social (previsto e, de certa forma, impelido pelas políticas públicas), propõe-se compreendê-la como toda possibilidade de atuar socialmente, criada, conquistada, negociada e inventada no coletivo; a participação social seria, portanto, o próprio exercício da convivência e da vida coletiva. E é na diversidade de movimentos de participação produzidos e sustentados no interior das comunidades que se manifestam suas potências criativas de inventar a vida, orquestrando tensões e concessões, negociações, cooptações e embates (COSTA e CASTRO-SILVA, 2015, p. 289).

As vias utilizadas e compartilhadas pelos grupos domésticos da Serafina para o ir e vir cotidiano tanto de seus integrantes quanto das mercadorias e produções desses, de maneira semelhante às relações mediadas pelas casas de forno e os centros religiosos, é mais um exemplo de como o compartilhamento de espaços podem propiciar movimentos de participação social direcionadas à transformação da realidade. O movimento em questão se dá através da cooperação mútua e voluntária entre integrantes comunitários mutuamente implicados na necessidade e no interesse em ir e vir, expressando “uma solidariedade baseada na possibilidade de uma identificação entre eles” (COSTA e CASTRO-SILVA, 2015, p. 287). É gravitando ao redor dessa identificação que os interesses comuns entre os ‘grupos domésticos’ pertencentes à comunidade constituem-se em convergência:

*Dois mil e treze, daqui pra Passagem Grande, nós fizemos um trabalho voluntário mesmo. Dinheiro nosso. Eu cheguei dar vinte litros de gasolina meu - comprei na cidade - minha motosserra. A gente dava comida. Cada um dava um pouquinho de feijão. A gente ia pro rio, de sábado em sábado, tirar pau de dentro do rio[...] Passamos um verão[...] Esse verão nós trabalhamos na estrada. Então daqui pro Pimental nós andamos de bicicleta no verão. Já tinha o caminho, só ‘enlarguemos’ e raspamos com a enxada. Com bicicleta melhorou muito a vida do povo aqui. Já pensou o cara com uma hora e quarenta com peso nas costas, por exemplo, trinta quilos de mercadoria. Tu, uma hora e quarenta, com ele na costa direto, sem arriar, é muito peso. Eu trazia vinte litros de gasolina na minha bicicleta e trinta quilos de mercadoria na garupa[...] Então facilitou muito. Em vez de trazer nas costas, trazia na bicicleta, que tu vinha em cima ainda, não andava (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:34).*

Enquanto o estado recorrentemente subvenciona agentes que atuam não tradicionalmente e apenas economicamente em territórios<sup>98</sup>; ele negligencia fomento e apoio às comunidades que histórica e tradicionalmente os ocupam. Enquanto a estrada utilizada pela fábrica de extração e beneficiamento de palmito era mantida com apoio de recursos municipais,

*esse nosso rio nós estamos abandonados a tantos anos. Já passou grande quantidade de político por aí e todo tempo de campanha eles vem aqui: ‘Não, se eu ganhar, eu vou limpar esse rio!’. Nunca chegou[...] Eles não fazem isso cara. Eles não se preocupam com o povo que tem aqui (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:34).*

---

<sup>98</sup> Agentes que mantêm apenas interesses econômicos sobre os territórios que exploram, mantendo descolados desses outras bases relacionais necessárias ao ser humano: a base relacional familiar e socio-afetiva; a base memorial e de pertencimento, entre outras.

Na esfera econômica, o município praticamente se limita ao mesmo que os agentes não historicamente vinculados ao território, mas fomentados pelo Estado, eventualmente disponibilizam em suas negociações junto às comunidades tradicionalmente vinculadas, mas não fomentadas à assim manterem-se: a prefeitura disponibiliza algumas oportunidades de trabalho assalariado.

Estimo que um a cada seis ‘grupos domésticos’, tanto no Timbotuba quanto na Serafina, possuem membros empregados pela prefeitura. Os trabalhos são atrelados à área da saúde, onde se destaca o papel do agente de saúde; e à educação escolar, com as funções de merendeira e faxineira, condutor de transporte escolar e magistério. Essas ocupações são uma importante renda extra para ‘os grupos domésticos’ dos quais estes empregados fazem parte.

Além das ocupações relacionadas à produção da farinha, à extração e comercialização do açaí e aos trabalhos assalariados no serviço público e em cadeias produtivas de pequenos produtores locais, este último mais restrito à comunidade Timbotuba, outra atividade exercida no Alto Canaticú é o serviço profissional de carpintaria.

O extrativista e carpinteiro que conheci atua em oficina própria instalada ao lado de sua morada. *“Aprendeu o ofício de carpintaria só observando outros carpinteiros fazerem. Não é de família. Parava no porto. Alguém fazendo, reparava, etc. Daí ia aprendendo”* (Notas do Diário de Campo, 07/06/2016, p.24).

*Eu olhava quando eu passava assim, por exemplo, assim em carpintaria. Eu ficava observando as coisas[...] Aí eu comecei a comprar ferro pra começar a trabalhar. Quando o meu irmão trouxe um carpinteiro lá da boca do Canaticú pra trabalhar numa rabeta pra ele, aí eu ficava observando quando ele começou e quando ele terminou. Aí eu fiquei com aquilo na cabeça de trabalhar também. Aí eu fiz uma rabeta e vendi. Aí não saiu lá essas coisas, bonita como eles fazem. Aí já fiz outra, aí já melhorou a forma, o casco. Aí a gente começou a trabalhar em casa, em construção de casa[...] pra vizinhança* (Zuenir, Timbotuba, Qu 1:30).

O saber-fazer na carpintaria é um conhecimento tradicional cujo meio de transmissão principal não é a escrita ou a oralidade: *“O carpinteiro não gosta que fiquem perguntando, pois dá a entender que querem entrar no ramo dele. Fica só observando de início, depois vai ganhando confiança, daí vai perguntando”* (Notas do Diário de Campo, 07/06/2016, p.23). Tais conhecimentos encontram nos corpos daqueles que o exercem o principal meio de sua transmissão intergerações: *“Quando cheguei, ele estava trabalhando na confecção de uma*

*rampa e estavam uns quatro meninos ao redor olhando ele trabalhar”* (Notas do Diário de Campo, 09/06/2016, p.35).

No Alto Canaticú, a carpintaria é uma prática e um conhecimento não restrito ao carpinteiro profissional, haja vista não raro serem os próprios membros de determinado ‘grupo doméstico’ os responsáveis pelo planejamento e construção tanto de suas residências quanto de suas embarcações:

*A casa deles, Sirley que construiu. Tirou no mato a madeira, serrou na motosserra, pregou e construiu; com exceção das tábuas da parede que comprou na cidade, pois é trabalhada (em diagonal). Lá cada um faz sua casa, seu barco, etc. Josias tem muita habilidade na carpintaria. Os filhos e Suely ajudaram Sirley a puxar madeira pra fazer a casa, carregar até o local da casa, etc.* (Notas do Diário de Campo, 09/06/2016, p.33).

Os conhecimentos relativos à carpintaria envolvem também a ciência tradicional sobre os diferentes tipos de madeiras. Saber identificá-las na floresta e também as características próprias de cada espécie é parte deste complexo saber:

*Trabalhando na embarcação, dez horas da manhã. Furando um pedaço de Cumarú de Cheiro - madeira mais dura da região – para fazer a bucha da embarcação. É utilizada também na quilha e no talhamar (ponto da frente da embarcação) pois dura muito (20 a 30 anos) e é mais resistente à impactos* (Notas do Diário de Campo, 07/06/2016, p.18).

Dependendo das características da madeira, ela será própria para determinados fins e outros não. Com base em ensinamentos repassados por carpinteiro local, registrei que em embarcações o “*pau-rosa, super cheiroso, forra o barco (fundo) com suas tábuas leves e resistentes. Os arcos são de piquiá*” (Notas do Diário de Campo, 07/06/2016, p.20). Para a confecção das rabetas<sup>99</sup>, a madeira e as medidas já são outras:

*Eu trabalho com cedorana. É a melhor madeira pra fazer a rabeta. Porque é uma madeira leve, uma madeira que não parte muito. Eu derrubo uma árvore de cedorana[...] Derrubo e fica guardada lá[...] Pra fazer uma rabeta são sete tábuas* (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 1:37).

Não obstante se caracterizar enquanto um conhecimento tradicional na região, é comum alguns ‘grupos domésticos’ contratarem agroextrativistas que são também carpinteiros profissionais<sup>100</sup> para a construção de casas ou para confecção de canoas e

<sup>99</sup> Canoa que possui em sua popa – parte traseira- um pequeno motor com um longo eixo com hélice que vai à água.

<sup>100</sup> Designo profissionais aqueles que prestam serviços remunerados de carpintaria a terceiros.

embarcações. Entretanto, da mesma forma que os demais empregados assalariados do Alto Canaticú, ainda que venda sua força de trabalho ou o fruto de seus serviços enquanto carpinteiro, “*mas aí eu não deixo de fazer a minha roça, fazer o meu açaiçal. Porque se eu for trabalhar na canoa direto, eu já vou perder a minha roça, perder o meu açaiçal*” (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 1:17).

A psique no âmbito do trabalho pode se expressar através do balanço entre dois conceitos: a sorte e o trabalho, conforme articulação feita por Duarte (1999). A dependência da primeira para a manutenção material dos sujeitos, tende a gerar nestes a sensação de apreensão e insegurança. Inversamente, depender mais de seu próprio trabalho, enquanto manifestação não de liberdades ou vontades alheias ao indivíduo, mas sim fruto de sua própria autonomia, tende à sensação de estabilidade e segurança.

Os carpinteiros parecem não abdicar das produções da farinha e do açaí por dois motivos que se complementam: 1) Não existe demanda contínua para o serviço remunerado de carpintaria. Nos intervalos, os agroextrativistas-carpinteiros aplicam sua força de trabalho nas produções de sua subsistência material imediata (alimentação); 2) Estas garantem uma base alimentar mínima ao ‘grupo doméstico’. Assim, ao se dedicarem a elas, optam pela estabilidade e segurança que tais produções os propiciam, posto que na carpintaria:

*Só por encomenda. Aí, por exemplo, chega alguém, encomenda uma rabeta. Aí eu vou, serro a madeira no mato. Benefício aqui mesmo [...] Tem um prazo, oito dias direto. Rabeta de cinco metros são oito dias que a gente trabalha nela. Para, trabalha só naquela rabeta. Tem vez que pega uma encomenda por mês, tem vez que são duas[...] Aí não é só eu que trabalha com rabeta. Aqui tem mais gente. Tem três que fazem rabeta aqui. Aqui no entorno da reserva são quatro que trabalham com rabeta. E tem um na serafina também (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 1:37).*

Enquanto para embarcações a remuneração do trabalho se dá por unidade de produção<sup>101</sup>, os trabalhos de construção e/ ou reparos de residências podem se dar tanto dessa forma – uma residência por exemplo – quanto por tempo de dedicação ao serviço<sup>102</sup>. Quando se dá através desta última, mediante o pagamento de diárias, normalmente o contratante trabalha lado a lado do carpinteiro contratado.

*Quando ele quer, ele trabalha pra adiantar mais o trabalho, favorecer mais o lado dele, né?[...] Ele ajudando, já economiza pra ele: dinheiro. A carpintaria a gente tá trabalhando por*

<sup>101</sup> Denominada por Marx, em ‘O Capital’, como ‘salário por peças’ (Duarte, 1999).

<sup>102</sup> Denominado por Marx, em ‘O Capital’, como ‘salário por tempo’ (Duarte, 1999).

*setenta reais, com almoço. A madeira é por conta dele. A gente só entra mesmo com a carpintaria. Só leva os ferros e ele entra com a madeira (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 1:30).*

Para se tornar um carpinteiro, além da ciência sobre as características das madeiras e o saber manufaturar os diferentes objetos e construções, faz-se necessário a posse sobre “os ferros”, ou seja, as ferramentas próprias deste labor: os meios de produção necessários ao adequado exercício desta profissão. A posse desses meios garante ao agroextrativista-carpinteiro entrevistado realizar, “*dos trabalhos que já fez, o que mais gosta: a carpintaria. Dá mais dinheiro. Além disso, trabalho perto de casa; não é ‘forçado’; dá para merendar; tomar um banho durante o trabalho*” (Notas do Diário de Campo, 08/06/2016, p.27).

Compreender os modos de ser sujeito nas relações que o trabalho mediatiza é um tema muito importante à psicologia social crítica, haja vista o labor ser espaço onde os sujeitos, enquanto resultado de processos de construção simbólica de sentidos, transformam o meio ao mesmo tempo em que são transformados. Dessa forma, as relações que envolvem o trabalho podem assumir configurações que contribuem para a realização e satisfação pessoal, com reflexos inclusive na saúde mental e no engajamento social do indivíduo considerado (VERONESE E GUARESCHI, 2005).

A carpintaria é um trabalho menos rigoroso e extenuante do ponto de vista físico; e na observação que realizei, o trabalhador atua adjacente a sua morada. Assim disposto, mantinha conversas com sua esposa que trabalhava preparando o almoço na cozinha através de um vão na parede desta que a conecta ao sítio e à oficina. Assim, ao mesmo tempo em que um trabalha na oficina e o outro na cozinha, o carpinteiro e a sua esposa, ao trabalharem, permanecem imbricados numa rede social carregada de afetos e acolhimento, num contexto que contribui para a constituição de um ambiente laboral associado à segurança e conforto familiar: “*Escutei pipoco (barulho alto), falei que era tiro de caça. Carpinteiro: ‘era corte de lenha’. Daí olhou pra esposa rindo*” (Notas do Diário de Campo, 08/06/2016, p.27).

O incremento na remuneração é outro fator que influencia a preferência deste agroextrativista pela carpintaria. A diária de um trabalhador no Alto Canaticú hoje varia entre quarenta reais – para casados – e trinta e cinco reais – quando solteiro. Já para a carpintaria, a diária varia entre sessenta e setenta reais. Há uma diferenciação de remuneração pautada não só pela qualificação. A posse sobre meios de produção necessários ao labor é outro elemento necessário para este ganho diferencial. Assim se dá tanto para a carpintaria quanto para outros serviços contratados: “*Operador de motosserra já ganha cento e vinte, cento e cinquenta*

*reais, pois já é profissional; já tem a motosserra dele (equipamento próprio). Tem os meios de produção”* (Notas do Diário de Campo, 08/06/2016, p.28).

Essas ferramentas e equipamentos, enquanto meios de produção, possibilitam ao seu proprietário-trabalhador realizar, em um dia, um serviço que duraria vários para um trabalhador não proprietário das mesmas tecnologias. Assim, ao conjugar seus conhecimentos e sua força de trabalho aos meios de produção que maximizam sua produtividade, constituem-se, por um lado, oportunidades de melhorias econômicas e de qualidade de vida e, por outro e caso tais posses sejam restritas a pequenos grupos, diferenciações remuneratórias.

O desenvolvimento de meios de produção que lhes garantam essas vantagens é uma busca. Um carpinteiro local estava trabalhando a alguns meses na construção de sua primeira embarcação própria. Trabalharia nela mais uns sete a oito meses, sem deixar de lado os serviços encomendados por terceiros: *“trabalha simultaneamente em mais de uma embarcação”* (Notas do Diário de Campo, 07/06/2016, p.19).

Ao trabalhar na construção de um barco próprio com melhores condições e capacidades de carga, o objetivo mencionado pelo carpinteiro era poder transportar produções do Alto Canaticú para vender na cidade e nesta adquirir mercadorias para comercializar nas comunidades, ou seja, poder ampliar suas oportunidades de geração de renda ao agregar, às suas atuais identidades produtivas - produtor de açaí, farinha e carpinteiro - uma nova: a de atravessador.

Esse desejo é atrelado à necessidade dessas famílias em aumentarem seu limitado, porém ascendente poder de compra. Contribui para esta ascendência algumas políticas públicas como o Programa Bolsa Família<sup>103</sup> e o Programa Bolsa-Verde<sup>104</sup>: *“Hoje em dia a gente já tem o bolsa família, né? Que já é uma ajuda. Mas a gente ainda trabalha muito forçado”* (Fátima, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:75).

*Antes do bolsa família, quem conseguia guardar um dinheiro no inverno pra usar no verão estava demais bom[...] Olha eu recebia trezentos reais do bolsa verde. O meu bolsa-família, tu sabe quanto eu recebo de bolsa família? Cento e quarenta reais.*

---

<sup>103</sup> O Programa Bolsa Família, regida pela Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004, é uma política do governo federal destinada à ações de transferência de renda com condicionalidades.

<sup>104</sup> O Bolsa Verde - instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.572, de 28 de setembro de 2011 é um programa de transferência de renda para famílias que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental. O programa concede R\$300 reais, de três em três meses, para as famílias que sejam beneficiárias, tendo como objetivos:

I - incentivar a conservação dos ecossistemas; e

II - promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população que exerça atividades de conservação dos recursos naturais em algumas áreas específicas, entre as quais as RESEX.

*Agora cortaram o bolsa verde. Eu recebo cento e quarenta[...] Precisa de material de escola, os filhos. O dinheiro que vem é pra eles, né? Para os meninos estudarem[...] faz as comprinhas que tem que fazer[...] Quando a família é grande não dura nadinha[...] Tem vez que falha mano[...] As vezes vai na casa do vizinho, empresta. É café, açúcar, óleo de cozinha, sabão, quiboa (água sanitária), sabão em pó, pasta, essas coisas, sabe? Negócio de comida é difícil, porque pra cá é mais fácil, né? Comida, o açaí, a farinha[...] o cara não compra (Elias e Suely, 09/06/2016, Serafina, QU 23:37).*

O dinheiro do bolsa-família é prioritariamente utilizado na educação dos filhos e para a compra de itens básicos de limpeza, higiene pessoal e alimentação. “O cara não compra” as necessidades materiais de subsistência possíveis de serem produzidas e /ou construídas localmente pelas próprias famílias.

A importância do programa bolsa verde enquanto política com efeitos sinérgicos e complementares ao bolsa-família é explicitada nas falas em virtude de cortes que tal benefício sofrera: *“Porque ela recebe um bolsa-família que ela compra roupa para os meninos, material escolar. Aí vai lá em Currallinho compra um café, um açúcar[...] Ela ganhava bolsa verde também, mas foi cortado”* (Cândido, 34 anos, 06/06/2016, Timbotuba, QU 4:77).

Uma outra política pública fundamental e que também é fruto da conquista dos trabalhadores tanto urbanos quanto do campo é o direito à aposentadoria. A previdência social garante uma remuneração mínima para a subsistência daqueles que se encontram com limitações para atividades laborais no Alto Canaticú.

As políticas acima e as ocupações até então mencionadas são eventos que propiciam e articulam relações dos moradores dessas duas comunidades com o mercado: ora vendendo ou trocando o que produzem e/ou recebem de benefícios sociais; ora comprando ou trocando aqueles por outros bens de que necessitam. Além da produção de bens voltados ao usufruto direto dos ‘grupos domésticos’ produtores; as ocupações produtivas e trabalhos até então mencionados estão relacionadas também, ao menos em parte, à geração de bens a serem comercializados. Digo ao menos em parte, pois essas mesmas práticas produtivas, sem exceção, da mesma forma que recorrentemente geram bens destinados ao mercado, também propiciam subsistência ou usufruto direto aos produtores que nelas implicam seus corpos e suas forças de trabalho. Alguns exemplos são as práticas produtivas relacionadas ao açaí, à farinha, à produção de embarcações e à construção de casas.

Entretanto, existem diversas ocupações que em geral estão voltadas exclusivamente à produção da subsistência material imediata das famílias, não sendo realizadas, nem em parte,

com fins comerciais. Entre elas estão a pesca artesanal de subsistência, a caça de subsistência e a pequena criação de animais.

Atualmente a criação de animais pelos grupos comunitários analisados se restringe basicamente a pequenas criações de *“galinha do terreiro. A gente fala galinha de terreiro[...] Só galinha[...] A gente criou porco. Aí depois que a gente veio pra cá, não. Só criou galinha pra cá. O porco não é bom não, porque ele come a roça do vizinho, fuça o pé da planta. Não dá certo não”* (Sofia, 07/06/2016, Timbotuba, QU 14:19).

A conjugação da roça e outras plantações com a criação de animais de grande porte *“não deu certo. Eles são muito atentados. Mexe e atravessam. Coloquei búfalo. Coloquei nove búfalos aí. Eles se atentavam, atravessavam, fugiam, invadiam coisas dos outros. Aí eu vendi e mandei fazer esse barquinho aí para mim”* (Genival ,nascido em 1966, 07/06/2016, Timbotuba, QU 10:76). Esse comportamento de animais de grande porte restringiu esse tipo criação no Alto Canaticú, configurando inclusive certa aversão dos agroextrativistas a esta ocupação: *“Só que meu pai nunca gostou de criar no sítio assim foi porco”* (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:21). Desta forma, quando *“porco tinha, a roça não. Depois que acabou porco, que a mamãe[...] danou a roçar uma capoeira”* (Dona Josefina, 09/06/2016, Serafina, QU 22:1). Na Serafina, quando lutaram contra a proibição imposta pelos patrões e conquistaram o direito de fazer roça, foram-se os porcos em favor da farinha. Acredito que tal escolha se deu posto que a exploração de mandioca é viável somente quando em cultivos agrícolas, não sendo extraída da floresta, diferente da proteína animal obtida através da caça ou da pesca.

Algumas criações ainda se mantiveram no Timbotuba, mas para manter a criação de animais de médio e grande porte de maneira concomitante à produção da farinha, *“ele fazia um curral grande. Sustentava esses porcos lá dentro, pra matar pra comer. Mas só dentro do curral, por causa de não revirar os plantios, não revirar roça, não revirar terra, não era pai? Criava porco no curral, três, quatro capados”* (Dona Josi, 06/06/2016, Timbotuba, QU 5:21). Provavelmente os custos e trabalhos demandados tanto na manutenção do curral quanto na alimentação e trato dos animais confinados não eram compensados com a eventual comercialização ou consumo dos porcos ora criados, motivo pelo qual atualmente não se encontram tais criações nas duas comunidades pesquisadas.

Um fator que provavelmente contribuiu para esta desistência são as práticas tradicionais tanto da pesca quanto da caça para subsistência. Essas garantem a proteína animal que compõe, junto ao açaí e à farinha, a dieta base demandada pelos agroextrativistas do Alto

Canaticú. Desta forma, esses não tem necessidade em subsidiar ou manter criações de animais de grande porte, diferentemente das comunidades urbanas e de outras comunidades rurais. Sobre a prática tradicional da caça para subsistência, numa conversa com dois moradores locais eles afirmam:

**Carlos:** *É pássaro que eles estão atirando. Tucano, tudo isso eles matam por aí. Mas dá também de dia, tem caça também de dia. Mas é bom mesmo é de noite, pro cara ‘lanternar’. O bom mesmo é a noite para matar elas. Quando sai pra mariscar, né?*

**Tobias:** *Parceiro ali esta noite matou uma paca [...]*

**Carlos:** *(Uma paca) só dá pra dois, três dias, que eles repartem, né? Dá um pedaço pra um , dá um pedaço pra outro. Eles são muitos, né? A família deles é grande (Carlos e Tobias, 07/06/2016, Timbotuba, QU 8:3).*

Quando um membro da comunidade mata uma caça, é comum ele compartilhar esta não só com seu ‘grupo doméstico’, mas também com irmãos, pais, avós e demais parentes avizinados. Esta parece ser uma prática comum nas comunidades rurais amazônicas. Nas comunidades da RESEX Arapixi, no Amazonas, onde a tradição de compartilhar a caça é conhecida como ‘vizinhar’,

[...]os produtos da pesca de peixes grandes e, principalmente, da caça de animais de médio ou grande porte, como pacas, porcos do mato ou antas, são divididos entre casas vizinhas, que mantêm uma relação de reciprocidade alimentar [...] Parentes, compadres ou amigos mantêm parceiros com quem sempre “vizinham” a carne obtida na caça, sem obrigação de retribuição imediata ou idêntica. A única obrigação das casas que mantêm uma relação de vizinhança é nunca reter toda a carne obtida numa caçada (VIEIRA, 2012, p. 106-107).

Aqui se evidencia como a solidariedade se apresenta enquanto potência da comunidade. É diante da luta diária pela sobrevivência; e envoltos pelo sentido de pertença a uma coletividade diretamente implicada na mesma luta, que a solidariedade se apresenta como instrumento de batalha. Neste caso, que se apresenta de maneira semelhante aos casos dos integrantes de uma ONG e ao dos pescadores artesanais analisados por Costa e Castro-Silva (2015),

[...] pode-se compreender a solidariedade como potência coletiva para a transformação social, que apoiará e ajudará a suportar os desgastes provocados pela luta; [...] como elemento próprio à vida em comum; [...] como composição de forças inerentes à convivência. Nesse caso, entretanto, não foi a luta que os aproximou, mas, ao contrário, aproximaram-se pelo cotidiano vivido juntos (COSTA e CASTRO-SILVA, 2015).

Cotidiano que envolve a prática de caçadas. Para estas, o período noturno se apresenta como o mais indicado, pois “*é muito difícil você sair pra caçar de dia e matar uma caça. Só de noite é mais fácil*” (Zuenir, 39 anos, 08/06/2016, Timbotuba, QU 20:22). Quanto à quantidade e disponibilidade, outros dois moradores locais afirmam:

**Carlos:** *ainda tem ainda[...]*

**Tobias:** *Tem um mucado ainda. Aqui na beira do rio a gente não mata assim mais por causa do barulho, que são muitos os ‘rabudos’.*

**Carlos:** *Muito motor à noite funcionando, pra todo lado, né?*

**Tobias:** *Aqui por perto assim mesmo, né? Pra longe mesmo, anoiteceu a gente tá matando caça* (Carlos e Tobias, 07/06/2016, Timbotuba, QU 8:3).

Em eventuais análises sobre a disponibilidade de caça em unidades de conservação onde existem populações tradicionais, levar em consideração as mudanças socioeconômicas locais pode ser muito útil, haja vista as possibilidades de atravessamentos destas nas tradições tanto da caça quanto da pesca para subsistência. No caso ora em análise, agroextrativistas não registram diminuição da oferta ou da disponibilidade de caça, sendo que a escassez que ocorre atualmente - e restrita às áreas próximas às comunidades - é atribuído não a eventuais diminuições da quantidade de animais, mas sim ao ingresso e funcionamento dos ruidosos motores utilizados tanto no transporte fluvial – antes realizado a remo – quanto nos geradores de energia elétrica. Atualmente cada ‘grupo doméstico’ possui seu próprio gerador. Este é geralmente ligado ao anoitecer para fornecer luz elétrica e suprir de energia televisores, aparelhos de som, geladeiras/congeladores e baterias de aparelhos celulares.

Essas recentes mudanças socioeconômicas também promoveram mudanças no acesso aos mercados. Aqueles que possuem qualificações e acesso a ocupações que propiciam maiores ganhos eventualmente preferem abrir mão de caçar em períodos e épocas menos propícias para investir mais tempo no aumento de seu poder de compra. É o caso de um carpinteiro profissional local:

*Eu não me preocupo mais com isso aqui. Eu prefiro trabalhar de segunda à sexta pra ganhar o dinheiro, passar o marreteiro, eu comprar. Do que eu empatar meu tempo: eu ir lá no mato, pra ver se eu mato uma paca, um tatu de dia. Eu não faço isso. Não tem como, a gente não acha. Agora de noite talvez. Quando a gente sai assim na época do verão, da ‘flor do piquiá’, a gente mata* (Zuenir, 39 anos, 08/06/2016, Timbotuba, QU 20:22).

As resistências daqueles que não abrem mão em manter essa tradição estão associadas não só às suas necessidades de subsistência material, mas também às suas necessidades

culturais e socioafetivas, haja vista a caça ser uma prática que além de suprir aquelas, supre também necessidades de distinção social:

**Tobias** *No interior, o cara escuta tiro, é caça; na cidade [...]*

**Carlos:** *É um que morreu já (risadas)* (Carlos e Tobias, 07/06/2016, Timbotuba, QU 8:3);

E supre também necessidades de lazer e sociabilidade: certa ocasião, mesmo eu tendo levado suprimentos para o almoço e o jantar junto ao ‘grupo doméstico’ do agroextrativista que entrevistava, este *“me convidou pra caçar com ele, ‘lanternar’”* (Notas do Diário de Campo, 07/06/2016, p.22). Em outra situação, quando dois jovens conversavam sobre o que fariam para se distrair ao fim do dia, a caçada surgiu ao lado do futebol:

**Jovem 1:** *“E aí, nós vamos lanternar?”*

**Jovem 2:** *“Com quem tu falou?”*

**Jovem 1:** *“Com ‘X’, ‘Y’. E aí a bola?”* (Saulo e um colega, 09/06/2016, Serafina, QU 26:4).

Da mesma forma que a caça se configura como uma ocupação que integra e supre diferentes necessidades, não se restringindo às de base material, a pesca de maneira semelhante se apresenta. Quando perguntei a uma agroextrativista, que conjuga seus afazeres domésticos e da roça com a de merendeira na escola local, o que ela gostaria de estar fazendo caso ela não tivesse que trabalhar na escola:

*Aí eu ia estar só no rio pescando, que eu gosto. Eu gosto muito. Assim, quando chega ao período de férias, que minhas irmãs vêm de Belém, aí não tem a escola, não tem aula, né? Aí a gente pesca muito. Sai pro rio pra pescar. Todo mundo, de canoa, no casco, né? Aí vão duas em cada casco. Vai conversando, leva garrafa de café, leva comida no marmitex, assim vai pescar. Chega só de tarde. Isso pra nós é uma diversão* (Sofia, 07/06/2016, Timbotuba, QU 14:7).

Os trabalhos realizados nas ‘casas de forno’ para o beneficiamento da mandioca em farinha são outro exemplo da indissociabilidade entre produções imateriais (lazer, sociabilidade) e materiais (alimento) no fazer tradicional. Em muitas dessas práticas a diversão e a sociabilidade não estão desatreladas da busca pela subsistência material. Esta, no entanto, continua sendo fator fundamental de mobilização para o agir transformador no mundo: *“Eu à tarde assim, eu sempre saio para pescar”* (Sofia, 07/06/2016, Timbotuba, QU 14:13).

*Primeiro porque a gente gosta do peixe daqui, da maré, né? A gente acha gostoso. E depois porque a gente precisa, né? Porque nem todas às vezes a gente tem condição de estar todo dia comprando, todo dia comprando, né? Porque a gente ganha*

*pouco. O Zuenir tem esse trabalho dele que ele ganha assim quando ele faz uma rabeta. Aí quando ele não faz, aí não tem como ganhar, né?* (Sofia, 07/06/2016, Timbotuba, QU 14:7).

Aqui é possível evidenciar o significado dessas práticas tradicionais enquanto trabalhos significantes e produtores de patrimônio material e imaterial, caracterizando-se desta forma, conforme entendimento de Costa (2012) e Alvarenga e Costa (2016), enquanto ocupações tradicionais. Compreender estas, ou em outros termos, compreender os modos de ser sujeito nas relações que engendram o trabalho, segundo Veronese e Guareschi (2005), é um tema muito caro à psicologia social crítica, haja vista ser o labor

[...] espaço privilegiado de constituição do sujeito, entendendo este último como resultado de processos de construção simbólica de sentido. Os processos sempre relacionais que envolvem o trabalho, que o engendram e a partir dos quais se forjam outras relações e experiências, podem assumir configurações peculiares. Todas elas, entretanto, vão ser constitutivas da vida das coletividades que abrigam os sujeitos individuais - a consciência de si que chamamos de “eu” - e destes próprios, como alguém que age sobre o mundo para apreendê-lo. (VERONESE E GUARESCHI, 2005, p. 58).

Segundo Duarte (1999), em diversos estudos sobre a classe trabalhadora há menções sobre o par de oposição ‘sorte’ e ‘trabalho’. Entretanto, diferentemente do proposto nesses estudos que o autor menciona, em sua pesquisa junto aos pescadores de Jurujuba, ele propõe que esse par de categorias deixe “de significar a oposição entre o sentido do interior e do sentido exterior da comunidade para expressar o sentido do interior e o sentido do exterior de cada prática ‘individualizada’” (DUARTE, 1999, p.97 e 98). Na perspectiva proposta pelo autor, as categorias ‘sorte’ e ‘trabalho’ ganham contornos enquanto processos psicológicos engendrados no processo laboral.

Partindo desta abordagem diferenciada, é possível articulá-la dentro do campo psicossocial, conforme já realizado no presente trabalho. Já Foster, segundo Duarte, em artigo

que discute a visão de mundo das sociedades camponesas ‘fechadas’ (1967a) remete aquela polaridade à própria oposição entre a ‘imagem do bem limitado’, intrínseca ao grupo, e as possibilidades de abertura de seu sistema. Nos dois casos citados coincide a interpretação do mecanismo da sorte como uma representação do que é exterior, ou daquilo que uma determinada estrutura ideológica espera manter como ‘exterior’ (DUARTE, 1999, p. 97).

Assim como as flutuações da maré interferem no sucesso da pesca e fogem ao controle individual dos pescadores de Jurujuba, estando no campo da sorte; as flutuações do mercado no Alto Canaticú também interferem no sucesso do trabalho daqueles que dependem dela quando navegando nesse outro ‘mar’: o mercado. No caso dos agroextrativistas-carpinteiros,

*“tem esse trabalho dele que ele ganha assim quando ele faz uma rabeta. Aí quando ele não faz, aí não tem como ganhar, né?”* (Sofia, 07/06/2016, Timbotuba, QU 14:7). Assim o agroextrativista-carpinteiro, buscando manter-se num patamar que lhe garanta segurança e estabilidade, ainda que venda sua força de trabalho ou o produto dela: *“Mas aí eu não deixo de fazer a minha roça, fazer o meu açaiçal. Porque se eu for trabalhar na canoa direto, eu já vou perder a minha roça, perder o meu açaiçal”* (Zuenir, 39 anos, 05/06/2016, Timbotuba, QU 1:17).

Os desejos por segurança e estabilidade, ainda que inicialmente individuais, se refletem na configuração socioeconômica tanto da comunidade Timbotuba quanto da Serafina e nas relações destas com o mercado. Neste se inserem inclusive porque muitos dos bens que necessitam e desejam (entre os quais itens de limpeza, higiene pessoal, complementos alimentares e vestuário) dependem do estabelecimento de relações comerciais. Entretanto navegam neste ‘mar’ sem se desfazerem de ‘raízes’ profundas que lhes proporcionam estabilidade e segurança: as práticas tradicionais de produção imediata de suas subsistências, como é o caso das roças de mandioca e o preparo de açaiçais. E raízes precisam da terra para ancorar-se.

Assim aconteceu quando a comunidade Timbotuba negociou a instalação e o funcionamento da fábrica de extração e beneficiamento de palmito em seu território sob a condição dela não comprometer as áreas de produção e o trabalho dos agroextrativistas nos açaiçais, roçados e criações de pequenos animais. E também aconteceu na Serafina, quando identificados e unidos por conta da ameaça externa representada pela empresa, recusaram os riscos prováveis do imponderável em prol da segurança e estabilidade representada pelo controle sobre seus próprios meios de produção e, conseqüentemente, sobre suas próprias vidas.

Para essas comunidades, a desejável e necessária abertura ao mercado significa também se submeter às flutuações deste. Estas flutuações podem ser tanto em virtude de condições circunstanciais do próprio mercado quanto de condições ambientais circunstanciais ou mesmo periódicas e recorrentes, como acontece com a Serafina quando chega o período do verão, ou seja, o período de diminuição das chuvas. Nesta época continua havendo demanda do mercado pela produção local de açaí. As necessidades dos ‘grupos domésticos’ da comunidade em comprar bens de consumo junto ao mercado, em geral intermediada por atravessadores, também se mantém. Entretanto a falta de condições de navegabilidade nas cabeceiras do Rio Canaticú – onde a Serafina se localiza – impõe um isolamento a esta

comunidade, restringindo a manutenção de suas relações comerciais neste período de ‘seca’: *“No verão não tinha trabalho pra gente pra cá. Olha, era só na roça mesmo. Tinha que trabalhar igual saúva. Trabalhar no inverno para comer no verão. Só dá roça mesmo. Só pra comer. (O açaí) só para o consumo da gente mesmo”* (Orlando, 09/06/2016, Serafina, QU 23:27).

Este isolamento é hoje parcialmente mitigado pela limpeza que os agroextrativistas realizam de uma estrada que conecta a Serafina à comunidade Pimental, por onde se trafega de bicicleta. Assim, ainda que permaneçam as limitações de escoamento da produção de açaí, os agroextrativistas conseguem fazer algumas viagens esporádicas à cidade para comprar alguns dos bens que necessitam. Não obstante, tal ação apenas mitiga os efeitos deste isolamento, posto que 1) a capacidade de carga de uma bicicleta nessas condições, em viagens de mais de uma hora, são limitadas; e 2) o poder de compra das famílias da Serafina neste período fica comprometido, tendo em vista a impossibilidade de escoamento e venda de suas produções de açaí.

Em tais condições, explicita-se a importância de ocuparem um território que mantém condições ecossistêmicas de suprir suas necessidades de subsistência. Além de terra para ancorarem-se e poderem proporcionar a estabilidade que delas se espera, as raízes precisam que o terreno seja fértil, ou seja, que mantenha condições de fornecer os nutrientes a serem transformados e absorvidos. Quando as relações com o mercado ficam impossibilitadas pela falta de condições de navegabilidade nas cabeceiras do Rio Canaticú, a fartura de peixe contribui para que os agroextrativistas da Serafina se mantenham durante aquele período: *“Tinha muito nessa época. Tinha. No verão é que dava peixe mesmo. Ficam uns lagos grandes aqui nesse igarapé. Não seca tudo não. Seca assim pra não vim rabeta, mas pra dizer que não fica água, fica”* (Orlando, 09/06/2016, Serafina, QU 23:27).

Ainda que suas práticas econômicas nas relações com o mercado apresentem flutuações, a conservação das relações ecossistêmicas de seus territórios garante a esses povos tradicionais uma segurança material mínima. O controle sobre conhecimentos e meios para a produção de suas subsistências lhes garantem uma relativa autonomia e segurança sobre o curso de suas vidas.

Em caráter hipotético, caso o modo tradicional de exploração do açaí, de construção e funcionamento de suas vilas ou da agricultura tradicional impactasse de maneira crítica a disponibilidade de peixes ou de caça em seus territórios, direta ou indiretamente, não seria apenas um ecossistema que estaria sendo comprometido; seria também a reprodução de

ocupações geradoras tanto de subsistência material quanto imaterial para tais povos tradicionais. Entre as imateriais, a produção de bem estar proporcionada no lazer e na sociabilidade; e a produção de auto-reconhecimento e autoestima advindas da distinção social. Produções imateriais estas que são, tanto quanto as materiais, mediadas pelas práticas tradicionais de subsistência. Assim, caso estas venham a comprometer de maneira crítica o equilíbrio do ecossistema que esses povos tradicionais ocupam, antes de qualquer outra sociedade, seria a própria reprodução social deles que ficaria comprometida.

Além disso, ao manterem relações de exploração material e respectiva produção de alimentos, moradia, vínculos familiares e sócio-afetivos, memórias, lazer, autor-reconhecimento, autoestima e demais usufrutos diretamente junto ao território que ocupam, baseiam-se materialmente de modo diverso das concepções e formas de desenvolvimento atualmente hegemônicas. Desta forma, quanto às relações com os ecossistemas e a dimensão ambiental, uma distinção entre o atual modelo hegemônico de desenvolvimento e o modelo dos povos tradicionais é o fato das atividades econômicas<sup>105</sup> destes não estarem descoladas espacialmente das demais ocupações voltadas à sua própria reprodução social: “*Josias brinca com a criançada demais: sobem no segundo andar e pulam no rio, brincam de queimada no campo quando os ‘velhos’ estão fazendo farinha*” (Notas do Diário de Campo, 10/06/2016, p.45).

Quando práticas econômicas de determinada sociedade são deslocadas de seu próprio território para serem alocadas em territórios de outras sociedades ou em espaços não ocupados e significados, tal deslocamento comumente resulta em desequilíbrios tanto ambientais como sociais. Segundo Leroy e Meireles (2013), o espaço se torna algo indefinido, mero suporte para atividades econômicas e infraestruturais, sendo esta uma característica das concepções e formas de desenvolvimento capitalistas e atualmente hegemônicas. Essa busca por um crescimento baseado no uso intensivo dos recursos naturais tende a resultar em esgotamento e degradação socioambiental.

Quando essas perturbações se fazem presentes em espaços ocupados, o movimento por justiça ambiental as caracteriza enquanto injustiça ambiental. Este tipo de injustiça ocorre quando “se destina a maior carga dos danos ambientais a grupos sociais de trabalhadores ou

---

<sup>105</sup> Aqui entendidas como os trabalhos que visam ou respondem a alguma demanda mediatizada pelo mercado, ou seja, que visem a venda ou troca do que é produzido. No caso desses povos e comunidades tradicionais coincidem com atividades de subsistência por também propiciarem diretamente parte considerável de suas necessidades materiais.

grupos étnicos discriminados[...] ameaçando a integridade da saúde ambiental e comprometendo a sua reprodução social” (LOUREIRO E LAYARGUES, 2013, p. 63).

Entendemos por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos **povos étnicos tradicionais** [...] (REDE BRASILEIRA DE INJUSTIÇA AMBIENTAL, apud LEROY E MEIRELES, 2013, p.119)

Foi contra tal injustiça que as comunidades tradicionais da Terra Grande lutaram quando a empresa de extração e beneficiamento de palmito instalou-se em seus territórios para explorá-lo economicamente. O dono dessa empresa, que não residia na Terra Grande, deslocou suas ocupações econômicas a este território tradicional e manteve as demais ocupações e relações necessárias à sua própria reprodução social distantes do local. Eventuais impactos negativos gerados pela busca em maximizar os lucros da empresa, desde que não afetassem de imediato esses ganhos de capital, não afetavam a reprodução social daquele que promovia tais atividades produtivas; e sim a reprodução social daqueles que ocupavam tradicionalmente o território explorado.

Ocupação, entendida como direito social, é aquela que, individualmente ou coletivamente, significa e produz significado social. Dessa forma, a expressão ocupação tradicional é tratada como prática significante e produtora de patrimônio (material e imaterial), caracterizada pelo trabalho como mediador entre o ser humano e a natureza (COSTA, 2012, p. 44 apud ALVARENGA & COSTA, 2016, p. 156 e 157).

E esse mencionado significado social da ocupação tradicional, segundo Costa e Macedo (2016), tem características locais. No território ocupado tradicionalmente integram-se os diversos trabalhos necessários à reprodução social dos povos tradicionais, em relações de interdependência, posto que no mesmo espaço se localizam. Trabalhando desta forma, esses povos agem, sentem, entendem e reagem às respostas que esse contexto demanda para continuar-lhes propiciando as condições necessárias para suas subsistências.

Assim a ocupação tradicional se organiza e se transforma. Com base nos conhecimentos locais - que assim o são porque são inerentes à atividade de habitar a terra - as atividades cotidianas e a ocupação do espaço promovem transformações neste, transformando-o também em lugar de pertencimento. (COSTA & MACEDO, 2016, p. 237). Desta forma, “ao criarem lugares, as atividades também fazem as pessoas serem daqueles lugares” (PRADO, 2012, p.187, apud COSTA & MACEDO, 2016, p. 237):

*Sempre nós defendemos do Jijú para cá, que é a Terra Grande. Timbotuba é uma área a parte; Pacas é uma área a parte [...] Então de lá para cá era (e continua sendo) dos moradores daqui. Nós sempre defendemos. O que tem lá dentro é nosso, mas nosso, de quem mora, que tem direito de usufruir dessa área* (Josias, 09/06/2016, Serafina, QU 29:20).

Quando “as pessoas pertencem às localidades e ambientes em que cresceram, tanto quanto estes pertencem a elas” (INGOLD E KUTTRILA, 2000, p.195, apud COSTA & MACEDO, 2016, p. 236), essas pessoas tendem a preservar esses espaços, a conservá-los enquanto locais que lhes proporcionam abrigo e aconchego. Quando esses espaços se caracterizam enquanto um sistema ecológico a partir do qual as práticas sociais de subsistência se constituem em estreita interdependência, fundamentam-se “ancestralidades e vínculos interdependentes com a conservação dos biomas e ecossistemas” (LEROY E MEIRELES, 2013, p.117).

Nesse sentido, não obstante a vitalidade dos ecossistemas ser necessária aos seres humanos de um modo geral, a proteção e a recuperação ambiental aparecem como imprescindíveis especialmente para a garantia dos modos de vida dos povos e comunidades tradicionais (PORTO E PACHECO, 2009 apud PACHECO E FAUSTINO, 2013). Ao terem seus territórios-ecossistemas resguardados e conservados em sua integridade, esses povos e comunidades garantem sua “qualidade de vida, suas práticas culturais e econômicas solidárias e a própria biodiversidade” (LEROY E MEIRELES, 2013, p.122).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa busquei descrever e analisar a organização socioeconômica em comunidades tradicionais na Reserva Extrativista Terra Grande-Pracuúba e suas relações com a dimensão ambiental. Nesse sentido, ao observar e entrevistar grupos domésticos pertencentes a essas comunidades, foi possível perceber algumas dessas relações e reconhecer alguns aspectos socioeconômicos locais.

Esses agroextrativistas do Alto Canaticú caracterizam-se por trabalharem simultaneamente em diferentes atividades produtivas. Os produtores familiares e comerciais de açaí na Serafina – em regra não empregadores de mão de obra assalariada – em geral são também agricultores familiares e produtores de farinha para subsistência, possuindo também pequenas criações não comerciais de galináceos. Exercem também a pesca artesanal e caça para subsistência, assim como exploração e manuseio de recursos madeireiros especialmente para reparos e construções de suas residências e de seus meios de transporte. Alguns poucos membros comunitários agregam a estas a função de servidores públicos junto à prefeitura de Currálinho (agente de saúde e magistério); ou a ocupação profissional de carpinteiro.

No Timbotuba esse leque ocupacional é ainda mais diverso e amplo, não só no interior de cada ‘grupo doméstico’ mas também entre estes. Nessa comunidade é comum agroextrativistas serem tanto produtores comerciais de açaí quanto de farinha. Em alguns casos, contratam força de trabalho assalariada, ainda que em pequena escala e de maneira intermitente. Alguns agroextrativistas, ainda que detentores de pequenas produções de farinha e açaí, negociam, enquanto principal fonte de renda, o assalariamento de sua força de trabalho junto à outros produtores de açaí, farinha ou atividades com madeira. Algumas famílias possuem também pequenas criações não comerciais de galináceos e exercem tanto a caça quanto a pesca artesanal para subsistência. Exploram e manuseiam recursos madeireiros para a eventual confecção e reparos de suas residências e meios de transporte, havendo alguns profissionais da carpintaria que trabalham tanto através de diárias quanto por encomenda. Em pouco número, alguns comunitários agregam a estas a função de servidores públicos junto à prefeitura de Currálinho (agente de saúde; merendeiras e faxineiras da escola local; e condutores de transporte escolar).

Os modos de produção e a organização socioeconômica dos grupos analisados nas comunidades tradicionais Timbotuba e Serafina apresentam-se enquanto distintos do modelo capitalista, especialmente pelas seguintes características:

- 1) suas produções atuais, mesmo as direcionadas ao mercado, se baseiam integralmente em produtos que possuem ‘valor de uso’, ou seja, que integram o conjunto de bens materiais usufruídos diretamente pelos próprios ‘grupos domésticos’ produtores. Assim sendo, ao invés da supremacia do ‘valor de troca’ presente nas sociedades capitalistas, suas produções estão atreladas fortemente ao ‘valor de uso’ que possuem para seus produtores;
- 2) os grupos analisados são detentores de meios de produção próprios. Nesse sentido, o trabalho assalariado, ainda que presente, não se dá a partir de fronteiras rígidas entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores<sup>106</sup>; e
- 3) estão espacialmente estruturadas de maneira diversa das práticas capitalistas. A alta concentração e mobilidade do capital tende a descolar as atividades econômicas dos donos do capital das demais ocupações voltadas à sua própria reprodução social. Já no caso dos povos tradicionais analisados, cujas relações com a dimensão territorial e ambiental se dão mediadas por práticas e ocupações tradicionais, esse descolamento não ocorre.

Num esforço de síntese, o modo de produção dos grupos sociais analisados pode ser caracterizado enquanto um modo de produção tradicional baseado no ‘agroextrativismo mercantil e de subsistência’.

Ao existir um número maior de planos ou eixos de identificação cruzando-se na comunidade Serafina; e que nessa intersecção constituem um plano ou ponto mais denso e coeso de identificação mútua, é possível evidenciar a presença de relações mais estreitas em função das menores distâncias entre os interesses ali presentes. Essa característica confere a essa comunidade um forte ‘espírito comunitário’ ou sentido de comunidade, ou seja, há uma acentuada coesão social entre os grupos domésticos que a constituem. Na comunidade Timbotuba existe uma maior heterogeneidade socioeconômica, religiosa e de descendência parental que contribuem para uma estratificação identitária maior e convergências não tão acentuadas entre os interesses de seus integrantes.

Não obstante algumas diferenças socioeconômicas entre ambas as comunidades, com as quais as diferenças ambientais entre os territórios de ambas contribuem, semelhanças também são evidentes. Entre estas destaco:

---

<sup>106</sup> A realidade socioeconômica presente no Alto Canaticú é portanto distinta do caso relatado por Duarte (1999), posto que na comunidade Jurujuba da década de noventa evidencia-se fronteiras nítidas entre os trabalhadores assalariados, os pequenos produtores e os grandes produtores capitalizados donos de traineiras e empregadores

- 1) a prática de extração, beneficiamento, consumo e comercialização do açaí e a respectiva presença de ‘peconheiros’ e ‘atravessadores’ entre seus moradores;
- 2) as práticas de cultivo da roça, produção de farinha e seu consumo diário é outra característica convergente entre grupos domésticos do Timbotuba e da Serafina;
- 3) as práticas tradicionais da pesca artesanal para subsistência, da caça para subsistência, da criação de pequenos animais (galináceos) e da extração e uso da madeira;
- 4) a presença de unidades de produção que podem ser definidas enquanto unidades tradicionais familiares baseadas no ‘agroextrativismo mercantil e de subsistência’;
- 5) essa organização socioeconômica é permeada pela presença de funcionários públicos e de carpinteiros profissionais;
- 6) a forma de ocupação, transformação e relação socioambiental dos grupos domésticos analisados no Timbotuba se assemelham aos da Serafina ao exercerem, e ao que parece em sua grande maioria, relações socioeconômicas integradas espacialmente às demais ocupações que compõe suas vidas em comunidade.

Ao analisar a atuação da empresa de extração e beneficiamento de palmito junto das comunidades e territórios do Alto Canaticú, foi possível perceber que esta atuação teve o apoio da comunidade Timbotuba e, por outro lado, a resistência da Serafina. Ainda que baseada na discrepância de capital e em relações de exploração tanto de corpos, no caso do Timbotuba, quanto de territórios tradicionais, no caso da Serafina, representações distintas sobre a empresa foram construídas. Para tais diferenças simbólicas entre as duas comunidades contribuiu o fato da empresa se caracterizar enquanto ampliadora de ‘oportunidades’, no caso do Timbotuba, enquanto ameaçadora de direitos em relação aos grupos domésticos da Serafina.

Ao analisar o conflito socioambiental entre a empresa de extração e beneficiamento de palmito e as comunidades da Terra Grande, foi possível evidenciar formas distintas de estruturação espacial entre as práticas econômicas tradicionais e as da empresa capitalista. Uma questão evidenciada é que práticas econômicas espacialmente integradas às demais ocupações voltadas à reprodução social dos agentes econômicos em questão tendem a favorecer o equilíbrio das relações socioambientais localmente estabelecidas.

Esta percepção se desdobra em direção a uma segunda: ao reconhecer esses povos tradicionais enquanto empreendedores de tal integralidade espacial, ou seja, enquanto mantenedores de produções e transformações materiais - sejam elas para subsistência direta

ou destinadas ao mercado - que se dão espacialmente conjugadas às demais práticas materiais e imateriais necessárias à reprodução social dos próprios; é possível afirmar que os modos de vida desses favorece a manutenção ecossistêmica de seus territórios, especialmente diante da atual hegemonia capitalista.

Desta forma, partindo da compreensão das relações socioambientais mediadas pelo trabalho, é possível perceber que os distintos modos de produção e de reprodução social dos povos e comunidades tradicionais se configuram enquanto oportunidades frente à atual crise socioambiental. Esta é compreendida no presente estudo como decorrente da expansão global do capitalismo, inclusive sobre territórios mantidos e conservados historicamente por povos e comunidades tradicionais.

As oportunidades representadas pelos povos e comunidades tradicionais podem ser potencializadas ou fragilizadas, a depender das estratégias políticas assumidas pela sociedade e das políticas públicas implementadas pelo Estado. Caso essas estratégias e políticas públicas se deem no sentido do reconhecer os direitos desses povos, valorizando-os enquanto detentores de configurações socioeconômicas distintas e mantenedores de relações socioambientais que favorecem a conservação dos ecossistemas tradicionalmente ocupados, a luta societária por mais justiça social, diversidade cultural e viabilidade ambiental tende a ganhar aliados e força.

Entre as políticas públicas que podem potencializar as contribuições dos povos e comunidades tradicionais nessa luta, está o fomento em meios de produção adequados às necessidades e suficientes aos anseios desses povos. Tal fomento favorece a autonomia socioeconômica e política, conseqüentemente, as chances deles manterem controle sobre seus territórios conservados. Esse ganho de autonomia, fundamentada no controle territorial e potencializada no fomento produtivo, tende a refletir-se numa maior resiliência de suas práticas e ocupações tradicionais frente a ameaças externas. Entre estas se encontram projetos capitalistas que buscam, nas discrepâncias oriundas da alta concentração de capital, viabilizar a instituição de relações de exploração predatória tanto de corpos quanto de territórios e seus recursos naturais. Outro ponto positivo desse fomento é a potencialização da capacidade adaptativa das comunidades tradicionais frente aos impactos das atuais mudanças climáticas.

Mesmo sob uma ótica estritamente voltada aos interesses de conservação ambiental, é importante que a tradição relativa a essas comunidades não seja compreendida enquanto rígida e imutável. Em outras palavras, é importante que seus modos tradicionais de produção sejam percebidos e reconhecidos enquanto continuidade somente daquilo que, nestes

métodos, é essencial para a segurança, autonomia e qualidade de vida desses povos. Estimular possibilidades e oportunidades de transformação, inclusive dos meios, das tecnologias e métodos de produção; é não só potencializar a autonomia e emancipação socioeconômica dessas comunidades. É também fortalecer a resistência de práticas e ocupações tradicionais ambientalmente integradas e viáveis às tentativas de expropriação ambientalmente predatórias do modo de produção baseado na concentração e mobilidade do capital, assim como aos impactos deletérios das atuais mudanças climáticas advindas de tal processo de concentração e expropriação.

Mantida geração após geração enquanto tradição, uma das características dos grupos domésticos estudados e que parece garantir-lhes maior segurança, autonomia e satisfação é a dedicação à produção de bens materiais que tenham significativo ‘valor de uso’ para os próprios produtores. Um exemplo da maior autonomia e segurança que tal tipo de produção lhes proporciona pôde ser verificada quando da pressão exercida pela empresa de extração e beneficiamento de palmito sobre seus territórios e corpos. Tal característica socioeconômica contribuiu com uma maior resiliência, flexibilidade e poder de negociação frente às ‘chantagens locacionais’ e tentativas de expropriação material e de força de trabalho.

Desta forma, enquanto estratégias políticas, tanto o fomento em meios de produção quanto o esforço para a priorização e a continuidade de produções com ‘valor de uso’ tendem a contribuir com o fortalecimento das ocupações tradicionais e, conseqüentemente, com a conservação dos ecossistemas inseridos nos territórios onde estas se fazem presentes: os territórios dos povos e comunidades tradicionais. Ao viabilizar direitos e oportunidades emancipatórias, tais estratégias podem ser valorizadas não só do ponto de vista social, mas também por aqueles que estão na luta pela conservação de nossas florestas e savanas, de nossas águas e solos, do ar que respiramos, em síntese, elas podem contribuir com a construção de alianças na busca por um planeta mais justo, diverso e ambientalmente viável.

Quanto a essas alianças, a experiência da luta das comunidades tradicionais da Terra Grande também traz importantes contribuições. A luta que travaram contra a empresa de extração e beneficiamento de palmito evidencia que, ao se assumirem e serem reconhecidos enquanto povos e comunidades tradicionais; e serem valorizados como detentores de direitos e de relações socioambientais específicas, possibilidades para tais alianças foram potencializadas. Tal postura política possibilitou parcerias entre as comunidades da Terra Grande, movimentos de base sindical e instituições ambientais, resultando na criação pelo Estado brasileiro de uma área de proteção ambiental e social especial. Foi criada uma unidade

de conservação - na categoria de Reserva Extrativista – com contribuições recíprocas para as causas dos movimentos ambientais, dos movimentos que reivindicam mais justiça socioeconômica e daqueles que lutam pelo reconhecimento da indissociabilidade entre ambos.

Modos de produção tradicionais podem assim ser compreendidos enquanto elemento de aglutinação social entre membros tradicionais materialmente implicados num mesmo território, entre os diferentes grupos tradicionais e também entre estes e aqueles que, junto à esses povos e comunidades, buscam inserções na luta por uma sociedade mais emancipada e ambientalmente viável.

Na luta que as comunidades da Terra Grande empreenderam nessa direção, ficou evidenciada a importância da luta simbólica, inclusive para legitimar ou deslegitimar formas de poder e apropriação material de um espaço territorial. As entidades sindicais e movimentos de base popular da igreja católica tiveram destaque nesta luta que, não obstante ser travada no campo subjetivo, demonstrou-se fundamental e indissociável da luta objetiva pela apropriação material da Terra Grande, favorecendo, por um lado, a emancipação social dos que tradicionalmente a ocupavam e, pelo outro, a conservação dos ecossistemas locais.

Partindo de experiências profissionais junto aos povos e comunidades tradicionais e, sobretudo, dos resultados da presente pesquisa, acredito que formas e concepções alternativas de produção, à exemplo dos modos tradicionais, podem ter um papel fundamental não só na resolução das problemáticas econômicas e sociais de nosso tempo, mas também no enfrentamento da atual crise socioambiental. Gerada no seio da hegemonia capitalista, esta crise tende a agravar-se quando da criação de mecanismos que potencializam a mobilidade do capital. Isto significa favorecer um contexto em que as práticas econômicas de determinados grupos sociais - no caso detentores do capital – sejam deslocadas de seus espaços cotidianos de convivência social para serem alocadas em espaços pertencentes a outros povos e comunidades, fomentando a eclosão de conflitos socioambientais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. & BEZERRA, G. D. N. **Desregulação, deslocalização e conflito ambiental**: considerações sobre o controle das demandas sociais. 2010.
- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos ambientais no Brasil**. v. 07, n.11. Relume-Dumará. 2004.
- ACSELRAD, H. Conflitos ambientais – a atualidade do objeto. In: **Conflitos ambientais no Brasil**. v. 07, n.11. Relume-Dumará. 2004.
- ALBERTI, V. Manual de história oral. Rio de Janeiro: FGV Editora. 2005.
- ALMEIDA, A. W. B. D. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais–fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, p. 179-210. 2010.
- ALVARENGA, L., & COSTA, S. L. Produção artesanal: documentação e divulgação audiovisual como tecnologias de valorização sociocultural/Handicrafts production: documentation and audiovisual dissemination as sociocultural appreciation technology. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**. São Carlos, v.24, n.1. 2016.
- ANGROSINO, M. Etnografia e observação participante. Coleção Pesquisa Qualitativa. Bookman. 2009.
- ARAMBURU, M. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.25, p.82-99. 1994.
- BECKER, H. S. **Segredos e truques da pesquisa**. Zahar. 2007.
- BRASIL. **Decreto Federal do Estado Brasileiro n.º 6040, de 07 de fevereiro de 2007**. Regulamenta a Lei Federal nº 9985/2000 que institui o SNUC. Diário Oficial da União.
- BRASIL. **Decreto Federal do Estado Brasileiro s/n.º, de 05 de junho de 2006**. Cria a RESEX Terra Grande-Pracuúba. Diário Oficial da União.
- BRASIL. **Lei Federal Nº 6.969, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981**. Dispõe Sobre a Aquisição, Por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais, Altera a Redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências. Diário Oficial da União.
- BRASIL/IBAMA. **Processo de Criação da Reserva Extrativista Terra Grande Paracuúba**. Interessado: Associação dos produtores rurais de Curralinho-PA, iniciado em 23/12/1997, sob o nº 02018.005990/97-51, 1997, dois volumes, 328 páginas.
- CALLINICOS, A. Introdução ao capital de Karl Marx. **Revista Espaço Acadêmico**. V.38. 2004.
- CONCEIÇÃO CORREIA, M. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem**. v.13, n.2. 2009

- COSTA, S. L. **Os sentidos da comunidade**: construções intergeracionais de memória coletiva na Ilha das Caieiras, em Vitória – ES. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia. 2008.
- COSTA, S. L. Terapia ocupacional social: dilemas e possibilidades da atuação junto a povos e comunidades tradicionais. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**. p. 43-54. 2012.
- COSTA, S. L. D., & SILVA, C. R. C. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 10, n. 2, p.283-291. 2015.
- COSTA, S. L.; MACEDO, M D . Povos e Comunidades Tradicionais. In: Ana Paula Serrata Malfitano e Roseli Esquerdo Lopes. (Org.). **Terapia Ocupacional Social**: desenhos técnicos e contornos práticos. 1ed. p. 221-240. São Carlos: Ed UFSCar. 2016.
- COSTA, S. L; & MACIEL, T. M. D. F. B. Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v.61, n.1. 2009.
- CRUZ, W. P. D. S. **Educação e conservação da biodiversidade no contexto escolar da Reserva Extrativista Terra Grande-Pracuúba**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará – UFPA, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém. 2014.
- CUNHA, C. C., & LOUREIRO, C. F. B. Estado educador: uma nova pedagogia da hegemonia nas reservas extrativistas. **Revista katálysis**, v.15, n.1, p.52-61. 2012.
- DUARTE, L. F. D. **As redes do suor**. A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba. Niterói: EDUFF. 1999.
- ECKERT, C., & ROCHA, A. L. C. **Etnografia**: saberes e práticas. Iluminuras. 2008.
- FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2º ed. Artmed Editora. 2004.
- FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**: Coleção Pesquisa qualitativa. Bookman Editora. 2009.
- FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp. 2001.
- FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?**. 8ª. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1983.
- GONÇALVES, R. B. M. **Tecnologia e organização social das práticas de saúde**. HUCITEC, São Paulo. 1994.
- GOODE, W. H; HATT, P.K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Nacional. 1979.
- GUEDES, A. S. **As fontes de informação significantes para a construção da representação mental e social da Cabanagem no Estado do Pará (Brasil)**. Tese de doutorado. FLUP, Universidade do Porto; Universidade de Aveiro, 2011. p. 310. 2011.
- HAGUETTE, T. M. F. A entrevista. In: **Metodologias qualitativas na sociologia**. 11ªed. Petrópolis: Ed.Vozes. 2007.

- HOLSTI, O. R. **Content analysis for the social sciences and humanities**. Reading, Massasusetts: Addison Wesley. 1969.
- IORIS, A. A. R. **Da foz às nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil**. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo. Alfredo Wagner Berno de Almeida...[et al.]. Rio de Janeiro: Lamparina, 211-255. 2010.
- LAPASSADE, G. L'Observation participante. **Revista Europeia de Etnografia de Educação**, v.1, p. 9-26. 2001.
- LEROY, J. P., & MEIRELES, J. Povos indígenas e comunidades tradicionais: os visados territórios dos invisíveis. In: **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. p. 115-131. Editora Fiocruz. 2013.
- LIMA, J.C.P; SANTOS S.Ne MÁRCIO, R. Distribuição logística do açaí no estado do Pará. **Revista Ceciliana Dez**, v. 6, n.2, - Universidade Santa Cecília 2014. Disponível em: <http://www.unisanta.br/revistaceciliana>
- LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e Epistemologia Crítica. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 32, n. 2, p. 159-176. 2015.
- LOUREIRO, C. F. B., & COSTA, S. L. D. **Corpo, ambiente e educação em uma sociedade em transformação**. Programa de Comunicação Ambiental, Cts, Instituição de Ensino Superior. Educação, ambiente e sociedade: idéias e práticas em debate. Serra: Companhia Siderúrgica de Tubarão. 2004.
- LOUREIRO, C. F. B., & LAYARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trab. educ. saúde**, v. 11, n.1, p. 53-71. 2013.
- LOUREIRO, C. F. B., BARBOSA, G. L., & ZBOROWSKI, M. B. **Os vários “ecologismos dos pobres” e as relações de dominação no campo ambiental**. Repensar a educação ambiental: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 81-118. 2009
- LOUREIRO, C.F.B.; COSTA.S.L. **Educação ambiental, corpo e ambiente: tecendo relações**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n.38, p. 173-192, dez. 2003.
- LÜDKE, M., & ANDRÉ, M. E. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Editora Pedagógica e Universitária. 1986.
- MAISONNEUVE, J. **Introdução à psicossociologia**. São Paulo: USP, 1977.
- MARTA, G.B.T; BARRICHELO, L. E. G; Muller, P.H. **Identificação de espécies vegetais: Hevea brasiliensis (Seringueira)**. 2007. Disponível em: <http://www.ipef.br/identificacao/hevea.brasiliensis.asp>.
- MELLO E SOUZA, C. D. **O conceito de cultura e a metodologia etnográfica: Fundamentos para uma Psicologia Cultural**. Tecendo o desenvolvimento. Rio de Janeiro: MAUAD: Bapera Editora. 2003.
- MINAYO, M. C. D. S. **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Ed. Vozes. 1994.

- MINAYO, M. D. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec. 269 p. Saúde em debate, 46. 2004.
- MOSOCOVIĆI, S. **Natureza**, para pensar a ecologia. Rio de Janeiro. Mauad x. 2007.
- MOURÃO, L. **História e natureza**: do açaí ao palmito. Territórios e Fronteiras, 3(2), 74-96. 2010
- NASCIUTTI, J. **Reflexões sobre o espaço da psicossociologia**. Revista Documenta, Rio de Janeiro, ano, 4, 51-58. 1996.
- NETO, T., & DE, P. **Ecopolítica das mudanças climáticas**: o IPCC e o ecologismo dos pobres. 2010.
- PACHECO, T.; FAUSTINO, C. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. In: **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**: o mapa de conflitos p. 73-114. Editora Fiocruz. 2013.
- PAULA, E. A; VALENCIO N; & SCOPINHO, R. Entre controvérsias, tensões e restrições: desafios de processos de territorialização de grupos sociais vulnerabilizados em contextos socioambientais distintos. In: **Formas de Matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflito. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2014.
- QUARESMA, S. M., & da Cunha, E. B. Manejo de açaízais, como prática de gestão e educação. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v.2, n.1, p.100-120. 2012.
- QUEIROZ, J. D., & MOCHIUTTI, S. **Guia prático de manejo de açaízais para produção de frutos**. Ilustração de Marcos Antonio da Silva.–2. ed. rev. amp. Macapá: Embrapa Amapá. 2012.
- RICCI, M. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária**: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Revista tempo: Rio de Janeiro, 22. 2007.
- SEVÀ F., A. O. Capitalismo e Energia: alguns mecanismos básicos dos conflitos e das injustiças sofridas pelo povo brasileiro.. In: **Injustiça ambiental e saúde no Brasil**: o mapa de conflitos p. 207-253). Editora Fiocruz. 2013.
- SILVA, A. A.; SILVA, A. C. G.; PAULA, J. M.; SILVA, J. & SOUSA, L. F. O processo de des (re) territorialização dos trabalhadores nordestinos no território amazônico durante os ciclos da borracha. **Revista Geografar**, v.5, n.1. 2010.
- SILVA, A.C.G; Silva, J.C. **Seringueiros na Amazônia**. II Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações-NEER. 2006.
- SILVA, J. D. C., DA SILVA, A. C. G., DE PAULA, J. M., SILVA, J. D. C., & SOUSA, L. F. O processo de des (re) territorialização dos trabalhadores nordestinos no território amazônico durante os ciclos da borracha. **Revista Geografar**. Curitiba, v. 5, n.1, p.61-82. 2010.
- SOUZA, A. L. **Evolução do sistema agrário do Marajó**: uma perspectiva sócio-histórica1. Terceira margem amazônia. In: Terceira Margem Amazônia, v. 1, n. 3, p.39. 2013.

- SOUZA, P.C.A. **Vulnerabilidades Socioambientais e Estratégias Psicossociais com Sujeitos em Situação de Desastres Ambientais**. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. 198f.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?**. Editora UFMG. 2010.
- THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis. 1980.
- THIOLLENT, M. **Construção do conhecimento e metodologia de extensão**. Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 1–11. Retrieved from [http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu\\_anais/anais/conferencias/construcao.pdf](http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/conferencias/construcao.pdf)..2002.
- VASCONCELOS, E.M. **Abordagens Psicossociais, vol.I: História, teoria e Trabalho no Campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 209p. 2008.
- VERONESE, M. V. & GUARESCHI, P. Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica. **Psicologia & Sociedade**, v.17, n.2, p.58-69. 2005.
- VIEIRA, M. G. **Caboclos, Cristãos e Encantados: Sociabilidade, Cosmologia e Política na Reserva Extrativista Arapixi** 298pp. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGAS – Museu Nacional. 2012.
- WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 7-72. 2000